

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LENIZE RODRIGUES FERREIRA

**NOVAS CENTRALIDADES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO
SUL. EIXO IJUÍ-SANTO ÂNGELO-SANTA ROSA: REDES URBANAS,
POLICENTRISMO E URBANIZAÇÃO POLICÊNTRICA**

Porto Alegre

2022

LENIZE RODRIGUES FERREIRA

**NOVAS CENTRALIDADES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO
SUL. EIXO IJUÍ-SANTO ÂNGELO-SANTA ROSA: REDES URBANAS,
POLICENTRISMO E URBANIZAÇÃO POLICÊNTRICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Coorientadora: Profa. Dra. Carmen Bellet Sanfelio

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira, Lenize Rodrigues
Novas Centralidades no Noroeste do Rio Grande do Sul. Eixo Ijuí-Santo Ângelo-Santa Rosa: Redes urbanas, Policentrismo e Urbanização Policêntrica / Lenize Rodrigues Ferreira. -- 2022.
208 f.
Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Coorientadora: Carmen Bellet Sanfeliu.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Rede Urbana. 2. Policentrismo. 3. Cidades intermediárias/de intermediação. 4. Ijuí-Santo Ângelo-Santa Rosa (RS/Brasil). 5. Noroeste do Rio Grande do Sul. I. Soares, Paulo Roberto Rodrigues, orient. II. Bellet Sanfeliu, Carmen, coorient. III. Título.

LENIZE RODRIGUES FERREIRA

NOVAS CENTRALIDADES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL. EIXO
IJUÍ-SANTO ÂNGELO-SANTA ROSA: REDES URBANAS, POLICENTRISMO E
URBANIZAÇÃO POLICÊNTRICA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA/UFRGS)

Coorientadora: Profa. Dra. Carmen Bellet Sanfeliu
Professora do Departamento de Geografia e Sociologia, Universitat de Lleida

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tânia Marques Strohaecker
Avaliadora Interna – POSGEA

Profa. Dra. Heleniza Ávila Campos
Avaliadora Interna – UFRGS

Profa. Dra. Juçara Spinelli
Avaliadora Externa – UFFS

Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño
Avaliador Externo – UFS

Porto Alegre

2022

AGRADECIMENTOS

Ao final desta etapa tão importante, gostaria de expressar minha gratidão a todas e todos que contribuíram para que esta pesquisa fosse concretizada.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade pública, gratuita e de qualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na figura dos seus professores e funcionários, pelo trabalho desenvolvido.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, que por meio do fomento à pesquisa, oportunizou o estágio de Doutorado Sanduíche no Departamento de Geografia e Sociologia, da Universitat de Lleida – Catalunha, Espanha.

Ao Instituto Federal Farroupilha-Campus São Vicente do Sul, que através do incentivo à qualificação oportunizou que o doutorado fosse cursado com afastamento total.

Em relação às pessoas que acompanharam esse percurso, ressalto meu orientador, Professor Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. Sem ele essa caminhada não seria possível!

À Professora Dra. Carmen Bellet Sanfeliu pela paciência, atenção, carinho e dedicação durante minha estadia em Lleida.

Aos meus colegas da Pós pelas conversas, discussões e trocas, que ajudaram nessa construção.

Aos professores e colegas do Projeto de Pesquisa *Policentrismo, rede urbana e desenvolvimento regional no RS*, pelo aprendizado e conversas que tanto contribuíram para esta pesquisa.

À minha família pelo carinho, confiança e torcida; especialmente à minha mãe que sempre incentivou nossos estudos. Ao Elton, pelo companheirismo de sempre.

À Letícia, amiga mais que especial, pela ajuda com a leitura e correções, pela hospedagem, pelo carinho e incentivo.

À Nola, amiga querida, pelas leituras atentas, ajuda com os mapas e conversas de sempre.

À todas minhas amigas e amigos aqui não citados, que de alguma maneira colaboraram para que esse caminho fosse trilhado.

Esta tese é fruto também dessa rede maravilhosa de apoio.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo examinar as relações que consolidam e/ou reestruturam o papel polarizador exercido pelas cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa na rede urbana regional. Partimos da seguinte questão: *Quais os papéis que essas cidades cumprem na rede urbana?* Localizadas na mesma formação regional, na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, distantes aproximadamente 50 km entre si, as três cidades exercem uma centralidade e funcionalidade de centros médios, embora não possam ser classificadas como cidades de porte médio, em termos populacionais. A relativa proximidade entre as cidades (sedes municipais) permite-nos refletir que haja, entre elas, processos de cooperação e de competição, delineando a formação de uma região policêntrica no noroeste gaúcho. Isso implica numa reorganização da estrutura espacial atual do território, com a inserção de municípios que apresentam novos elementos, provocando mudanças espaciais. Esta tese tem como base os conceitos de rede urbana, policentralidade e cidades intermediárias e de intermediação. Utilizamos o conceito de policentrismo enquanto recurso metodológico para explicar a reorganização da rede urbana e do espaço urbano no noroeste do estado do RS, a partir de centros urbanos, anteriormente secundários, que adquirem relevância em virtude de novas demandas sociais e econômicas. Utilizamos ainda dados secundários do Censo Demográfico 2010, os estudos *Regiões de Influência das Cidades REGIC* e *Gestão do Território*, publicados pelo IBGE; além de dados sobre atividades econômicas e serviços que sustentam a centralidade regional dessas cidades. As três cidades aqui destacadas, caracterizam as principais centralidades da região, visto que apresentam o maior número de empregos e polarizam um grande número de municípios no atendimento a artigos e serviços de alta complexidade. Essas cidades se articulam como um conjunto, e assumem um papel importante na escala regional, na organização dos sistemas urbanos, pois definem-se como centralidade econômica, social e política. A análise mostra, ainda, que novas perspectivas se abrem em relação aos papéis delineados pelos exemplos aqui citados: Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí não constituem uma aglomeração urbana contínua, mas exercem forte polarização sobre os núcleos do seu entorno. Isso leva a alterações na hierarquia urbana e reorganiza a estrutura espacial no noroeste do Estado. Desenha-se, assim, uma região policêntrica emergente, pois as três cidades, objeto desta pesquisa, desempenham a função de centros regionais, polarizando através dos fluxos de serviços e de gestão a região noroeste do estado. Representam, portanto, novos arranjos urbanos, novas centralidades e esboçam um novo polo de atração no noroeste do estado do RS, incorporando elementos para apreendermos a complexidade da rede urbana gaúcha. Desenha-se, por conseguinte, uma reorganização da estrutura espacial atual, com a inserção de municípios que passam a ocupar *locus* privilegiado, pois apresentam novos aparatos técnicos, científicos e tecnológicos, ocasionando alterações espaciais significativas. Representam, ainda, um novo processo, com a interiorização da urbanização, trazendo uma nova configuração e incorporando elementos para apreendermos a complexidade da rede urbana do estado do RS.

Palavras-chave: Rede urbana, policentrismo, cidades intermediárias/de intermediação, Ijuí/Santo Ângelo/Santa Rosa (RS-Brasil), Noroeste do RS.

ABSTRACT

This research aims to examine the relationships that consolidate and/or restructure the polarizing role played by the cities of Ijuí, Santo Ângelo and Santa Rosa in the regional urban network. We start from the following question: *What are the roles that these cities fulfill in the urban network?* Located in the same regional formation, in the northwest region of the state of Rio Grande do Sul, approximately 50 km away from each other, these three cities have a centrality and functionality of medium centers, although they cannot be classified as medium-sized cities, in terms of population. The relative proximity between the cities (cities hall) allows us to reflect that there are, among them, processes of cooperation and competition, outlining the formation of a polycentric region in the northwest of Rio Grande do Sul. This implies in a reorganization of the spatial structure of the actual territory, with the insertion of cities that present new elements, causing spatial changes. This thesis is based on the concepts of urban network, polycentricity, and intermediary and intermediation cities. We use the concept of polycentricity as a methodological resource to explain the reorganization of the urban network and urban space in the northwest of the state of RS, from urban centers, previously secondary, that acquire relevance due to new social and economic demands. We also used secondary data from the 2010 Demographic Census, the studies Regions of Influence of Cities REGIC and Territory Management, published by IBGE; in addition to data on economic activities and services that support the regional centrality of these cities. The three cities presented here characterize the main centralities of the region, because they have the largest number of jobs and polarize a large number of municipalities in the service of articles and services of high complexity. These cities are articulated as a group, and assume an important role on the regional scale, in the organization of urban systems, since they are defined as economic, social and political centrality. The analysis also shows that new perspectives are opening up in relation to the roles delineated by the examples presented here: Santa Rosa, Santo Ângelo and Ijuí do not constitute a continuous urban agglomeration, but exert a strong polarization on the nuclei of their surrounding areas. This leads to changes in the urban hierarchy and reorganizes the spatial structure in the northwest of the State. Thus, there are an emerging polycentric region, because the three cities, presented on this research, fulfill the function of regional centers, polarizing through the flows of services and management the northwest region of the state. They represent, therefore, new urban arrangements, new centralities and outline a new pole of attraction in the northwest of the state of RS, incorporating elements to learn the complexity of the Rio Grande do Sul urban network. Therefore, a reorganization of the current spatial structure is designed, with the insertion of municipalities that starts to occupy a privileged locus, as they present new technical, scientific and technological apparatus, causing significant spatial changes. They also represent a new process, with the interiorization of the urbanization, bringing a new configuration and incorporating elements to learn the complexity of the urban network in the state of RS.

Keywords: Urban network, polycentricity, intermediary/intermediation cities, Ijuí/Santo Ângelo/Santa Rosa (RS-Brazil), Northwest of RS

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo examinar las relaciones que consolidan y/o reestructuran el papel polarizador de las ciudades de Ijuí, Santo Ângelo y Santa Rosa en la red urbana regional. Partimos de la siguiente pregunta: ¿Cuáles son los papeles que cumplen estas ciudades en la red urbana? Ubicadas en la misma formación regional, en la región noroeste del estado de Rio Grande do Sul, distantes aproximadamente unos 50 km entre sí, las tres ciudades ejercen una centralidad y funcionalidad de centros medianos, aunque no pueden clasificarse como ciudades medianas, en términos de población. La relativa proximidad entre las ciudades (sedes municipales) permite reflexionar que existen, entre ellas, procesos de cooperación y competitividad, delineando la formación de una región policéntrica en el noroeste gaúcho. Esto implica una reorganización de la estructura espacial actual del territorio, con la inserción de municipios que presentan nuevos elementos, provocando cambios espaciales. Esta tesis se basa en los conceptos de red urbana, policentralidad y ciudades intermedias y de intermediación. Utilizamos el concepto de policentrismo como recurso metodológico para explicar la reorganización de la red urbana y del espacio urbano en el noroeste del estado, a partir de centros urbanos, antes secundarios, que adquieren relevancia debido a las nuevas demandas sociales y económicas. También se utilizaron datos secundarios del Censo Demográfico de 2010, los estudios *Regiões de Influência das Cidades* y *Gestão do Território*, publicados por el IBGE; además de datos sobre actividades económicas y servicios que sustentan la centralidad regional de estas ciudades. Las tres ciudades aquí destacadas caracterizan las principales centralidades de la región, ya que concentran la mayor cantidad de empleos y polarizan una gran cantidad de municipios en la atención de productos y servicios de alta complejidad. Estas ciudades se articulan como un conjunto, y juegan un papel importante en la escala regional, en la organización de los sistemas urbanos, puesto que se definen como centralidad económica, social y política. El análisis también muestra que se abren nuevas perspectivas con relación a los roles esbozados por los ejemplos aquí citados: Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí no constituyen una aglomeración urbana continua, sino que ejercen una fuerte polarización sobre los núcleos de su entorno. Esto conduce a cambios en la jerarquía urbana y reorganiza la estructura espacial en el noroeste del estado. Así, se diseña una región policéntrica emergente, ya que las tres ciudades objeto de esta investigación juegan el papel de centros regionales, polarizando a través de los flujos de servicios y gestión la región noroeste. Representan, por lo tanto, nuevos arreglos urbanos, nuevas centralidades y perfilan un nuevo polo de atracción en el noroeste del estado, incorporando elementos para aprehender la complejidad de la red urbana gaúcha. Por lo tanto, se diseña una reorganización de la estructura espacial actual, con la inserción de municipios que pasan a ocupar un lugar privilegiado, en la medida que presentan nuevos aparatos técnicos, científicos y tecnológicos, provocando cambios espaciales significativos. También representan un nuevo proceso, con la interiorización de la urbanización, trayendo una nueva configuración e incorporando elementos para aprehender la complejidad de la red urbana en el estado de RS.

Palabras clave: Red urbana, policentrismo, ciudades intermedias/de intermediación, Ijuí/Santo Ângelo/Santa Rosa (RS-Brasil), Noroeste de RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - RS: Localização dos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí.....	13
Figura 2 – Procedimentos metodológicos e organização da tese	20
Figura 3 – Base teórico conceitual da pesquisa.....	20
Figura 4 - Regiões Geográficas Intermediárias do RS (IBGE, 2017)	34
Figura 5 - Região Intermediária de Ijuí e Regiões Imediatas (IBGE, 2017).....	35
Figura 6 - Regiões Funcionais de Planejamento do RS e COREDEs da Região Funcional 7	37
Figura 7 - Região Funcional 7: localização, sistema viário e densidade demográfica	38
Figura 8 - Região Intermediária de Ijuí/REGIC 2018	42
Figura 9 - Classificação dos municípios segundo macrogrupos e biomas	57
Figura 10 – RS: Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (2017).....	63
Figura 11 - RS: estabelecimentos agropecuários com produtor associado à cooperativa (2017)	67
Figura 12 - Cooperativas Agropecuárias atuantes na Região Intermediária de Ijuí	75
Figura 13 - Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972) - Noroeste RS	98
Figura 14 - Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 1987) - Noroeste RS.....	99
Figura 15 - Regiões de Influência das Cidades 1993 (IBGE, 2000) - Noroeste RS.....	101
Figura 16 - Regiões de Influência das Cidades 2007 (IBGE, 2008) - Noroeste RS.....	104
Figura 17 - Região de Influência de Porto Alegre e Hierarquia Urbana - REGIC 2018.....	108
Figura 18 - Região Intermediária de Ijuí: empregos formais por seção (2019)	112
Figura 19 - Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Santo Ângelo: empregos formais por seção (2019)	116
Figura 20 - Elementos e condicionantes estruturadores da cidade de Santo Ângelo	126
Figura 21 - Vista parcial da cidade de Santo Ângelo	129
Figura 22 - Planta da sede – Colônia Ijuhy (1901).....	131
Figura 23 - Praça da República centro da cidade de Ijuí	132
Figura 24 - Uso e ocupação do solo em Ijuí	134
Figura 25 - Vista parcial da cidade de Ijuí.....	135
Figura 26 - Sede da Prefeitura Municipal e Praça da Bandeira – Santa Rosa (1972).....	137
Figura 27 - Vista parcial da cidade de Santa Rosa -Praça da Bandeira e Praça 10 de Agosto	140

Figura 28 – Centro da cidade de Ijuí: Rua do Comércio/Avenida Coronel Dico.....	142
Figura 29 – Centro da cidade de Santo Ângelo: Ruas Marechal Floriano, Antunes Ribas e Marquês do Herval	142
Figura 30 – Centro da cidade de Santa Rosa: Avenidas Expedicionário Weber, Rio Branco e Rua Buenos Aires	143
Figura 31 - As dimensões do conceito de Policentrismo.....	148
Figura 32 - Percentual dos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo em relação à PEA (2010)	156
Figura 33 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Ijuí	164
Figura 34 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Santo Ângelo.....	165
Figura 35 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Santa Rosa.....	166
Figura 36 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa	167
Figura 37 - Localização das Instituições de Ensino Superior no RS – 2016.....	169
Figura 38 - Região Intermediária de Ijuí - Ligações entre cidades para o ensino superior 2018	171
Figura 39 - Deslocamentos para serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade: destino Ijuí – 2018.....	174
Figura 40 - Deslocamentos para serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade: destino Santa Rosa – 2018	175
Figura 41 - Deslocamentos para serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade: destino Santo Ângelo – 2018	176
Figura 42 - Região Intermediária de Ijuí - Ligações entre cidades para saúde de alta complexidade.....	177
Figura 43 - Estabelecimentos de gestão pública federal e estadual – 2019.....	181
Figura 44 - Fluxos de gestão empresarial 2014.....	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Regiões Imediatas, COREDEs e Municípios da Região.....	38
Quadro 2 - Região Intermediária de Ijuí e Regiões Imediatas	41
Quadro 3 - Redimensionamento do rural no Brasil.....	55
Quadro 4 - Classificação dos municípios brasileiros segundo macrogrupos e biomas	57
Quadro 5 - Cooperativas na Região Intermediária de Ijuí por Ramos de atividades	70
Quadro 6 - Cooperativas: municípios atendidos, unidades, vínculos empregatícios e associados	76
Quadro 7 - Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras.....	100
Quadro 8 - Classificação CNAE segundo Seção das Atividades Econômicas.....	110
Quadro 9 - Número total de empregos e estabelecimentos na Região Intermediária de Ijuí – RAIS 2019	111
Quadro 10 - Número de empregos segundo Divisão CNAE 2019 – Região Intermediária de Ijuí	113
Quadro 11 - Número total de estabelecimentos segundo Divisão CNAE 2019	118
Quadro 12 - Aspectos econômicos e urbanos de Santa Rosa, Ijuí e Santo Ângelo (IBGE, 1959)	138
Quadro 13 - Variáveis das dimensões do policentrismo funcional.....	150
Quadro 14 - Região Intermediária de Ijuí - Percentual dos deslocamentos para trabalho e estudo em relação à PEA 2010.....	155
Quadro 15 - Empresas atuantes, viagens e passageiros transportados na Região Intermediária de Ijuí – anos 2010 e 2019.....	159
Quadro 16 - Agências Bancárias e Postos de Atendimento: Região Intermediária de Ijuí (2021)	178
Quadro 17 - Região Intermediária de Ijuí: ligações com destino às cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo – REGIC 2018	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Total e Taxa de Urbanização (2000, 2010 e 2020).....	43
Tabela 2 - População Total, Urbana e Rural da Região Intermediária de Ijuí	45
Tabela 3 - Regiões Imediatas: População Total, Urbana, Rural e Taxa de Urbanização 2000-2010	45
Tabela 4 - PIB e VAB Total e por Atividade Econômica - 2019	46
Tabela 5 - Região Intermediária de Ijuí: população ocupada e população ocupada na agricultura –2010	157
Tabela 6 - REGIC 2018 – Índice de Atração Geral e Índice de Atração Temática (IAT) /Rio Grande do Sul	163
Tabela 7 - Número de Matrículas da Educação Profissional Região Intermediária de Ijuí (2019)	172
Tabela 8 - Equipamentos de saúde Região Intermediária de Ijuí (2015).....	173
Tabela 9 - Gestão territorial empresarial na Região Intermediária de Ijuí (2014): Empresas controladoras, filiais e municípios controlados selecionados.....	183
Tabela 10 - Cidades intermediárias no RS: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Bruto (2019)	186
Tabela 11 - Número de empregos formais por Seção CNAE 2019.....	205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PROBLEMA E QUESTÕES DE PESQUISA	15
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS.....	18
REFERENCIAL TEÓRICO	23
1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO.....	31
1.1 CIDADES INTERMEDIÁRIAS OU CIDADES DE INTERMEDIACÃO?	47
1.2 FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	50
1.3 que rural?	53
1.4 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	63
1.5 COOPERATIVAS NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE IJUÍ	69
1.6 CIDADES DE INTERMEDIACÃO: A RELAÇÃO RURAL-URBANO	79
2 REDE URBANA DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE IJUÍ	83
2.1 SOBRE REDES, REDES TÉCNICAS, REDES GEOGRÁFICAS E REDE(S) URBANA(S)	84
2.1.1 Rede urbana ou rede(s) urbana(s).....	86
2.1.2 Trabalhos pioneiros sobre a rede urbana brasileira	90
2.2 A REDE URBANA DO RIO GRANDE DO SUL	92
2.3 A REDE URBANA do NOROESTE DO RS A PARTIR DOS ESTUDOS DO IBGE	94
2.4 REDE URBANA E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO	109
3 EFEITOS NA(S) CIDADE(S): SOBRE A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	121
3.1 A CIDADE DE SANTO ÂNGELO.....	124
3.2 A CIDADE DE IJUÍ	129
3.3 A CIDADE DE SANTA ROSA.....	136
3.4 Organização do espaço das cidades	140
4 EIXO IJUÍ-SANTO ÂNGELO-SANTA ROSA: REDE DE CIDADES OU CIDADES (ORGANIZADAS) EM REDE?	145
4.1 SOBRE POLICENTRISMO e o processo de urbanização policêntrica.....	145
4.2 POLICENTRISMO DINÂMICO – FLUXOS	153
4.2.1 Fluxos na busca de bens e serviços na Região Noroeste do RS – REGIC 2018	161
4.3 POLICENTRISMO MORFOLÓGICO: FIXOS ENQUANTO FATOR DE CENTRALIDADE	167
4.3.1 Centralidade da Educação Superior e Técnica.....	168
4.3.2 Centralidade dos Serviços de Saúde	173

4.3.3	<i>Agências Bancárias</i>	177
4.4	FLUXOS (e FIXOS) DE GESTÃO DO TERRITÓRIO.	179
4.5	CIDADES ORGANIZADAS EM REDE.....	184
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
	REFERÊNCIAS	194
	ANEXO.....	204

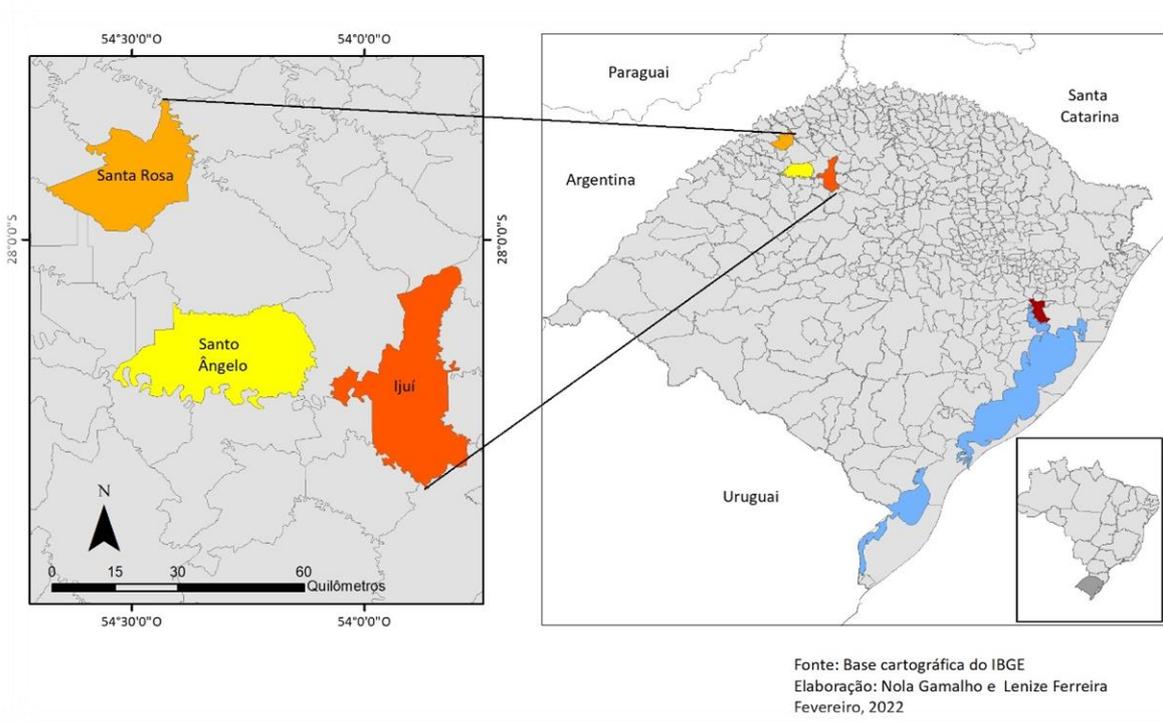
INTRODUÇÃO

No período atual verifica-se uma tendência à concentração da população em áreas urbanas, paralelo a um processo de urbanização que se desenvolve de maneira global, remetendo a expressões como: *urbanização planetária*, *explosão do urbano*, que vem acompanhada de uma mudança efetiva nas formas de organização social, política e econômica, que implicam modificações no uso do tempo e do espaço urbano e rural.

“As transformações em curso revelam a relação intrínseca entre os processos gerais do capitalismo contemporâneo, as particularidades das diferentes formações econômicas e as singularidades de cada cidade e sua região” (MATURANA et al, 2017, p.7). Nesse contexto, as cidades converteram-se em elemento essencial na articulação dos diferentes territórios e, as cidades médias ou intermediárias, emergem como fator relevante para a articulação dos respectivos sistemas urbanos e para a dinamização dos territórios circundantes. Essas cidades assumem um papel importante na escala regional, na organização dos sistemas urbanos, enquanto centralidade econômica, social e política, atrelada à ideia de serem mais sustentáveis: binômio cidade média-desenvolvimento territorial. Tornam-se elemento-chave na hora de impulsionar novas políticas de ordenação do território e de redução das disparidades territoriais de desenvolvimento.

Nosso objetivo nesta pesquisa é examinar as dinâmicas de três cidades situadas no noroeste do estado do Rio Grande do Sul: Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí (Figura 1), que se configuram como centralidades, em um entorno que se esvazia em termos populacionais. Partimos da seguinte questão: *Quais os papéis que essas cidades cumprem na rede urbana?* Localizadas na mesma formação regional, distantes aproximadamente 50 km entre si, as três cidades exercem uma centralidade e funcionalidade de centros médios, embora não possam ser classificadas como cidades de porte médio, em termos populacionais. A relativa proximidade entre as cidades (sedes municipais) permite-nos refletir que haja, entre elas, processos de cooperação e de competição, delineando a formação de uma região policêntrica no Noroeste do Rio Grande do Sul. Isso implica numa (re) organização da estrutura espacial atual do território, com a inserção de municípios que apresentam novos elementos, provocando mudanças espaciais significativas. Nesse sentido, buscamos analisar as relações que consolidam e/ou reestruturam o papel polarizador dessas cidades na rede urbana regional.

Figura 1 - RS: Localização dos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí



O interesse pela pesquisa decorre da relevância de analisarmos os processos que (re) configuram o espaço urbano em cidades que, em termos quantitativos, não poderiam ser classificadas como médias, mas que apresentam funcionalidades que as definem como *cidades de intermediação*, como centros polarizadores, o que implica numa (re) organização da estrutura espacial atual do território, com a inserção de municípios que apresentam novos elementos, provocando mudanças espaciais significativas.

Algumas dessas indagações são decorrentes de questionamentos levantados em dois projetos de pesquisa desenvolvidos no Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santa Rosa, vinculado ao Grupo de Pesquisa Políticas Habitacionais e Desenvolvimento Urbano, que nos conduziram a pensar sobre essas questões também em outros municípios do noroeste do Estado.

Outro fator de interesse surge do fato da cidade representar, ainda, o lugar onde vive uma parcela crescente da população, no qual os investimentos de capitais são maiores, em atividades localizadas no urbano e na produção da cidade. A cidade é realização humana, formada ao longo do processo histórico e que ganha materialização; diferencia-se pelas formas visíveis, em função de seus diversos usos, que tornam evidente a construção do espaço de uma maneira desigual e contraditória. O espaço da cidade é objeto de disputa entre grupos sociais, o acesso diferenciado a determinados bens, serviços e equipamentos gera a identificação de

determinados espaços de alguns grupos dominantes e a exclusão de outras parcelas da população do acesso a esses bens.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural, processo este que ocorreu de forma desordenada e acelerada, gerando problemas urbanos e agravando as desigualdades sociais no país. A modernização da agricultura constitui-se num dos aspectos marcantes da evolução da agropecuária na década de 1970. Centrou-se no amplo emprego de máquinas e de insumos de origem industrial, difundindo-se a partir de fortes subsídios creditícios. As características específicas que assumiu a modernização da agricultura estão associadas à concentração fundiária, em diferentes graus de intensidade e ao processo de valorização acentuada da terra.

Devido à mecanização do campo e ao histórico processo de concentração de terras, assistiu-se, até meados da década de 1990, a uma expulsão dos trabalhadores rurais que buscaram nas cidades seu refúgio, implicando no surgimento de grandes concentrações urbanas, esvaziamento de áreas rurais e pequenos centros. Como as indústrias absorvem cada vez menos mão de obra e o setor terciário apresenta um lado moderno, que exige qualificação profissional e outro marginal, que remunera mal e não garante estabilidade, a urbanização brasileira caminha em paralelo ao aumento da pobreza e à deterioração crescente das possibilidades de vida digna aos novos cidadãos urbanos.

No Brasil, as cidades são legalmente definidas pelos perímetros urbanos das sedes dos municípios e sedes dos distritos. De acordo com dados do Censo 2010 divulgados pelo IBGE¹, a estrutura político administrativa do território é constituída por 5.565 municípios. Os dados apontavam que, dos 5.565 municípios, 70,4% possuíam até 20 mil habitantes; 24,5% possuíam de 20 a 100 mil habitantes e apenas 5,1% dos municípios possuíam população acima de 100 mil habitantes, dentre os quais 0,7% possuíam mais de 500 mil habitantes, o que correspondia a 38 municípios. Paradoxalmente, mais da metade da população brasileira, 54,7% concentravam-se nos municípios com mais de 100 mil habitantes; 28,1% habitavam municípios de 20 a 100 mil habitantes e 17,2% da população localizava-se em municípios de até 20 mil habitantes, indicando tanto a concentração quanto a dispersão da territorialidade urbana brasileira.

Conforme Brandão (2017):

O Brasil pode ser caracterizado ao longo da sua história, como uma máquina potente de produção de cidades (...) uma urbanização complexa - simultaneamente metropolizada, litoralizada e interiorizada, com variados centros regionais medianos

¹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 10 mar 2017.

e uma miríade de *idades locais-pequenas-quase-rurais* (...) paradoxalmente concentrada e dispersa ao mesmo tempo (BRANDÃO, 2017, p.105).

Ao examinarmos a distribuição da população no Estado do Rio Grande do Sul, também se verifica uma desigual distribuição no território. Segundo dados do Atlas Socioeconômico do RS², em 2010, 85,1% da população (9.100.291 habitantes) residia em áreas urbanas, concomitante à queda nas taxas de crescimento da população. Com relação à distribuição da população total para o ano de 2010, 66,9% dos municípios gaúchos apresentavam menos de 10 mil habitantes, 24,9% possuíam população entre 10 e 50 mil habitantes e 4,8% possuíam população entre 50 e 100 mil habitantes. Os municípios com população superior a 100 mil habitantes, apenas 17 municípios no Estado, concentravam 46,8% da população total.

Analisando a distribuição de população e das atividades econômicas e urbanas no território gaúcho, percebemos que há uma concentração espacial no eixo Leste-Nordeste, que liga Porto Alegre a Caxias do Sul, constituindo a área mais povoada do Estado. As fronteiras Oeste e Noroeste caracterizam áreas de perda populacional. Segundo o estudo *RS 2030*³, dentre as tendências projetadas para o RS, destacam-se a redução de população, o crescimento nas proximidades da Região Metropolitana de Porto Alegre e Litoral, a migração no sentido Oeste – Leste e a desconcentração (ainda incipiente) da renda per capita para além do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul (RUMOS 2030, p.12).

Neste cenário, os três municípios objeto desta pesquisa, localizados em uma região de perdas populacionais no Estado, configuram-se como polos de atração de um entorno que perde população, configurando a estruturação de um novo polo urbano, alterando a estrutura espacial atual e redesenhando o espaço gaúcho.

PROBLEMA E QUESTÕES DE PESQUISA

O estado do Rio Grande do Sul convive com duas realidades distintas: a grande maioria dos municípios passa por um processo de esvaziamento populacional, movimento verificado desde a década de 1980, concomitante ao aumento de municípios em que há um elevado grau de concentração, tanto populacional, como da sua atividade econômica. De acordo com os dados dos últimos Censos Demográficos, o estado apresentou média de crescimento anual de

²Disponível em <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/>. Acesso em 03 de jun. 2017.

³RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/rs-2030-agenda-de-desenvolvimento-territorial/>

1,21% no período de 1991-2000 e, de 0,49% no período de 2000-2010, menor taxa de crescimento relativo do Brasil. Várias regiões do estado apresentaram diminuição em sua população, com destaque para as regiões da Fronteira Oeste, Centro e Norte. As regiões do Litoral, Serra e entorno da Região Metropolitana crescem acima da média do estado. A queda na taxa de fecundidade é um dos fatores que contribuem para o decréscimo da população no estado.

Outro fator que concorre para a diminuição do ritmo de crescimento da população são as migrações internas, na maior parte das vezes motivadas por fatores econômicos com deslocamentos em direção aos municípios maiores. Dentre os municípios gaúchos, 51% apresentaram taxas negativas de crescimento populacional. Estes estão localizados, principalmente, nas regiões da Fronteira Oeste e Norte do Estado [...] Nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Celeiro, Médio Alto Uruguai, Missões, Fronteira Noroeste e Norte, por exemplo, verificou-se que mais de 80% dos municípios apresentaram taxas negativas de crescimento (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS).

Mesmo em uma região de perdas populacionais, Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, configuram-se como polos de atração populacional, apresentando um incremento de população, ao compararmos os dados referentes aos anos de 2000, 2010 e 2020. Esses municípios que crescem caracterizam os polos regionais, que apresentam as maiores taxas de urbanização, o maior número de empregos e polarizam as funções na região, como será demonstrado ao longo do texto.

Cabe destacar que o município de Cruz Alta que em períodos anteriores configurava-se como área de atração e polarização para os municípios de entorno, apresenta declínio de população nos anos destacados⁴. Por esse motivo, optamos por não o incluir na pesquisa, visto que não apresenta incremento de população observado nos demais municípios. Além da centralidade urbana que Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa exercem na região noroeste do Estado (abrange aproximadamente 77 municípios), destacam-se os fluxos de deslocamentos pendulares para estudo e trabalho e o papel que essas cidades exercem no funcionamento da rede urbana regional.

Segundo o estudo *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*, publicado em 2000 pelo IPEA/IBGE, o noroeste do estado do RS indica um eixo que caracteriza uma *Aglomerção Descontínua*, agregando polos com uma dinâmica comum complementar, representado pelos municípios de Cruz Alta, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina. Esses municípios apresentam determinadas características típicas de aglomerações

⁴ No ano de 2000, a população de Cruz Alta era de 71.254 habitantes. Em 2010, conforme o Censo, era de 62.821 habitantes e, de acordo com as Estimativas de População, em 2020 a população era de 59.922 habitantes.

urbanas, como a presença de fluxos de população entre cidades, entretanto não estão sob o comando regional de uma cidade-núcleo que se destaque associado à ausência de conurbação.

A partir desses dados, informações e apontamentos, formulam-se as seguintes questões para serem investigadas por esta proposta de tese: *Quais os papéis que essas cidades cumprem na rede urbana? Esses papéis implicam numa diferente organização do espaço urbano?*

A especificidade da proposta decorre de analisarmos a (re) organização do espaço urbano em três cidades situadas na mesma formação regional, próximas entre si e que exercem uma centralidade e funcionalidade de centros médios. A relativa proximidade entre as três cidades nos permite pensar que haja, entre elas processos de cooperação e de competição, delineando a formação de uma região policêntrica no Noroeste do Rio Grande do Sul. Isso implica numa (re) organização da estrutura espacial atual do território, com a inserção de municípios que apresentam novos elementos, provocando mudanças espaciais significativas. Representa ainda um novo processo, com a interiorização da urbanização, trazendo uma nova configuração dentro do espaço gaúcho. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar *as relações que consolidam e/ou reestruturam o papel polarizador exercido pelas cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa na rede urbana regional.*

E como objetivos específicos, buscamos:

- ✓ Caracterizar a região de estudo a partir do rural, ou seja, especificar de que rural tratamos, quando nos referimos a região Noroeste do RS. Rural este que influencia o urbano;
- ✓ Compreender o urbano da região, qual urbano abordamos quando aludimos ao Noroeste do RS, quais as particularidades da região. Urbano este influenciado pelo rural.
- ✓ Analisar os papéis que essas cidades cumprem na região, na rede urbana, enquanto centros polarizadores;
- ✓ Caracterizar as dinâmicas das cidades de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e região (escala intraurbana e interurbana);
- ✓ Aprender as relações de complementaridade entre as cidades, as raízes desse processo (escala temporal) e os equipamentos urbanos que atendam outros municípios (escala interurbana);
- ✓ Identificar quais as transformações verificadas na região que influenciam o urbano, sendo a cidade entendida como espaço significativo para a sociedade pelas relações nela estabelecidas.

Partimos da hipótese de que novos papéis são assumidos por Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí, que não constituem uma aglomeração urbana contínua, mas que exercem forte

polarização sobre os núcleos do seu entorno, levando a alterações na rede urbana e reorganizando a estrutura espacial do estado, com a formação de uma região policêntrica no noroeste gaúcho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS

A produção desta tese realizou-se com o uso de diferentes procedimentos metodológicos, qualitativos e quantitativos, no intuito de fornecer uma análise abrangente da região e das cidades propostas na investigação. O estudo teórico conceitual e a análise do espaço (a partir de diferentes escalas) foram as principais estratégias para compreender se esses papéis implicam numa diferente organização do espaço urbano dessas cidades, considerando a formação de uma região policêntrica no noroeste gaúcho.

A elaboração da tese foi desenvolvida nas seguintes etapas: a primeira etapa consistiu na revisão e aprofundamento teórico conceitual, por meio da pesquisa bibliográfica e, na pesquisa de dados secundários para compreendermos os processos entre as três cidades e o papel desempenhado na rede urbana. Estabelecemos como recorte temporal a década de 1970, período que marca o processo de modernização da agricultura e que traz mudanças significativas para a região noroeste do Estado.

Nesta etapa, salientamos o estágio de pesquisa no *Departament de Geografia i Sociologia, da Universitat de Lleida*, em Catalunha, Espanha, sob a orientação da Professora Dra. Carmen Bellet Sanfeliu, que contou com apoio financeiro de bolsa de estudos concedida pela CAPES/PRINT, no período de setembro de 2019 a fevereiro de 2020 (Edital nº 002/2019-PROPG). O foco do estudo durante o estágio centrou-se em revisar e aprofundar os conceitos sobre cidades intermediárias/médias, policentralidade e redes urbanas; conceitos estes fundamentais para a construção desta tese.

Para demonstrarmos a (poli) centralidade das cidades já destacadas, utilizamos dados secundários do Censo Demográfico 2010, dados do Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial de 2019; os dados disponibilizados pela pesquisa *Região de Influência das Cidades-REGIC* (IBGE, 1987, 1993, 2007 e 2020) e, o estudo *Gestão do Território* (IBGE, 2014), que analisa os fluxos de gestão do território através de duas abordagens: a gestão pública e gestão empresarial; além de dados sobre o número de empregos formais, disponibilizados através da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS (2019) e, dados sobre a movimentação de passageiros e linhas do transporte intermunicipal, fornecidos pelo DAER RS-Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (anos de 2010 e 2019).

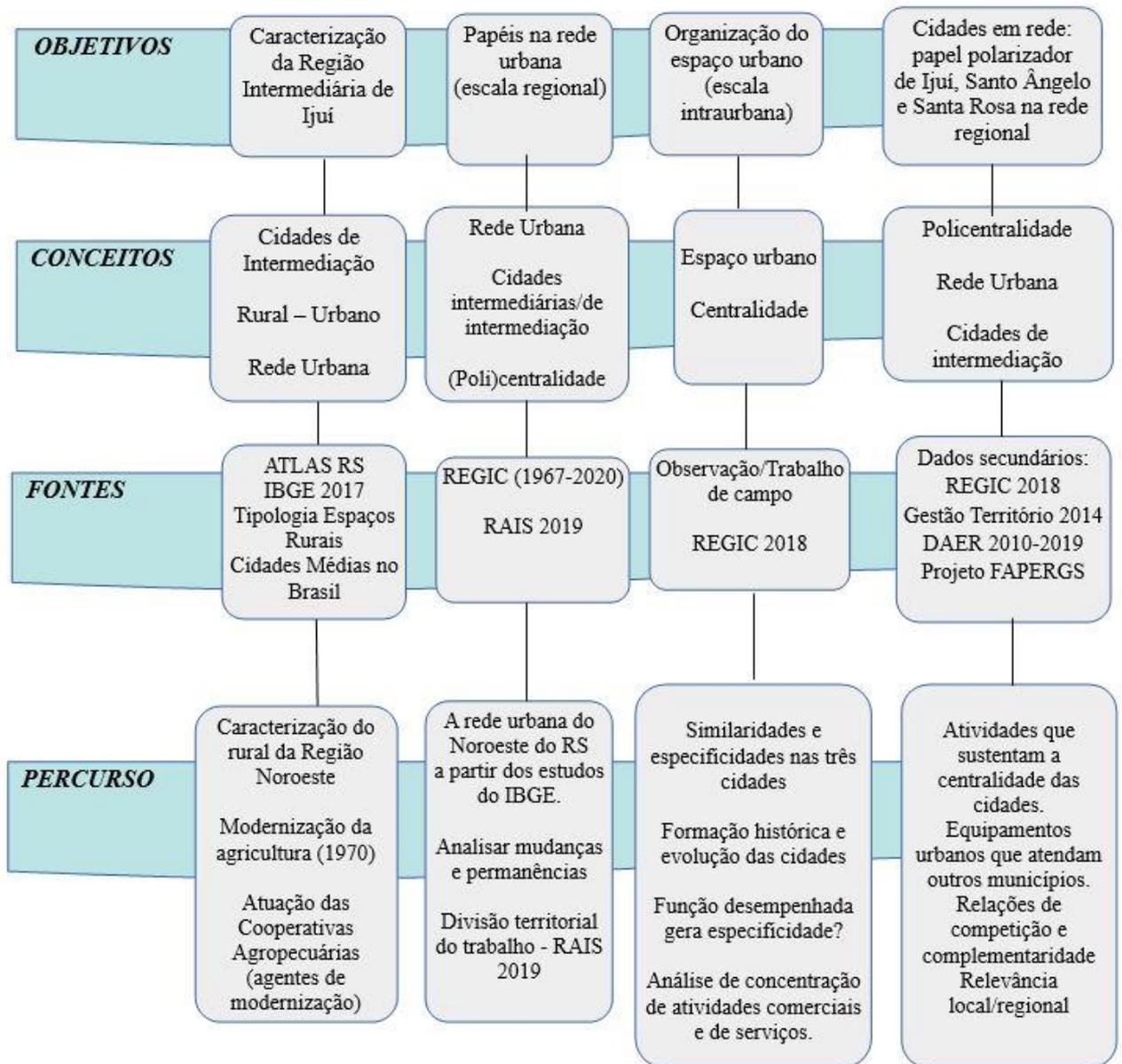
Utilizamos também dados sobre atividades econômicas e serviços que sustentam a centralidade regional dessas cidades, através das seguintes atividades: número de agências e crédito bancário; número e localização das Instituições de Ensino Superior, o número de matrículas em cursos técnicos em Instituições públicas e privadas, visto que essas cidades concentram a maior parte das vagas de ensino e, geram um deslocamento diário ou semanal para estudo; além do número de leitos/equipamentos em hospitais públicos e privados. Esses elementos definem os fixos enquanto fator de centralidade que, segundo Milton Santos (1996), geram os fluxos.

A segunda etapa envolveu a observação através de trabalhos de campo com intuito de perceber as similaridades e diferenças no espaço urbano das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo. Para que a observação possa ser usada como método científico, deve ser antes de tudo controlada e sistemática (ordenada), sendo necessário um planejamento de como e do que observar. Não deve ser considerada como sinônimo de empiricismo. A observação ou o questionamento concreto é sempre indispensável em qualquer pesquisa científica para dar conta do real e eventualmente enriquecer a teoria. Os campos tinham por intenção responder a seguinte questão: *As funções desempenhadas por essas cidades no âmbito da rede urbana geram especificidades? É possível apreender essa especificidade a partir das atividades comerciais e de serviços presentes nessas cidades?*

A terceira etapa consistiu no exame das informações e sistematização das leituras realizadas e dos dados obtidos na tentativa de responder às diferentes indagações propostas ao longo da pesquisa.

Na sequência, a Figura 2, sintetiza os procedimentos e a organização da tese, como anteriormente descrito.

Figura 2 - Procedimentos metodológicos e organização da tese



Para traçarmos esse caminho e responder aos objetivos propostos, o texto está organizado em quatro capítulos, a seguir descritos: o Capítulo 1 principia com a caracterização do recorte territorial desta pesquisa, a Região Intermediária de Ijuí, proposta de regionalização do estudo Divisão do Brasil em Regiões Geográficas e Imediatas, publicado em 2017 pelo IBGE. Na sequência, abordamos de forma sucinta a formação dos municípios de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, principais centralidades da região de estudo. As três cidades definem-se enquanto *cidades de intermediação* para as atividades agrícolas modernizadas desenvolvidas no seu entorno (SOBARZO, 2015). Buscamos tecer esse diálogo a partir das transformações

processadas pela modernização da agricultura e do surgimento de atividades especializadas para atender a esse rural modernizado. Para isso, descrevemos o rural da região noroeste do RS, que influencia o urbano, enquanto espaços complementares. Analisamos ainda, os papéis desempenhados por essas cidades no circuito da agricultura modernizada, através da atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes na região que exercem importante papel enquanto agentes de produção do espaço. Essas cooperativas constituem organizações que estabelecem o vínculo das atividades desenvolvidas no espaço rural e no urbano, geram postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico para a região. Nesse sentido, podem ser consideradas como atores locais e/ou regionais, pois sua atuação é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação, reorganizando o espaço rural e urbano.

Na sequência, o Capítulo 2 aborda a rede urbana e o papel das cidades. Iniciamos o texto com o significado das redes (técnicas, geográficas e urbanas) e os trabalhos pioneiros sobre a rede urbana brasileira. Após, examinamos de forma específica, a rede urbana do noroeste do RS a partir dos estudos *Regiões de Influência das Cidades*, publicados pelo IBGE, ou seja, como essas cidades classificam-se ao longo das cinco décadas de publicações (1967-2020). Finalizamos o capítulo com a análise da divisão territorial do trabalho na região, a partir do número de empregos formais, disponibilizado através da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS 2019.

O Capítulo 3 aborda a escala intraurbana, ou seja, a análise das cidades a partir dos serviços e atividades aí localizadas e, que atendem à região. Buscamos aqui esse olhar comparativo das cidades: o que é similar e o que difere? Quais os equipamentos urbanos que atendam outros municípios. Neste capítulo analisamos as cidades através dos fatores que levaram ao seu crescimento e desenvolvimento e, de como essas formas (e funções) materializam-se na escala intraurbana, nas cidades. Nesse sentido, a(s) cidade (s) são pensadas enquanto um processo em construção.

O Capítulo 4 traz elementos que contribuam à discussão teórica sobre policentrismo, urbanização policêntrica, cidades de intermediação e, o papel desempenhado por essas cidades na rede urbana regional. Demonstramos a centralidade das cidades destacadas através dos fluxos e fluxos na região. Para isso utilizamos dados secundários do Censo 2010, dados do Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial de 2019 e, dados da publicação *Regiões de Influência das Cidades REGIC 2018 e Gestão do Território (2014)*, ambos publicados pelo IBGE em 2020 e 2014, respectivamente; além de dados da movimentação de passageiros e linhas do transporte intermunicipal, fornecidos pelo DAER (2010, 2019). Destacamos ainda que esta análise foi construída no âmbito das discussões do Projeto de

Pesquisa *Policentrismo, rede urbana e desenvolvimento regional no RS: uma análise a partir de aglomerações urbanas selecionadas*; através do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR-UFRGS, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que envolveu pesquisadores de diversas instituições (UFRGS, UNISC, UFPEL, UFF, entre outras), submetida ao Edital FAPERGS 02/2017, coordenado pela professora Dra. Heleniza Ávila Campos (UFRGS), e que resultou na publicação do livro *Policentrismo, Rede Urbana e Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul*⁵. Este capítulo é, em parte, fruto dos encontros e discussões do Grupo de Pesquisa.

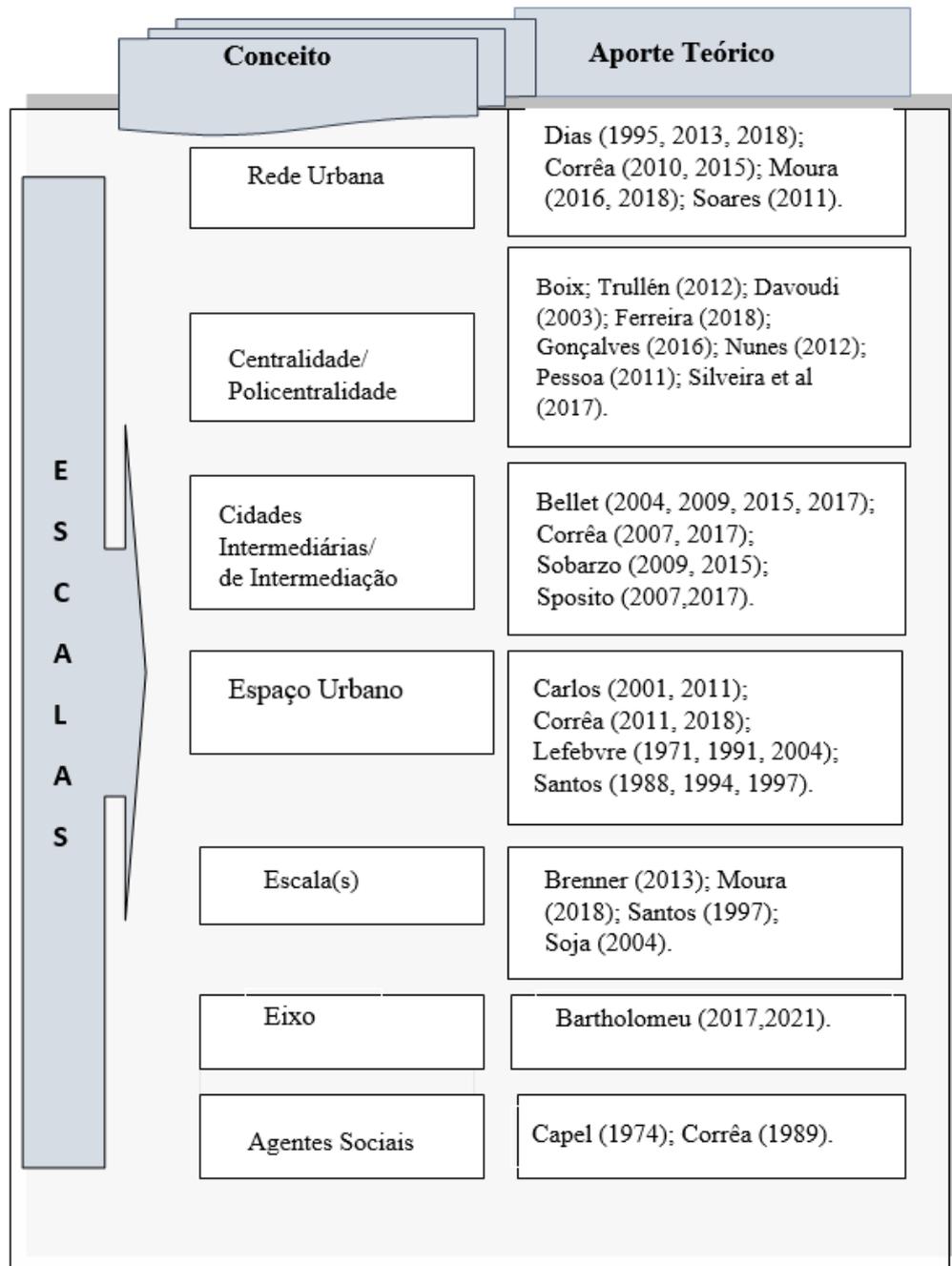
Por fim, nas Considerações Finais, buscamos sintetizar as reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa.

⁵ CAMPOS, Heleniza Ávila; MARASCHIN, Clarice; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da [Orgs.] **Policentrismo, Rede Urbana e Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa tem como alicerce os conceitos de rede urbana, policentralidade e cidades intermediárias (de intermediação). A construção teórica do texto foi fundamentada em autores como Dias (1995, 2013, 2018); Corrêa (2010, 2015); Moura (2016, 2018); Soares (2011), sobre rede urbana; Boix; Trullén (2012), Davoudi (2003), Pessoa (2011) e Silveira *et al* (2017) sobre policentrismo; Bellet (2004, 2009, 2015, 2017); Corrêa (1996, 2007, 2017); Sobarzo (2009, 2015), Sposito (2007,2017), sobre cidades intermediárias e, sua relação com a rede urbana; entre outros autores que constituíram a base teórica da pesquisa. Além desses conceitos já citados, outros, perpassam todo o texto, que são: o de escala utilizada enquanto conceito e metodologia; agentes sociais, espaço urbano e eixo; como demonstrado na Figura 3:

Figura 3 - Base teórico conceitual da pesquisa



Na sequência abordaremos os conceitos de escala, eixo e agentes, que percorrem todo o texto. Os conceitos de rede urbana, centralidade/policentralidade, cidades intermediárias/de intermediação, e espaço urbano serão enfatizados no decorrer dos capítulos. O conceito de cidades intermediárias será abordado no Capítulo 1. A rede urbana será explanada ao longo do Capítulo 2. Na sequência, no Capítulo 3, trabalharemos o conceito de espaço urbano. E, ao longo do Capítulo 4, ressaltaremos o conceito de policentralidade e regiões urbanas policêntricas. Utilizamos o conceito de policentrismo enquanto recurso metodológico

(SILVEIRA *et al.*, 2017) para explicar a reorganização da rede urbana e do espaço urbano no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a partir de centros urbanos, anteriormente secundários, que adquirem relevância em virtude de novas demandas sociais e econômicas.

Na Geografia Brasileira o termo eixo aparece ligado à adoção do paradigma do planejamento por eixos de desenvolvimento, o que estimulou a análise das transformações em curso a partir do final do século XX e início do século XXI. Segundo Bartholomeu (2021), a partir dos anos 1990, o conceito de eixo é utilizado como instrumento do planejamento territorial para o desenvolvimento, através do provimento de infraestrutura, de determinadas porções do espaço, identificadas por eixos ou corredores, que apresentam uma forma predominantemente linear e ligam pontos de concentração de atividades relevantes. “Portanto, o conceito normativo de eixo tem sido regularmente mobilizado como signo de uma espacialidade social instrumentalizada pelos agentes que promovem o planejamento do espaço” (BARTHOLOMEU, 2021, p. 80).

De acordo com Bartholomeu (2021), o eixo não serve como ligação de quaisquer localidades, mas daquelas que possuem alguma expressividade para o planejamento, em termos econômicos, políticos, culturais, entre outros. Os planejamentos baseados em eixos passaram a apresentar uma preocupação econômica cada vez maior, especialmente em relação aos benefícios para o setor privado.

O conceito de eixo, em seu sentido de espacialidade social — o qual não deve ser desvinculado do conceito de corredor —, encontra sua gênese na década de 1960 como conceito analítico voltado para compreender determinadas expressões espaciais do desenvolvimento econômico. Seu devir, porém, é marcado por sua significativa instrumentalização pelo planejamento territorial neoliberal, notadamente a partir dos anos 1990, distorcendo os sentidos originais. A difusão dos sentidos normativos desde então tem influência predominante sobre as definições científicas e do senso comum, embora esforços recentes no campo analítico tenham procurado ressignificar o conceito de eixo, dando-lhe maior embasamento teórico, algo que a recuperação das formulações originais pode ajudar (BARTHOLOMEU, 2021, P.34).

Bartholomeu (2021) cita, ainda, autores que trabalharam com o conceito de eixo e, que serviram de referência para trabalhos posteriores, dentre os quais: Becker (1999), Natal, Rua e Esteves (1999), Davidovich (2000), Matushima e Sposito (2002), Bordo (2005) e Sposito (2007).

Sposito (2007) traz o conceito de *eixos de desenvolvimento* ao tratar sobre a reestruturação produtiva e urbana no estado de São Paulo. Com base em Sánchez Hernández (1998), Sposito (2007) define como eixos de desenvolvimento “as vias de transporte de trânsito rápido, associadas à infraestrutura logística de comunicação por *internet* e fibras óticas, que proporcionam condições mais favoráveis para a localização industrial e a dinâmica interna das

idades em sua organização em forma de redes” (SPOSITO, 2007, n.p.). Os eixos de desenvolvimento associam-se a um conjunto de núcleos urbanos (de diferentes dimensões), situados ao longo de uma via de transporte que estimule a localização da atividade industrial e, facilite o estabelecimento de relações funcionais internas (SPOSITO, 2007).

Fundamentado em Bartholomeu (2021, 2017), quando utilizarmos o conceito de eixo ao longo do texto, nos referimos ao seu sentido de espacialidade social. O eixo se configura como um espaço de ligação entre lugares, que englobam fluxo de capitais, pessoas, mercadorias, informações. “Primeiramente, partimos do entendimento fundamental de que o eixo não é uma linha ou um conjunto de linhas a conectar dois ou mais pontos, mas um segmento do espaço, o qual de fato serve como ligação entre diferentes localidades” (BARTHOLOMEU, 2021, p.269). O eixo também abrange as áreas adjacentes, que direta ou indiretamente são influenciadas por esses fluxos. Fazem referência, portanto, a um ou mais processos ou relações sociais. “Esses processos e relações se expressam materialmente, por sua vez, nos eixos, seja por meio da ocorrência de fluxos fundamentais a eles, seja por meio da instalação de fixos, também relacionados a tais processos e relações, acompanhando a forma geral dos eixos” (BARTHOLOMEU, 2021, p.269/270). É possível falar, nesse sentido, em eixos de urbanização, eixos de industrialização, eixos de desenvolvimento, entre outros, desde que os fixos e/ou fluxos referentes a cada processo ou relação social atribuída ao eixo sejam perceptíveis nestes espaços.

Também queremos dizer que uma análise mais refinada de eixos demanda multiescalaridade; isto é, não basta apenas tratar o eixo na sua própria escala, mas também contemplar as escalas locais referentes a seus pontos terminais e intermediários, buscando entender melhor as dinâmicas que contribuem para a estruturação dos fluxos, e as escalas mais amplas, a fim de compreendê-lo na relação com os demais eixos e espaços. Outro ponto que precisamos levantar é o de que as vias que compõem os eixos possuem diferentes graus de interação com o entorno, numa perspectiva mais qualitativa que quantitativa (BARTHOLOMEU, 2017, p.16-17).

Destarte, quando mencionarmos o Eixo Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, partimos da premissa que o eixo se configura como um espaço de ligação entre dois ou mais lugares com significativo fluxo de capitais, pessoas, mercadorias, informações. Corresponde, portanto, a uma parcela do espaço, o que nos permite compreender a relação entre espaço e circulação.

Da mesma forma que o conceito de eixo, o conceito de escala, utilizado enquanto perspectiva teórica, analítica e metodológica, também percorre todo o texto. Como recurso matemático fundamental da cartografia, a escala corresponde a uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica. A conceituação de escala apenas como esta relação, é insuficiente, tendo em vista as possibilidades de reflexão que o termo pode adquirir, desde que liberto de uma perspectiva puramente matemática. A escala ganha novos

contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real.

A escala geográfica, por sua vez, implica uma estratégia de apreensão da realidade, na impossibilidade de compreender a totalidade, que define o campo empírico da pesquisa, os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado. A análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos. O problema do tamanho é, na realidade, intrínseco à análise espacial e os recortes escolhidos são aqueles dos fenômenos que são privilegiados por ela.

Racine, Raffestin e Ruffy (1983), destacam a inconveniência da analogia entre as escalas cartográfica e geográfica. Segundo os autores, este problema existe porque a geografia não dispõe de um conceito próprio de escala e adotou o conceito cartográfico, embora não seja evidente que este lhe seja apropriado, pois a escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica, enquanto a escala geográfica exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica. Partindo do princípio de que a escala é uma problemática geográfica específica e deve ser pensada enquanto tal, os autores trouxeram uma contribuição importante, ao demonstrar que a escala é um processo de “esquecimento coerente”. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado.

Como conceito geográfico, a utilização de uma escala exprime, portanto, uma intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto. Define-se como a articulação de ações e atores operando em níveis diferentes. As escalas são socialmente construídas, dinâmicas e mutáveis. O que importa é a percepção resultante, na qual o real é presente. A escala é, portanto, o artifício analítico que dá visibilidade ao real.

Nas palavras de Souza (2013) a escala geográfica deve ser subdividida em escala do fenômeno (abrangência física no mundo), escala de análise (intelectualmente construída como um nível analítico) e escala de ação (alcance espacial das práticas dos agentes). Refere-se a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações – em geral, coletivas – e ao papel de agentes/sujeitos. Ou seja, as escalas são socialmente construídas, dinâmicas e mutáveis. O autor critica ainda o fato de pesquisadores tomarem os níveis de análise da realidade como “dados”, como se o local e o regional existissem por si sós, independente da construção do objeto por parte do pesquisador. As escalas são articuladas e, por vezes, socialmente (re) construídas, através da articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes.

Optar por uma escala de análise implica definir um modo e um campo de comparações. Brenner (2013) utiliza o termo **reescalonamento** para definir o processo de reorganização e rearranjo dos vínculos entre as escalas geográficas, para entendermos a reorganização territorial do urbano, urbano esse que “não é constituído pela demarcação de uma área territorial, mas sim através da cristalização de uma posição socioespacial dentro de um quadro amplo de relações multiescalares” (BRENNER, 2018, p.11).

O desafio que nos propomos ao longo desta pesquisa é um olhar **interescalar** para analisar as cidades e região; as relações entre as escalas da rede urbana. Entendemos que apenas a escala da cidade não abarca as transformações recentes, tornando necessário um entrelaçamento de diferentes escalas para pensar o urbano. Nesse sentido, utilizamos o conceito de Escala enquanto perspectiva analítica e metodológica, para dar conta da complexidade atual, visto que a escala geográfica constitui uma importante ferramenta para abarcar as transformações urbanas do período atual.

Segundo Corrêa (2018), a urbanização manifesta-se em duas escalas, simultaneamente geográficas e conceituais: a escala da rede urbana e a escala do espaço urbano. “Ambos os conceitos, rede urbana e espaço urbano, não implicam visão dicotômica do urbano, pois há intensas conexões entre processos que são engendrados em uma escala e realizados material e funcionalmente na outra escala” (CORRÊA, 2018, p.147). O autor aborda ainda uma escala intermediária, concebida entre as duas anteriormente citadas, a escala da rede e a escala do espaço urbano, que leva a pensar a urbanização por meio de formas espaciais como megalópole, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, eixos urbanizados e a cidade dispersa.

A *escala intermediária*, como citado por Corrêa (2018), corresponderia a esse *eixo urbanizado*, ou seja, às cidades interligadas por meio de rodovias, que não constituem uma aglomeração contínua, entretanto organizadas em rede.

Da mesma forma, SOJA (2004) propõe olhar (dialeticamente) as cidades, o urbano, a partir da perspectiva macro-*mezzo*-micro – os três aspectos em movimento: macro, global; micro, local; e *mezzo*, o aspecto regional – que o autor denomina de uma terceira via. Para Soja (2004) o conceito regional se aplica a todas as escalas e, a capacidade de entender a escala constitui um dos aspectos mais complexos na perspectiva espacial.

(...) Porque, intuitivamente, la gente reconoce que hay diferentes escalas, pero encuentran difícil observar estas en términos de complejas interacciones de escalas o de cosas operando en modos similares más allá de la escala. Por tanto el concepto de región se aplica a escala global. Hay teóricos hoy en día que están tratando de re-teorizar como la economía global ha sido regionalizada, por ejemplo, las viejas regiones norte-sur, primer mundo, segundo mundo, tercer mundo (...) Pero ahora

tenemos ciudades regionales, urbanizaciones regionales, redes regionales policéntricas de ciudades (SOJA, 2004, n/p).

Destarte, o texto Escalas da Urbanização Brasileira⁶, constitui um exercício de classificação dos municípios brasileiros segundo sua inserção no processo de urbanização do país. Objetiva identificar as diferentes escalas da urbanização brasileira e os conjuntos de municípios nelas inserido. As informações e parâmetros utilizados pelos autores para fundamentarem a classificação foram: grau de urbanização dos municípios, ocupação em atividades não agrícolas em relação ao total das ocupações do município; proporção de pessoas em fluxos pendulares de saída em relação ao total do município que estuda e/ou trabalha (10%) e a taxa de crescimento da população total (2000-2010).

O resultado das sínteses e correlações dos parâmetros de classificação (explicado de forma detalhada no texto), levou à definição de quatro classes de municípios, caracterizando as quatro dimensões da urbanização brasileira (em 2010), que correspondem a escalas diferenciadas do mesmo processo, ou seja, as escalas da urbanização brasileira. As quatro classes (escalas da urbanização) são: estágio avançado ou municípios em processo de metropolização (1785); municípios fortemente urbanizados (689), municípios urbanizados (2.349) e, municípios em transição ou sob influência do urbano (742 municípios) (MOURA, 2018, p.12). Essa classificação é o caminho para pensarmos o noroeste do Rio Grande do Sul.

De modo geral, observa-se que o país organiza-se a partir de um conjunto de aglomerações fortemente urbanizadas ao longo de todo o contorno litorâneo, adensando-se no Sudeste e no Sul. Nas demais regiões, as centralidades de natureza metropolitana apresentam-se aglomeradas, mas **são também evidentes os eixos urbanizados acompanhando o sistema viário principal, no qual se alojam pequenos e médios centros.** (MOURA et al, 2018, p.16).

Há, portanto, a emergência de novos núcleos urbanos, diversidade funcional de centros existentes e maior articulação entre centros e regiões, o que fez com que se ampliasse a complexidade dos padrões espaciais da rede e ocorressem novas formas de urbanização (MOURA et al, 2018).

Por fim, cabe abordar os agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano, entendido não apenas como o espaço da cidade, mas a extensão desse urbano. Para Capel (1974) os agentes da produção do espaço são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários

⁶ MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Samara; PÊGO, Bolívar. Escalas da Urbanização Brasileira. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ipea, março de 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32768 Acesso em: 18 jan. 2019

do solo, os promotores imobiliários e as empresas da construção e, os organismos públicos (Estado), que é, simultaneamente agente e árbitro: agente quando realiza operações concretas que contribuem para modelar a cidade e, árbitro quando intervém nos conflitos surgidos entre os outros agentes, contribuindo para superar suas contradições.

Corrêa (1989) acrescenta aos agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano, os grupos sociais excluídos. Segundo o autor, ainda que possa haver diferenciações em suas estratégias, o interesse principal dos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e promotores imobiliários é a apropriação da renda da terra. “A ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é da reprodução das relações de produção” (CORRÊA, 1989, p.12).

De acordo com Corrêa (1989), as estratégias desses agentes variam no tempo e no espaço, podendo decorrer tanto de causas externas quanto de causas internas aos agentes. A ação desses é complexa, pois resulta da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações sociais e dos conflitos que surgem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial, constituindo áreas destinadas ao comércio, à produção, à habitação. O espaço urbano é, portanto, estruturado de acordo com a atuação dos diferentes agentes sociais presentes neste local.

Nesse sentido, buscamos essa **análise interescalar**, de verificar quais agentes sociais e em quais escalas que atuam nesse *eixo urbanizado* que compõem o Noroeste do Rio Grande do Sul. Não basta apenas identificar as cidades intermediárias, mas considerá-las em conformidade às respectivas escalas de urbanização nas quais se inserem, posto que os papéis e as funções de intermediação a serem exercidos dependerão e serão variados segundo as características dessas escalas, das exigências específicas que resultam de sua inserção na divisão regional do trabalho (MOURA, 2018, p.56).

Essas cidades não devem apenas ser analisadas no contexto do seu espaço de influência, na região e, nas relações com as cidades hierarquicamente superiores. Englobam ainda interações espaciais e relações entre elas e espaços distantes, que se estabelecem também em outras escalas (local, nacional, global). Estabelecem, portanto, articulações entre escalas em uma ordem próxima e a ordem distante, entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1997; SPOSITO, 2006).

1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO

Situado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina, o recorte territorial definido para a pesquisa corresponde à Região Intermediária de Ijuí, proposta de regionalização do estudo *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias*, publicado em 2017 pelo IBGE, que traz uma atualização dos recortes regionais da década de 1980, devido à maior heterogeneidade do território. Corresponde, portanto, a uma revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que passam a ser denominadas Regiões Intermediárias e Regiões Imediatas, respectivamente.

A Divisão Regional do Brasil por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (IBGE, 1990) foi resultado de transformações nas estruturas socioeconômicas do país e, principalmente, de mudanças significativas no entendimento do conceito de região. Aprendia, portanto, a realidade territorial de um Brasil Central articulado por um complexo agroindustrial em processo de consolidação e que viria a inserir o interior do País na produção mundial de *commodities*, transformando o campo e a produção agropecuária brasileira em um segmento de cadeia produtiva organizada em escala mundial. O conceito de organização do espaço – refere-se às diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial.

Conforme o estudo, Mesorregião define-se enquanto área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas em três dimensões: 1) processo social como determinante, 2) quadro natural como condicionante e 3) rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. O Brasil foi dividido em 136 mesorregiões, que correspondem atualmente às Regiões Intermediárias.

De acordo com a regionalização de 1990, as microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Referem-se à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Se diferenciam basicamente pela influência dos centros urbanos e pelos tipos de uso do solo dominantes. O território brasileiro foi dividido em 558 microrregiões. O estado do RS dividia-se em 35 microrregiões.

Esta nova regionalização do território, em *Regiões Imediatas e Intermediárias*, publicada em 2017, corresponde a: definição de um novo quadro regional vinculada ao intenso

processo de ocupação e ampliação dos espaços produtivos e a criação de municípios a partir da Constituição Federal 1988; e uma revisão das unidades mesorregionais e microrregionais: nos termos teórico-metodológicos, há a revalorização da dimensão regional aqui tratada na perspectiva da rede urbana brasileira.

A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas (IBGE, 2017, p.18).

A publicação tem por referência estudos anteriores publicados pelo IBGE para a regionalização proposta, a seguir: Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008); Divisão Urbano-Regional (IBGE, 2013); Gestão do Território 2014 (IBGE, 2014); Logística dos Transportes do Brasil 2014 (IBGE, 2014); Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil⁷ (IBGE, 2016). Esses estudos compõem as referências utilizadas para definirmos o recorte territorial da Região Noroeste, denominada de Região Intermediária de Ijuí.

De acordo com a atual regionalização, os 5.570 municípios brasileiros estão distribuídos em 570 Regiões Geográficas Imediatas, que por sua vez organizam-se em 133 Regiões Geográficas Intermediárias. A dimensão regional é abordada na perspectiva da rede urbana brasileira que, acompanhada da infraestrutura que interliga essa rede, “constitui elemento central para conduzir uma análise regional comprometida com a coesão territorial do País e, simultaneamente, com a busca das diferenças e diversidades” (IBGE, 2017, p.9).

As **Regiões Geográficas Imediatas** têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. Para cada Região Geográfica Imediata, foram definidos o limite mínimo de cinco e o máximo de 25 municípios e limitado o tamanho de cada região a um contingente populacional mínimo de 50 mil habitantes. Para isso foram utilizados os resultados das Estimativas de População de 2016. Com base no estudo

⁷ Arranjo Populacional corresponde a agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, em razão dos deslocamentos cotidianos para trabalho ou estudo ou à contiguidade entre manchas urbanas, essas unidades de análise formam um espaço urbano único, portanto considerado indivisível (IBGE, 2016). De acordo com o estudo, as cidades de Santo Ângelo e Entre-Ijuís definem um Arranjo Populacional.

REGIC 2007, definiu-se que cada Região Imediata deveria conter, no mínimo, uma cidade classificada como Centro de Zona B e um polo articulador de seu território, que pode ser um município isolado ou um arranjo populacional. O polo articulador dá nome à Região Imediata (IBGE, 2017, p.22).

As *Regiões Geográficas Intermediárias* correspondem a uma escala intermediária entre as unidades da federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrópoles ou Capitais Regionais (REGIC 2007). Nos locais que não existiam Metrópoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias. De acordo com a proposta de regionalização, a Região Intermediária organiza o território, articulando as Regiões Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior, que se diferencia a partir dos fluxos de gestão privado e público e de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017, p.19). Portanto, as Regiões Imediatas são referendadas a partir da rede urbana.

O estado do Rio Grande do Sul divide-se, segundo a proposta em 8 Regiões Intermediárias (em ordem alfabética): Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul/Lajeado, Santa Maria e Uruguaiana (Figura 4).

Figura 2 - Regiões Geográficas Intermediárias do RS (IBGE, 2017)



Elaborado por Débora Krug com base em IBGE (2017).

Estas 8 Regiões Intermediárias subdividem-se em 43 Regiões Imediatas (que correspondem na divisão anterior, de 1990, às microrregiões). O noroeste do estado corresponde à Região Geográfica Intermediária de Ijuí, abrange 77 municípios divididos nas seguintes Regiões Imediatas: Cerro Largo (8 municípios), Ijuí (16 municípios), Santa Rosa (12 municípios), Santo Ângelo (8 municípios), São Luiz Gonzaga (9 municípios), Três de Maio (8 municípios) e Três Passos (16 municípios), como pode ser observado na Figura 5.

Figura 3 - Região Intermediária de Ijuí e Regiões Imediatas (IBGE, 2017)



Elaborado por Débora Krug com base em IBGE (2017).

Constatamos diferentes propostas de regionalização para o estado do RS. De acordo com a publicação *Regionalizações dos Órgãos Estaduais do Rio Grande do Sul* (2018), foram identificadas 25 diferentes regionalizações dos órgãos estaduais, específicas para políticas setoriais no estado. Há, assim, tantos conjuntos regionais quanto há critérios estabelecidos para a regionalização. Dentre todas elas, destacamos a divisão em Regiões Funcionais, regionalização proposta no estudo *Rumos 2015*⁸, a partir dos municípios e COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), que definiu nove Regiões Funcionais de Planejamento para o Estado do RS. As Regiões Funcionais são definidas segundo o estudo *Regionalizações dos Órgãos Estaduais do Rio Grande do Sul* (2018) como uma regionalização

⁸**Rumos 2015:** estudo sobre o desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul. Publicado em 2006, tinha como objetivo subsidiar a ação pública no enfrentamento das desigualdades regionais do Estado do RS. Dentre os objetivos específicos do estudo estava a definição de estratégias de ordenamento e planejamento territorial, a construção de cenários futuros, que identificassem impactos entre situações com ou sem a implementação das propostas definidas. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>.

de referência no estado, numa perspectiva multiescalar: agregando os COREDEs em Regiões Funcionais. Representa, portanto, uma nova escala regional.

Os COREDEs se constituem em fóruns de discussão e decisão sobre políticas e ações relativas ao desenvolvimento regional. Sua criação foi estimulada pelo Governo do Estado do RS e teve origem a partir de 1991, com a aproximação entre governo e instituições regionais, em especial as universidades e Associações de Municípios. Foram criados oficialmente pela Lei 10.283/1994⁹. Seus objetivos são: a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente. Atualmente o Estado conta com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

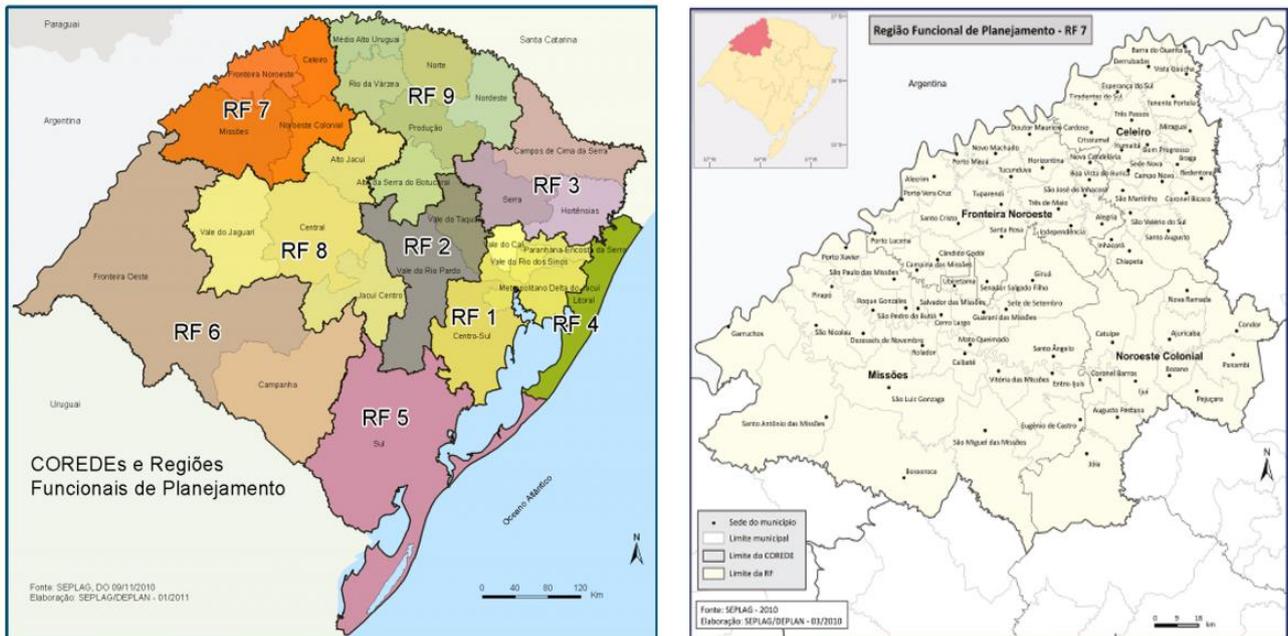
A regionalização em Regiões Funcionais foi estabelecida a partir de critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas à identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior, entre outros.

O recorte territorial da Região Intermediária de Ijuí (IBGE, 2017) coincide, em limites territoriais, à **Região Funcional 7** (RUMOS, 2015), que reúne quatro COREDEs¹⁰: *Missões* (abrange 25 municípios), *Fronteira Noroeste* (abrange 20 municípios), *Noroeste Colonial* (formado por 11 municípios) e *Celeiro* (engloba 21 municípios), conforme demonstrado na Figura 6.

⁹Informações disponíveis em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes> Acesso em 27 nov. 2019.

¹⁰Quando da publicação do estudo, a Região Funcional 7 (RF7) contava com três Conselhos Regionais de Desenvolvimento-COREDEs. Em 2008, através do Decreto 45.436, foi criado o COREDE Celeiro (os municípios pertenciam anteriormente ao COREDE Noroeste Colonial).

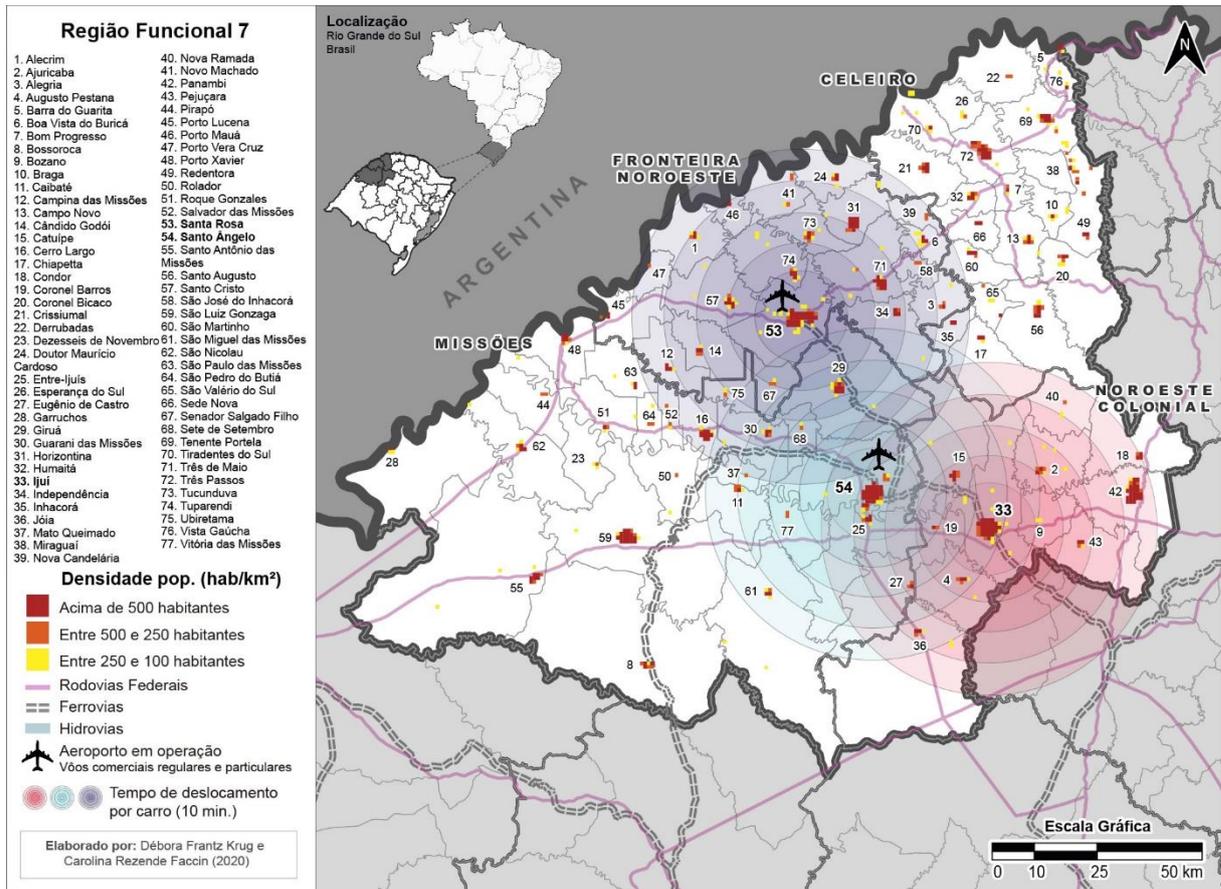
Figura 4 - Regiões Funcionais de Planejamento do RS e COREDEs da Região Funcional 7



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL

A Região Funcional 7 possui forte tradição na atividade agrícola voltada para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho e trigo; e, na pecuária, com produção de leite e criação de aves e suínos. “Abrange 77 municípios que possuem homogeneidade na produção agrícola voltada aos grãos, apesar de a região das Missões ter características fundiárias distintas das duas outras” (RUMOS, 2015, p.62). O trigo e a soja são responsáveis pelo início do processo de modernização no RS, a partir da década de 1970. Destacamos ainda a cadeia de máquinas e implementos agrícolas que tem na região alguns dos principais polos - Horizontina, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo e Santa Rosa. Essas cidades também registram interações nos empregos, nas viagens de transportes, na rede e hierarquia urbana, nas universidades e centros de pesquisas e nos serviços de saúde (FERREIRA, 2019), conforme apresenta a seguinte figura (Figura 7):

Figura 5 -Região Funcional 7: localização, sistema viário e densidade demográfica



Elaborado por Débora Krug e Carolina Faccin, a partir de IBGE (2016) e DNIT (2015)

As duas propostas de regionalização anteriormente descritas, **Região Funcional 7** (RUMOS 2015) e **Região Intermediária de Ijuí** (IBGE, 2017), correspondem em termos de limites territoriais, como já mencionado anteriormente. O COREDE Missões corresponde às Regiões Imediatas de Cerro Largo, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga; o COREDE Fronteira Noroeste corresponde às Regiões Imediatas de Santa Rosa e Três de Maio; o COREDE Noroeste Colonial corresponde à Região Imediata de Ijuí, que abrange também cinco municípios do COREDE Celeiro; e a Região Imediata de Três Passos corresponde à quase totalidade dos municípios do COREDE Celeiro, conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Regiões Imediatas, COREDEs e Municípios da Região

Região Geográfica Intermediária (IBGE, 2017)	Região Funcional 7 (RUMOS 2015)	Municípios
Região Geográfica Imediata Cerro Largo	COREDE Missões	Cerro Largo, Mato Queimado, Porto Xavier,

		Roque Gonzalez, Salvador das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Ubiretama.
Região Geográfica Imediata Ijuí	COREDE Noroeste Colonial	Ajuricaba Augusto Pestana Bozano, Catuípe, Condor Coronel Barros Ijuí Jóia Nova Ramada Panambi Pejuçara
Região Geográfica Imediata Ijuí	COREDE Celeiro	Chiapetta Coronel Bicaco Inhacorá Santo Augusto São Valério do Sul
Região Geográfica Imediata Santa Rosa	COREDE Fronteira Noroeste	Alecrim Campina das Missões Cândido Godói Novo Machado Porto Lucena Porto Mauá Porto Vera Cruz Santa Rosa Santo Cristo Senador Salgado Filho Tucunduva Tuparendi
Região Geográfica Imediata Santo Ângelo	COREDE Missões	Entre-Ijuís Eugênio de Castro Giruá Guarani das Missões Santo Ângelo São Miguel das Missões Sete de Setembro Vitória das Missões
Região Geográfica Imediata São Luiz Gonzaga	COREDE Missões	Bossoroca Caibaté Dezesseis de Novembro Garruchos Pirapó Rolador

		Santo Antônio das Missões São Luiz Gonzaga São Nicolau
Região Geográfica Imediata Três de Maio	COREDE Fronteira Noroeste	Alegria Boa Vista do Buricá Doutor Maurício Cardoso Horizontina Independência Nova Candelária São José do Inhacorá Três de Maio
Região Geográfica Imediata Três Passos	COREDE Celeiro	Barra do Guarita Bom Progresso Braga Campo Novo Crissiumal Derrubadas Esperança do Sul Humaitá Miraguaí Redentora São Martinho Sede Nova Tenente Portela Tiradentes do Sul Três Passos Vista Gaúcha

Organizado pela autora

As Regiões Geográficas Intermediárias são consideradas escalas intermediárias entre a Unidade da Federação e as Regiões Imediatas. Estabelecendo uma relação com as Regiões Funcionais, estas correspondem também a uma escala intermediária, ou seja, regional. Ambas as propostas utilizam a região enquanto escala intermediária de análise, o que vai ao encontro desta tese.

De acordo com Santos (1997, p.196), “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”. Para o autor, habituamo-nos com a ideia de região como uma construção estável.

Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem (SANTOS, 1997, p.197).

Optamos por utilizar ao longo do texto a proposta de Regiões Intermediárias/Imediatas do IBGE, por apresentar maior convergência com a pesquisa, nos aspectos teóricos e metodológicos, ao definir o recorte territorial a partir da rede urbana. Quando nos referirmos à Região, corresponde, portanto, ao recorte espacial da Região Intermediária de Ijuí. Embora na proposta de regionalização (IBGE, 2017), a cidade de Ijuí defina a principal hierarquia da região, ao longo do texto procuramos demonstrar que essa hierarquia não se estabelece de forma tão rígida, englobando também relações horizontais, entre as três principais cidades/centralidades da Região. Destarte, trabalhamos com três escalas de análise: escala da cidade, respectiva sub-região (Regiões Imediatas) e a Região Intermediária em si, visto que não é possível estudar essas cidades desvinculadas da região.

Esta pesquisa corresponde às cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, respectivas sub-regiões e a região em si. Essas três cidades definem as principais centralidades do nosso recorte espacial, visto que apresentam o maior número de empregos, valor do PIB, serviços de saúde de média e alta complexidade, instituições de ensino; são também as cidades que detêm o maior número de população total e urbana, bem como as maiores taxas de urbanização.

É importante destacar que as cidades de Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Três Passos representam centralidades secundárias na região, como demonstrado no REGIC 2018. Entretanto, optamos, para esta pesquisa, em enfatizar as três maiores centralidades e estabelecer o seguinte recorte para estudar a região:

Quadro 2 - Região Intermediária de Ijuí e Regiões Imediatas

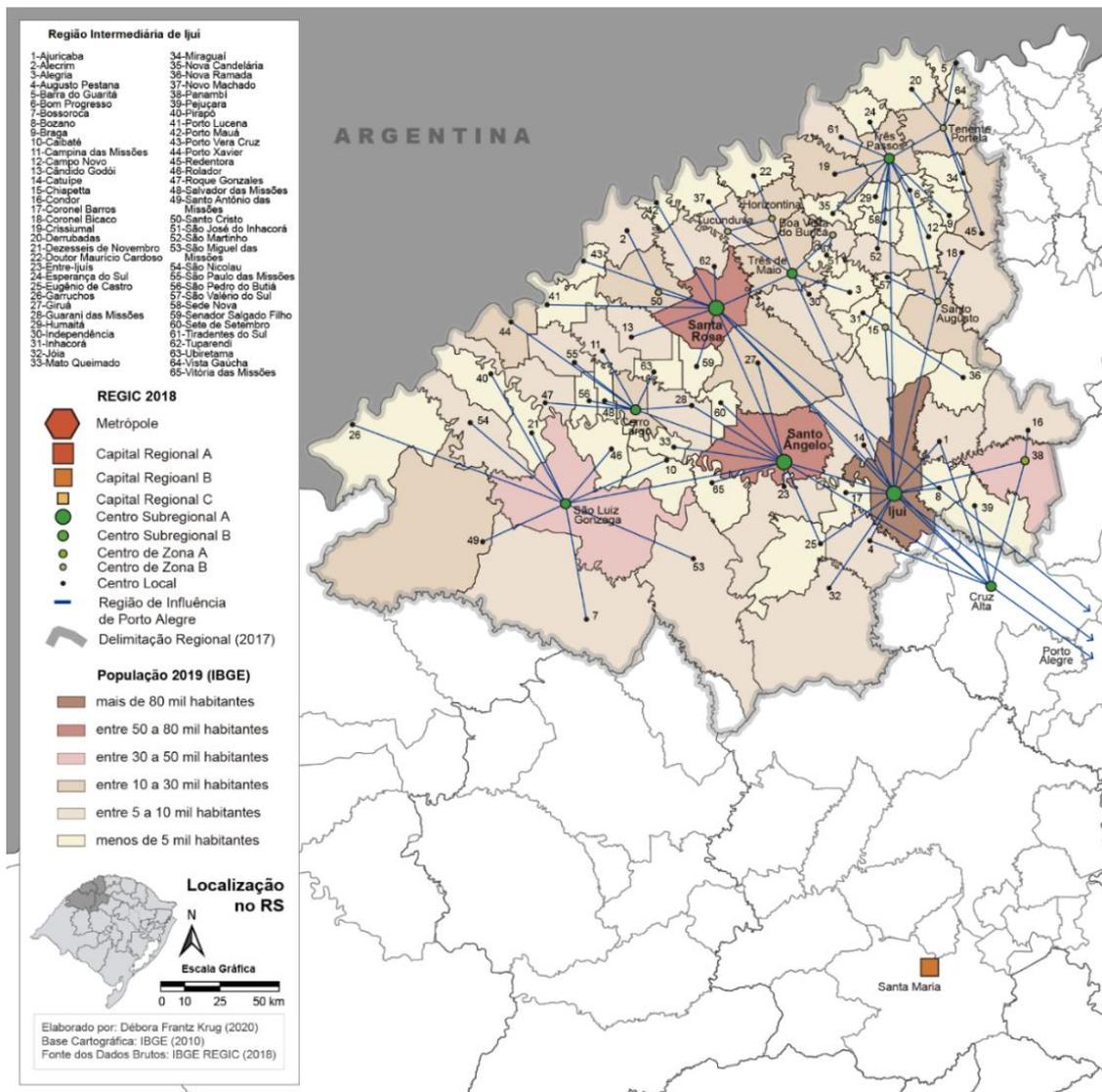
Cidade	Região Imediata (IBGE, 2017)	COREDEs (RUMOS, 2015)
Ijuí	Ijuí (16 municípios) Três Passos (16 municípios)	Noroeste Colonial (11 municípios) Celeiro (21 municípios)
Santo Ângelo	Cerro Largo (8 municípios) Santo Ângelo (8 municípios) São Luiz Gonzaga (9 municípios)	Missões (25 municípios)
Santa Rosa	Santa Rosa (12 municípios) Três de Maio (8 municípios)	Fronteira Noroeste (20 municípios)

Organizado pela autora

De acordo com o estudo da Região de Influência das Cidades - REGIC 2018 (IBGE, 2020), os municípios que exercem polarização na região são: Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo,

classificados como Centro Sub-regional A, terceiro nível da hierarquia urbana, ou seja, possuem atividades de gestão menos complexas que as das Capitais Regionais (Nível 3 na classificação de Gestão do Território). Os municípios de Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Três Passos, classificam-se como Centro Sub-regional B. Panambi é o único município da região classificado como Centro de Zona A (quarto nível da hierarquia urbana), como demonstrado na Figura abaixo:

Figura 6 - Região Intermediária de Ijuí/REGIC 2018



Elaborado por Débora Krug com base em IBGE (2017).

De acordo com dados do IBGE (Censo 2010), em 2010 a região apresentava uma população de 759.591 habitantes (7% da população gaúcha), 69% residentes na área urbana e 31% na área rural. No período 2000-2010, a região apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do Estado, de -0,31% ao ano. Mesmo em uma região de perdas populacionais,

Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, configuram-se como polos de atração populacional, apresentando um incremento de população, ao compararmos os dados referentes aos anos de 2010 e 2020 (estimativa referente a 01/07/2020). Segundo os dados do IBGE, destacamos na Tabela 1 os cinco municípios que apresentaram maior incremento de população no período:

Tabela 1 - População Total e Taxa de Urbanização (2000, 2010 e 2020)

	Pop. Total 2000	Pop. Total 2010	Estimativa 2020	Média de Crescimento 2010-2020	Taxa de Urbanização 2010
Horizontina	17.699	18.348	19.389	0,57%	79,4%
Ijuí	78.461	78.915	83.764	0,61%	90,7%
Panambi	32.610	38.058	44.128	1,59%	90,8%
Santa Rosa	65.016	68.587	73.575	0,73%	88%
Santo Ângelo	76.745	76.275	77.568	0,17%	94,1%
Demais municípios	513.397	479.408	456.294	-0,48%	57%
Região Intermediária de Ijuí	783.928	759.591	754.718	-0,06%	69,3%
Rio Grande do Sul	10.187.798	10.693.929	11.422.973	0,68%	85%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e Estimativas de População

Em 2020 a estimativa populacional era de 754.718 habitantes para a região, que registrou um decréscimo comparado aos dados de 2010 e 2000. Dos 77 municípios que compõem a Região de Ijuí, 58 municípios (75,3%) apresentaram decréscimo de população no período 2010-2020 e, dentre os municípios que registraram aumento de população, apenas Panambi, Redentora e Santa Rosa apresentaram crescimento acima da média do estado. A região caracteriza-se, portanto, como uma área de perda de população. Os municípios que crescem caracterizam os polos regionais, que apresentam as maiores taxas de urbanização, o maior número de empregos e polarizam as funções na região, como será demonstrado ao longo desta pesquisa. Com relação à urbanização, os cinco municípios destacados na Tabela 1 apresentam taxa de urbanização acima da média da região e do Estado. Mesmo em uma região de perdas populacionais, Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo configuram-se como polos de atração populacional, apresentando um incremento de população, ao compararmos os dados referentes aos anos de 2000, 2010 e 2020. Registra-se uma pequena redução nos dados populacionais de Santo Ângelo entre os anos de 2000 e 2010, voltando a crescer segundo as estimativas de 2020.

Ao analisarmos os dados populacionais de 2010, somente 12 municípios da região possuem taxa de urbanização acima de 75%. Os municípios com as maiores taxas de urbanização são justamente os que exercem centralidade na região. Santa Rosa possui 88% da população residente na área urbana, Santo Ângelo 94,1% e Ijuí 90,7%, ou seja, os três

municípios apresentam taxa de urbanização acima da média da região e, do Estado como demonstrado na Tabela 1. Dos 77 municípios que compõem a região, 39 deles possuem taxas de urbanização abaixo de 50% e, 26 municípios apresentam taxa de urbanização entre 50% e 70%, o que reflete a característica das pequenas propriedades e a tradição agrícola da região.

Outro aspecto a ser destacado na configuração territorial e urbana da região é sua estrutura urbana. Conforme dados do IBGE do Censo Demográfico de 2010, há o predomínio de pequenas cidades (66 de 77) com até 10 mil habitantes em área urbana, que representam 85,7% do total das cidades da rede urbana regional. Somente os três municípios - Santo Ângelo, Santa Rosa e Ijuí - possuem população urbana acima de 50 mil habitantes na região; dois municípios – Panambi e São Luiz Gonzaga – possuem população urbana acima de 30 mil habitantes; seis municípios possuem população urbana entre 10 e 20 mil habitantes; e sessenta e seis municípios apresentam população urbana abaixo de 10 mil habitantes, classificados como pequeno porte (IBGE, 2010).

A rede urbana da Região Intermediária de Ijuí caracteriza-se, portanto, por um expressivo predomínio de pequenas cidades. Salientamos ainda, que os três municípios que compreendem nosso objeto de estudo foram emancipados antes de 1950: Santo Ângelo em 1873, Ijuí em 1912 e Santa Rosa em 1931. No período compreendido entre 1950 e 1996 foram criados setenta e dois novos municípios na região: na década de 1950 foram desmembrados quinze municípios; de 1961 a 1970 mais vinte e três municípios. Até 1970, trinta e oito novos municípios surgiram na região. Durante a década de 1970 não houve nenhuma emancipação; de 1981 a 1988 foram criados mais dez municípios e, de 1991 a 1996, mais vinte e quatro municípios foram criados, totalizando trinta e quatro municípios emancipados em um período de 15 anos. Há, portanto, um número grande de municípios emancipados, mas que continuam “dependentes” do município de origem, assim como um percentual elevado de pequenos municípios, indicando o predomínio de populações rurais. Ocorre um declínio da população rural a partir de 1970, embora a porcentagem de população rural se mantivesse acima da média do Estado, como demonstrado na Tabela 2. A partir de 1991 verifica-se também uma perda de população total da região concomitante ao aumento da população urbana. Essas cidades crescem, portanto, em detrimento da região, ao mesmo tempo em que também comandam a região (SPOSITO, 2009).

Tabela 2 - População Total, Urbana e Rural da Região Intermediária de Ijuí – 1970-2010

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa de Urbanização Região	Taxa de Urbanização RS
1970	740.228	204.256	535.972	27,6%	53,3%
1980	804.493	355.013	449.480	44,1%	67,5%
1991	794.962	439.949	355.013	55,3%	76,6%
2000	783.928	490.701	293.227	62,6%	81,7%
2010	759.591	526.090	233.501	69,3%	85,1%

Fonte: Censos Demográficos IBGE

Cabe salientar ainda a representatividade dessas cidades na taxa de urbanização das respectivas Regiões Imediatas, com destaque para os municípios com taxa acima de 85% em 2010. Ao excluirmos os principais municípios da região, ou seja, os que exercem maior centralidade, a taxa de urbanização dos demais municípios fica em torno de 55%, portanto, abaixo da média da região e do estado.

Tabela 3 - Regiões Imediatas: População Total, Urbana, Rural e Taxa de Urbanização 2000-2010

	População Total 2000	População Total 2010	População Urbana 2000	População Urbana 2010	Taxa de Urbanização 2000	Taxa de Urbanização 2010
Região Imediata de Ijuí/Três Passos	310.882	308.081	194.260	212.581	62,5%	69%
Ijuí	78.461	78.915	67.397	71.550	85,9%	90,7%
Panambi	32.610	38.058	28.291	34.562	86,8%	90,8%
Demais municípios	199.811	191.108	98.572	106.469	49,3%	55,7%
Região Imediata de Santa Rosa/Três de Maio	210.366	203.494	128.449	137.632	61,1%	67,6%
Santa Rosa	65.016	68.587	55.950	60.366	86,1%	88%
Demais municípios	145.350	134.907	72.499	77.266	49,9%	57,3%
Região Imediata de Santo Ângelo/Cerro Largo/São Luiz Gonzaga	262.680	248.016	167.992	175.877	64%	70,9%
Santo Ângelo	76.745	76.275	64.900	71.804	84,6%	94,1%
São Luiz Gonzaga	39.553	34.556	32.752	30.508	82,8%	88,3%
Demais municípios	146.382	137.185	70.340	73.565	48,1%	53,6%
Região Intermediária de Ijuí	783.928	759.591	490.701	526.090	62,6%	69,3%
Rio Grande do Sul	10.187.798	10.693.929	8.317.984	9.100.291	81,7%	85,1%

Fonte: Censos Demográficos IBGE

Além da centralidade urbana que Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa exercem na região noroeste do Estado (abrange aproximadamente 77 municípios), destacam-se os fluxos de deslocamentos pendulares para estudo e trabalho e o papel que essas cidades exercem no funcionamento da rede urbana regional.

Na sequência, na Tabela 4, destacamos os dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB), com base nos dados de 2019, para a Região e para os três municípios, objeto da pesquisa:

Tabela 4 - PIB e VAB Total e por Atividade Econômica - 2019

	Produto Interno Bruto (Mil Reais)	PIB <i>per capita</i> (Mil Reais)	Valor Adicionado Bruto (Mil Reais)	VAB Agropecuária (Mil Reais)	VAB Indústria (Mil Reais)	VAB Serviços (Mil Reais)	VAB Administração (Mil Reais)
Ijuí	3.777.975	45.258,76	3.392.110	192.522	561.544	2.087.417	550.629
Santa Rosa	3.191.248	43.564,15	2.816.227	124.676	673.999	1.598.002	419.549
Santo Ângelo	2.828.429	36.452,12	2.567.099	162.211	414.136	1.590.492	400.260
Região Intermediária de Ijuí	32.779.098	43.336,30	29.667.922	6.287.040	5.262.625	13.559.499	4.558.754
Rio Grande do Sul	482.464.177	42.406,09	420.148.101	36.264.072	94.640.916	227.082.031	62.161.084

Fonte: IBGE

Em 2019, o Valor Adicionado Bruto da região estava distribuído da seguinte forma: 21,2% na Agropecuária, 17,7% na Indústria, 45,7% no setor de Serviços e, 15,4% na Administração Pública. Os maiores valores correspondem aos municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Panambi, Horizontina, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Três Passos. Em relação ao VAB do setor Agropecuária, destacam-se os municípios de São Luiz Gonzaga, Jóia, São Miguel das Missões, Giruá, Santo Antônio das Missões, Ijuí, Bossoroca e Santo Ângelo. Santa Rosa ocupa a 13ª posição. Em 15 municípios o setor Agropecuária representa mais de 50% do VAB do município e, em 54 municípios da Região, representa mais de 30% do VAB total. No setor da Indústria, destacam-se os municípios de Panambi, Horizontina, Santa Rosa, Roque Gonzales, Ijuí, Santo Ângelo, Três Passos e Três de Maio. Em relação ao setor de Serviços, os maiores valores são dos municípios de: Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Panambi, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Três Passos e Horizontina. Segundo os dados demonstrados na Tabela 4, em 2019 os três municípios representavam 29,9% do PIB e 29,6% do VAB da Região. Ao analisar os dados por atividade econômica, em 2019 os três municípios representavam 7,6% do VAB da Agropecuária; 31,3% do VAB da Indústria e, 36,7% do VAB dos Serviços. Os dados refletem, portanto, a importância destes municípios para a região.

1.1 CIDADES INTERMEDIÁRIAS OU CIDADES DE INTERMEDIACÃO?

O que se entende por cidade média ou intermediária? Como classificar os diferentes municípios, levando em conta a heterogeneidade do território brasileiro? Entendemos que um esforço de definição do termo não pode basear-se apenas no tamanho da população. Milton Santos, no livro *A urbanização brasileira* (1994), já indicava a dificuldade de se definir e/ou classificar uma cidade como média, apenas com base no critério demográfico:

[...] as realidades regionais são diferentes e o peso relativo dessas aglomerações na população total e na população urbana de cada região são um reflexo da história passada e recente de cada uma delas. [...] podemos chamar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? [...] hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes.... Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação (SANTOS, 1994, p.70-71).

Os estudos sobre as cidades médias têm sua origem a partir de 1950 na Europa Ocidental, devido às circunstâncias econômicas, demográficas, às disparidades regionais além de outros fatores ligados à dinâmica intraurbana das cidades europeias. Em 1970 esses estudos ganharam destaque nos trabalhos franceses: as cidades médias são classificadas segundo o critério populacional, que sofre relativização, pois essas cidades devem ter um porte médio ou uma categoria intermediária na região em que fazem parte (AMORIN FILHO, 2007).

Apesar de tratarem de situações histórias e populacionais diferentes, os estudos franceses serviram de inspiração para trabalhos no Brasil. Observa-se uma aproximação do entendimento de cidade e espaço urbano à perspectiva da rede urbana. No Brasil, os primeiros estudos, foram realizados na Universidade Federal de Minas Gerais, através do geógrafo francês Yves Leloup na década de 1960, que desenvolveu pesquisas sobre a rede urbana mineira. Posteriormente, em 1973, a defesa de tese de Amorim Filho, tornou-se um marco para os estudos sobre cidades médias no Brasil. Em 2001 foi criada a ReCiMe – *Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias*¹¹(UNESP), que propõe o estudo das cidades médias pelo enfoque funcional, ou seja, através da definição dos papéis regionais e escalas de atuação. As escalas de atuação de uma cidade média são definidas pela situação geográfica, pela infraestrutura, eixo e rede as quais pertencem.

Castello Branco (2006) evidencia aspectos fundamentais para o estudo das cidades médias ou *intermediárias*: tamanho demográfico (entre 50 e 500 mil habitantes), funcionalidade ou ainda enquanto elo entre os centros locais e os centros globais na rede mundial de cidades.

¹¹Portal da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe. Disponível em <http://www.recime.org/>
Acesso em: 15 ago. 2019.

Em outro estudo sobre as cidades médias (intermediárias), Castello Branco (2007) propõe, através de um processo classificatório, identificar os centros urbanos que desempenham papéis intermediários na rede urbana, que sejam nós entre as metrópoles e as cidades menores, com base nas seguintes características: tamanho populacional e econômico, qualidade de vida e centralidade político-administrativa. A partir desses critérios, foi estabelecida uma pontuação e, as cidades brasileiras classificadas e divididas em três grupos. No estado do Rio Grande do Sul, 22 cidades integram a classificação: Caxias do Sul, aparece no primeiro grupo que é composto por 11 centros selecionados (com a maior pontuação) no Brasil. No segundo grupo, aparecem os municípios de: Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo e Santa Maria. E, 17 cidades gaúchas integram o terceiro grupo, dentre as quais Cruz Alta, Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, localizadas no noroeste do estado.

Nas palavras da autora e baseado em Lefebvre (2004), evidencia-se que a **centralidade** é a principal característica dessa categoria de cidades na definição do fenômeno urbano. Existem formas, espaços, estruturas diferentes dessa centralidade, sendo necessário distinguir entre centralidade urbana, urbanismo e centralidade abstrata, ou seja, do poder e da hierarquia (LEFEBVRE, 2004). Na nova hierarquia urbana, a posição da cidade depende mais da sua inserção nas redes globais do que seu tamanho demográfico (CASTELLO BRANCO, 2006).

Segundo Corrêa (2007) a cidade média – construção do objeto - resulta da combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano; características estas que devem ser contextualizadas geograficamente. O autor aponta ainda três dificuldades para a sua conceituação: tamanho demográfico, que deve ser relativizado; a escala espacial, em relação à qual deverá adquirir algum sentido; e o recorte temporal, pois o número de habitantes tem significados diferentes quando referenciados com intervalos de tempo de 20 ou 30 anos. Nesse sentido “a cidade média pode ser, assim, considerada um estado transitório” (CORRÊA, 2007, p.26).

Para Sposito (2007, p.36) as cidades médias desempenham papéis intermediários em redes urbanas, cuja estruturação torna-se progressivamente mais complexa. Entendemos que não há um consenso sobre a definição de uma cidade média. Entretanto, salienta-se que o critério demográfico não deve ser o fim para classificação das cidades médias, mas uma alternativa para a explicação desses espaços. Os critérios funcionais e qualitativos devem prevalecer sobre os critérios quantitativos. A análise deve considerar as relações entre a cidade e a região, bem como entre as cidades de diferentes níveis na hierarquia urbana. Ou seja, seu papel de intermediação, de articulação regional no âmbito da rede urbana.

Nas palavras de Bellet; Torné (2004), o adjetivo intermédio/intermediário “dilata” o significado de cidade média, ao introduzir três novas dimensões: associa à capacidade de criar relações e tecer uma rede, introduz aspectos mais dinâmicos e estratégicos que incorporam novas possibilidades e propõe uma ideia mais aberta que as teorias clássicas hierarquizadas que teriam um sentido estático. No período atual, na ordem da nova hierarquia, a posição que as diferentes cidades ocupam na rede mundial não pressupõe relação com o tamanho da população. Os autores afirmam ainda que a cooperação entre as cidades intermediárias é fundamental frente à concentração urbana mundial e o planejamento estratégico é necessário como projeto de cidade a longo prazo.

Segundo SOARES (2011), as últimas décadas foram caracterizadas pelo dinamismo sócio-espacial das aglomerações formadas por cidades médias, que assumem novos papéis: centros industriais, centros de prestação de serviço e atração das migrações internas. Tomando como exemplo o estado do Rio Grande do Sul, verificamos que o mesmo acompanhou estas tendências, com o surgimento de novas aglomerações urbanas, novos arranjos urbano-regionais.

As cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, exercem essa centralidade e funcionalidade de centros médios, de *idades de intermediação* conforme Sobarzo (2015) para as atividades agrícolas modernizadas. Sobarzo (2015), no texto *A rede urbana da mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul*, propõe o termo “idades de intermediação” para analisar realidades urbanas regionais em que não apenas as cidades médias polarizam a procura por produtos e serviços, mas nas quais há outras cidades, hierarquicamente menores, que também subsidiam e muitas vezes são fundamentais para as atividades produtivas.

Entendemos que a expressão *idades de intermediação* é o termo que melhor caracteriza a realidade das cidades do Noroeste do RS, pelas funções que essas cidades exercem (e não os processos). Essas cidades assumem, portanto, um papel importante na escala regional, na organização dos sistemas urbanos, como centralidade econômica, social e política. Tornam-se, assim, elementos-chave na hora de impulsionar novas políticas de ordenação do território e de redução das disparidades territoriais de desenvolvimento.

Desenha-se uma reorganização da estrutura espacial atual, com a inserção de municípios que passam a ocupar *locus* privilegiado, pois apresentam novos aparatos técnicos, científicos e tecnológicos, ocasionando alterações espaciais expressivas. Nesse contexto, essas cidades emergem como fator relevante para a articulação dos respectivos sistemas urbanos e para a dinamização dos territórios circundantes.

1.2 FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A ocupação do território gaúcho ocorre a partir de dois condicionantes naturais: áreas de campo, através da atividade pastoril e, as áreas de mata, considerada “sem valor”, pois não se prestava para a criação de gado; ocupada pelos imigrantes europeus ou seus descendentes, no final do século XIX e início do século XX. A atividade econômica básica (desenvolvida pelo colono europeu) foi a agricultura através do sistema de pequenas propriedades e do trabalho familiar. Há, portanto, uma distinção no processo de ocupação do território gaúcho: a metade sul se inseriu economicamente primeiro, com a ocupação a partir de sesmarias e conformando grandes extensões de terra e, a metade norte, considerada “sem valor”, teve uma ocupação posterior, diferenciando-se radicalmente em termos de uso do solo e estrutura fundiária.

A consolidação do domínio português sobre as Missões, efetivada em 1801, deu início à estruturação de um modelo de sociedade que “rompeu radicalmente com a estrutura agrária e social do período jesuítico” (ZARTH, 1997, p. 20).

Por ser uma região de fronteira e dotada de recursos naturais que facilitavam a atividade pastoril e extrativa (especialmente a erva mate), ela foi alvo da disputa entre os caudilhos uruguaios e rio-grandenses até a década de 1820; centro de atração de novos estancieiros que recebiam terras das autoridades locais (na maioria militares) ou as compravam por preços irrisórios; alvo das preocupações dos estrategistas oficiais do governo brasileiro com a defesa do território; local de refúgio para índios missionários ou aqueles que resistiam aos aldeamentos; espaço dos tropeiros que conduziam o gado (vacum e muar) até as feiras de São Paulo (especialmente Sorocaba) e ainda espaço onde se desenvolveu a atividade extrativa acompanhada de uma agricultura de subsistência (ZARTH, 1997, p.172).

Segundo Brum (1988) a ocupação das áreas de mata no território gaúcho ocorrera em duas etapas: a ocupação centro-nordeste – “Colônias Velhas” e, posteriormente a ocupação das terras no norte do estado - Vale do rio Ijuí e do Alto Uruguai que inicia em 1890 com a Colônia de Ijuhy, as “Colônias Novas” formadas por imigrantes de diversas nacionalidades.

A criação de um conjunto de colônias oficiais e particulares entre o final do século XIX e o início do século XX representou a afirmação do projeto de colonização com a introdução de imigrantes europeus não-ibéricos ou seus descendentes, nesse último caso, provenientes das Colônias Velhas que já começavam a enfrentar o problema da escassez de terras (ZARTH, 1997, p.175). A escassez de terras era devido à redução do tamanho das propriedades rurais em decorrência da partilha por herança e esgotamento da fertilidade natural do solo.

A necessidade de ocupação do território fez com que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criasse as colônias oficiais – Ijuhy (1890), Guarani (1891) e Santa Rosa (1914) e incentivasse a expansão das colônias particulares (Boa Vista, Campina, Porto Lucena). Essa “reocupação” é estabelecida com imigrantes europeus não ibéricos e seus descendentes,

especialmente provenientes das “colônias velhas” e das “novas colônias do Planalto”¹² e com “colonos nacionais”¹³.

A colônia Ijuhy é oficialmente fundada em 30 de maio de 1890, pelo Serviço de Terras e Colonização; órgão criado para incrementar a colonização. Salienta-se a “importância estratégica e econômica dessa ocupação, com o objetivo de encurtar a distância em torno de 60 km, entre a então Vila de Cruz Alta e a sede de seu distrito em Santo Ângelo” (LAZZAROTTO, 1977, p.31). A Colônia Ijuhy cresceu rapidamente e, em 31 de janeiro de 1912, alcançou sua emancipação de Cruz Alta. Processo semelhante ocorreu na Colônia Santa Rosa: sua rápida expansão fez com que buscasse a emancipação política de Santo Ângelo em 1931. A instalação oficial do município de Santa Rosa deu-se em 10 de agosto de 1931 (ROTTA, 1999).

Santo Ângelo foi o segundo município a constituir-se no noroeste gaúcho, emancipado de Cruz Alta através da Lei nº 835, de 22 de março de 1873 (FREITAS, 2005). A formação do município de Santo Ângelo divide-se em três períodos: **1º Período: Fundação**- Em 12 de agosto de 1706, foi fundada a redução de Santo Ângelo Custódio, entre os rios Ijuí-grande e Ijuizinho. Corresponde à segunda fase das reduções jesuíticas durante os séculos XVII e XVIII (extinta com o Tratado de Madri (1750) e posteriormente a expulsão dos jesuítas do território). **2º Período:** Santo Ângelo pertence à denominada Província de Missões, que fora anexada a Porto Alegre, após a consolidação da conquista das Missões; fazendo parte, depois, do município de Rio Pardo em 1809; de Cachoeira, em 1822 e do de Cruz Alta, em 1834. **3º Período:** inicia em 22 de março de 1873 com a Lei provincial nº 835, que elevou Santo Ângelo à categoria de vila, sendo instalada em 31 de dezembro de 1874 (IBGE, 1959). Herdeiro de uma tradição missioneira, o município foi transformando sua estrutura social a partir do processo de reocupação com descendentes de portugueses e de europeus não ibéricos, no final do século XIX e início do século XX.

Segundo Zarth (1997), a elite estancieira e comerciante, representada pela Câmara de Cruz Alta, tinha interesses na expansão da colonização na região. Entrelaçam-se os interesses locais às políticas de expansão do governo. Cabe salientar o papel do Estado enquanto agente colonizador: a constituição da colônia de Santo Ângelo em 1857, com a “utilização de colonos

¹² Expressão utilizada para caracterizar as colônias de uma segunda geração de descendentes de imigrantes europeus que ocupam a área do Planalto riograndense a partir do final do século XIX (ZARTH, 1997).

¹³ Primeiros moradores da região: caboclos, mestiços ou luso-brasileiros que viviam da coleta da erva-mate e de pequenas lavouras - “nacionais” em oposição aos colonos estrangeiros. Os colonos nacionais eram os descendentes dos antigos habitantes das Missões que vinham sendo “empurrados” para as últimas áreas de terras públicas em decorrência da expansão da colonização para o noroeste do RS (ZARTH, 1997).

como elementos desbravadores que removessem (em alguns anos) trechos da mata da Encosta, para assegurar a comunicação com os campos do Planalto” (BERNARDES, 1962, p.35); em 1890 da colônia de Ijuí e, em 1915 da colônia de Santa Rosa. É somente com o apoio oficial aos projetos de colonização que se amplia a área de fundação de novas colônias.

Os ‘colonos’ (imigrantes europeus) ocupavam áreas marginais do processo econômico dominante: floresta subtropical, encostas e vales do planalto. Os espaços então valorizados – os campos – já estavam ocupados” (...) construíram assim a sua rede urbana, integrada, ordenada e dependente da anteriormente construída pelos luso-brasileiros (NEVES, 1990, p.130-p.131).

Nas palavras de Azambuja (1991):

Assim nasce, com o colono e com a colônia, a cidade, organizadora e reguladora de todo o complexo de produção e circulação das mercadorias e pessoas nas áreas de colonização. Aliada a ela, a constituição de uma moderna rede viária que propicia a integração intra-regional e da região com o restante do país através de Porto Alegre, centro monopolizador de toda a produção e consumo da porção norte do Rio Grande do Sul. Mas o caráter oficial e planejado do empreendimento de colonização não alcançaria o sucesso que obteve se os imigrantes, e após também seus descendentes, não alimentassem o caráter urbano de suas atividades. (...) Concorre ainda - para explicar o florescimento dos núcleos coloniais em meio às áreas de pequena produção mercantil - a magnitude da colonização e o mercado de consumo, que criavam as condições para o desenvolvimento de variadas atividades, ali onde de tudo se necessitava para a reprodução da vida, da família e da economia. Em meio a uma “sociedade colonial-latifundiária” rigidamente estratificada, a inserção dos imigrantes propiciou o mercado consumidor necessário para as primeiras indústrias brasileiras. No caso do norte do Rio Grande do Sul, as iniciativas industriais e o mercado de consumo vão acompanhar a expansão da fronteira agrícola e os pequenos produtores independentes, provocando o surgimento e a consolidação de um grande número de núcleos urbanos (AZAMBUJA, 1991, p.14).

A constituição dos três municípios relaciona-se com o processo de expansão da fronteira agrícola para o noroeste gaúcho, na busca de “novas terras” para abrigar os descendentes de europeus não ibéricos que enfrentavam o esgotamento da fronteira agrícola nas Colônias Velhas da região da Serra e do Vale dos Sinos. Surgem, portanto, da necessidade de estabelecer uma ocupação mais estável e efetiva numa extensa área de fronteira com a Argentina e de abrir novas frentes de expansão da fronteira agrícola. Constitui ainda, em uma área de ocupação recente: no final do século XIX e início do século XX.

Ainda segundo Azambuja (1991), essa ocupação promoveu a implantação de núcleos urbanos e a constituição de vias de acesso para o projeto colonizador implementado pelo Estado. Mesmo modestas, é através das cidades ali localizadas que serão articulados os agentes e processos sociais presentes na região e, a inserção desta no mercado nacional. Os pequenos núcleos, vilas e povoados, e a rede de rodovias e a ferrovia (em construção) colaboram para o desenvolvimento da região e permitem as ligações com outros centros, especialmente Porto Alegre. A estrada de ferro chega a Cruz Alta em 1894, a Ijuí em 1911, a Santo Ângelo em 1915,

a Giruá em 1928 e a Santa Rosa em 1937. A inauguração da estrada de ferro em Ijuí trouxe trabalhadores e colonos, contribuindo para o aumento do valor das terras, bem como, o aumento da produção e exportação (ROTTA, 1999).

As transformações processadas no espaço agrário terão reflexos no urbano colonial da região Noroeste. Segundo Azambuja (1991), as cidades sofrerão mudanças na estrutura produtiva, em virtude da nova fase de substituição de importações, que inicia a partir da década de 1970. Por consequência, acarretará mudanças nas três cidades e, atividades especializadas surgirão para atender a esse campo que se moderniza. A dinâmica das cidades é, portanto, atrelada ao rural. Na sequência, descrevemos o *rural* da região noroeste do RS, rural esse que influencia o urbano, enquanto espaços complementares.

1.3 QUE RURAL?

Utilizaremos dois estudos como referência para definirmos de qual rural estamos tratando, quando nos referimos à Região Intermediária de Ijuí (nosso recorte territorial). O primeiro, denominado *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros*, foi publicado em 2017 pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)¹⁴ e apresenta uma proposta de tipificação regionalizada dos espaços rurais brasileiros em escala intermediária, a partir dos biomas brasileiros. O segundo estudo, também publicado em 2017, denomina-se *Cidades Médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade, e inserção nos espaços rurais brasileiros*¹⁵; consiste numa identificação e tipificação das cidades a partir das categorias intermediárias da hierarquia urbana definidas pelo IBGE e, numa proposta para inserir as cidades médias nos diferentes espaços rurais circundantes.

Esses textos abarcam o percurso teórico que buscamos para analisar a Região de Ijuí, visto que ambos dialogam nos seguintes pontos: diferentes escalas geográficas, o diálogo urbano-rural enquanto espaços complementares e não dicotômicos, a diversidade dos espaços

¹⁴ BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia; SOARES, Fernando; LYRA, M^a Rejane; CAVALCANTI, Jeremias. Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros. In: MIRANDA, C. (Org.). Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Brasília: IICA-Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017, Vol.22, p.39-238. Disponível em: <https://www.iica.int/pt/publications/tipologiaregionalizadadosespa%C3%A7osruraisbrasileirosimplica%C3%A7%C3%B5es-no-marco-jur%C3%ADdico-e>

¹⁵ BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia; MOURA, Rosa. Cidades médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade, e inserção nos espaços rurais brasileiros. In: MOURA, F. *et al.* Sistemas urbanos y ciudades medias em IberoAmérica. SERIE GEOlibros n°26, 2017, p.44-79.

rurais do território brasileiro e a intersecção das cidades médias (intermediárias), como abordado no segundo texto, nesses espaços rurais.

O primeiro estudo, *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros*, de autoria de Jan Bitoun *et al.* (2017), refere-se a uma proposta de construção de uma tipologia regionalizada e atualizada dos espaços rurais, caracterizada em 26 tipos identificados a partir dos seis biomas brasileiros. Inclui um esforço de redimensionamento do rural brasileiro atual – de forma a dialogar com estudos internacionais e com os dados do Censo 2010. Contém como ponto de partida o reconhecimento de uma percepção dominante e equivocada da sociedade sobre o rural, apenas como resíduo do urbano, ou seja, da definição do rural como oposição ao urbano. Todo espaço de um município que não se circunscreve ao perímetro urbano é considerado rural (p.32). O rural é definido, portanto, como “**o que não é urbano**” (TIPOLOGIA, 2017, p.33).

Essa “leitura simplista”, como mencionado no texto, não leva em conta uma característica importante da urbanização brasileira, que se faz intensa no século XX: ao mesmo tempo em que se construíram grandes metrópoles e numerosas cidades importantes, cerca de 90% dos municípios do país tinham menos de 50 mil habitantes e, 70% destes, menos de 20 mil residentes, em 2010. Portanto, a urbanização brasileira é marcada por uma “heterogeneidade de situações: desde que habitem num perímetro urbano, são considerados cidadãos urbanos se moram em São Paulo ou num pequeno município que nada tem de vida urbana” (TIPOLOGIA, 2017). Os pequenos municípios, que **nada tem de vida urbana**, refletem muito dos municípios da região Noroeste do RS.

A classificação proposta pelo estudo identifica **regiões essencialmente rurais, relativamente rurais ou urbanas e essencialmente urbanas**, como faz a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, quando associada aos dados do Censo 2010, constata que o Brasil rural abriga 37% da população, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Redimensionamento do rural no Brasil

Brasil – classes	Municípios	Área km²	População Total 2010	Percentual Pop. Total Brasil
Essencialmente Rural – “isolado”	562	3.436.337,2	10.172.453	5,3
Essencialmente Rural – “próximo”	2654	1.866.507,1	26.567.059	13,9
Relativamente rural - “próximo”	276	1.578.631,5	8.658.211	4,5
Relativamente rural - “isolado”	1466	703.732,5	25.026.670	13,1
Urbano exceto metrópoles e capitais regionais	232	592.383,4	19.764.106	10,4
Urbano em metrópoles e capitais regionais	375	325.137,4	100.567.300	52,7
Totais	5565	8.502.729,1	190.755.799	100,0

Fonte: TIPOLOGIA, 2017, p.85

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o Brasil possui 84% da população urbana e 16% de população rural, aproximadamente 30 milhões de habitantes. Ao analisarmos os dados do Quadro 3, verificamos que 4.958 municípios brasileiros estão classificados nas regiões essencialmente rurais e relativamente rurais, compondo 89,1% do total de municípios do país e 36,9% da população total. Portanto, “fica, assim, claro, que o país é muito mais rural do que pensa a maioria dos brasileiros” (TIPOLOGIA, 2017, p.32).

Para a construção da tipologia ao longo do texto, os autores adotaram o conceito de rural desenvolvido por Wanderley e Favaretto¹⁶, que se estrutura com base em três ideias centrais, descritas a seguir:

- a) O rural não pode ser visto como uma categoria a-histórica, independentemente do tempo e do lugar, pois guarda direta correspondência com a trajetória da formação social brasileira;
- b) O rural brasileiro conserva uma expressiva heterogeneidade, a qual se manifesta em escalas diferentes dos grandes subespaços nacionais até a heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade de terra e de organização econômica e social.
- c) Espaço vazio institucional que se observa nas formas de regulação territorial do rural brasileiro e, que se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços na trajetória do desenvolvimento do Brasil.

Antecipam, assim, os pesquisadores, a proposta de que se faz necessária uma referência para o meio rural brasileiro como aquela que se tem para o urbano no Estatuto das Cidades (Lei

¹⁶ WANDERLEI, Maria Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. Concepções de ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA-Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 2013, Vol.21, p.413-472.

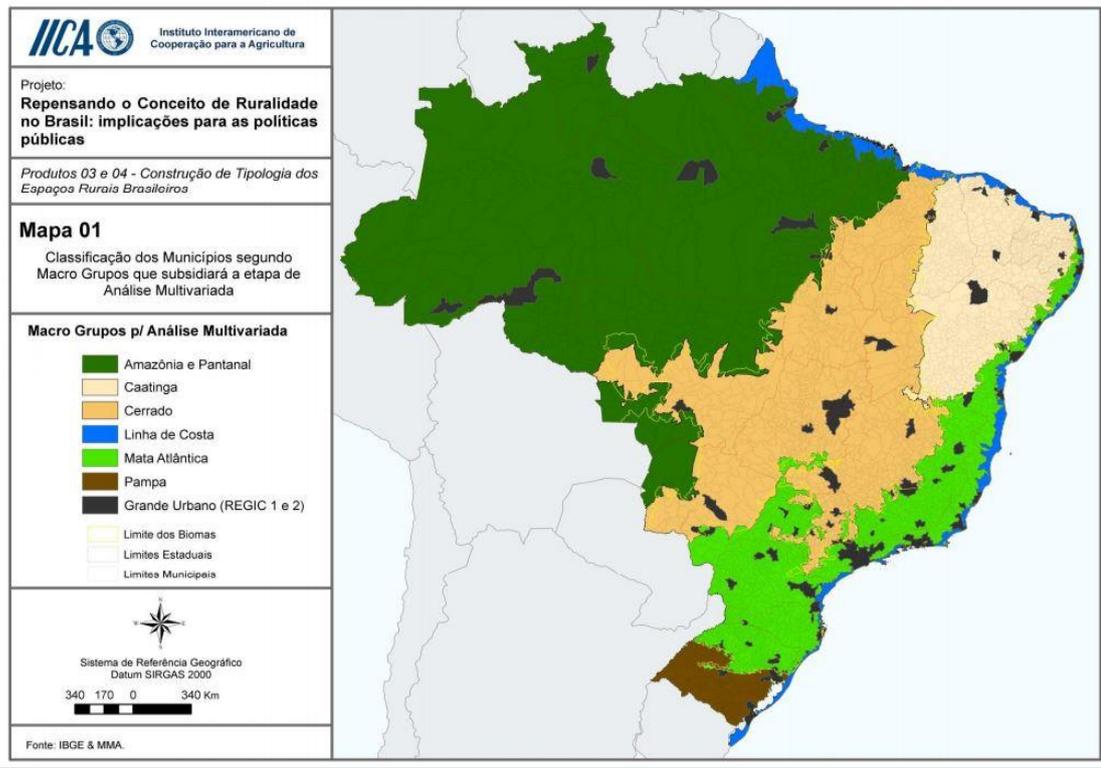
Nº 10.257/2001¹⁷). De acordo com o estudo, a principal contribuição é a que nega o rural apenas como sinônimo de espaço da produção agropecuária. A partir desta orientação, o estudo parte da ideia de que:

A ruralidade diz respeito a uma forma pela qual se organiza a vida social. Leva em conta, especialmente, o *acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania, a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais, os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida.* (TIPOLOGIA, 2017, p.34).

A proposta da tipologia objetivava a construção de uma representação intermediária, que ressaltasse a diversidade dos espaços rurais brasileiros. Abrange 5.189 municípios, correspondendo em 2010 a 47,28% da população brasileira (90.185.569 habitantes). O objetivo era “romper com uma visão dicotômica do urbano e do rural, instituída pelas leis municipais que delimitam os perímetros urbanos. Optou-se pela classificação de municípios para identificar aqueles predominantemente e relativamente rurais isolados ou próximos de cidades” (TIPOLOGIA, 2017, 44). O resultado apresenta 26 tipos regionalizados por Bioma (escala nacional), conforme Figura 9. Nesta proposta não foram incluídas as metrópoles, capitais regionais e suas áreas de concentração populacional, isoladas num outro macrogrupo denominado Grande Urbano, que corresponderia ao 27º tipo, conforme Quadro 4.

¹⁷ Lei Nº 10.257 de 10/07/2001. Artigo 1º, Parágrafo único: Esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm Acesso em 14/03/2021

Figura 7 - Classificação dos municípios segundo macrogrupos e biomas



Fonte: TIPOLOGIA, 2017, p.74

Quadro 4 - Classificação dos municípios brasileiros segundo macrogrupos e biomas

Biomass/Macrogrupos	Nº Municípios	Área (Km ²)	Percentual Pop. Total Brasil	Nº de Tipos Regionalizados
Amazônia Pantanal	458	4.167.794	5,95%	5 (1 ao 5)
Cerrado	1.040	1.934.697	9,31%	5 (6 ao 10)
Linha de Costa	212	204.989	3,71%	3 (11 ao 13)
Mata Atlântica	2.346	938.698	18,32%	6 (14 ao 19)
Caatinga	1.041	786.678	9,01%	4 (20 ao 23)
Pampa	92	144.613	0,98%	3 (24 ao 26)
Total Tipificado	5.189	8.177.469	47,28%	26
Grande Urbano	376	325.262	52,72%	27
Total Brasil	5.565	8.502.731	100%	

Fonte: TIPOLOGIA, 2017, p.91.

A escolha da abordagem por Biomas tem por objetivo demonstrar que o mesmo espaço natural comporta hoje padrões de vida rural distintos, resultado do processo histórico de ocupação humana e econômica que prevaleceu em cada um dos TIPOS de rural identificados. Por outro lado, o diálogo entre o rural e o urbano permaneceu como elemento estruturador das diversas realidades rurais do Brasil contemporâneo.

Segundo o estudo, de 1950 a 2010, a população do Brasil passou de 51.944.397 a 190.755.799 habitantes, apresentando uma taxa bruta de crescimento populacional de 267,23%. Somados os 26 tipos regionalizados, em 1950, havia 39.889.900 habitantes e, em 2010, 90.185.769 habitantes. Todos os tipos regionalizados, somando suas populações urbanas e rurais, apresentaram taxas brutas positivas de crescimento populacional. Os dados confirmam que, parte do Brasil rural com as suas cidades, pequenas e médias apresentou no período uma intensa dinâmica populacional de povoamento.

O estado do Rio Grande do Sul abrange três macrogrupos/biomas (Figura 9): Linha de Costa, Mata Atlântica e Pampa, subdivididos, de acordo com a proposta, nos seguintes Tipos Regionalizados: *Tipo 13* (Linha de Costa Sudeste e Sul, do Espírito Santo ao Chuí), *Tipo 15* (Mata Atlântica: Centro e Sudoeste Paranaense; Oeste Catarinense e Microrregião de Canoinhas; Noroeste Gaúcho), *Tipo 24* (Pampa: Campanha Gaúcha), *Tipo 25* (Pampa: Missões e Sul do estado) e o *Tipo 26* (Pampa: Nordeste).

A região Noroeste do estado compreende duas tipologias, de acordo com a proposta do estudo: *Tipo 15* (bioma Mata Atlântica) e o *Tipo 25* (bioma Pampa), com as seguintes características: alta taxa de adensamento da malha municipal (superior a 58%), taxa de redução da população rural relativamente moderada (inferior a 44%), indicando a manutenção de população numerosa em Zona Rural.

Na sequência, destacamos as principais características desses dois tipos regionalizados, como forma de delinear de qual rural estamos tratando, quando nos referimos ao Noroeste do RS.

O **Tipo 15-Mata Atlântica**, abrange o centro e sudoeste paranaense; oeste catarinense e Microrregião de Canoinhas; e o Noroeste Gaúcho, totalizando 477 municípios, uma área de 156.538,9 km² e uma população de 4.598.497 habitantes (2010). Caracteriza-se pelo predomínio de formas de agricultura familiar com forte integração com cadeias agroindustriais. Apresenta elevado percentual da área total em estabelecimentos de agricultura familiar (superior a 45% da área total dos estabelecimentos) e alta densidade do total de estabelecimentos agropecuários (de 2 a 4 estabelecimentos por km²) (TIPOLOGIA, 2017). De acordo com o texto, corresponde a uma maior extensão contínua de ruralidade, onde predomina uma agricultura familiar consolidada nos termos da Lei 11.326/2006¹⁸. De modo geral,

¹⁸ Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da Agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

corresponde a assentamentos de colônias de populações europeias no século XIX e XX (no Rio Grande do Sul as segundas colônias, em Santa Catarina o Contestado) e, desde o início, uma complementaridade entre as atividades agrícolas e artesanais/industriais. A agricultura familiar fortemente amparada pelo crédito rural e apoiada pela extensão rural integra diversas cadeias produtivas de produtos vegetais e animais com forte integração agropecuária e indústria. O resultado dessa complementaridade reflete no peso do Valor Agregado pela produção agropecuária, que se revela médio nas economias locais.

Mesmo havendo predominância da população em quadros urbanos, há muitas famílias em habitat rural (residindo em muitos estabelecimentos rurais e em vilas). O grande número de vilas expressa a visibilidade política dessa ruralidade e permitiu ao longo dos últimos sessenta anos a emancipação de muitos municípios. Com esse movimento, as distâncias entre habitat rural e serviços da sede são pequenas.

As vilas são centralidades rurais que ganharam reconhecimento político-administrativo e o status de “urbano”, sinalizando por parte da população rural um peso maior na dinâmica política local. (...) As cidades, cuja multiplicação acompanhou o adensamento da malha municipal, são também centralidades para a população rural (...) com uma cidade, ganha-se visibilidade e capacidade de interlocução com agentes públicos e privados atuando em outras escalas. Geralmente é pela emancipação de Distritos que vilas são promovidas a Cidade, sede de município (TIPOLOGIA, 2017, p.103).

Recordamos que o noroeste do RS, mais precisamente a Região Intermediária de Ijuí constitui-se por um expressivo predomínio de pequenas cidades. No período compreendido entre 1950 e 1996 foram criados 72 novos municípios na região. Somente os três municípios que compreendem nosso objeto de estudo (principais centralidades) foram emancipados antes de 1950: Santo Ângelo em 1873, Ijuí em 1912 e Santa Rosa em 1931. As pequenas cidades constituem-se em centralidades para a população rural, no entanto, continuam dependentes do município de origem.

O **Tipo 25 – Pampa**, compreende o sul do estado do Rio Grande do Sul e a região das Missões, totalizando 46 municípios, com uma área de 66.434,9km² e população de 712.674 habitantes em 2010. A Região Imediata de Santo Ângelo e a Região Imediata de São Luiz Gonzaga situam-se na transição entre o Tipo 15 e o Tipo 25 (Figura 9). De acordo com o segundo texto (CIDADES MÉDIAS), a cidade de Santo Ângelo classifica-se no Tipo 15.

Segundo os autores, o Tipo 25 é mais diversificado, associando o sul do estado às Missões, havendo articulação entre essas duas identidades territoriais na cidade de Santa

Maria¹⁹, localizada na região central do estado. Apresentam algumas características comuns: população envelhecida; baixa dinâmica demográfica; fortes contrastes entre o campo e a cidade em relação à população ocupada nas atividades agropecuárias (60% no campo e abaixo de 15% nas cidades); contrastes entre as condições sociais da população urbana e da população rural (com exceção da universalização do telefone celular) e onde estabelecimentos de agricultura familiar reúnem menor proporção da área total (de 13 a 26%). Há um peso maior da agricultura de base patronal convivendo (como em todos os tipos) com a agricultura de base familiar. A característica principal é, além de contar com 2/3 a 3/4 da população ocupada no campo trabalhando em atividades agropecuárias, uma forte diferenciação da estrutura ocupacional entre o campo e a cidade. O valor agregado pelas atividades agropecuárias é importante na economia.

O tipo regionalizado 25 apresenta desde os meados do século passado uma maior proporção de população rural. Reduziu-se de cerca de 75% em 1950 a 25% em 2010. Trata-se de uma região de intensa emigração. Os estabelecimentos familiares (77,5% do número total de estabelecimentos em 2006) estendem-se em 22,3% da área total. Predominam então, mas de modo não exclusivo, as grandes propriedades. As densidades rurais são baixas, média de 2,70 hab./km². Na região das Missões, em geral os municípios são menores em extensão, o que configura uma rede urbana mais densa e hierarquizada entre centros pequenos e maiores. Há maior diversidade de cadeias produtivas como as do fumo, da fruticultura, do arroz, do trigo, além do criatório bovino para corte. Nesse ambiente mais diversificado, houve muitas emancipações de vilas, o que gerou a triplicação do número de municípios de 1950 a 2010, como já mencionado anteriormente.

O segundo estudo *Cidades Médias no Brasil*, também de autoria de Jan Bitoun *et al.* (2017) tinha como objetivo a elaboração de uma tipologia das cidades médias e, do fato de que essas cidades não podem ser dissociadas dos seus entornos rurais, visto que constituem partes de um processo geral de urbanização.

Parte-se do pressuposto que não basta identificar cidades médias, mas considerá-las em conformidade às respectivas escalas de urbanização nas quais se inserem, posto que os papéis e as funções de intermediação a serem exercidos dependerão e serão variados segundo as características dessas escalas, das exigências específicas que resultam de sua inserção na divisão regional do trabalho (CIDADES MÉDIAS, 2017, p.57)

¹⁹ Cidade média com expressiva centralidade, localizada na região central do estado do RS, com população estimada em 283.677 habitantes, em 2020. Classifica-se como Capital Regional C, conforme hierarquização do REGIC 2018.

Os autores apresentam duas propostas de intersecção entre as cidades médias nas diferentes escalas da urbanização (IBGE, 2013) e nos diferentes espaços rurais que as envolvem, partindo da tipologia regionalizada dos espaços rurais. A primeira proposta utiliza a divisão urbano-regional do IBGE para definir articulações regionais urbanas na escala das cidades médias, que ocupam posições hierárquicas relevantes na rede urbana, pois “a cidade média amplia sua área de influência ao constituir um espaço regional, sobre o qual exerce comando, realiza sua condição de polo, aperfeiçoa funções e define especificidades” (CIDADES MÉDIAS, 2017, p.61).

Muitas das cidades médias identificadas no texto, constituem centros de Regiões de Articulação Intermediária (IBGE, 2013). Na proposta de Tipologia Regionalizada dos espaços rurais, que partiu do rural para o urbano, compõem o Tipo 27, denominada Grande Urbano e, não foram caracterizadas. A Região Sul (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) possui 15 cidades centros de *Região Intermediária de Articulação Urbana*: Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, no estado do Paraná; Blumenau, Joinville, Chapecó e Criciúma, localizadas no estado de Santa Catarina; Caxias do Sul, Ijuí, Novo Hamburgo-São Leopoldo, Passo Fundo, Pelotas-Rio Grande e Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (CIDADES MÉDIAS, 2017).

A segunda proposta apresentada no estudo, faz uso da divisão urbano-regional do IBGE para definir relações entre os tipos de espaços rurais e centralidades regionais urbanas que ocupam posições hierárquicas inferiores na rede urbana. Esta segunda intersecção “remete à relação entre essas cidades e os padrões de modernização da produção agropecuária e extrativista que podem ser observados na caracterização dos tipos” (CIDADES MÉDIAS, 2017, p.64).

Os autores apresentam as cidades, centros de articulação intermediária e imediata segundo os tipos regionalizados de espaços rurais, bem como, uma classificação desses centros entre aqueles que, em 2010, possuíam população urbana superior ou inferior a 50 mil residentes. As cidades de Santo Ângelo e Santa Rosa (classificadas no Tipo 15²⁰) correspondem às cidades com mais de 50 mil habitantes. Destacamos também as cidades com menos de 50 mil habitantes, que se localizam na região de estudo: Três de Maio, Três Passos, Santo Augusto, Cerro Largo e Tenente Portela, classificadas no Tipo 15, e São Luiz Gonzaga, que se classifica no Tipo 25 (Missões).

²⁰ Cidades com mais de 50 mil habitantes do Tipo 15 na Região Sul: Santa Cruz do Sul/RS, Erechim/RS, Santo Ângelo/RS, Cruz Alta/RS, Santa Rosa/RS, Carazinho/RS, Pato Branco/PR, Francisco Beltrão/PR e Concórdia/SC (CIDADES MÉDIAS, 2017, p.72)

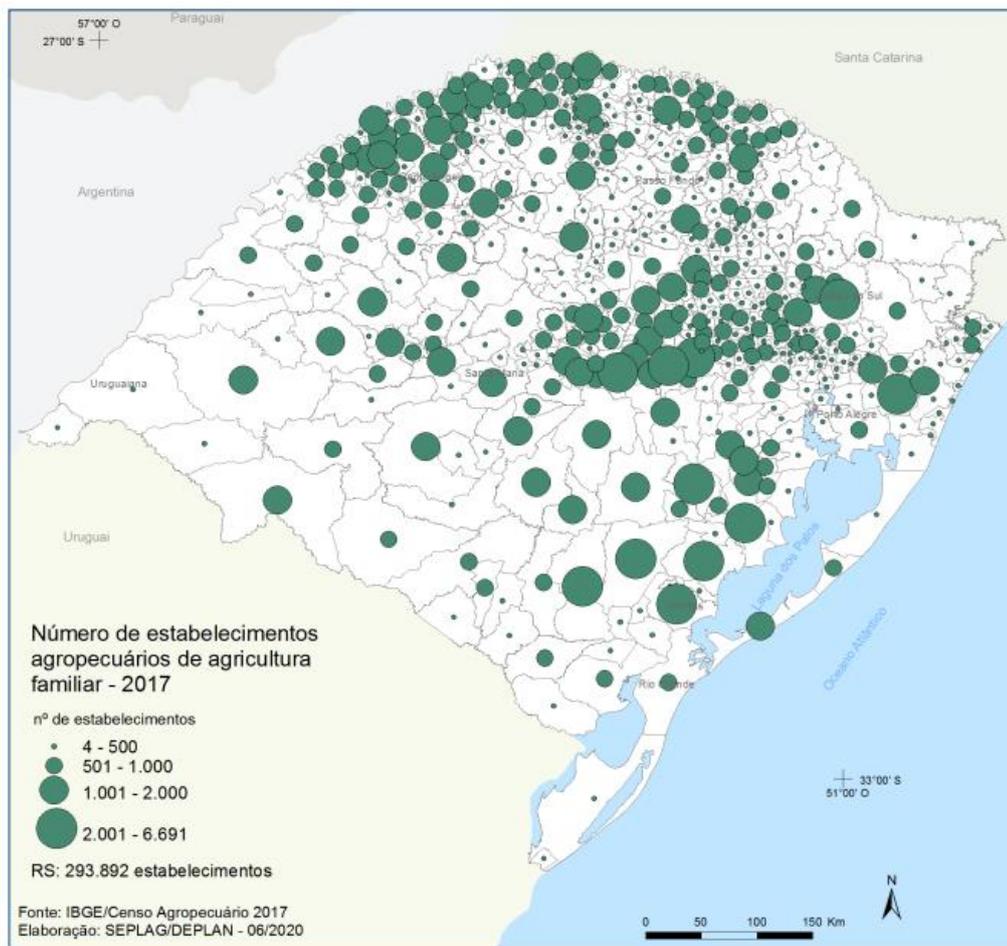
(...) é no tipo 15 que se encontram ruralidade marcada por uma expressiva proporção e densidade de população na zona rural, pelo controle por agricultores familiares de cerca de 63% da área total dos estabelecimentos, por uma elevada densidade dos estabelecimentos agropecuários (3,67km²), resultando das sucessivas divisões por heranças e por uma nítida separação entre os ocupados no campo (3/4 trabalham no setor agropecuário) e nas cidades, onde há somente 14% de residentes ocupados diretamente pelo mesmo setor. (...) Nas Missões e Sul do Estado (tipo 25) há uma maior mescla entre estâncias e agricultura de padrão familiar que chega a controlar 22% da área total dos estabelecimentos agropecuários (CIDADES MÉDIAS, 2017, p.72/73).

O noroeste do RS caracteriza-se, como já mencionado anteriormente, por um número expressivo de municípios de pequeno porte e com uma porcentagem elevada de população rural. Há um predomínio das pequenas propriedades na região. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), do total de 59.673 estabelecimentos agropecuários da Região Intermediária de Ijuí, 38,7% possuem menos de 10 hectares e, 26,45% dos estabelecimentos possuem de 10 a menos de 20 hectares, totalizando 65,15% (38.875) dos estabelecimentos na região com menos de 20 hectares.

O Rio Grande do Sul possuía, em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário, 365.094 estabelecimentos agropecuários, 293.892 classificados como familiares (80,5%) e, 71.202 como não familiares (19,5%). Os estabelecimentos de agricultura familiar²¹ estão presentes em todas as regiões, embora mais concentrados no Norte/noroeste e centro-leste do Estado, como demonstrado na Figura 10. No ano de 2017, apresentavam um total de pessoal ocupado de 716.695 pessoas. Já os estabelecimentos de agricultura não familiar se encontram em maior número no sul e sudoeste do estado e apresentavam, em 2017, um total de pessoal ocupado de 275.718 pessoas.

²¹ Segundo a Lei 11.326/2006, Art.3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Figura 8 – RS: número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar (2017)



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2021, p.120

A Figura 10 confirma o predomínio de estabelecimentos agropecuários de pequeno porte e da agricultura familiar na região noroeste, características do Tipo 15. Evidenciamos, novamente que as cidades Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, centros urbanos de articulação intermediária e imediata, que hoje polarizam regiões rurais no noroeste do estado do RS, tiveram por origem núcleos coloniais efetivamente implantados apenas nas primeiras décadas do século XX (Santa Rosa), ou na última década do século XIX (Ijuí). Constitui-se, nesse sentido, em uma área de ocupação recente e que durante a segunda metade do século XX foi literalmente revolucionada pelo processo que se convencionou chamar de “modernização agrícola”, que será abordado na próxima seção.

1.4 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A modernização da agricultura constitui-se num dos aspectos marcantes da evolução da agropecuária brasileira na década de 1970. Centrou-se no amplo emprego de máquinas e de

insumos de origem industrial, difundindo-se a partir de fortes subsídios creditícios. O período de 1960 e 1970 corresponde, no Brasil, à formação de um complexo agroindustrial que reorganiza o território através da interdependência campo-cidade, com forte influência do Estado nas relações entre a agricultura e a indústria, através de subsídios e incentivos para o setor primário e para a produção tecnológica. Com o advento da modernização e tecnificação da agricultura, ocorre a especialização de algumas cidades para atender a determinados tipos de produção que se desenvolvem no entorno rural. Essas especializam-se para atender um campo mais moderno e cada vez mais urbano. As características específicas que a modernização da agricultura assumiu estão associadas à concentração fundiária, em diferentes graus de intensidade, e ao processo de valorização acentuada da terra.

No estado do RS, o processo de modernização da agricultura, esboçado a partir de 1945, tem início na região do Planalto Gaúcho, que corresponde às regiões fisiográficas do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai (BRUM, 1988). A policultura de subsistência é substituída pela cultura de comercialização (binômio trigo-soja) e, enquadra-se na nova estratégia de capitalismo internacional, no pós-guerra. Segundo Brum (1988), a década de 1950 marca a estagnação e declínio da agricultura tradicional que se agravou na década de 1960, devido ao esgotamento da fertilidade natural do solo, à redução do tamanho das propriedades rurais em decorrência da partilha por herança e aos baixos preços dos produtos agrícolas.

Brum (1988, p.72) define 3 fases no processo de modernização da agricultura no Planalto Gaúcho:

1ª fase: caracterizada pela cultura do trigo até início da década de 1970, a partir dos anos 1960 o cultivo de soja como lavoura secundária em crescente expansão e importância;

2ª fase: década de 1970 (1972-1978) liderada pela cultura da soja, passando o trigo a uma posição secundária e declinante e,

3ª fase: a partir de 1978/1979 em que se passou a buscar uma maior diversificação de culturas, diante da vulnerabilidade e dos riscos.

A partir da década de 1950 a região Noroeste do RS passou a enfrentar um processo de reestruturação que foi transformando sua estrutura socioeconômica e definindo uma nova forma de inserção na dinâmica do estado e do país. A triticultura mecanizada no campo teve início em 1946 em Passo Fundo e Carazinho e, alguns anos após, em Ijuí e Santo Ângelo, estendendo-se a outros municípios ainda na década de 1950. A partir de 1946 o trigo passava a comandar o processo de transformação da economia regional, substituindo as culturas regionais e associando-se, a seguir, com a soja através de novas unidades de produção, as granjas ou empresas rurais.

No final da década de 1950 ocorre a fundação das cooperativas no RS. De acordo com Brum (1988), a partir de meados da década de 1960 (1965) o agricultor tradicional (colono) começou a ingressar no processo de modernização da agricultura, mais forçado pelas circunstâncias do que por opção. “Os que primeiro se lançaram à produção mecanizada de trigo não foram os colonos e sim, pessoas da cidade com algum tipo de vinculação com a agricultura” (BRUM, 1988, p.75). Há, portanto, o surgimento de uma nova categoria social com interesses específicos: os granjeiros.

No ano de 1950 o trigo constituía a terceira produção do estado, a partir de 1972 a soja assume a primeira posição em produção. Em meados de 1950, a área cultivada de soja concentrava-se em três regiões do estado: microrregiões de Santa Rosa, Missões e Ijuí. Somente o município de Santa Rosa concentrava 71% da produção gaúcha (CONCEIÇÃO, 1984).

A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira e incentivo do governo para agricultura destinada à exportação, ou seja, “a lavoura de soja expande-se utilizando-se da estrutura já instalada para a cultura do trigo no período em que a lavoura desse produto passava por dificuldades, seja por fatores climáticos ou por imposições do mercado” (CARGNIN, 2017, p.118).

Brum (1988) salienta como elementos da modernização agrícola: conservação e fertilização do solo, mecanização da lavoura (aumento de 1.483% na área mecanizada em 10 anos), seleção de sementes, a assistência creditícia, que o autor enfatiza como fator decisivo do processo de modernização da agricultura no país e, a expansão do cooperativismo. Nesse sentido, a cooperativa se constitui em **instrumento da modernização**.

Segundo Brum (1988) as Cooperativas e seus associados foram assumindo a responsabilidade da orientação e realização do trabalho de conservação do solo.

O dinamismo da agricultura moderna de características empresariais exigiu instrumentos mais ágeis e eficazes para o avanço do processo. Os pequenos comerciantes das localidades interioranas e pequenas cooperativas que comercializavam os excedentes agrícolas, na fase da agricultura tradicional, mostraram-se incapazes de atender de modo satisfatório aos crescentes volumes da produção agrícola da fase da modernização (...) A necessidade sentida pelos produtores, de um lado, e o estímulo dado pelo governo do outro, levaram os granjeiros (triticultores) a criarem as primeiras 20 Cooperativas tritícolas na região em 1957. Outras surgiram nos anos subsequentes. Já em 1958 foi criada a Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul Ltda (FECOTRIGO), integrada por todas as cooperativas singulares, com objetivo de articular a ação política conjunta do setor (BRUM, 1988, p.111).

A FECOTRIGO objetivava prestar assistência técnica, econômica e de infraestrutura ao produtor de trigo, visando minimizar a crise no setor. As cooperativas tritícolas surgem no Estado como alternativa para a situação de recessão daquele momento. Além de instrumento de

modernização, as Cooperativas podem ser definidas **enquanto atores regionais que vão alavancar a economia**, visto que

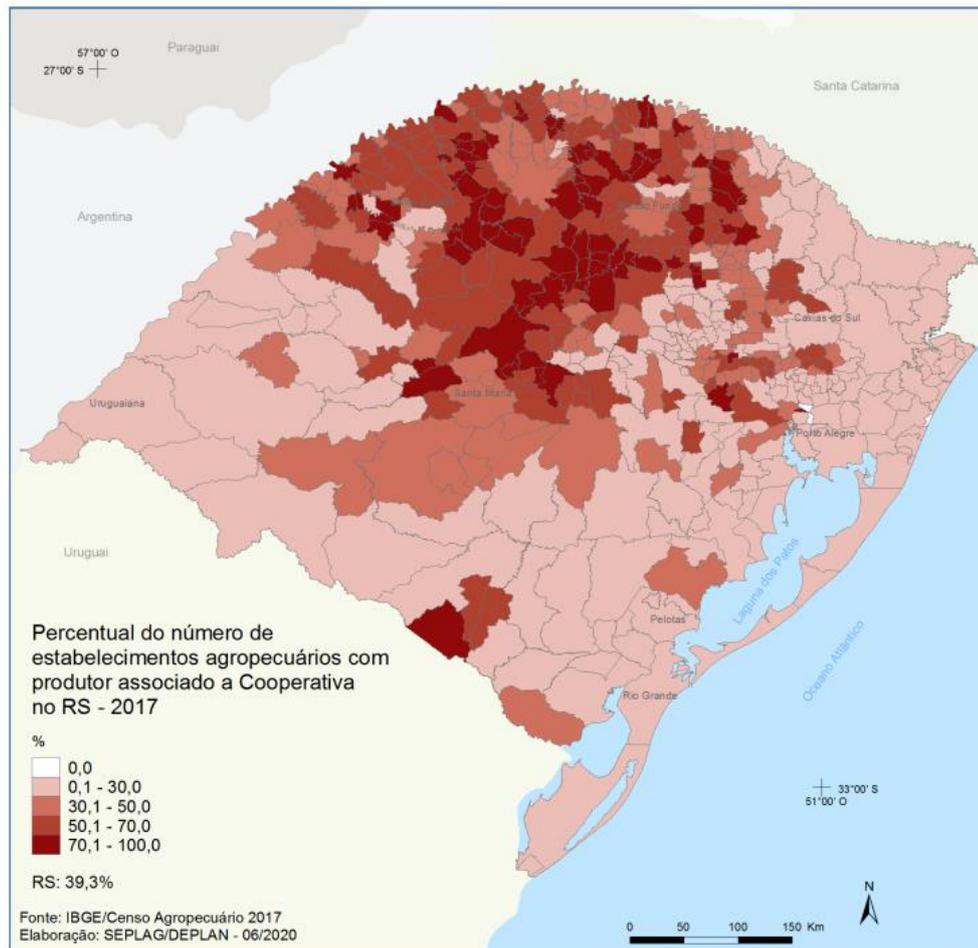
As cooperativas criaram importante infra-estrutura de armazenagem, multiplicando armazéns nas áreas produtoras da região, a fim de receber e comercializar, alternadamente, as safras anuais do binômio trigo-soja. Assim, com o apoio oficial, foi construída uma infra-estrutura de armazenamento com capacidade suficiente para as crescentes safras agrícolas (BRUM, 1988, p.112).

O período de 1960 e 1970 corresponde à formação de um complexo agroindustrial brasileiro que reorganiza o território através da interdependência campo-cidade, com forte influência do Estado nas relações entre agricultura e indústria, através de subsídios e incentivos para o setor primário e para a produção tecnológica (ARAÚJO, 2015).

A década de 1970 foi marcada pela grande expansão do ciclo da soja. Segundo Conceição (1984), o período 1968-1975 corresponde a fase de maior expansão do cultivo de soja no estado. Dentre os fatores que contribuíram para isso estão: a adoção de maquinário, insumos modernos, a facilidade de sucessão trigo-soja, o emprego de mão de obra predominantemente assalariada e, o aproveitamento de uma estrutura cooperativa já existente, montada para o trigo, o que conduziu a uma evolução da estrutura cooperativa regional. As cooperativas da região, em maior ou menor grau se instrumentalizaram para atender às demandas dos produtores nas diversas fases do processo, através da criação e ampliação do departamento técnico com a finalidade de orientar e prestar assistência técnica aos produtores rurais; da atuação no setor de consumo (insumos, supermercados, confecções) e no crédito rural.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE), no estado do Rio Grande do Sul, 143.481 estabelecimentos agropecuários contavam com produtor rural associado à cooperativa, ou seja, 39,3% do total de estabelecimentos, como demonstrado na Figura 11. No Brasil, esse percentual é de 11,42%, 579.438 de um total de 5.073.324 estabelecimentos. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2017, o estado com a maior participação de estabelecimentos com produtor rural associado à cooperativa, seguido de Paraná e Santa Catarina (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Figura 9 - RS: estabelecimentos agropecuários com produtor associado à cooperativa (2017)



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2021, p.121

Como pode ser observado na Figura 11, há uma concentração maior desses estabelecimentos no norte e noroeste do território gaúcho. Na Região Intermediária de Ijuí, dos 59.673 estabelecimentos agropecuários da região, 34.481 (57,78%) possuem associação do produtor à cooperativa. Dos 77 municípios que compõem a região, 24 municípios possuem mais de 70% dos estabelecimentos associados à cooperativa; 31 municípios possuem de 50,1% a 70% dos estabelecimentos associados; 18 municípios possuem de 30,1% a 50% dos estabelecimentos associados e apenas 4 municípios da região possuem menos de 30% dos estabelecimentos associados.

No Rio Grande do Sul, a produção agropecuária da agricultura familiar apresenta forte influência do cooperativismo, como pode ser verificado ao relacionarmos as Figuras 10 e 11. A distribuição dos estabelecimentos com produtor associado à cooperativa no RS, segundo o Censo Agropecuário 2017, reflete essa realidade da organização produtiva (ATLAS, 2021). Salientamos ainda o papel que as Cooperativas exercem quanto a origem da orientação técnica

recebida pelos estabelecimentos agropecuários: no estado esse percentual é de 16,47% dos estabelecimentos. Ao analisarmos a Região Intermediária de Ijuí, 13.713 estabelecimentos, 22,98%, recebem orientação técnica oriunda das Cooperativas.

Destarte, essas Cooperativas são consideradas como atores locais/regionais, pois sua atuação é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação reorganizando o espaço rural e urbano (CARGNIN, 2017). Segundo a autora, o espaço urbano também tem sua dinâmica alterada, pois o aumento da renda gerado no setor rural implica, na sua maioria, investimentos no urbano e, conseqüentemente, ampliação do seu mercado de trabalho.

Para Brum (1988), as maiores cooperativas tornaram-se grandes complexos empresariais, com atuação em diversas atividades relacionadas, de forma direta e indireta, “com a atividade agrícola e as necessidades da família rural” (BRUM, 1988, p. 114). O autor chama a atenção para o surgimento de algumas indústrias de médio/grande porte na região, aproveitando a expansão modernizadora, voltada para a produção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas modernos

(...) Irmãos Buzzi Ltda., em Cerro Largo; Implementos Krause, em Ajuricaba; Grim S.A. – Indústria e Comércio (Secadores de Grãos), em Ijuí; Hélio Weiler (Secadores de Grãos), em Ijuí; Gilberto Harry Rohde, em Vila Coronel Barros, Município de Ijuí; Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S.A. (IMASA), em Ijuí; Kleper Weber S.A. (Secadores de Grãos), em Panambi; Indústria de Máquinas Agrícolas Fankhauser Ltda., em Tuparendi; Mecânica Ritter S.A., em Santo Ângelo; Máquinas Agrícolas Campeão S.A. – Indústria e Comércio, em Santo Ângelo; Eickhoff – Máquinas Agrícolas Ltda., em Três de Maio (...) Schneider, Logemann & Cia Ltda. (SLC), em Horizontina, e Colheitadeiras Ideal, em Santa Rosa. (BRUM, 1988, p.115/116).

As cooperativas maiores ingressaram na agroindústria – fábricas de óleo de soja e rações e laticínios através da Cooperativa Central Gaúcha Ltda – CCGL, fundada em 1976, com sede em Cruz Alta-RS, contando com aproximadamente 21 cooperativas associadas. A CCGL trabalha com produtos industrializados a partir do leite e com o desenvolvimento de tecnologia para melhoramento genético de semente de soja, trigo e forrageiras. Atua em 350 municípios do RS e possui mais de 171 mil produtores rurais filiados às 39 Cooperativas Associadas que formam o grupo²².

²² Disponível em: <https://app.ccgl.com.br/site/> Acesso em 22/05/2021.

1.5 COOPERATIVAS NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE IJUÍ

Nesta seção, destacamos a atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes nas cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, enquanto agentes em uma região que apresenta forte dinamismo com a agricultura modernizada, o que reflete conexões com o atual processo de globalização. Nas palavras de Cargnin (2017, p.130) “as cooperativas agropecuárias são organizações que proporcionam o vínculo das atividades desenvolvidas no espaço rural e no urbano, são geradoras de postos de trabalhos e desenvolvimento socioeconômico”. Exercem, portanto, importante papel enquanto agentes de produção do espaço.

De acordo com as informações disponíveis na página do Sistema OCERGS- Organização Cooperativa, órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas, “o cooperativismo é um modelo econômico-social que gera e distribui riqueza de forma proporcional ao trabalho de cada associado”²³. As cooperativas são reunidas em 7 ramos, de acordo com o tipo de trabalho que realizam. São eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; transporte; e trabalho, produção de bens e serviços (que engloba o ramo educacional).

Embora não tenhamos a pretensão de nos aprofundar no Cooperativismo, consideramos importante destacar algumas informações sobre o Rio Grande do Sul, disponibilizadas pelo Sistema OCERGS. O estado do RS possui, atualmente 438 cooperativas, distribuídas nos seguintes ramos: 123 do ramo agropecuário, 86 cooperativas de crédito, 79 do ramo de transporte, 59 que integram o ramo saúde, 50 cooperativas do ramo trabalho, produção de bens e serviços, 35 de infraestrutura e 6 cooperativas de consumo. As mais de 400 cooperativas gaúchas possuem 2,8 milhões de associados e geram 58,9 mil empregos diretos.

Na Região Intermediária de Ijuí, recorte territorial definido para a pesquisa, constam 48 cooperativas, segundo informações do Sistema OCERGS, distribuídas nos seguintes ramos: 17 cooperativas agropecuárias, 6 de crédito, 5 de infraestrutura, 5 do ramo saúde (localizadas nos municípios que exercem maior centralidade), 11 de transporte e 4 cooperativas do ramo trabalho, produção de bens e serviços, conforme Quadro 5:

²³ Disponível em: <https://www.sescoopr.br/cooperativismo/>. Acesso em 22/05/2021.

Quadro 5 - Cooperativas na Região Intermediária de Ijuí por Ramos de atividades

	Agropecuária	Crédito	Infraestrutura	Saúde	Transporte	Trabalho, Prod. bens e Serviços	Total
Ijuí	1	2	1	1	3		8
Santa Rosa	2	1	1	1		1	6
Santo Ângelo	1	1		2	1	1	6
Demais municípios	13	2	3	1	7	2	28
Região Int. Ijuí	17	6	5	5	11	4	48
Rio Grande do Sul	123	86	35	59	79	50	432

Fonte: Sistema OCERGS (2021).

Ijuí possui oito cooperativas: COOTRIJUI – Cooperativa Agropecuária & Industrial; SICREDI DAS CULTURAS RS - Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Região das Culturas; UNICRED IJUI - Coop. ECM dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Ijuí Ltda; CERILUZ – Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda; UNIMED NOROESTE - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda; e três cooperativas de transporte: COOTAC – Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Cargas Ltda; COOTRALEI – Cooperativa Regional dos Transportadores Autônomos de Leite Ltda e COTRACAR – Cooperativa de Prestação de Serviços de Transportes Ltda.

Santa Rosa, possui seis cooperativas: COTRIROSA – Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda.; COOPERMIL- Cooperativa Mista São Luiz Ltda.; SICREDI UNIÃO RS – Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul; COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste; UNIMED FRONTEIRA NOROESTE/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda., e COOPERCONCÓRDIA – Cooperativa de Trabalho Educacional Cooperconcórdia Ltda.

Santo Ângelo também possui seis cooperativas: COTRISA- Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo Ltda. (em liquidação extrajudicial segundo informação na página do sistema OCERGS); UNICRED ELEVA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Unicred Eleva Ltda.; UNIMED MISSÕES - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda.; UNIODONTO MISSÕES – Cooperativa Odontológica Ltda; COTRAM - Cooperativa dos Transportadores Rodoviários das Missões Ltda. e COOPEEC – Cooperativa de Trabalho Escola Concórdia.

Na sequência, enfatizaremos as Cooperativas Agropecuárias existentes nos municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Panambi. A justificativa deve-se ao papel que essas

cooperativas possuem na região, enquanto agentes no processo de modernização da agricultura, bem como, no espaço urbano, nas cidades.

Segundo definição disponível na página da OCERGS, o Ramo Agropecuário²⁴, conforme resolução, Artigo 1º é “composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, o(s) meio(s) de produção”.

Em Ijuí encontramos a forte atuação da COTRIJUI, fundada em 20/07/1957, como Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda - COTRIJUI, hoje denominada: COTRIJUI – Cooperativa Agropecuária & Industrial. Atua em mais de 42 municípios no estado, 22 deles na Região de Ijuí; possui 13 unidades de beneficiamento, industrialização e comercialização; gera um total de 2.700 empregos diretos e conta com mais de 19 mil produtores associados. Atua no beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos agropecuários e prestação de assistência técnica direta aos associados. Tem sedes em Ijuí e Porto Alegre; frigorífico em São Luiz Gonzaga, polo arrozeiro no município de Dom Pedrito e participação acionário no terminal do Porto de Rio Grande²⁵.

Desta produção podemos destacar a soja, o trigo, o arroz, o milho, a canola, a aveia, o girassol, o leite e os suínos. Que através da cooperativa chegam a milhares de consumidores de todo o Brasil e de diversos países ao redor do mundo pelas marcas Tchê, Cereais Cooper, Arroz Levesti, Rações e concentrados Vita COTRIJUI, e Sementes COTRIJUI (...) A COTRIJUI recebe mais de 800 mil toneladas de produtos agrícolas e presta assistência à cerca de 1.500 produtores de leite, que somados produzem aproximadamente 70 milhões de litros de leite por ano, e abate anualmente cerca de 360 mil cabeças de suínos (...) <http://www.cotrijui.coop.br:8080/inicio.jsp#>

As unidades da COTRIJUI estão localizadas nos seguintes municípios: Ajuricaba, Augusto Pestana, Chiapetta, Coronel Bicaco, Ijuí (sede), Jóia, Nova Ramada, Santo Augusto, São Luiz Gonzaga, São Valério do Sul e Tenente Portela na região de Ijuí; além dos municípios de Dom Pedrito, Manoel Viana, Santiago e São Francisco de Assis. A área de atuação inclui também os seguintes municípios: Barra do Guarita, Bozano, Braga, Catuípe, Coronel Barros, Derrubadas, Inhacorá, Miraguaí, Redentora, São Martinho e Vista Gaúcha; totalizando 22 municípios na região (Figura 12).

Santa Rosa possui duas cooperativas agropecuárias como já mencionado anteriormente. A COTRIROSA -Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda; foi fundada em 29/06/1968 por 77 agricultores. Atua na industrialização, beneficiamento e comercialização de uma linha de

²⁴ Disponível em: <https://www.sescoopr.br/cooperativismo/ramos-do-cooperativismo/>

²⁵ Informações disponíveis em <http://www.cotrijui.coop.br:8080/inicio.jsp#> Acesso em 25/05/2021.

produtos com as marcas *Nutrirosa* e *Cotrirosa* (farinhas e farelos). Possui 27 unidades; 23 supermercados em 14 municípios; 28 lojas agropecuárias e 04 postos de combustíveis: 1 localizado em Santa Rosa, 2 em Giruá e 1 em Porto Mauá. Atua em 18 municípios da região, com 1.091 funcionários e 6.283 associados²⁶. Atua também na produção de leite através da CCGL (Cruz Alta). Em todas as unidades a Cooperativa possui pontos de vendas de insumos e ferragens, medicamentos veterinários e nutrição animal. Somente em Santa Rosa localizam-se 3 lojas específicas. As 27 unidades possuem estrutura de recebimento de grãos e algumas de armazenagem. Em Santa Rosa localiza-se o complexo de armazéns com a maior capacidade armazenadora. Também a unidade de beneficiamento de sementes. Possui unidades nos municípios de: Alecrim, Campina das Missões, Cândido Godói, Giruá, Horizontina, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Roque Gonzales, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Paulo das Missões, Senador Salgado Filho, Tucunduva, Tuparendi e Ubiretama (Figura 12).

A segunda cooperativa agropecuária localizada em Santa Rosa é a COOPERMIL - Cooperativa Mista São Luiz Ltda, fundada em 27/08/1955 na localidade de Cinquentenário, distrito de Santa Rosa, hoje município de Tuparendi. Inicialmente contou com a participação de 47 associados, todos ligados à agricultura. Atualmente possui mais de 5.000 associados, atua em 34 municípios da região e conta com 900 empregados.

A Cooperativa nasceu com a necessidade de organização dos produtores rurais, face às dificuldades de comercialização existentes na época, principalmente na suinicultura e porque os agricultores viam no cooperativismo a melhor forma de gestão para a pequena propriedade. Já no início da década de 70, em 1971, buscando o crescimento, a Cooperativa abriu sua filial em Santa Rosa, onde logo foi instalada a Sede Administrativa, dada a facilidade de acesso, comunicação e a centralização de controles. Com isso, o quadro social da cooperativa duplicou-se, ampliando também o número de colaboradores para atender as novas demandas.
<http://www.coopermil.com/a-cooperativa/historico>

Possui 14 unidades de recebimento de grãos (soja, milho e trigo) com capacidade de 2.390.000 sacos de grãos. Atua no mercado de leite desde 1980, integralizando a produção à CCGL. A cooperativa produz e comercializa sementes em parceria com a Embrapa, Fundação Pró-Semente de Passo Fundo e a CCGLTec de Cruz Alta. A Sede Administrativa localiza-se na cidade de Santa Rosa: funciona como recebimento de grãos, centro de distribuição de insumos e centro de distribuição dos supermercados. Há três unidades localizadas na cidade: Recebimento de Grãos e Centro de Tratamento de Sementes – CTS; Centro de Distribuição de Insumos Agropecuários e Centro de Distribuição de Supermercados. E mais 2 unidades no

²⁶ Informações disponíveis em <https://www.cotrirosa.com/>

interior do município (Esquina Candeia): Agropecuária, Super São Luiz e Recebimento de Grãos e, a Fábrica de Rações. Conta ainda com 1 Agropecuária, 3 supermercados - Super São Luiz - e 4 postos de combustíveis localizados na cidade de Santa Rosa.

A Cooperativa possui ao todo 15 unidades de recebimento de grãos e agropecuária, 12 supermercados e 5 postos de combustíveis. Além de Santa Rosa, possui unidades nos municípios de Campina das Missões, Cândido Godói, Cerro Largo, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Guarani das Missões, Novo Machado, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi e Ubiretama, totalizando 16 municípios com unidades na região. Sua área de atuação inclui ainda, mais 18 municípios: Alecrim, Alegria, Caibaté, Catuípe, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Horizontina, Independência, Mato Queimado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzalez, Salvador das Missões, São Paulo das Missões e Senador Salgado Filho (Figura 12).

Em Santo Ângelo destaca-se a COTRISA, fundada em 21/12/1956 por 65 agricultores que,

sucedeu a Associação dos Triticultores de Santo Ângelo, fundada em 1955. O objetivo primeiro do surgimento da Cooperativa foi a defesa da triticultura na região das Missões (RS - Brasil), tendo sido a primeira cooperativa de produção de trigo do país. O surgimento da Cooperativa deu-se basicamente em função das dificuldades que os produtores de trigo enfrentavam para armazenar e comercializar o produto. (Disponível em: <http://www.cotrisa.com.br/>)

Possui 21 unidades de recebimento de grãos, das quais 15 operam também na comercialização de insumos; 15 supermercados, 8.992 associados e 680 empregados²⁷. Em 1978 ocupava a posição de 2ª maior cooperativa de produção agropecuária do RS e expandiu suas atividades para o Mato Grosso do Sul. Possui unidades em 13 municípios da região: Caibaté, Catuípe, Cerro Largo, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Guarani das Missões, Mato Queimado, Roque Gonzales, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá e Vitória das Missões. A área de abrangência soma 330.000 hectares, destes 95% de agricultura familiar.

Nas suas unidades da agroindústria, industrializa parte dos produtos recebidos dos associados, produzindo: farinhas de trigo marcas *Biondina*, *COTRISA* e *Dois Pinheiros*; produz pizzas e lasanhas; produz ainda rações e concentrados para suínos, bovinos e aves através de fábrica própria.

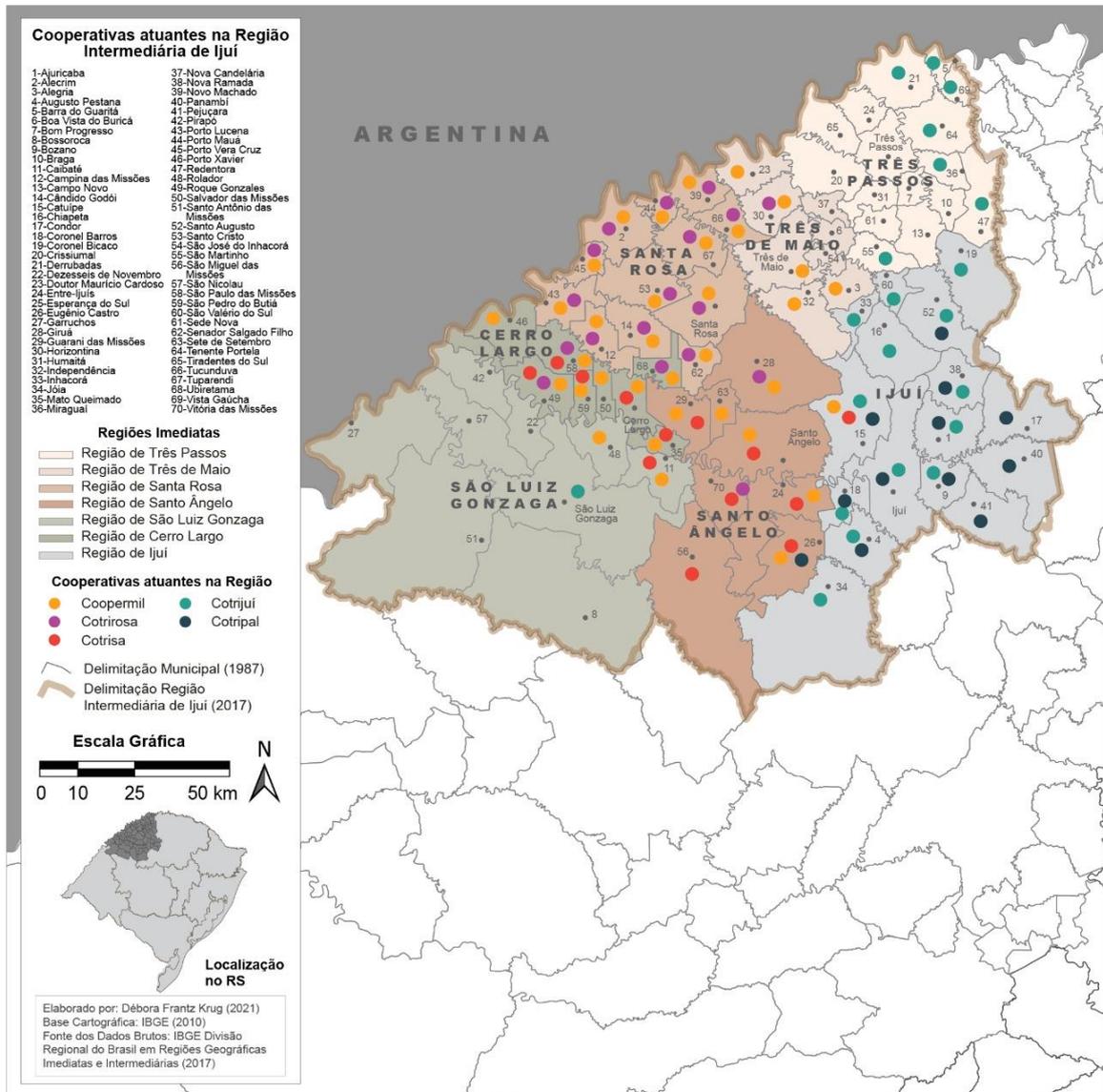
²⁷ Informações disponíveis na página da Cooperativa, com data de 31/12/2008. <http://www.cotrisa.com.br/> Acesso em 24/05/2021

Salientamos também a COTRIPAL - Agropecuária Cooperativa, fundada em 21/09/1957 por 29 agricultores no município de Panambi. Atualmente são 4.240 produtores associados e 2.217 empregados. Cobre uma área agricultável de 85 mil hectares. A área de abrangência da Cooperativa inclui os municípios de: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Eugênio de Castro, Ijuí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara e Santo Augusto, totalizando 12 municípios de abrangência na região, além do município de Santa Bárbara do Sul. Possui 18 unidades próprias para recebimento de grãos; 6 supermercados, 1 frigorífico (Condor), 1 fábrica de rações (Panambi), 5 lojas²⁸, nos municípios de Panambi, Pejuçara, Condor, Augusto Pestana e Santa Bárbara do Sul; 4 postos de combustíveis (2 localizados em Panambi); 3 farmácias (2 em Panambi e 1 em Condor), 1 Autocentro e o TRR Borboleta – Transportador Revendedor Retalhista, empreendimento que entrega óleo diesel diretamente nas propriedades. O serviço oferecido através de caminhões-tanque, fornece combustível para os maquinários agrícolas e abastece tanques de geradores e pivôs de irrigação.

A Figura 12 demonstra as cinco cooperativas agropecuárias acima descritas e os municípios de atuação na região.

²⁸ As lojas Cotripal vendem linhas de peças agrícolas, ferragens, implementos agropecuários, produtos veterinários, material de construção e acabamentos, eletrodomésticos e móveis. Disponível em: <https://cotripal.com.br/negocios/varejo/lojas/> Acesso em 25/05/2021.

Figura 10 - Cooperativas Agropecuárias atuantes na Região Intermediária de Ijuí



Elaborado por Débora Krug com base em IBGE (2010)

O Quadro 6 sintetiza a importância que essas Cooperativas exercem nas respectivas cidades e na região, através do número de municípios, das suas unidades (recebimentos de grãos, supermercados, lojas agropecuárias e postos de combustíveis); das formas presentes no espaço, formas estas que geram funções, através dos serviços prestados; do número de vínculos empregatícios e, dos fluxos gerados a partir desses empregos.

Quadro 6 - Cooperativas: municípios atendidos, unidades, vínculos empregatícios e associados

	Municípios	Unidades receb. grãos	Lojas agrop.	Supermercados	Postos Comb.	Empregados	Associados	
Coopermil 1955 Santa Rosa	34	18 ¹	18 ¹	12	05	900	+ 5.000	Associadas a CCGL que engloba 39 Cooperativas
Cotrirosa 1968 Santa Rosa	18	27	28	23	04	1.091	6.283	
Cotrisa 1955 Santo Angelo	13	21 ²	1 ²	15		680	8.992	
Cotrijuí 1957 Ijuí	22 ³	13	Vendas a campo	8		2.700	19.200	
Cotripal 1957 Panambi	12	18	5	6	4	2.175	4.019	

Fonte: Organizado pela autora a partir das informações disponíveis nos sites das Cooperativas (2021).

¹ Todas as unidades da Coopermil funcionam como recebimento de grãos e agropecuárias.

² Das 21 unidades de recebimento de grãos, 15 operam também na comercialização de insumos. A Cotrisa é associada à COCPEL (Cooperativa Central de Produção de Leite Pesquisa e Logística Ltda.), que engloba outras 20 cooperativas).

³ Atua em mais de 42 municípios do RS, 22 situados na Região Intermediária de Ijuí.

As cooperativas mencionadas trabalham com o recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, junto com a venda de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas. Algumas possuem também supermercados e postos de combustíveis. A presença de profissionais qualificados está presente também nas cooperativas agropecuárias que são consideradas difusoras das novas técnicas e tecnologias para atender e ampliar a demanda por aperfeiçoamento técnico visado pelos agricultores (CARGNIN, 2017, p.126).

Importante salientar que as cinco cooperativas destacadas no Quadro 6 e Figura 12 são associadas à CCGL – Cooperativa Central Gaúcha de Leite. Das cooperativas associadas à CCGL, algumas trabalham com a Cooperativa Central somente a partir de fábricas de rações ou supermercados para a venda dos produtos.

Das 39 cooperativas associadas, 18 cooperativas maiores estão ligadas à CCGL diretamente e 20 estão ligadas a COCPELL (Cooperativa Central de Produção de Leite Pesquisa e Logística Ltda.), a qual representa uma unidade menor da CCGL para integrar essas cooperativas de pequeno porte que não possuem capital suficiente para ingressarem sozinhas no sistema CCGL. A maioria das cooperativas associadas está presente na mesorregião Noroeste do Rio Grande do sul, região responsável por grande parte da produção de soja e leite do Estado (ARAUJO, 2015, p. 44).

Através da Figura 12 é possível visualizar a sobreposição dessas cooperativas em alguns municípios quanto a suas áreas de atuação. Mais de uma cooperativa está captando a produção agrícola e disputando associados entre si.

Para Cargnin (2017):

A falta de intercooperação é também um ponto frágil na administração das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, principalmente as que são mais próximas geograficamente. Há infraestrutura de armazenagem ociosa em algumas cooperativas enquanto em outras, insuficiência de armazenamento. Nessa situação, a parceria diminuiria custos ao produtor rural no deslocamento de sua produção. Em contrapartida, em algumas partes do Rio Grande do Sul, as cooperativas representam para os produtores rurais o único canal de comercialização e de aquisição dos insumos agrícolas. Além disso, o cooperativismo é importante por ser um setor gerador de postos de trabalho. Esses aspectos reforçam o valor do papel das cooperativas no desenvolvimento regional (CARGNIN, 2017, p.101).

As cooperativas existentes na região surgem, como saída à crise na agricultura. Há um contexto que leva à formação dessas cooperativas, mais como necessidade. Com exceção da COTRIROSA, fundada em 1968; todas foram fundadas no final da década de 1950: COOPERMIL em 1955, COTRISA em 1956, COTRIJUÍ e COTRIPAL em 1957; que coincide com o período de estagnação e declínio da agricultura tradicional, agravado ao longo da década de 1960. Destacamos ainda, que esses agentes que dão início ao processo de modernização no campo são de origem urbana. Não se desenvolve essa racionalidade no campo por si só, levando ao processo de “urbanização do meio rural”. O rural se moderniza aos moldes do urbano, com a mecanização e organização do trabalho a partir das cidades.

Segundo Cargnin (2017), após a crise de 2008 há uma diminuição no número de cooperativas no estado, entretanto há um aumento na dimensão dessas cooperativas e de seu campo de atuação.

A diminuição das exportações de grãos brasileiros e a oscilação dos preços das commodities agrícolas refletem na permanência ou não de algumas cooperativas agropecuárias no mercado. Isso ocorre, em parte, às formas de gestão das cooperativas, que por falta de crédito vendem os grãos depositados pelos cooperados, sem que eles tenham realizado o faturamento desses produtos (...) nos últimos anos há uma diminuição no número de cooperativas, mas há um aumento na dimensão dessas cooperativas e de seu campo de atuação. Antes as cooperativas eram locais e atualmente a atuação é regional (CARGNIN, 2017, p. 89).

São consideradas, portanto, como agentes da modernização, pois sua atuação é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação, reorganizando o espaço rural e urbano, através do número de empregos gerados direta e indiretamente, bem como, as mudanças ocasionadas nas cidades. Agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano, entendido não apenas como o espaço da cidade, mas a extensão do urbano (CAPEL, 1974; CORRÊA, 1989).

Além das Cooperativas Agropecuárias, que desempenham papel fundamental na região enquanto agentes da modernização, atuando numa escala local e regional; cabe destacar também a importância das Cooperativas de Crédito existentes na região.

Conforme pesquisa na página do Sistema OCERGS, há seis cooperativas de crédito existentes na região: UNICRED Ijuí e SICREDI das Culturas-RS, ambas localizadas em Ijuí; SICREDI União RS, com sede em Santa Rosa; UNICRED ELEVA, com sede em Santo Ângelo; SICREDI Noroeste RS, localizada em Três de Maio; e SICREDI Raízes RS/SC/MG localizada em Campo Novo.

Ao pesquisarmos o número de agências de cooperativas de crédito como SICREDI (Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento) e CRESOL (Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária), presentes na região, constatamos que todos os 77 municípios são atendidos ao menos por um posto de atendimento de alguma das Cooperativas de Crédito mencionadas. A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento/SICREDI está presente em todos os municípios da região: SICREDI DAS CULTURAS RS/MG atua em 13 municípios; SICREDI NOROESTE RS em 11 municípios; SICREDI PLANALTO RS/MG está presente em 1 município; SICREDI RAÍZES RS/SC/MG em 13 municípios e SICREDI UNIÃO RS possui atuação em 39 municípios da região.

A Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária/CRESOL atua em 34 municípios da região: CRESOL Constantina atua em 2 municípios; CRESOL Guarani das Missões em 7 municípios; CRESOL Humaitá em 5 municípios; CRESOL Nordeste em 2 municípios; CRESOL Porto Xavier em 4 municípios; CRESOL Santo Cristo em 7 municípios; CRESOL Tenente Portela em 5 municípios e CRESOL Tiradentes do Sul em 2 municípios da região. Destacamos ainda, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo UNICRED ELEVA LTDA, que atua nos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí; a Cooperativa de Crédito de livre admissão de associados do planalto catarinense SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS, com atuação em Ijuí e Santo Ângelo; a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Itaipu SICOOB CREDITAIPU em Panambi e a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Itapiranga - SICOOB CREDITAPIRANGA SC/RS, com atuação em Santa Rosa, Tenente Portela e Três Passos.

Há um crescimento desses correspondentes bancários, ou seja, das cooperativas de crédito enquanto agentes financeiros. Essas cooperativas de crédito atuam enquanto agentes financeiros locais e regionais para os municípios da Região Intermediária de Ijuí. As estratégias desses agentes sociais variam no tempo e no espaço, podendo decorrer tanto de causas externas

quanto de causas internas aos agentes (CORRÊA, 1989). A complexidade da ação dos agentes inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial.

1.6 CIDADES DE INTERMEDIACÃO: A RELAÇÃO RURAL-URBANO

A Região Intermediária de Ijuí distingue-se como uma região de agricultura modernizada; as cidades apresentam forte ligação com a produção agrícola e/ou agroindustrial e desempenham papel de apoio a essas atividades. Em estreita ligação/relação com a produção agropecuária desenvolve-se o setor industrial, com unidades orientadas à produção de alimentos, mecânica, produção de máquinas e implementos agrícolas e bebidas (SOBARZO, 2015, p.19).

Nesta seção, buscamos estabelecer esse diálogo rural-urbano a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e do surgimento de novas atividades de comércio e serviços, consideradas urbanas, na área rural no noroeste do RS. Concomitante, entendemos que a utilização do conceito urbano também se aplica para qualificar o espaço e as relações que nele ocorrem.

A saída para a crise da agricultura, verificada na década de 1950 e início da década de 1960, tem importante atuação das cooperativas que surgem na região. A modernização do campo terá também a atuação desses agentes da modernização, ou seja, das Cooperativas. É perceptível essa influência nas cidades: através dos mercados, postos de gasolinas, lojas agropecuárias, geração de postos de trabalho, assistência técnica e como agentes financeiros locais.

Segundo Rotta (2007) a integração entre a agricultura e a indústria, permitiu a intensificação da produtividade agrícola e a criação de um mercado de trabalho urbano capaz de absorver a população excedente do meio rural. Nas palavras do autor, a criação de serviços necessários à expansão da agricultura moderna consolidou, um mercado de trabalho urbano na região, que absorveu a população excedente oriunda do meio rural (ROTTA, 2007).

Novas relações surgem entre a cidade e o campo a partir dessa agricultura modernizada. As transformações verificadas nas cidades decorrem das transformações no campo, do surgimento de novas relações entre esses espaços. Há então a extensão do tecido urbano por todo o território devido às novas relações sociais.

O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões? O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento

na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social (MONTE MOR 2006, p.42).

O uso do conceito urbano extrapola a própria cidade, indica uma sociedade em formação. “O urbano torna-se uma metáfora para o espaço social integrado e (re)definido pela urbanização que se estende virtualmente por todo o território e caracteriza a sociedade urbana contemporânea” (MONTE-MÓR, 2006, p.190). Há, portanto, a extensão do tecido urbano para o campo, abarcando o espaço social na sua totalidade.

As cidades da região especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural: comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, ou seja, comércio e serviços articulados ao urbano. Sposito (2006), ao tratar da questão cidade-campo, argumenta que não basta apenas elucidar as diferenças existentes entre esses dois espaços, pois seu estudo requer a compreensão das relações de complementaridades que se estabelecem entre ambos.

Nesse sentido, as cidades (médias) da região se converteram em elemento essencial na articulação dos respectivos sistemas urbanos e para a revitalização dos territórios vizinhos, assumindo, portanto, um papel importante na escala regional, **de intermediação** (SOBARZO, 2015). Esse papel de intermediação é definido por condições históricas e pelas alterações nos modos de produção, que implicam mudanças nas sociedades, nos tipos de relações econômicas e na própria organização social. O desenvolvimento de novas tecnologias, por um lado, e a necessária reorganização do trabalho e do tempo de trabalho, por outro, colocam a relação com o espaço em outros termos, bem como, a relação entre a cidade e o campo. Nas cidades (médias), as relações urbano-rural tornam-se, assim, mais imbricadas. A importância dessas cidades relaciona-se com as novas funções que passam a desempenhar ao se constituírem como nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária (ELIAS, 2013).

Observa-se uma interdependência da agricultura científica/modernizada com os demais setores econômicos. “As cidades próximas são adaptadas às suas demandas, pois é a cidade que passa a fornecer a grande maioria dos produtos, serviços e mão de obra necessários à produção agropecuária e agroindustrial” (ELIAS, 2006, p.290).

Elias (2007, 2013) denomina esses novos arranjos territoriais produtivos de RPAs – “regiões produtivas agrícolas”, que constituem os novos arranjos territoriais produtivos, associados ao agronegócio globalizado e, inerentes às redes agroindustriais. São compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos espaços urbanos escolhidos para receber os

investimentos privados, as *idades do agronegócio*. Nas palavras da autora, referem-se a uma “atualização” das cidades do campo, conceito utilizado por Milton Santos²⁹ (ELIAS, 2007, p.117), ou seja, as cidades próximas ao campo se adaptam para atender às suas principais demandas. Essas cidades tornam-se responsáveis pelo atendimento das demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços. Ocorre uma especialização de determinadas atividades e, principalmente, do comércio, para atender diretamente ao processo de produção: comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, entre outros. “A cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 1994, p. 52).

Embora não seja o objetivo desta pesquisa classificar a Região de Ijuí como uma RPAs, temos claro que as relações urbano/rural nesta região são complexas e se complementam. As cidades se alteram/crescem/especializam a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e do surgimento de atividades especializadas para atender a esse rural modernizado. Ou seja, a dinâmica das cidades é atrelada ao rural, que influencia as cidades, o urbano. Para Elias (2006, p.280/281) “novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura científica, representam um papel fundamental com a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades, especialmente as locais e as médias, fortalecendo-as”.

Diante do advento da agricultura modernizada, as cidades da região especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural. As cidades próximas são adaptadas às suas demandas, pois é a cidade que passa a fornecer a grande maioria dos produtos, serviços e mão de obra necessários à produção agropecuária e agroindustrial (ELIAS, 2006, p.290). Essa dinâmica rural constitui, sobretudo, na criação de estoques de novos meios de consumo, insumos, crédito agrícola e mão de obra, e, portanto, agem como centros de transportes e comunicações. Essas cidades não estão desarticuladas de um plano mais amplo: o da constituição do espaço urbano como um todo. “Quanto mais se aprofunda a divisão do trabalho agrícola, mais intenso e complexo se torna o processo de urbanização” (ELIAS, 2007, p.120). E, as cidades intermediárias estabelecem esse elo entre as diversas escalas: local, regional, nacional e global; entre horizontalidades e verticalidades

As horizontalidades referem-se ao entorno, sem descontinuidades, como na definição tradicional de região (SANTOS, 1997). Em relação a Região de Ijuí, as horizontalidades referem-se à oferta de bens e serviços, como saúde, educação e o comércio que atendem aos

²⁹ De acordo com Santos (1994), ocorre uma mudança de conteúdo das cidades locais, que passa a ser a *cidade do campo* e não mais a *cidade no campo*, devido a especialização de determinadas atividades para atender diretamente ao processo de produção.

municípios do entorno. Para Santos (1997), as verticalidades referem-se aos “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”. As verticalidades referem-se às articulações do agronegócio, enquanto uma região produtora de *commodities*, e na produção de máquinas e equipamentos, através de empresas multinacionais presentes na região, como a AGCO e a John Deere³⁰.

Destarte, as relações cidade e campo se fazem em novos termos. Tanto a agricultura quanto a indústria são transformadas, novas formas e novos conteúdos são produzidos. A concepção do urbano vai além da própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a sua base.

As cidades constituem, assim, “o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 1997, p.226). Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo - através da atuação de seus agentes, dos quais destacamos aqui as Cooperativas Agropecuárias e de Crédito, estabelecem essa intermediação entre as diversas escalas; entre horizontalidades, com o espaço imediato (entorno rural), com a região e, verticalidades, com cidades e regiões mais distantes.

³⁰ A unidade AGCO localizada em Santa Rosa produz colheitadeiras e plataformas das marcas Massey Ferguson, Valtra e Challenger. No município de Horizontina localiza-se a indústria de máquinas agrícolas John Deere, onde são produzidas modelos de colheitadeiras e plantadeiras.

2 REDE URBANA DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE IJUÍ

No ano de 1971, Gervásio Rodrigo Neves publicou um estudo sobre a rede urbana do Rio Grande do Sul³¹, organizado a partir da intensidade e frequência das viagens de ônibus, dos fluxos diários entre centros urbanos. A escolha do indicador foi baseada na flexibilidade e importância dos transportes de ônibus. Segundo o autor “conceitua-se como intensidade a convergência ou divergência de ônibus intermunicipais em cada centro. A frequência é conceituada como a intensidade direcional dos fluxos de ônibus por dia” (NEVES, 1971, p.23).

Ao referir-se ao noroeste do estado, o autor denomina uma **Rede urbana da área colonial** para denominar os centros que detêm um forte contingente demográfico, excetuando as manchas de campo e, conseqüentemente, uma ampla ligação com cidades menores, vilas e povoados. As áreas de influência são consequência do próprio deslocamento das frentes pioneiras ou da colonização que se desenvolveram a partir desses centros geradores como são exemplos Santa Rosa e Ijuí. Santo Ângelo e Cruz Alta têm condições específicas. O primeiro como área mista de campo e colônia e o segundo como área de campo, mas cuja acessibilidade às colônias de sua porção oriental possibilitou uma polarização.

A heterogeneidade regional explica o “alinhamento de centros 3A: Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, cada qual com áreas de influências próprias dentro de uma área tipicamente agropastoril, onde se aliam as culturas mecanizadas e a pecuária extensiva; Ijuí possuindo um hinterland tipicamente colonial, com centros intermediários de apoio; Santo Ângelo controlando uma região mista de campos e colônias e Santa Rosa dominando uma área colonial que se formou através de frentes pioneiras, as quais se originaram da própria Santa Rosa (NEVES, 1971, p.36/37).

Esses centros, que constituem o que o autor denomina de *Rede urbana da área colonial*, situada no noroeste do estado do RS, fronteira com a Argentina, corresponde ao recorte territorial definido para a pesquisa, a *Região Intermediária de Ijuí* (IBGE, 2017), constituída por centros (cidades) organizadas em rede, que se organizam ao longo do eixo viário, formado pelas BR 386, RS342, RS 344 e a RS 285; com áreas de influências próprias que hoje inserem-se em uma região de agricultura modernizada/mechanizada e desempenham o papel de centros de intermediação nessa região.

Neste capítulo propomos refletir sobre o papel das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo na rede urbana regional, essa região colonial que hoje possui vínculo com a agricultura modernizada. Iniciamos essa reflexão com o significado das redes. Na sequência destacamos

³¹ NEVES, Gervásio Rodrigo. Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico de Geografia**, Rio de Janeiro, N° 222, Ano 30, p.19-50, maio-junho 1971.

os trabalhos pioneiros sobre a rede urbana brasileira, bem como os estudos do IBGE para entender a rede urbana no Brasil, buscando compreender o papel dessas cidades ao longo desses estudos. Finalizamos com a análise sobre a divisão territorial do trabalho e respectiva centralidade dos empregos na região. Propomos, portanto, analisar a(s) rede(s) da Região de Ijuí através de suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação entre as cidades.

2.1 SOBRE REDES, REDES TÉCNICAS, REDES GEOGRÁFICAS E REDE(S) URBANA(S)

De acordo com Dias (2013), a palavra rede surge no século XII para assinalar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós, “a associação entre a rede e o organismo atravessa toda a história das representações de rede, para designar tanto o corpo na sua totalidade – como organizador de fluxos ou de tecidos - quanto uma parte sua, notadamente o cérebro” (DIAS, 2013, p.14).

A “saída” do corpo acontecerá na segunda metade do século XVIII e, esse novo conceito estará atrelado à visão geométrica e matemática, ou seja, à representação do território como um plano de linhas imaginárias ordenadas em rede. Desde então “a rede pode ser objetivada como matriz técnica – infraestrutura rodoviária, estrada de ferro, telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo” (DIAS, 2013, p.15).

Ainda de acordo com Dias (1995, 2013), o conceito moderno de rede se forma na filosofia de Saint-Simon, que defendeu a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais. Os primeiros trabalhos sobre o tema datam da primeira metade do século XIX, “aparece como um conceito-chave e privilegiado do pensamento de Saint-Simon” (1995, p.144). O primeiro ensaio teórico consagrado às redes data de 1863 (Labasse), que consistia num projeto de integração territorial, integração de mercados regionais pela quebra de barreiras físicas. No Brasil, a autora cita como trabalhos pioneiros Labasse e Monbeig (1952), sobre o papel das redes ferroviárias na organização espacial.

“Toda a história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em respostas a uma demanda socioeconômica antes localizada do que uniformemente distribuída” (DIAS, 1995, p.141). As redes técnicas são fundamentais na história do capitalismo mundial, atrelado à modificação dos espaços nacionais. Essas redes técnicas permitiram maior velocidade na circulação de bens (mercadorias), pessoas e informações. Cabe destacar ainda a associação dessas redes aos agentes, que irão influenciar a organização do espaço através dos

investimentos em infraestrutura. Surgem, portanto, em resposta a uma demanda social e fazem parte do espaço geográfico, estruturadas de acordo com os processos de produção e reprodução dos interesses da sociedade vigente. As redes (técnicas) não existem, não funcionam sem que os agentes se mobilizem para isso. “Integrando os agentes mais importantes, as redes integram desigualmente os territórios, seguindo o peso das atividades econômicas preexistentes (...) ela pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades” (DIAS, 1995, p.158).

O termo rede não é recente, bem como, a preocupação em identificar seus efeitos na organização do território. Controlar ou fazer circular, essa é a ambivalência original da rede. A densificação das redes, internas a uma organização ou compartilhadas entre diferentes parceiros, regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas. A rede é uma invenção humana, portanto, uma construção social. “Não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. E, as escalas são construídas nos processos, não dadas a priori” (DIAS, 2013, p.23). Por si só, as redes não protagonizam a estruturação do espaço, entretanto elas estão no espaço para atender aos interesses de determinados agentes, que criam estratégias para implantá-las e difundi-las. Constituem, portanto, parte do espaço geográfico. Dentre os agentes que se mobilizam para isso estão: os agentes políticos, econômicos, profissionais vinculados à construção da rede, usuários e os vinculados aos movimentos reivindicativos (DIAS, 1995).

Nesse sentido, a rede constitui uma forma reatualizada a cada inovação técnica, das quais podemos citar a estrada de ferro, o telégrafo, a eletricidade, o telefone e atualmente a internet. Ainda de acordo com Dias (2013), com a explosão das redes de comunicação (internet), a rede é representada como um organismo planetário e parece desenhar a infraestrutura invisível de uma sociedade, ela mesma pensada como rede, como defende Castells, na obra *A Sociedade em Rede* (1ª edição publicada em 1996). As distâncias tornam-se relativas, facilitadas pelo avanço da tecnologia, que permite um encurtamento dessas distâncias, seja pela aceleração dos meios de transporte, seja pela utilização da internet.

Para Santos (1997) a rede não é apenas material, mas também social e política. Em sua relação com o território, as redes podem ser examinadas segundo um enfoque genético, um processo e, segundo um enfoque atual, um dado da realidade atual. Nas palavras do autor, não existe homogeneidade do espaço, como também não existe homogeneidade das redes. O espaço permanece diferenciado e esta é uma das razões pelas quais as redes que nele se instalam são igualmente heterogêneas. “E onde as redes existem, elas não são uniformes. (...) registram-se

desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e regulação do seu funcionamento” (SANTOS, 1997, p.214).

2.1.1 Rede urbana ou rede(s) urbana(s)³²

De maneira preliminar, a rede urbana pode ser definida como um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. “A rede passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (CORRÊA, 2015, p.15). Desde o final do século XIX o conceito de rede urbana passou a ser utilizado para se referir à crescente articulação existente entre as cidades como resultado da expansão do processo de industrialização ou de urbanização. Nas palavras de Corrêa (2015, p.26) “a rede urbana é simultaneamente um reflexo **da** e uma condição **para** a divisão territorial do trabalho, historicamente a forma mais avançada na divisão social do trabalho”. Via rede urbana o mundo torna-se simultaneamente, desigual e integrado.

A rede urbana é formada pelo sistema de cidades, no território de cada país, interligadas umas às outras através dos sistemas de transportes e de comunicações, pelos quais fluem pessoas, mercadorias, informações. Quanto mais complexa a economia de um país ou de uma região, maior é a sua taxa de urbanização e a quantidade de cidades, mais densa é a sua rede urbana e, portanto, maiores os fluxos que as interligam. No mesmo período, na tentativa de apreender as relações travadas entre as cidades no interior de uma rede, a noção de hierarquia urbana também passou a ser utilizada. Dessa maneira, a metrópole seria o nível máximo de poder e influência econômica e a vila, o nível mais baixo, e sofreria influência de todas as outras cidades (cidade local, centro regional, metrópole). Até meados da década de 1970, foi essa a concepção de hierarquia urbana utilizada.

Atualmente, essa concepção de hierarquia urbana não dá mais conta das relações concretas travadas entre as cidades no interior de uma rede urbana. Com os crescentes avanços tecnológicos, com a modernização dos sistemas de transportes e de comunicações, a maior facilidade de obtenção de energia, a disseminação dos automóveis, enfim, com a “contração” do tempo e o “encurtamento” das distâncias, as relações entre as cidades já não seguem mais o esquema de uma rígida hierarquia. Hoje, já é possível falar da existência de uma nova hierarquia urbana, mais flexível, dentro da qual a relação da vila ou da cidade local pode ser travada com

³² Parte do texto aqui descrito, foi publicado como artigo na Revista ParaOnde!? V.11, nº1, 2019 p.61-80, com o título “Notas sobre a organização da rede urbana no Noroeste do Rio Grande do Sul”. O artigo foi modificado e ampliado para a sua incorporação à tese.

o centro regional, com a metrópole, ou mesmo numa escala internacional. Há uma importância maior dos territórios, dos espaços regionais, de acordo com a infraestrutura – técnicas disponíveis, enquanto nós de uma rede mundial. A ideia de um mundo em rede, de uma sociedade organizada em rede, como propõe Castells (1996), não leva em conta as particularidades de uma sociedade capitalista desigual, pois dentro da lógica do capital, há espaços iluminados, dotados de melhor infraestrutura, como as cidades globais, nós de uma rede mundial de fixos e fluxos e os espaços opacos, como afirma Santos (1997). “Sua existência é inseparável da questão do poder. As redes são técnicas, mas também são sociais (SANTOS, 1997, p.221) ”.

O período atual, marcado pela *Revolução técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1997), opta pelos lugares dotados de maior técnica e exclui grandes porções, inclusive países inteiros. As distâncias tornam-se relativas, facilitadas pelo avanço da tecnologia, que permite um encurtamento dessas distâncias, seja pela aceleração dos meios de transporte, seja pela utilização da internet. Essa relativização das distâncias, que tem repercussões na rede urbana, também pode ser verificada nas relações capitalistas de produção. É cada vez mais comum a descentralização das indústrias, instaladas na zona rural, nos eixos de modernas rodovias e ferrovias. Essas transformações promoveram alterações estruturais na organização das redes urbanas, que atualmente extrapolam os limites territoriais de cada país, pois o crescimento das cidades não depende mais do entorno mais próximo, ou da região onde se localiza, para dinamizar sua economia.

O território brasileiro, estruturado a partir do modelo colonial de exploração, apenas no final do século XIX, deixou de apresentar uma economia fragmentada, dividida em ilhas de exportação, para se constituir como um espaço integrado, com uma dinâmica interna que ligou as diversas regiões e envolve os vários setores da economia. O processo de integração pautou-se na diferenciação regional que sempre caracterizou o espaço brasileiro e, apenas a partir de meados do século XX é que diminuiu a grande concentração espacial das principais atividades econômicas na região Sudeste (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Somente a partir da década de 1940 com a industrialização e a instalação de rodovias, ferrovias e novos portos integrando o território e o mercado, é que se estruturou uma rede urbana em escala nacional. Até então, o território brasileiro era formado por “arquipélagos regionais”, polarizados por suas capitais e metrópoles. As atividades econômicas, que impulsionam a urbanização, desenvolviam-se de forma independente e esparsa pelo território.

A história da constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional [...] as qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das quais são dotadas as redes de telecomunicações deram livre curso a todo um jogo de novas interações [...] A comunicação entre parceiros econômicos – à montante e à jusante –, graças às novas redes é acompanhada de uma seletividade espacial. A importância estratégica da localização geográfica foi, de fato, ampliada (DIAS, 1995, p.150).

Na medida em que a infraestrutura de transportes e comunicações foi se expandindo pelo país, o mercado se unificou e a tendência à concentração urbano-industrial ultrapassou a escala regional, atingindo o país como um todo. Assim, os grandes polos industriais da região Sudeste, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a atrair um enorme contingente de trabalhadores das regiões que não acompanharam seu ritmo de crescimento econômico e se tornaram metrópoles nacionais. Essas duas cidades, por não atenderem às necessidades de investimento em infraestrutura urbana, tornaram-se centros caóticos. Até meados da década de 1970, o governo federal concentrou investimentos de infraestrutura industrial (produção de energia e implantação de sistema de transportes) na região Sudeste, que, em consequência, se tornou o grande centro de atração populacional do país. Os migrantes que a região recebeu eram, em sua grande maioria, constituídos por trabalhadores não qualificados e mal remunerados, que foram se concentrando na periferia das grandes cidades, em locais desprovidos de infraestrutura urbana (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

No entanto, apesar de o processo de desconcentração ter expandido ou transferido polos industriais e comerciais para outras regiões, distantes do eixo inicial, o desenvolvimento continuou sendo heterogêneo e desequilibrado. As desigualdades podem ser verificadas não só através de indicadores como a renda *per capita*, mas também por meio de índices baseados na pobreza, saúde e educação. A rede urbana interfere no cotidiano dos cidadãos de forma diferente, segundo as classes sociais.

Nas últimas décadas do século XX, marcado pelo “encurtamento” e relativização das distâncias, a rede e a hierarquia urbanas se estruturam em escala mundial, de forma muito mais densa do que em períodos anteriores, que dispersam a produção no âmbito global, pelos lugares que oferecem maiores possibilidades de lucro às empresas e, paralelamente, a maior integração dos mercados, das finanças e das bolsas de valores. Segundo Santos; Silveira (2002, p.53) constitui “a irradiação do meio *técnico-científico-informacional* que se instala sobre o território”, na forma de áreas contínuas nas regiões Sudeste e Sul, ou constituindo manchas e pontos nas demais regiões do país.

As redes organizadas e institucionalizadas convivem com redes flexíveis no funcionamento, que não necessitam de contiguidade em sua morfologia. Os centros urbanos

compartilham relações horizontais, convencionais e típicas das localidades centrais, e relações verticais, imateriais e não hierárquicas, presentes nas redes mundiais (O'NEILL, 2010). As redes articulam escalas, do local ao mundial, e não podem ser compreendidas sem sua vinculação concreta ao território. As condições diferenciadas acabam por definir o papel da cidade dentro da rede urbana, podendo haver o crescimento da importância de um centro urbano ou sua decadência, sendo expressivo o papel que as políticas públicas exercem nesse processo.

Nesse sentido, as relações entre cidade e campo tornaram-se no período atual, relações entre cidade e região: a rede urbana em seu funcionamento traduz esse relacionamento. A modernização da agricultura insere-se como parte integrante das relações cidade e região, produzindo vários efeitos sobre o mundo rural, envolvendo a rede urbana (CORRÊA, 2015, p.34/35).

A rede urbana brasileira tem se tornado mais complexa com a configuração de diversas espacialidades, reflexo de distintas articulações socioespaciais que se formaram entre as cidades. Essa complexidade, que expressa a desconcentração das atividades produtivas e o surgimento de novos espaços economicamente dinâmicos, configura-se em função das peculiaridades da estrutura produtiva e de especificidades físico-espaciais que modelam distintamente o território construído (MOTTA; AJARA, 2001).

É, portanto, “reflexo, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos” (CORRÊA, 2015, p.27). Segundo o autor, nos países subdesenvolvidos, a rede urbana ainda pode ser vista, em parte, como um conjunto de cidades com um papel de intermediação diferenciada de decisões geradas fora da rede urbana nacional, compondo parte da divisão internacional do trabalho (CORRÊA, 2015). Cada cidade da rede participa de algum modo e intensidade desses processos, caso contrário, terá sua existência inviabilizada.

Compreendemos que um esforço de classificação dos diferentes municípios brasileiros no âmbito da rede urbana implica em estabelecer comparações e relações entre as diferentes aglomerações. Entretanto, devemos lembrar que esses critérios podem também ser flexíveis, pois elementos que definem uma pequena cidade em um determinado espaço podem ser considerados de cidade média em outro.

2.1.2 *Trabalhos pioneiros sobre a rede urbana brasileira*

Dentre os primeiros trabalhos sobre a rede urbana brasileira, citamos o estudo de Pedro Geiger, intitulado *Evolução da rede urbana brasileira*, publicado em 1963; o texto de autoria de Gervásio Rodrigo Neves, *Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul*, publicado em 1971; o texto *Os estudos de redes urbanas no Brasil*, autoria de Roberto Lobato Corrêa, publicado em 1967; além dos estudos publicados pelo IBGE desde o final da década de 1960: *Divisão do Brasil em espaços polarizados* (IBGE, 1967), *Regiões Funcionais Urbanas* (IBGE, 1972) e, mais recentemente os estudos *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC) publicados nos anos de 1987, 1993, 2007 e 2020.

Enfatizaremos o trabalho de Pedro Geiger (1963), considerado como a primeira obra completa sobre o processo de organização urbana do Brasil. No texto, o autor estabelece uma relação da evolução urbana e o surgimento de novas cidades, com o processo da economia agrária: “a agricultura brasileira, cuja mobilidade espacial é conhecida, leva na sua marcha o germe de novas cidades florescentes; ao mesmo tempo, condiciona a decadência de cidades, nas áreas onde ela mesma decaiu” (GEIGER 1963, p.22). O texto principia com o problema da definição de cidade:

No Brasil, oficialmente, cidades são sedes dos municípios que compõem o País. (...) À época do censo de 1950, existiam 1895 municípios e tantas outras cidades. (...) pode-se considerar realmente cidades todas as localidades sedes de municípios, mesmo quando muitas delas têm menos de 1 000 habitantes, casario tóscico, baixo, disperso? (GEIGER 1963, p.7/8).

Quando da publicação, o Brasil contava com 4.898 cidades e vilas com menos de 5 mil habitantes e 478 com mais de 5 mil habitantes (GEIGER, 1963). Em capítulo posterior, o autor chama a atenção também para o problema da classificação das cidades, o “estabelecimento de critérios que permitam a formulação de um esquema de classificação” (GEIGER, 1963, p.119). A partir dos dados do Censo 1950, o autor aborda as cidades brasileiras segundo as redes regionais em que se inserem e não como cidades isoladas. “Dentro de cada rede, serão examinadas segundo a sua hierarquia, segundo o seu tipo e segundo outros aspectos que possam interessar”.

Geiger (1963) define para cada rede urbana as metrópoles e os diversos centros intermediários, baseado na influência metodológica de Rochefort: método de determinação da hierarquia urbana através da análise do setor terciário das localidades.

Ao analisar a rede urbana do estado, o autor destaca que a organização urbana do RS reflete as principais fases da sua evolução: o Sul, com menor número de cidade e uma quantidade maior de centros de tamanho médio e, ao norte, no Planalto há uma densidade maior

de centros urbanos, no entanto, a maioria é composta de “pequenos centros locais ou de centros elementares”.

A grande modificação no quadro gaúcho, a partir do século passado, foi o constante desenvolvimento da encosta e do planalto, sob a influência do processo de colonização européia, em bases agrícolas (...) No Planalto, cresceram de modo extraordinário, em relação a um curto período de tempo, algumas cidades que agora figuram entre as principais da rede de Pôrto Alegre e que não se destacavam há vinte anos – Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa (GEIGER, 1963, p.305).

Ainda segundo o autor, o noroeste do RS é composto por centros de segunda categoria, a cidade de Cruz Alta aparece como centro regional de primeira categoria:

Estas cidades caracterizam-se (...) pela presença de estabelecimentos de beneficiamento dos produtos agrícolas, indicando tratar-se de centros de áreas agrícolas. A disposição das cidades neste noroeste do Rio Grande do Sul, lembra a possibilidade de aplicação do esquema clássico de PIERRE MOBEING para áreas pioneiras. Ijuí já teria sido “boca de sertão” e agora é centro regional; o mesmo, quanto a Santo Ângelo. Posteriormente a “boca de sertão” passou a Santa Rosa que atualmente é “ponta de trilho”. A principal rua de Santa Rosa é a própria estrada de rodagem que leva às áreas mais novas do noroeste e ao longo da qual se enfileiram cidades pequenas (...) São centros de região agrícola de pequenas propriedades: Horizontina, Três Passos e outras. (GEIGER, 1963, p.319/320).

O estudo de Geiger (1963) já demonstra a característica de centralidade das cidades do noroeste do estado do RS vinculadas a uma região agrícola de pequenas propriedades. De acordo com Geiger (1963), as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande constituem os principais centros redistribuidores da rede urbana gaúcha.

Além dos primeiros trabalhos já citados, sobre a rede urbana brasileira, destacamos também o estudo *Tipologia das cidades brasileiras*, autoria de Ana Cristina Fernandes; Jan Bitoun e Tânia Bacelar de Araújo, publicado em 2009 pelo Observatório das Metrôpoles³³, que tinha por objetivo analisar a configuração e a evolução da rede urbana, com base nas transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, espacial e funcional das cidades no país, bem como, desenvolver uma tipologia de espaços segundo a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. Para isso, foram analisados determinados aspectos: metrôpoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e capitais de estados que não conformem aglomerações. De acordo com o estudo, a cidade é entendida a partir da sua importância para o desenvolvimento regional. O estudo *Tipologia das cidades brasileiras* propõe que o arranjo para o conjunto dos municípios brasileiros deve partir de duas abordagens: a abordagem pelo território e das densidades econômicas que os

³³ FERNANDES, A. C.; BITOUN, J.; ARAÚJO, T. B. **Tipologia das cidades brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

caracterizam; e a abordagem a partir da rede de cidades bem como, da sua capacidade de estruturar regiões polarizadas.

Os textos acima citados, constituem a base teórica que utilizamos para a análise da rede urbana e o percurso para explicarmos as transformações da rede urbana no Noroeste do RS, a partir de suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com as diferenciações entre as cidades que compõem a rede.

2.2 A REDE URBANA DO RIO GRANDE DO SUL

No Estado do Rio Grande do Sul a rede urbana é constituída por quatro Aglomerações Urbanas Institucionalizadas: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), área mais densamente povoada do Estado, concentra aproximadamente 4,4 milhões de habitantes - 38,2% da população total do estado; a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)³⁴, concentra 7,6% da população total do estado; e duas aglomerações de caráter não metropolitano: Aglomeração Urbana do Sul, criada em 1990, apresenta 5,4% da população do RS e, a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, criada em 2004, apresenta 3% da população total do estado.

De acordo com Alonso (2010) há ainda dois recortes territoriais no Estado que configuram duas outras Aglomerações Urbanas Descontínuas: Santa Maria e Passo Fundo. Ambas apresentam como características a ausência de conurbação entre os dois centros e as cidades do entorno e a presença de intensos fluxos de população, mercadorias e serviços. O tamanho destas aglomerações, ou sua hierarquia é estabelecido em escalas urbanas, e sua distribuição geográfica, segundo o autor, depende dos movimentos iniciais de ocupação do território, do ambiente natural e do seu processo histórico de formação.

Há também dois conjuntos de cidades, próximas umas das outras, que têm algumas características típicas das aglomerações urbanas, mas que não estão sob o comando regional de uma cidade-núcleo que se destaque pelo tamanho e pela influência econômica, social, política e cultural. A primeira situação é representada pelos Municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta, Panambi, Santa Rosa e Horizontina. Esse conjunto foi definido como Aglomeração Descontínua no Estudo sobre a Rede Urbana realizado pelo IPEA; IBGE; Unicamp (2000, p. 66). A segunda situação é a formada,

³⁴A Região Metropolitana da Serra Gaúcha foi criada pela Lei Complementar nº 14.293 de agosto de 2013, sendo constituída atualmente por 14 municípios. A Região corresponde a Aglomeração Urbana do Nordeste criada em 1994. Em 2020, segundo as Estimativas de população, o conjunto dos 14 municípios possuía uma população de 864.018 habitantes. Apresenta como polo a cidade de Caxias do Sul, maior centro urbano da região e um dos mais populosos do Estado. Forma com a RMPA um eixo de ocupação de direção norte-sul com características econômicas muito dinâmicas (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS). Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br> Acesso em 31 de maio de 2021.

basicamente, pelos Municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Estrela (ALONSO, 2010, p.6).

De acordo com o autor, o Noroeste do Estado do RS indica um eixo que caracteriza uma *Aglomeração Descontínua*, conforme o estudo *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*, publicado em 2000 pelo IPEA/IBGE; agregando polos com uma dinâmica comum complementar, representado pelos municípios de Cruz Alta, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina. Esses municípios apresentam determinadas características típicas de aglomerações urbanas, como a presença de fluxos de população entre cidades, entretanto não estão sob o comando regional de uma cidade que se destaque associado à ausência de conurbação.

O espaço gaúcho, por intermédio da paisagem e da rede urbana, simultaneamente expressa e condiciona duas formações espaciais distintas e integradas entre si: uma formação espacial fundada na grande propriedade rural e outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus³⁵ (CORRÊA, 2015). No sul do Estado, a rede urbana associada à grande propriedade rural caracteriza-se por menor densidade de centros e maior espaçamento entre esses centros. A drenagem da renda fundiária rural pela cidade é parte integrante das relações espaciais, e a modernização da agricultura ratifica essa característica: concentração de grandes proprietários rurais nessas cidades contrastando com os excedentes demográficos expulsos pela modernização do campo.

No norte do Estado, a rede urbana da formação espacial calcada na pequena propriedade do imigrante, associada à presença da atividade industrial originada da vida econômica e social dos colonos, caracteriza-se por uma mais nítida hierarquia dos centros. As pequenas cidades tendem a perder, por meio das migrações de excedentes da modernização, o seu mercado, tornando-se em muitos casos, centros de concentração da força de trabalho do mundo agrícola. Reflexo e condição social, a rede urbana está submetida a um dinamismo, maior ou menor e com ritmos variados, próprio de cada contexto espaço-temporal, isto é, de cada formação espacial (CORRÊA, 2015).

A complexidade da rede urbana do estado do Rio Grande do Sul é resultado de um longo processo de urbanização que inicia nas primeiras décadas do século XIX, e que durante o século

³⁵Segundo Corrêa (2015), no Brasil coexistiram, na virada do século XX para o XXI, mas com origem bem anterior, três formações espaciais distintas, mas integradas entre si, constituindo uma “diversidade na unidade”: uma formação espacial fundada na grande propriedade rural, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e uma da fronteira.

XX acompanhou as ondas de modernização do território e de configuração de uma rede urbana polarizada por Porto Alegre (SOARES, 2011).

A rede urbana do século XXI apresenta uma crescente complexidade funcional dos centros urbanos que não podem mais ser classificados com base em suas funções centrais, definidoras da posição de cada centro na hierarquia de lugares centrais. Os centros singularizam-se, inserindo-se na rede urbana nacional e global por meio da combinação de suas funções centrais, decadentes ou em expansão, com as funções especializadas que adquirem e com a crescente articulação entre centros e regiões (CORRÊA, 2015).

Por consequência, novos papéis são assumidos pelas cidades de Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí, que não constituem uma aglomeração urbana contínua, mas que exercem forte polarização sobre os núcleos do seu entorno, levando a alterações na hierarquia urbana e reorganizando a estrutura espacial no noroeste do estado. Essas cidades não estão desarticuladas de um plano mais amplo, o da constituição do espaço urbano como um todo. Assim, inscrevem-se como parte da totalidade, articulando-se e sendo articuladas pela rede urbana. Os papéis urbanos que desempenham e, que possam vir a desempenhar, decorrem, portanto, de uma estruturação mais ampla, referendada pela divisão técnica, territorial e social do trabalho no âmbito da rede urbana mundial.

2.3 A REDE URBANA DO NOROESTE DO RS A PARTIR DOS ESTUDOS DO IBGE

Na sequência, buscamos caracterizar a evolução da rede urbana da região noroeste do Estado do RS, com ênfase nas três cidades objeto de estudo. A reflexão aqui desenvolvida baseia-se nos seguintes estudos do IBGE: *Divisão do Brasil em espaços polarizados* (IBGE, 1967), *Regiões Funcionais Urbanas* (IBGE, 1972) e os estudos *Regiões de Influência das Cidades-REGIC* publicados nos anos de 1987, 1993, 2007 e 2020.

Entendemos esses trabalhos citados como uma importante ferramenta para analisar a rede urbana, ou seja, como um ponto de partida. A partir das publicações do IBGE, buscamos caracterizar a organização da rede urbana no Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na região noroeste, recorte territorial desta tese, bem como, a posição que cada cidade foi classificada no período, ou seja, mudanças e permanências ao longo das cinco décadas (1967-2020).

De caráter introdutório, os estudos *Esboço preliminar de divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas*, Volumes 1 e 2 (IBGE, 1967) e, *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços polarizados*, Volume 3 (IBGE, 1967), tinham como objetivo indicar os centros de polarização e respectivas áreas de influência dos centros urbanos, a partir das

informações extraídas do Questionário CNGEPEA, para determinar a área de influência das cidades.

Assim, vários centros urbanos passaram a ser reconhecidos como focos da vida regional, tendo uma atuação que abrangia numerosos municípios vizinhos. Levantam-se então dois problemas: o de delimitar a área de influência dos centros e o de estabelecer a hierarquia entre eles (...). Classificados os centros segundo o equipamento terciário polarizador, trata-se de comparar o nível de equipamento com a população urbana e a atividade industrial o que possibilitará maior distinção dos centros de polarização quanto ao tipo de centro a que pertencem (IBGE, 1967, vol. 3, p.5)

A metodologia baseada fundamentalmente nos estudos de Rochefort (1963/1964), estabeleceu uma classificação dos centros urbanos segundo o equipamento terciário polarizador, a partir dos seguintes indicadores: comércio de mercadorias, serviços bancários e financeiros, serviços administrativos, serviços de consultoria e publicidade, serviços de educação, serviços de saúde, serviços de cultura e lazer.

Na segunda parte do estudo foram definidas as áreas de atuação dos centros de polarização – através de fluxos de passageiros e de mercadorias; e relações entre as atividades regionais e o poder de decisão dos centros. De acordo com o texto, deve-se levar, também em consideração, o papel desempenhado pelas cidades nas respectivas regiões (IBGE, 1967).

De acordo com a publicação, os municípios de Santo Ângelo e Ijuí integravam a região de Cruz Alta, assim caracterizada:

Região de Cruz Alta – abrangia 11 municípios. Projeção econômica relacionada com a posição de entroncamento ferroviário e paralelo à expansão e diversificação das atividades agrícolas no Planalto Médio. Sobressai o centro de Ijuí:

tal fato decorre a existência de relativamente fraco equipamento terciário em Cruz Alta e uma forte concorrência por parte de Ijuí, cujos serviços são importantes, superando, alguns deles, Cruz Alta (...) região onde a polarização não se realiza através de um único centro, de forma marcante, revelando o fraco grau de organização regional, em parte devido ao desenvolvimento recente da vida regional nesse trecho do território gaúcho (IBGE, 1967, p.202).

Região de Santo Ângelo - abrangia 5 municípios. Área de influência restrita com relação a sua atuação como centro de serviços. **Concorrência com centros próximos como Santa Rosa, Ijuí e Cruz Alta, dotados de maior vitalidade econômica.** Antiga posição de “boca de sertão” advinda de uma fase de implantação ferroviária não lhe consolidou a função regional, que também foi afetada com a rede de estradas. “Influência através de sua atividade como centro coletor e de beneficiamento de produção primária que converge para a cidade e é em seguida canalizada para outros centros urbanos (...) conta também com frigoríficos e curtumes, indo abastecer a indústria de couros de Novo Hamburgo” (IBGE, 1967, p.204).

Em relação ao município de Santa Rosa:

Região de Santa Rosa – abrangia 19 municípios. Caracterizada como centro local de grande dinamismo sobre uma região de desenvolvimento recente – a prosperidade decorre da especialização na cultura de soja e da fabricação de óleo e subprodutos suínos. Ponto terminal da ferrovia em 1940 é entroncamento de *densa rede rodoviária local*.

Influência se manifesta através de quase todos os serviços, com destaque para o comércio varejista e atacadista – **concorrência com centros mais antigos e tradicionais: Santo Ângelo, Cruz Alta e Ijuí**. Acentuado aumento de sua população urbana – 150% no intervalo censitário de 1950 e 1960 (IBGE, 1967, p.206).

Constatamos, pela caracterização acima, que não há um centro (cidade) que se destaque por apresentar uma maior hierarquia, “região onde a polarização não se realiza através de um único centro, de forma marcante” (IBGE, 1967, p.202) e, “a concorrência com centros próximos” referindo-se às cidades de Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa. Essas cidades classificam-se, portanto, no mesmo patamar na rede urbana, o que sugere a existência de relações horizontais entre as cidades que compõe a rede.

No ano de 1972 foi publicado o estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (IBGE, 1972), resultado da revisão e reelaboração do estudo anterior, publicado em 1967, *Divisão do Brasil em espaços polarizados*. A metodologia utilizada neste estudo, foi a contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos em três setores de atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população. O trabalho utilizou como fonte o Questionário CNG/IPEA (1966), que reunia informações sobre a vida de relações dos municípios brasileiros.

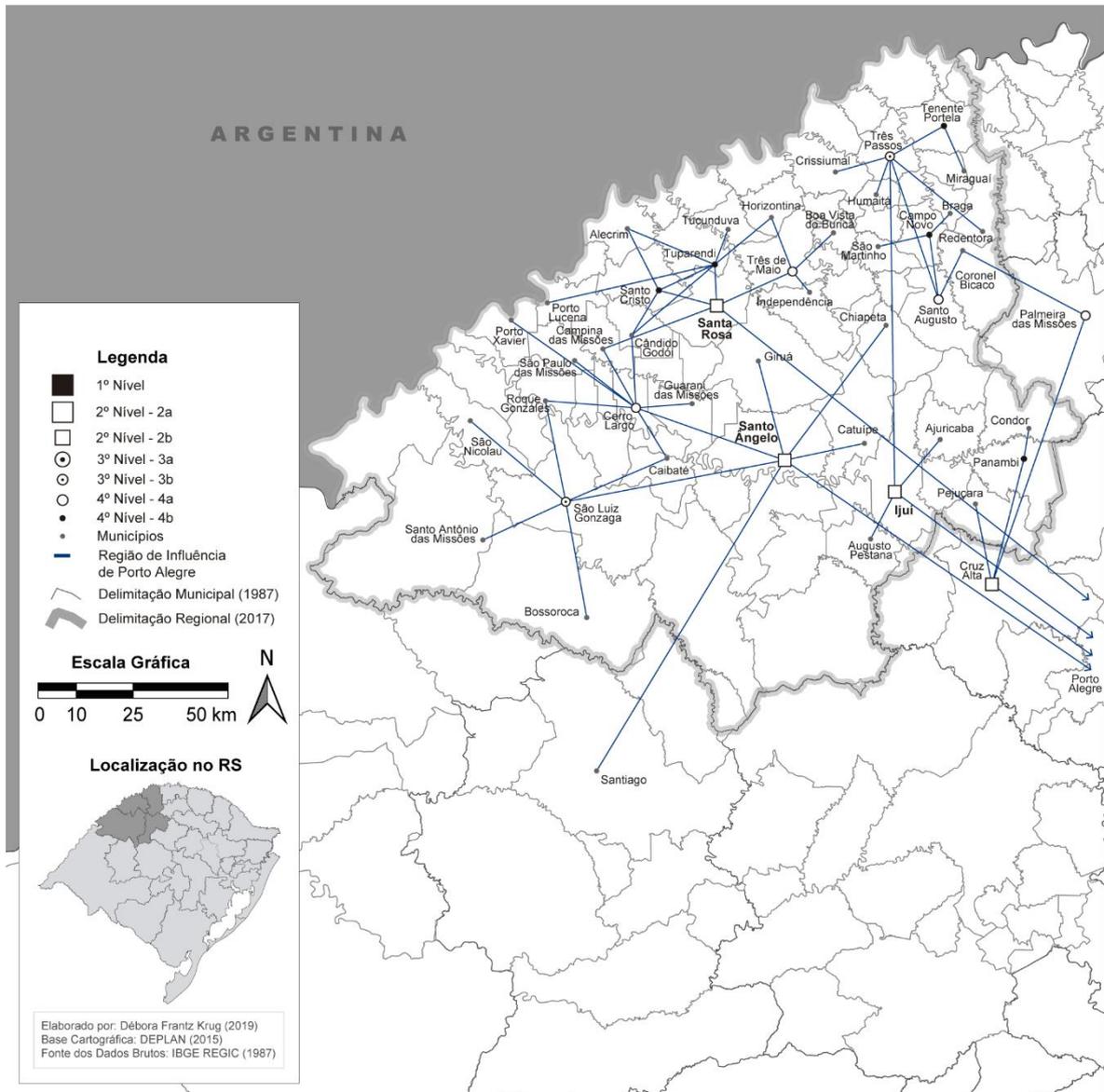
As cidades foram, então, classificadas como centros de relações, considerando os vínculos mantidos com um espaço maior ou menor: esses vínculos referem-se tanto à centralidade como à atração da produção agrícola para comercialização. As combinações de relacionamentos resultaram em formas diferentes de atuação das cidades e daí as diferentes categorias de centros definidos com suas áreas de influência hierarquizadas (IBGE, 1972 p.12).

Foi feita a classificação e hierarquização dos 718 centros urbanos e, a delimitação das áreas de influência em quatro níveis: 1º nível: centros metropolitanos – dez centros cabeças das redes urbanas; 2º nível: centros regionais – sessenta e seis centros que se ligam diretamente aos do 1º nível e se destacam na distribuição de bens e serviços à economia, sobretudo no abastecimento do atacado e do varejo, estabelecimento de filiais e na venda de máquinas agrícolas; 3º nível: centros sub-regionais – cento e setenta e dois, distribuídos na categoria A (74) e B (98); e 4º nível: centros locais – quatrocentos e setenta centros, também distribuídos na categoria A (141) e B (329), (IBGE, 1972).

A região polarizada pela capital Porto Alegre caracterizava-se por um número grande de pequenos centros regionais com áreas de influência reduzida. Esse aspecto estrutural decorre da economia colonial de grande parte do território. Os centros regionais de categoria 2A eram: Passo Fundo, Caxias e Santa Maria e os classificados em 2B: Pelotas, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Erechim e Cruz Alta no estado do Rio Grande do Sul e, Chapecó, Tubarão e Criciúma no estado de Santa Catarina. As cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa ocupavam a mesma posição hierárquica; como centros regionais nível 2B. Cabe destacar que no estudo anterior Santo Ângelo e Ijuí aparecem subordinadas à Cruz Alta, que neste estudo também ocupa a posição de centro regional nível 2B. No nível 3B aparecem Três Passos e São Luiz Gonzaga e quarenta e cinco municípios classificados como centros locais.

Os dois estudos citados, sugerem a existência de relações de competição e, de complementaridade que se estabelecem entre as cidades, bem como, a polarização exercida na região, como observado na Figura 13. Demonstra também, como no estudo anterior, que a hierarquia não é tão nítida entre os centros urbanos, ou seja, se caracterizam por apresentarem relações horizontais entre centros de mesma ordem hierárquica na rede urbana.

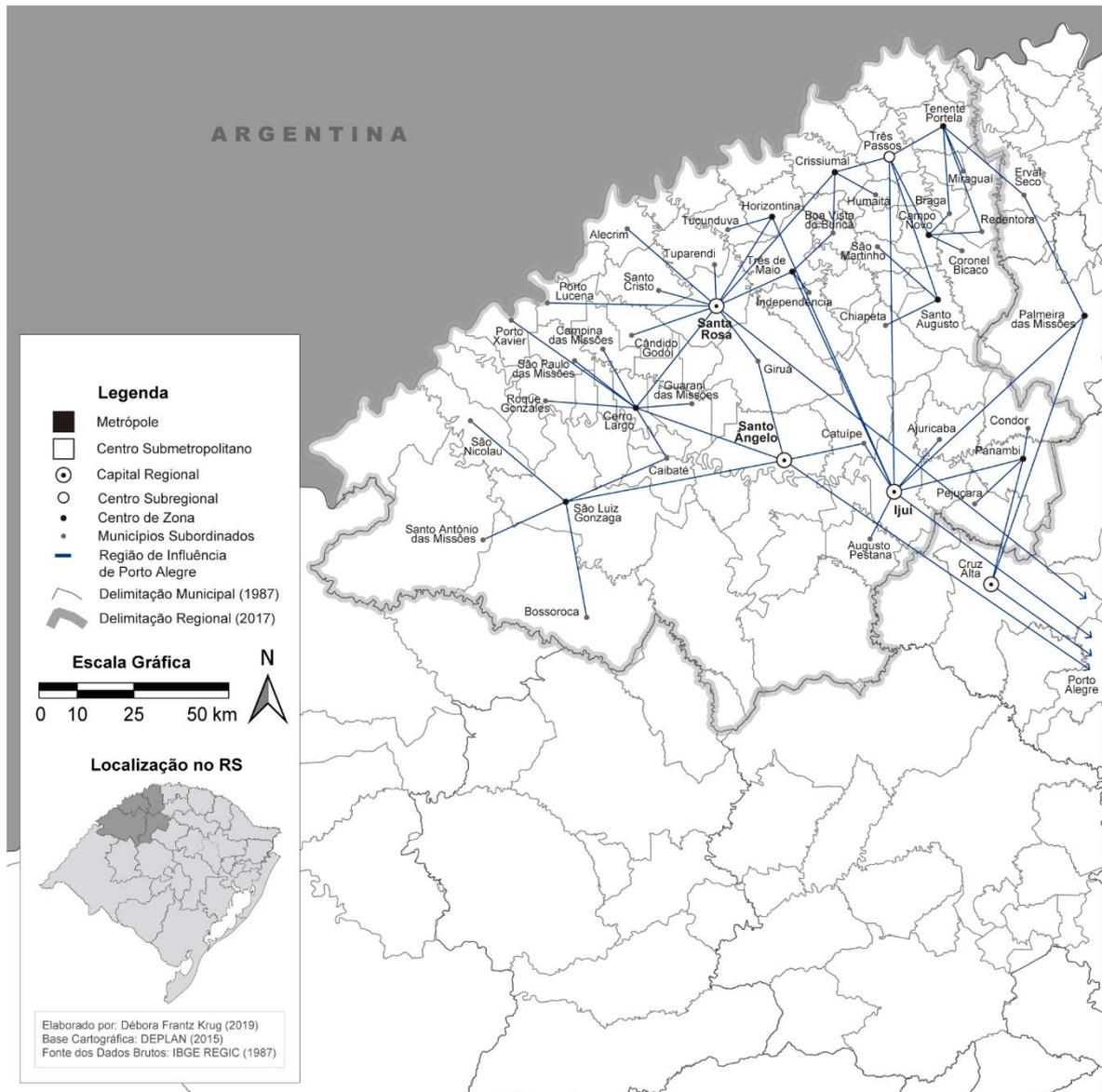
Figura 11 - Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972) - Noroeste RS



No ano de 1987 o IBGE publica *Regiões de Influência das Cidades*, uma revisão atualizada do estudo anterior de 1972. Com base na teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (formulada em 1930, traduzido do alemão em 1966), foi aplicado um questionário em 1416 sedes municipais a partir de 16 atividades urbanas analisadas, totalizando 76 funções (bens e serviços) agrupadas em 4 conjuntos hierarquizados: centro metropolitano, capital regional (23 funções), centro sub-regional (20 funções) e centro de zona (21 funções). No Estado do RS, Porto Alegre destaca-se como hierarquia superior (metrópole regional) e em 2º nível, 14 cidades são classificadas como capitais regionais, dentre as quais Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí e Cruz Alta. De acordo com o estudo, Ijuí apresentava vinte e dois municípios subordinados; Santo Ângelo, doze municípios subordinados e Santa Rosa apresentava dezessete

municípios subordinados (Figura 14), totalizando 51 municípios subordinados na região. Assim como no estudo anterior, as cidades ocupam a mesma posição (2º nível) na hierarquia urbana. Portanto, as funções dessas cidades se equiparam/igualam.

Figura 12 - Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 1987) - Noroeste RS



No ano de 2000 o IBGE publica o estudo *Regiões de Influência das Cidades 1993*, editada como revisão do estudo anterior. Baseado também na teoria de Christaller, foram definidas 46 funções centrais (bens e serviços), 14 consideradas de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa e 30 geradoras de fluxos de média a elevada complexidade, definidoras de hierarquias mais elevadas que as anteriores e, que refletem os diferentes níveis de centralidade das cidades brasileiras, a partir de informações dos censos de

comércio e de serviços referentes a 1985. Há, neste estudo, uma produção de informações específicas sobre os fluxos, ou seja, sobre os movimentos que ocorrem sobre o território.

Além das funções consideradas, foram empregados critérios para a seleção dos municípios dotados de centralidade mínima, explicadas a seguir: 1º) municípios dotados de, pelo menos três das seguintes características: sede de comarca, possuir agência bancária, dispor de médico residente na cidade e/ou dispor de emissora de rádio AM; 2º) municípios não selecionados pelas características acima, mas que possuíssem população total superior a 20 mil habitantes, segundo o Censo de 1991. De acordo com os critérios selecionados, atingiu-se um grupamento de 2.106 centros (universo de 4.495 municípios existentes à época da pesquisa), classificados em oito níveis, segundo o nível de centralidade. No topo da hierarquia estariam as cidades metropolitanas, classificadas como nível máximo e na base os municípios subordinados, classificados como nível muito fraco (IBGE, 2000, p.139), conforme demonstrado no Quadro 07.

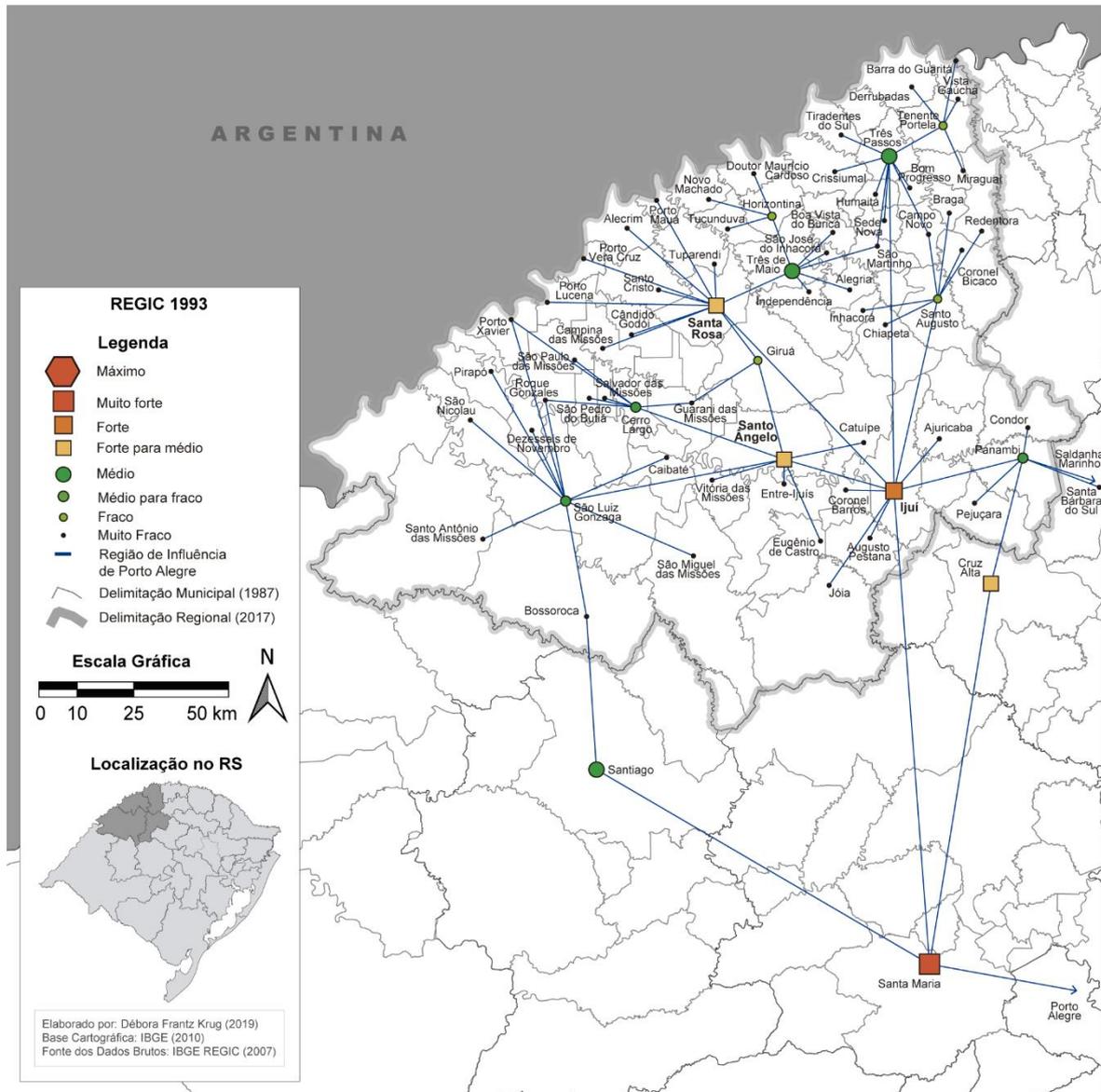
Quadro 7 - Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras

Níveis	Número de Cidades Brasil	de no Padrões de Cidades	Classificação das cidades da região Noroeste do RS
Máximo	9	Metropolitano	Porto Alegre
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano	
Forte	35	Predominante de Capital Regional	Ijuí
Forte para médio	108	Predominante de Centro Sub-Regional	Santa Rosa e Santo Ângelo
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-Regional	Três Passos, Três de Maio e São Luiz Gonzaga
Médio para fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona (ou Centro Local)	Cerro Largo e Panambi;
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)	Giruí, Horizontina, Santo Augusto e Tenente Portela;
Muito Fraco	3.733	Municípios Subordinados	aproximadamente 62 municípios na região

Fonte: IBGE, 2000, p.139

No estado do RS, a capital Porto Alegre corresponde ao nível máximo da hierarquia urbana. O município de Ijuí ocupa a posição de capital regional (nível de centralidade forte) e os municípios de Santa Rosa e Santo Ângelo classificam-se na mesma posição de centros sub-regionais, como pode ser observado na Figura 15.

Figura 13 - Regiões de Influência das Cidades 1993 (IBGE, 2000) - Noroeste RS



No ano de 2008, é publicada uma nova versão do estudo *Regiões de Influência das Cidades/REGIC 2007*, com o objetivo de classificação das cidades brasileiras. De acordo com o REGIC 2007, de um universo de 5.564 municípios vigentes em 2007, foram pesquisados 4.625 (83% do total de municípios), dos quais cerca de 85% tinham menos de 20 mil habitantes. O questionário investigou as principais ligações de transporte regular e os principais destinos dos moradores para obter produtos e serviços (compras, educação superior, serviços de saúde). Essa hierarquização dos centros urbanos “levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como, as diferenciações regionais” (IBGE, 2008, p.11).

Os estudos anteriores, que definiram os níveis de hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência, foram realizados a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens de serviços em 1966, 1978 e 1993 (IBGE, 2008, p.9). Neste estudo, estabeleceu-se, inicialmente, uma classificação dos centros e, a seguir, foram delimitadas suas áreas de atuação. Na classificação, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como, a presença de diferentes equipamentos e serviços (IBGE, 2008). Inversamente, há cidades não classificadas como centro de gestão do território cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras.

De acordo com o REGIC 2007, o território brasileiro é caracterizado por uma rede urbana que se divide entre uma configuração clássica desenhada pelos fluxos materiais – muitas vezes limitada aos níveis hierárquicos mais elementares para parcela significativa da população e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente. Há a coexistência de relações verticais e horizontais (relações não hierárquicas). As cidades mantêm relações horizontais de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta diferencial de serviços.

Para Catelan (2013) as cidades médias são caracterizadas na rede urbana pelo par hierarquia-heterarquia. A heterarquia urbana corresponde às relações horizontais entre cidades. Segundo o autor “o padrão hierárquico continua a existir, no entanto torna-se insuficiente para explicar os conteúdos advindos do aumento das interações espaciais sob a égide da globalização” (CATELAN, 2013, p.80). Configura-se uma articulação entre cidades que desempenham papéis equivalentes na rede urbana, definindo, portanto, uma maior complexidade, formada por relações horizontais, heterárquicas e, verticais, hierárquicas.

De acordo com o REGIC 2007, as cidades foram classificadas em 5 grandes níveis: metrópoles, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local (IBGE, 2008), a seguir descritos:

- 1 – Metrópoles: corresponde aos 12 principais centros urbanos do país, caracterizadas por seu grande porte, por fortes relacionamentos entre si e, possuem extensa área de influência direta;
- 2 – Capital regional: 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Este nível tem três subdivisões: *Capital Regional A*, constituído por 11 cidades, inclui as capitais estaduais não

classificadas no nível metropolitano e Campinas; *Capital Regional B*, constituído por 20 cidades e, *Capital Regional C*, engloba 39 cidades;

3. Centro sub-regional –169 centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Estão também subdivididos em grupos: *Centro sub-regional A* – constituído por 85 cidades e *Centro sub-regional B* – constituído por 79 cidades;

4. Centro de zona – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: *Centro de zona A* (192 cidades) e *Centro de zona B* (364 cidades);

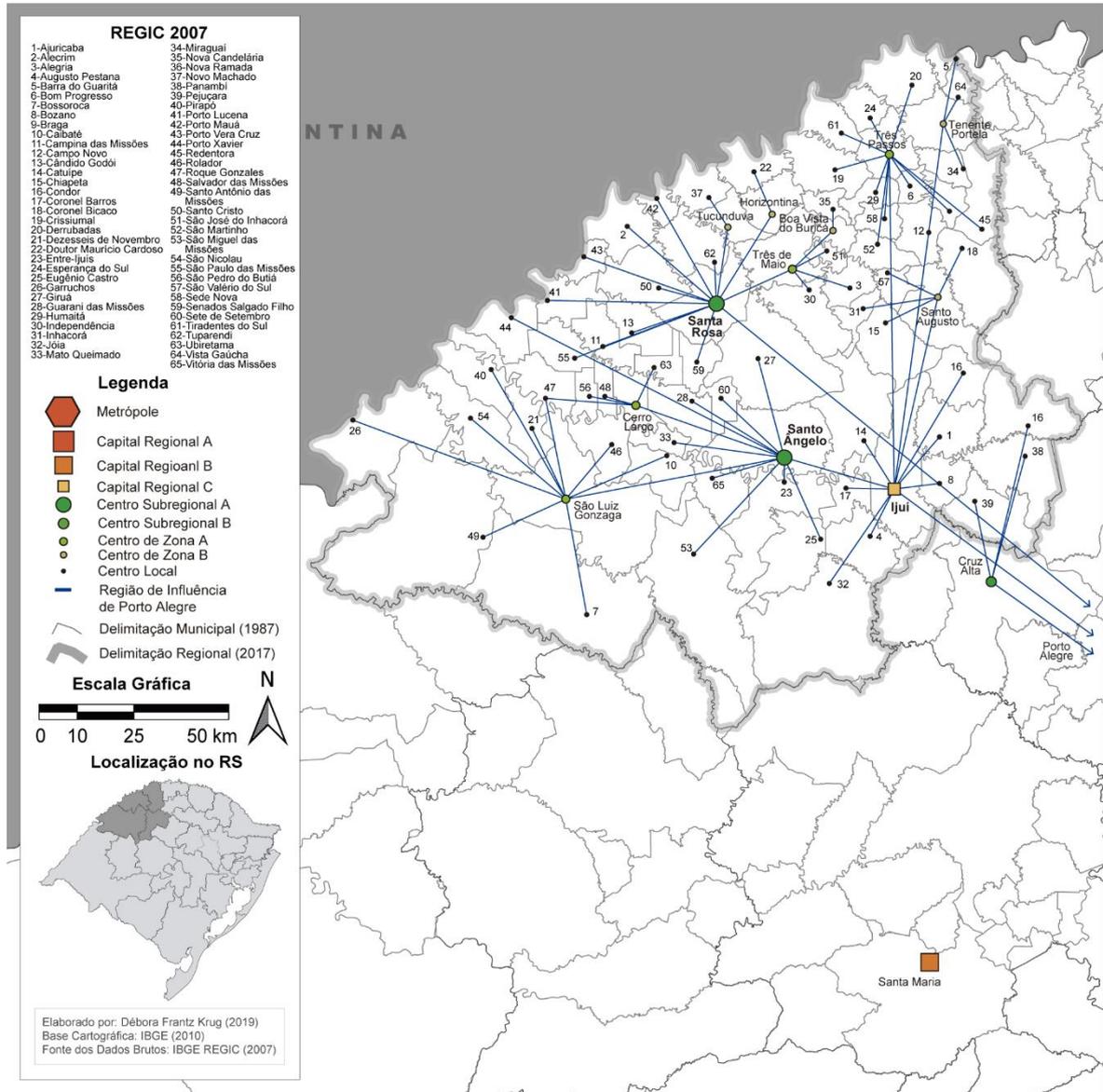
5 – Centro local: as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

As principais alterações verificadas em relação aos estudos anteriores acompanham o processo de ocupação do território no período e as mudanças são mais frequentes nos níveis de hierarquia intermediária e baixa. Há a permanência de um padrão de rede urbana já tradicionalmente consolidado no Brasil, onde pesam as condições urbanas construídas no passado (IBGE, 2008).

No primeiro estudo (início em 1966) foram inicialmente definidos e classificados os centros segundo seu equipamento, sendo posteriormente identificadas, com base nos seus fluxos, suas áreas de influência. Os dois estudos posteriores (1987 e 2000) estabelecem a hierarquia dos centros e definem suas áreas de influência em uma única etapa, limitando seu escopo ao dos questionários (IBGE, 2008, p.131).

De acordo com o REGIC 2007 (IBGE, 2008), a cidade de Ijuí classifica-se como *Capital Regional C*, 2º nível, abaixo apenas da capital Porto Alegre, tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios (subordina vinte e cinco centros locais). Segundo a classificação hierárquica, abaixo de Ijuí, as cidades de Santa Rosa e Santo Ângelo, classificam-se como Centro sub-regional A, ou seja, centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida; com dezesseis e trinta e nove centros locais subordinados, respectivamente. Destacamos ainda as cidades de Três de Maio, Três Passos, Cerro Largo e São Luiz Gonzaga, classificadas como Centro de Zona A e as cidades de Horizontina, Tucunduva, Boa Vista do Buricá, Santo Augusto e Tenente Portela, classificadas como Centro de Zona B (Figura 16).

Figura 14 - Regiões de Influência das Cidades 2007 (IBGE, 2008) - Noroeste RS



A partir dos estudos do IBGE aqui citados, percebemos as alterações na posição que as três cidades ocupavam/ocupam na rede urbana ao longo do período analisado, bem como, as relações de competição/complementaridade dessas cidades na região.

No ano de 2020 é publicada a 5ª versão do estudo *Regiões de Influência das Cidades/REGIC 2018*, trazendo uma atualização da rede urbana nacional. A metodologia aplicada na edição anterior (REGIC 2007) foi mantida com algumas especificidades, como o uso de três informantes por cidade, maior quantidade de municípios abrangidos pelos questionários, entre outros. Foram utilizados também estudos anteriores do IBGE, “que forneceram dados diretos (LIGAÇÕES..., 2017), aprimoramentos metodológicos no tratamento

dos dados de gestão (GESTÃO..., 2014) e melhor especificação da unidade espacial para a pesquisa (ARRANJOS..., 2016)” (IBGE, 2020, p.9).

A rede urbana brasileira, no presente estudo, está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis, como no estudo anterior; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. A unidade urbana de análise é o conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais. Segundo a pesquisa, dos 5.570 municípios brasileiros, 960 foram computados em Arranjos Populacionais (correspondem a 289 cidades-polo e mais 671 municípios polarizados), totalizando 4.899 unidades territoriais denominadas no estudo de Cidades. Isto decorre, pois a unidade funcional Cidade, objeto do atual estudo, pode vir a ser composta por vários Municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Abrange municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana (IBGE, 2020).

Nesta quinta versão da publicação, a rede urbana brasileira é atualizada, indicando quais cidades estão subordinadas a quais, bem como, a extensão de suas influências no território. O aporte teórico tem como referências Taylor (2001, 2019), Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010) e Taylor e outros (2009). De acordo com a publicação, o REGIC 2018 corresponde a uma junção dos resultados dos questionários aplicados nos Municípios brasileiros, representando o deslocamento dos habitantes no território em busca dos centros urbanos ofertantes de bens e serviços, com os dados secundários levantados sobre a hierarquia dos centros e as ligações imateriais entre as Cidades (IBGE, 2020, p.9).

O estudo está organizado em três seções: a primeira denominada *A rede urbana brasileira*, traz os resultados da pesquisa: o quadro da rede urbana brasileira e as redes das Metrôpoles e das principais Capitais Regionais. Na sequência, a seção *Notas técnicas*, detalha os principais parâmetros teóricos e metodológicos utilizados para identificar e classificar a rede urbana brasileira. E a terceira seção, *Resultados intermediários e análises temáticas da rede urbana brasileira* reporta os resultados específicos da gestão do território, pública e empresarial. Nesta seção são analisados diversos temas com o objetivo de qualificar os centros urbanos e apontar singularidades que contribuam para explicar a rede urbana brasileira. Os temas estudados são: *Gestão do território; Comércio e serviços; Instituições financeiras; Ensino superior; Saúde; Informação; Cultura e esporte; Transporte; Atividades agropecuárias; e Ligações internacionais* (IBGE, 2020).

As cidades foram classificadas, “a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão

pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades” (IBGE, 2020, p. 11). Conforme as categorias adotadas na versão anterior da REGIC (IBGE, 2008), as cidades foram classificadas em cinco níveis (com subdivisões), a seguir descritos:

1 – Metrôpoles: São os 15 principais centros urbanos, dos quais todas as Cidades existentes no País recebem influência direta; seja de uma ou mais Metrôpoles.

2 - Capitais Regionais: caracterizam os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles. 97 Cidades foram classificadas como Capitais Regionais em todo o País, com três subdivisões: Capital Regional A (9 cidades), Capital Regional B (24 cidades) e Capital Regional C (64 Cidades).

3 - Centros Sub-Regionais: 352 Cidades deste terceiro nível hierárquico, possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território). Este nível subdivide-se em dois grupos: Centro Sub-Regional A, composto por 96 Cidades com média populacional de 120 mil habitantes e, Centro Sub-Regional B, formado por 256 Cidades com média populacional de 70 mil habitantes.

4 - Centros de Zona: 398 cidades compõem o quarto nível. Caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. São cidades com média populacional de 30 mil habitantes, subdivididas em dois conjuntos: Centro de Zona A - formado por 147 Cidades e Centro de Zona B - 251 Cidades. Em termos de gestão do território, foram classificadas, em sua maioria, nos níveis 3 e 4; e Centro de Zona B - este subnível soma 251 Cidades, todas classificadas nos níveis 4 e 5 de gestão territorial.

5 - Centros Locais: Constituem a maioria das Cidades do País, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. São as cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade.

Esta versão do REGIC tem como base a Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor (2004, 2010), que incorpora a Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966).

A Teoria dos Fluxos Centrais dá ênfase às relações externas das cidades de caráter não necessariamente hierárquico, ao mesmo tempo que não abandona o modo de pensar anterior, baseado em localidades centrais. Para tanto, parte-se do pressuposto de que todo sistema urbano é composto simultaneamente de dois processos: de um lado, a cidade continua a ter o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua região de entorno de maneira contígua e, de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância, que se interconecta de forma seletiva. Esse duplo caráter é parte constituinte

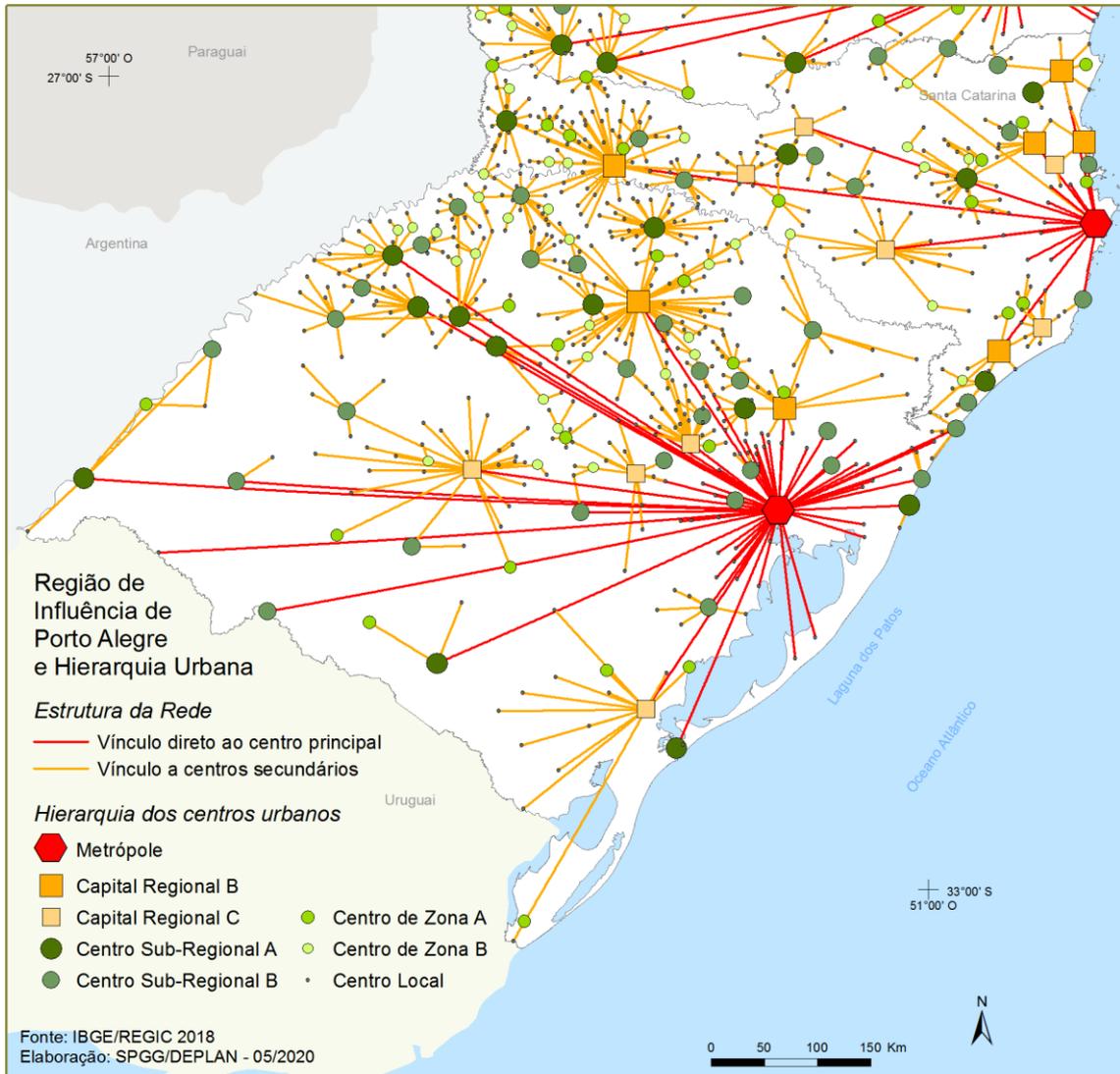
da essência das cidades e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano (IBGE, 2020, p.70).

A cidade abriga um conjunto de funções distintas e um alcance espacial máximo, que corresponde à área de influência da cidade, ou seja, a hinterlândia ou região complementar. Nesse sentido, quanto maior a quantidade de bens ofertados e quanto maior a diversidade de funções centrais presentes, maior será a centralidade de uma cidade. Uma centralidade alta implica uma maior atração de população para si, uma maior área de influência do centro urbano, bem como, uma alta hierarquia.

Cabe salientar que a rede urbana não é estável, ajusta-se constantemente à conjuntura de um país, ao surgimento de inovações e aos agentes aí atuantes. A hierarquia entre os centros urbanos e sua permanência são, portanto, relativas.

A rede de Porto Alegre caracteriza-se, segundo o REGIC 2018 “por uma importante centralidade da Capital dentro de seu Estado, mas também por um número expressivo de níveis hierárquicos intermediários” (IBGE, 2020, p.16). Composta por seis capitais regionais: as Capitais Regionais B do Arranjo Populacional de Caxias do Sul e de Passo Fundo e, as Capitais Regionais C dos Arranjos Populacionais de Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Pelotas. Há um número elevado de Centros Sub-Regionais: 11 Centros Sub-Regionais A, 28 Centros Sub-Regionais B e, 37 cidades classificadas como Centros de Zona. A rede de Porto Alegre se restringe ao território do próprio Estado, como pode ser observado na Figura 17.

Figura 15 - Região de Influência de Porto Alegre e Hierarquia Urbana - REGIC 2018



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com a publicação, a rede da capital gaúcha apresenta uma série de Centros Sub-regionais e mesmo Centros Locais que se reportam diretamente à capital, ignorando as cidades de centralidade intermediária. Essa situação é particularmente pronunciada na metade sul do Estado, caracterizada por uma densidade populacional mais baixa. Na porção norte, de maior fragmentação territorial dos Municípios, há ainda redes de Centros Locais subordinados a Centros Sub-regionais. Contudo, estes últimos – como o Arranjo Populacional de Santo Ângelo/RS e os municípios de Santa Rosa, Ijuí e Cruz Alta, ligam-se a Porto Alegre contornando as Capitais Regionais mais próximas.

Na região noroeste do estado, as cidades de Santo Ângelo (que compõe com o município de Entre-Ijuís o Arranjo Populacional de Santo Ângelo), Ijuí e Santa Rosa classificam-se como Centros Sub-regionais A, ou seja, possuem atividades de gestão menos complexas, todas são

Nível 3 na classificação de gestão do território, com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. Destaque também para as cidades de Cerro Largo (que compõe com Salvador das Missões o Arranjo Populacional de Cerro Largo), São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Três Passos, classificadas como Centros Sub-Regionais B. Panambi classifica-se como Centro de Zona A, quarto nível da hierarquia urbana e, como Centro de Zona B classificam-se as cidades de Boa Vista do Buricá, Chiapetta, Horizontina, Santo Augusto, Santo Cristo, Tenente Portela e Tucunduva. Aproximadamente 59 municípios são classificados como Centros Locais na região, como já demonstrado na Figura 8, desta tese.

Em relação ao estudo anterior (REGIC 2007), houve a queda de 1 nível hierárquico de Ijuí, passando de Capital Regional C para Centro Sub-Regional A, mesmo patamar de Santa Rosa e Santo Ângelo. Conforme a pesquisa, “a perda mais relevante foi a da subordinação do Arranjo Populacional de Santo Ângelo/RS, um importante Centro Sub-Regional A que passou a se ligar diretamente ao Arranjo Populacional de Porto Alegre/RS” (IBGE, 2020, p.32).

Nessas cinco décadas de estudos publicados pelo IBGE (1967-2020), constatamos que a escala hierárquica ainda prevalece, não tão rígida quanto antes, entretanto a rede urbana não apresenta grandes mudanças nas principais centralidades; as cidades de 1º nível são as mesmas desde 1960.

Para MOURA et al. (2021, p.10) o que se altera com mais intensidade “são os papéis e valores desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões, as funções urbanas e interações espaciais entre os centros, e as morfologias, pois se operam mudanças no conteúdo e nas formas de uso do espaço”. Para os autores o urbano brasileiro caracteriza-se pela metropolização do espaço, cujas principais centralidades (metrópoles e capitais regionais), estruturam o entorno e comandam a integração nacional e a inserção do país na divisão regional do trabalho. E, a essas grandes aglomerações articulam-se centralidades intermediárias, centros sub-regionais e centros de zona, no interior do território, que reforçam a rede de cidades.

2.4 REDE URBANA E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Nesta seção a análise versa sobre a centralidade exercida pelas cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, bem como, as funções que desempenham no funcionamento da rede urbana regional; a partir da divisão territorial do trabalho na região. Para isso, utilizamos o número de empregos e estabelecimentos disponibilizados através dos dados da *Relação Anual*

de *Informações Sociais-RAIS*, referente ao ano de 2019, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE³⁶.

Enfatizaremos a classificação dos empregos de acordo com a divisão das atividades econômicas em Seções, conforme demonstrado no Quadro 08:

Quadro 8 - Classificação CNAE segundo Seção das Atividades Econômicas

Seção	Divisões	Denominação
A	01 – 03	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
B	05 – 09	Indústrias extrativas
C	10 - 33	Indústrias de transformação
D	35	Eletricidade e gás
E	36 - 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 – 43	Construção
G	45 – 47	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
H	49 – 53	Transporte, armazenagem e correio
I	55 – 56	Alojamento e alimentação
J	58 – 63	Informação e comunicação
K	64 – 66	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
L	68	Atividades imobiliárias
M	69 – 75	Atividades profissionais, científicas e técnicas
N	77 - 82	Atividades administrativas e serviços complementares
O	84	Administração pública, defesa e seguridade social
P	85	Educação
Q	86 – 88	Saúde humana e serviços sociais
R	90 – 93	Artes, cultura, esporte e recreação
S	94 – 96	Outras atividades de serviços
T	97	Serviços domésticos
U	99	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Elaborado pela autora a partir de CNAE/IBGE.

De acordo com os dados da RAIS, em 2019 havia um total de 166.492 vínculos/empregados na Região Intermediária de Ijuí (Quadro 03). A seção *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* ocupa a primeira posição, com 45.680 vínculos, 27,44% do total da região; com destaque para o comércio varejista (31.325 empregos). A *Indústria de transformação* ocupa a 2ª posição, com 33.394 vínculos, 20,1% do total, com o maior número de empregados em dois setores: fabricação de produtos alimentícios (11.933 empregos) e a fabricação de máquinas e equipamentos (10.510 empregos). A terceira posição no número de empregos é ocupado pela *Administração pública, defesa e seguridade social* com

³⁶ A CNAE é a classificação de atividades econômicas oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional. É uma classificação hierarquizada em cinco níveis: 1º nível: 21 Seções (A até U), 2º nível: 87 Divisões (Nº 01 ao 99), 3º nível: 285 Grupos, 4º nível: 673 Classes e 5º nível: 1301 Subclasses. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas>

27.669 vínculos, 16.62% do total; seguido da *Saúde humana e serviços sociais*, com 9.458 empregos, 5,68% do total da região e, da *Construção*, que ocupa a 5ª posição, com 7.365 vínculos, 4,42% da região, como pode ser observado no Quadro 9 e na Figura 18.

Quadro 9 - Número total de empregos e estabelecimentos na Região Intermediária de Ijuí – RAIS 2019

	Nº Estabelecimentos	Nº de Empregados
Total da Região segundo divisões da CNAE	22171	166492
Comércio	8823	45680
Comércio varejista	6404	31325
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	1029	9320
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1390	5035
Indústria de Transformação	2180	33394
Fabricação de produtos alimentícios	423	11933
Fabricação de máquinas e equipamentos	190	10510
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	338	1375
Fabricação de móveis	189	1314
Outras divisões da CNAE da Indústria de Transformação	1040	8262
Administração pública, defesa e seguridade social	154	27669
Saúde humana e serviços sociais	1090	9458
Atividades de atenção à saúde humana	1029	8733
Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	46	513
Serviços de assistência social sem alojamento	15	212
Construção	1371	7365
Obras de infraestrutura	301	3071
Construção de edifícios	589	2516
Serviços especializados para construção	481	1778

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2019

Ao analisarmos a Indústria de Transformação³⁷, o total de Empregos na região é de 33.394 vínculos. Panambi ocupa a 1ª posição com 6.385 empregos, seguido de Santa Rosa (5.483), Santo Ângelo (3.863), Ijuí (2.933) e Horizontina (2.220). O destaque é na fabricação de produtos alimentícios e na fabricação de máquinas e equipamentos. O Setor de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, representa 24,8% do segmento no estado.

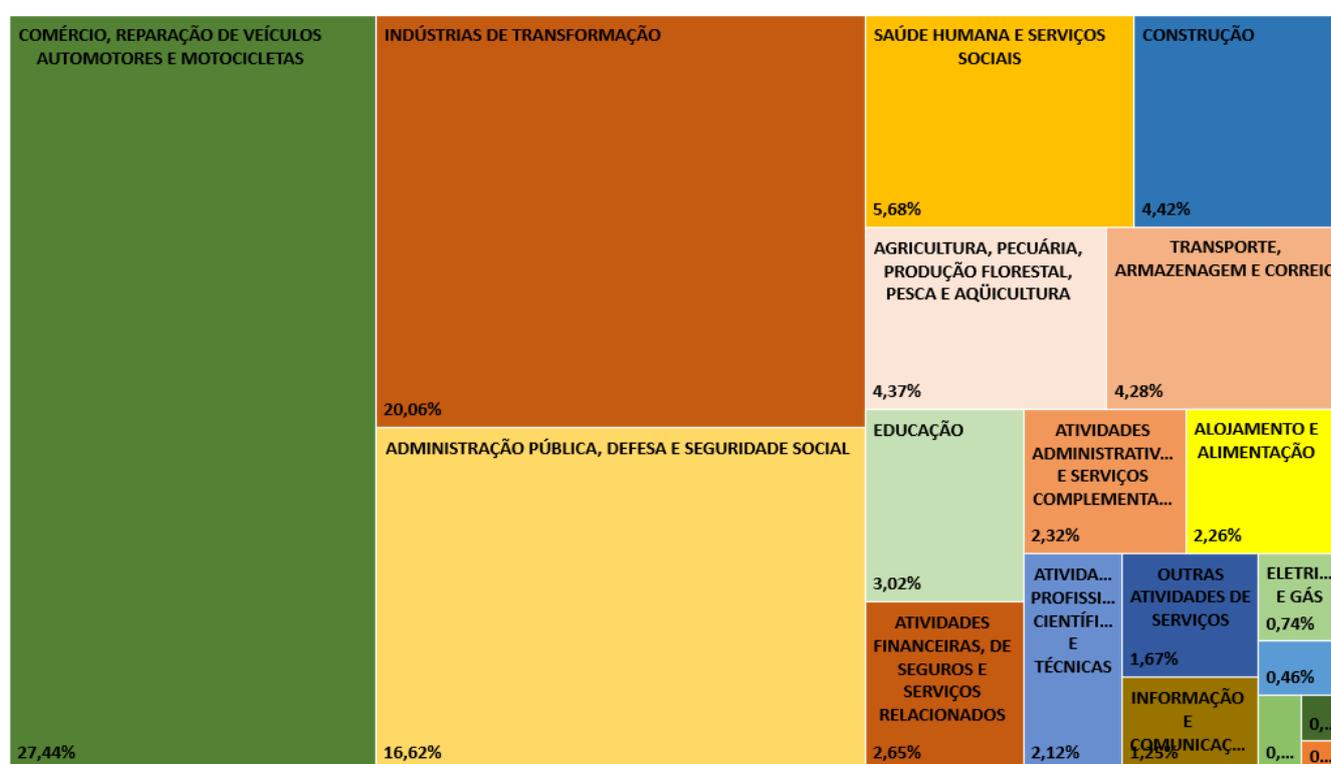
Em relação ao número total de estabelecimentos, a Região possuía, em 2019, um total de 22.171 estabelecimentos. O maior número, em ordem decrescente, está nos seguintes setores: 8.823 no Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; 2.355 na Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; 2.180 na Indústrias de Transformação; 1.429

³⁷ A Seção da Indústria de Transformação engloba 24 divisões conforme Classificação CNAE.

no Transporte, Armazenagem e Correio; 1.371 na Construção; 1.090 na Saúde Humana e Serviços Sociais; 939 Alojamento e Alimentação e 932 Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.

Os municípios que concentram o maior número de estabelecimentos em ordem decrescente são: Ijuí (2.922 estabelecimentos), Santa Rosa (2.523), Santo Ângelo (2.307), Panambi (1.115), São Luiz Gonzaga (985), Três de Maio (848), Três Passos (835), Horizontina (566), Giruá (529) e Cerro Largo (479 estabelecimentos).

Figura 16 - Região Intermediária de Ijuí: empregos formais por seção (2019)



Organizado pela autora a partir de Relação Anual de Informações Sociais-RAIS 2019.

Na sequência, o Quadro 10 exhibe os municípios que concentram mais que 5 mil vínculos/empregos da região, de acordo com a classificação das atividades econômicas por divisões. Optamos por demonstrar apenas esses municípios pois são também as maiores centralidades na região, não apenas no número de empregos, mas também no de serviços. Os oito municípios destacados no Quadro 10 concentram 62,7% do total de empregos da região. A Tabela 11 (em anexo), traz o número de empregos formais por Seção CNAE (2019) para esses oito municípios. Em 15 das 19 seções demonstradas na Tabela 11 (Anexo), os oito municípios já mencionados, concentram mais de 60% dos empregos da região: 91,53% na educação; 88,5% nas artes, cultura, esporte e recreação; 84,59% na construção; 83,04% nas atividades

administrativas e serviços complementares; 82,40% das atividades imobiliárias; 76,40% em alojamento e alimentação; 74,31% das indústrias de transformação e 72,98% na saúde humana e serviços sociais.

Quadro 10 - Número de empregos segundo Divisão CNAE 2019 – Região Intermediária de Ijuí

Posição	Vínculos por Divisão (Seção) CNAE 2019	Total da Região	Horizontina	Ijuí	Panambi	Santa Rosa	Santo Ângelo	São Luiz Gonzaga	Três de Maio	Três Passos	Demais municípios
1º	Comércio varejista G*	31325	807	4971	1918	3694	3744	1518	1485	1472	11716
2º	Adm pública, defesa e seguridade social O	27669	697	2362	1591	1940	1655	940	629	672	17183
3º	Fabricação de produtos alimentícios C	11933	93	1218	221	2305	2373	883	504	1064	3272
4º	Fabricação de máquinas e equipamentos C	10510	1739	410	4922	1837	5	5	75	8	1509
5º	Comércio por atacado, exceto veículos automotores G	9320	304	956	532	1424	959	404	289	176	4276
6º	Atividades de atenção à saúde humana Q	8733	110	2438	191	1169	1468	319	304	358	2376
7º	Agricultura, pecuária e serviços relacionados A	7229	40	231	168	544	313	600	43	126	5164
8º	Transporte terrestre H	6270	355	1197	185	970	492	255	220	241	2355
9º	Comércio e reparação de veículos automotores G	5035	98	969	267	806	722	247	229	272	1425
10º	Educação P	5020	241	1365	221	899	951	284	483	151	425

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2019

*A letra indica a Seção correspondente, conforme Quadro 02 Classificação CNAE.

O *Comércio varejista* ocupa o 1º lugar com 31.325 empregos, com destaque para os seguintes municípios: Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Panambi, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Três Passos, Cerro Largo (1005 empregos) e Horizontina.

A *Administração pública, defesa e seguridade social*, ocupa o 2º lugar com 27.669 vínculos; com destaque para os municípios de: Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Panambi, São Luiz Gonzaga, Giruá (720 empregos) e Horizontina.

Na *Fabricação de produtos alimentícios*, destaque para os municípios de Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí, Três Passos, São Luiz Gonzaga, Miraguai (829 empregos), Três de Maio (504 empregos) e Santo Cristo (291 empregos).

A quarta posição na região é ocupada pela *Fabricação de máquinas e equipamentos*: Panambi ocupa o 1º lugar da região, com 4922 vínculos, seguido de Santa Rosa, 1837 vínculos; Horizontina, 1739 vínculos; e Ijuí, com 410 vínculos.

No *Comércio por atacado*, destaque para os municípios de: Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí, Panambi, São Luiz Gonzaga, Giruá (380 vínculos), Entre-Ijuís (315 vínculos) e Horizontina (304 vínculos). As *Atividades de atenção à saúde humana* (6ª posição), com 8.733 vínculos: destaque para os municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Tenente Portela (549 empregos), Três Passos, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Panambi.

Na sequência, a *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*: destaque para os municípios de São Luiz Gonzaga (600 vínculos), Santa Rosa (544), São Miguel das Missões (374), Santo Augusto (346), Condor (323), Santo Ângelo (313) e Bossoroca (273).

Em 8º lugar aparece o *Transporte Terrestre* e os municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Horizontina (355), Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Três de Maio, Porto Xavier (203), Santo Cristo (201) e Panambi (185).

No *Comércio e reparação de veículos automotores*, destaque para os municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Três Passos, Panambi, São Luiz Gonzaga, Três de Maio.

A *Educação* ocupa a 10ª posição na região, com destaque para os municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Três de Maio, São Luiz Gonzaga, Horizontina (241), Panambi, Três Passos e Cerro Largo.

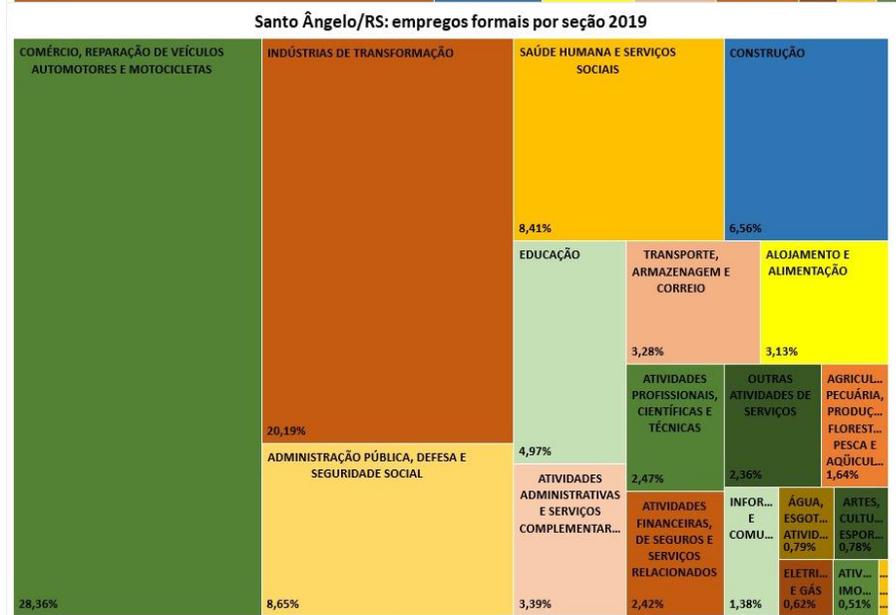
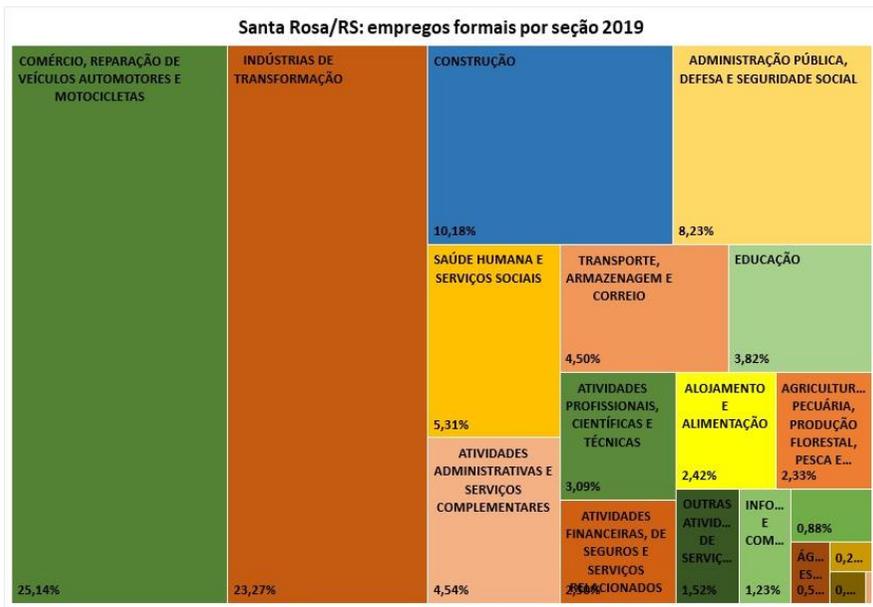
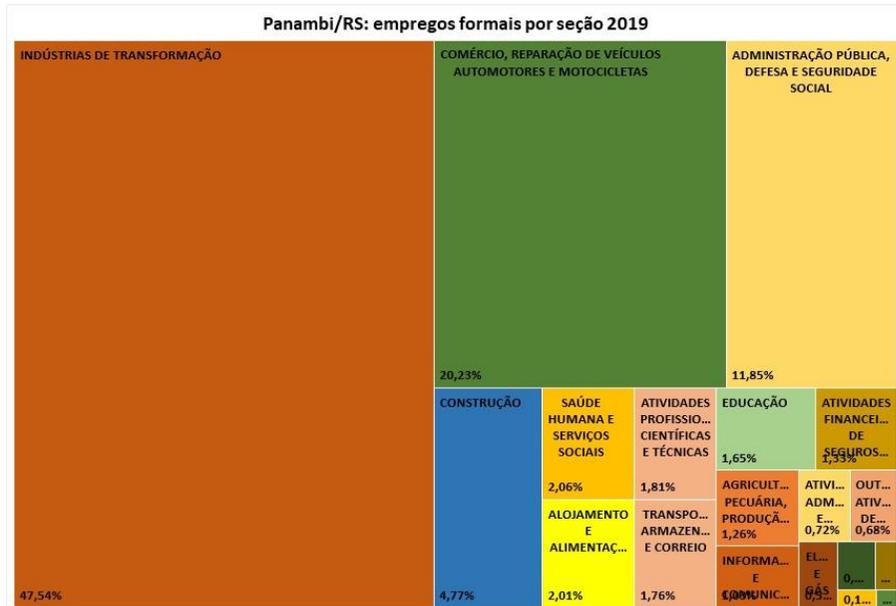
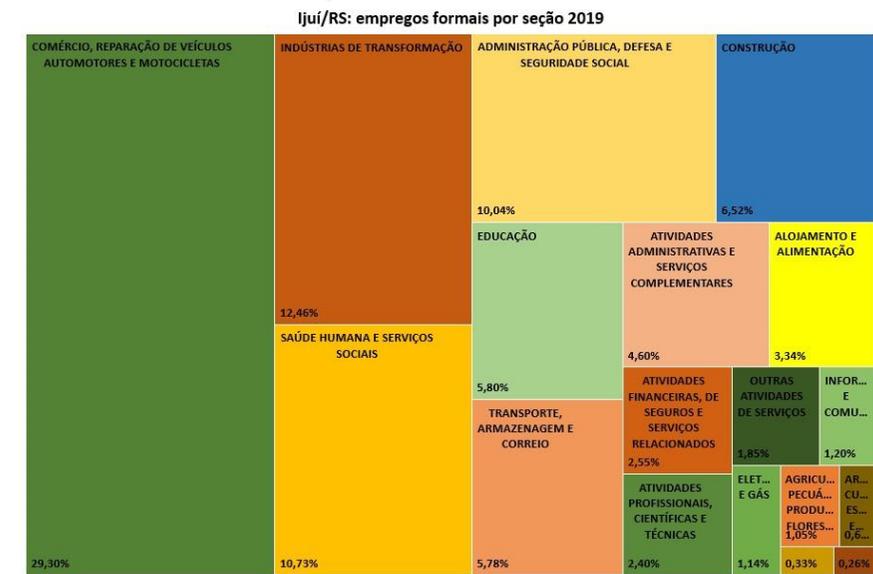
Outro aspecto a salientar é a concentração territorial dos empregos na região. Os três municípios – Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa - concentram 39,78% dos empregos da região (66.227 empregos de um total de 166.492); ao incluirmos também o município de Panambi, somam 79.657, 47,84% dos empregos da região em 2019. Esses municípios concentram o maior número de empregos e o maior número de estabelecimentos da Região. Ijuí constitui o município com o maior número de empregados (23.536), seguido de Santa Rosa (23562), Santo Ângelo (19129) e Panambi (13430). Apenas os oito municípios destacados no Quadro 03 concentram mais de 5 mil vínculos na região: Santa Rosa, Ijuí, Santo Ângelo, Panambi, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Três Passos e Horizontina; 23 municípios possuem menos de 5 mil até 1 mil empregos e, 46 municípios menos de 1 mil empregos na região.

Ao analisarmos os dados por Regiões Imediatas, os municípios de Ijuí, Panambi e Três Passos concentram 62,15%, 43.056 vínculos das Regiões Imediatas de Ijuí e Três Passos. Os municípios de Santa Rosa, Horizontina e Três de Maio concentram 35.573 vínculos, 69,96% do total das Regiões Imediatas de Santa Rosa e Três de Maio. E, os municípios de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga totalizam 55,41% (25.696 vínculos) dos empregos formais das Regiões Imediatas de Cerro Largo, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga.

Na sequência, a Figura 19 traz a distribuição dos empregos formais por seção para os quatro municípios que concentram o maior número de vínculos na Região: Ijuí (23.536

empregos), Santa Rosa (23.562), Santo Ângelo (19.129) e Panambi (13.430). O comércio, a indústria de transformação e a administração pública são as atividades que predominam na região como um todo e nos principais municípios.

Figura 17 - Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Santo Ângelo: empregos formais por seção (2019)



Organizado pela autora a partir de Relação Anual de Informações Sociais-RAIS 2019.

Na Figura 19 observamos que Panambi desponta como principal centro da indústria de transformação regional (6.385 vínculos), devido ao crescimento do segmento de máquinas e equipamentos, que ocupa a primeira posição no número de empregados (4.922), seguido do comércio varejista (2.717) e da administração pública (1.591). Destaque de Ijuí para o comércio (6.896 vínculos), a indústria de transformação (2.933), com a fabricação de produtos alimentícios (1.218) e as atividades de atenção à saúde humana (2.526). Em Santa Rosa, a seção Comércio, reparação de veículos automotores ocupa a primeira posição (5.924 vínculos), seguido da Indústria de Transformação (5.483) e Construção (2.398), que ocupa a 3ª posição no número de empregos, o que demonstra a importância do setor na cidade. Em Santo Ângelo, destaque também para o Comércio (5.425 vínculos), seguido da Indústria de Transformação (3.863), com fabricação de produtos alimentícios (2373); administração pública (1655 empregados) e atividades de atenção à saúde humana (1468). Ijuí constitui o principal centro de serviços da região noroeste do RS, que possui forte tradição nas atividades agropecuárias. Os dados demonstrados na Figura 19 refletem a especialização de determinadas atividades e do comércio para atender diretamente ao processo de produção direcionado à produção de alimentos. A indústria possui vinculação com o setor primário, com a produção de máquinas e equipamentos para a agricultura.

Ainda de acordo com os dados da RAIS, destacam-se na região os vínculos empregatícios na administração pública em geral, na fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, no comércio varejista de mercadorias em geral: predominância de produtos alimentícios (hipermercados e supermercados), peças e acessórios para veículos automotores, ferragens, madeira e materiais de construção, no abate de suínos e aves, nas atividades de atendimento hospitalar, no transporte rodoviário de carga, na educação superior (graduação e pós-graduação) e em restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas.

Também de maneira a complementar a análise, no Quadro 11, a seguir, destacamos o total de estabelecimentos conforme classificação das atividades econômicas por divisões/CNAE, para a Região e para os oito municípios já destacados no Quadro 10.

Quadro 11 - Número total de estabelecimentos segundo Divisão CNAE 2019

Posição	Estabelecimentos por Divisão (Seção) CNAE 2019	Total da Região	Horizontina	Ijuí	Panambi	Santa Rosa	Santo Ângelo	São Luiz Gonzaga	Três de Maio	Três Passos	Demais municípios
1º	Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas G*	8823	230	1170	372	970	914	419	374	362	4012
2º	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e aquicultura A	2355	18	78	65	68	101	143	21	27	1834
3º	Indústrias de Transformação C	2180	75	234	215	293	179	65	123	86	910
4º	Transporte, Armazenagem e Correio H	1429	42	154	47	136	108	78	59	43	762
5º	Construção F	1371	26	308	103	295	195	31	39	40	334
6º	Saúde Humana e Serviços Sociais Q	1090	24	209	46	123	181	53	45	64	345
7º	Alojamento e Alimentação I	939	33	148	59	125	109	47	49	37	332
8º	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas M	932	16	124	39	135	119	32	32	39	396
9º	Outras Atividades de Serviços S	842	24	124	42	94	102	33	27	39	357
10º	Atividades Administrativas e Serviços Complementares N	722	20	176	40	109	124	28	22	34	169

Região Intermediária de Ijuí

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2019

*A letra indica a Seção correspondente, conforme Quadro 02 Classificação CNAE.

Na *Agricultura*, que ocupa a 2ª posição em número de estabelecimentos na região, os municípios que possuem o maior número de estabelecimentos são: São Luiz Gonzaga e Bossoroca, ambos com 143 estabelecimentos, São Miguel das Missões com 135, Santo Antônio das Missões com 133 e, Santo Ângelo com 101 estabelecimentos. Na sequência temos a *Indústria de transformação*, com o município de Santa Rosa na 1ª posição, com 293 estabelecimentos, seguido de Ijuí (234), Panambi (215) e Santo Ângelo (179). O *Transporte, Armazenagem e Correio*, apresenta o município de Ijuí com o maior número de estabelecimentos (154), seguido de Santa Rosa (136), Santo Ângelo (108) e São Luiz Gonzaga (78).

O total de estabelecimentos da Região, de acordo com a classificação CNAE, ratifica a centralidade dos municípios/cidades já destacadas. Há uma distribuição desigual na região no número de estabelecimentos, com uma concentração nos municípios polos regionais. Santa Rosa, Ijuí e Santo Ângelo somam 7.752 estabelecimentos da região, 34,96% do total. Ao somarmos os 8 municípios destacados no Quadro 11, totalizam 12.101 estabelecimentos, 54,58% do total da região.

Salientamos ainda o peso significativo que Ijuí, Santa Rosa, Santo Â

Panamby representam na composição do PIB (Produto Interno Bruto) e do VAB (Valor Adicionado Bruto) da Região. Em 2019, os quatro municípios somavam 36,7% do PIB e 36,3% do VAB total da Região Intermediária de Ijuí. Em relação aos setores de atividades econômicas, concentram: 9,6% do VAB da Agropecuária, 46,9% do VAB da Indústria, 44,8% do VAB dos Serviços e 35,4% do VAB da Administração³⁸ da Região.

De acordo com Moura e Werneck (2001) e baseado em Santos (1999), a divisão territorial do trabalho atribui a alguns segmentos e lugares um papel privilegiado na organização do espaço, seja funcional ou territorial, dotando-os de maiores condições a especializações, visando à maior concentração de capital, mensagens, valores, circulação de mercadorias e pessoas, possibilitando novas divisões espaciais do trabalho. Tal mobilidade – de população e atividades – reorganiza o espaço de forma a fazer com que centros urbanos complexos, verdadeiros aglomerados fortemente concentradores de população e renda, cerquem-se por extensas áreas em processo de esvaziamento. Há, portanto, a emergência de novos núcleos urbanos, diversidade funcional de centros existentes e maior articulação entre centros e regiões, o que fez com que se ampliasse a complexidade dos padrões espaciais da rede e ocorressem novas formas de urbanização.

O período técnico-científico-informacional alterou profundamente as relações entre as cidades, promovendo um “encurtamento” do tempo e das distâncias. As relações hierárquicas que as cidades estabelecem entre si no interior da rede urbana alteram-se e diferenciam-se, em relação ao tamanho da população, ao peso da sua economia, ao fornecimento de bens e serviços, aos equipamentos urbanos, ao desenvolvimento tecnológico. Cabe destacar que não existe homogeneidade das redes, como também não existe homogeneidade do espaço. Este permanece diferenciado e, esta é uma das razões pelas quais as redes nele instaladas, bem como, a posição que as cidades desempenham são heterogêneas. Nem tudo é rede e onde elas existem, não são uniformes. Levando-se em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos atores sociais no processo de controle e de regulação do seu funcionamento. Nesse contexto, as cidades intermediárias, de intermediação adquirem relevância na rede urbana, pois os processos que antes eram restritos às metrópoles, são perceptíveis também em cidades que adquirem novos papéis na rede urbana, organizada e articulada em escala mundial.

³⁸ Valor adicionado bruto da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade sc

Segundo Santos (1997, p.222): “a noção e a realidade da rede provocam um sentimento de ambiguidades, cada vez que não considerarmos o seu caráter definitivo, que é ser um híbrido, um misto”. O estudo das redes não deve ser tratado de forma isolada, implica estudá-las em suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho, assim como a diferenciação que as mesmas produzem entre territórios. Um esforço de compreensão da interação entre redes e os territórios pressupõe reconhecer que estamos diante de duas lógicas distintas: a lógica das redes, definida por atores que as desenham, modelam e regulam; e a lógica dos territórios, arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil (SANTOS, 1997).

Nesse sentido, a rede urbana representa, um dos recortes espaciais possíveis para compreender a organização do espaço contemporâneo. Este reorganiza-se, e as formas presentes na paisagem traduzem essas novas relações existentes na sociedade. Novas perspectivas se abrem em relação aos papéis a serem delineados por cidades como os exemplos que trouxemos no texto, o que estimula novas interrogações para pensar a (re) organização das cidades, as relações entre cidade e região, bem como, compreender as funções dessas cidades na rede urbana.

3 EFEITOS NA(S) CIDADE(S): SOBRE A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O intuito de examinar as transformações processadas no espaço das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, nos direciona neste capítulo para a análise da escala intraurbana, ou seja, para a organização interna da(s) cidade(s). Este capítulo foi construído a partir da observação empírica e, do percurso metodológico já mencionado, para dar conta do real, como uma maneira de ler o centro dessas cidades, por meio de imagens que materializem como as atividades e serviços se organizam no tecido urbano.

A noção de cidade implica uma aglomeração de toda uma população, concentração do habitat e das atividades, que conduzem à especialização das tarefas. Os critérios morfológicos, funcionais ou socioculturais são discutíveis, pois segundo esses critérios, o caráter específico da cidade revela-se em duas direções: não pode ser entendida no interior dos seus limites, pois tem relação com o espaço circundante e com outros espaços mais distantes; e não pode ser reduzida nem a um conjunto de objetos urbanos, nem a uma combinação de funções.

A cidade possui uma realidade econômica, social e cultural: é o centro do capital, dos conhecimentos, das técnicas. É também o centro de gestão do território, representa a mediação entre o que Lefebvre (1991) denomina de *ordem próxima*, das relações dos indivíduos, da vizinhança, das normas que não estão inscritas, mas que são cumpridas, e a *ordem distante*: o Estado, a ordem da sociedade regida por instituições.

Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata (...) (LEFEBVRE, 1991, p. 46).

Assim como a cultura representa um papel importante na produção do espaço, a cidade é, ainda, o centro do poder político, econômico, religioso e o terreno no qual as classes sociais se enfrentam. Deve ser entendida a partir da vida cotidiana, das relações imediatas (*ordem próxima*), sem, contudo, esquecer o que está acima desse contexto: as instituições, as ideologias (*ordem distante*). O entendimento da forma e da estrutura de uma cidade permite recompor a história da própria sociedade. Por meio dela, as pessoas vivenciam no cotidiano a criação de uma sociedade. Percebemos, por intermédio do espaço, as relações de produção e de trabalho que originaram aquelas formações espaciais.

De acordo com Santos (1988), as formas preexistentes acabam limitando e dirigindo as transformações na sociedade, devem ser lidas horizontalmente como um sistema que serve às atuais estruturas e funções e verticalmente para poder datar cada forma pela sua origem. A mistura de formas novas ou velhas, para cumprir novas funções ou se adequar a formas velhas criadas em instâncias já passadas, dará origem às *rugosidades* do espaço. “Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas” (SANTOS, 1988, p. 138).

Nas palavras de Carlos (2001, p. 47) “a forma não pode ser definida fora de suas determinações, de seus componentes e de suas referências à sociedade; ela também possui relação com a história, em particular com a formação dos sistemas de pensamento, das representações”. Dois tempos se justapõem na forma: o primeiro é o tempo da história e do contexto de sua construção, ou seja, o tempo da morfologia urbana ou da história da cidade. O segundo tempo é o do contexto e do tempo de seu uso, ou seja, o ritmo da vida da cidade.

Nesse sentido, buscamos analisar as cidades objeto desta pesquisa, não somente a partir de sua materialidade, mas entendê-la como um meio, condição e produto da sociedade, tendo em suas formas a manifestação concreta das contradições sociais presentes e sendo seu conteúdo a expressão dessas. Parte-se da ideia da cidade enquanto construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do tempo. Entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais (CARLOS, 2004).

A cidade constitui uma totalidade. Esta totalidade não se reduz a uma soma de elementos visíveis no terreno, sejam morfológicos, demográficos, funcionais ou culturais. Em si, a cidade não constitui uma realidade geográfica autônoma; ela é inseparável de um ambiente, faz parte de um sistema urbano elaborado no decorrer de um período histórico.

Para analisar esses processos, bem como, as transformações processadas nesse eixo, formado pelos três municípios objeto da pesquisa, buscamos reconstruí-los através dos fatores que induziram o crescimento e o desenvolvimento das cidades. Torna-se válido, portanto, interpretar as etapas de povoamento levando em consideração os acontecimentos que se processam na história local de cada município. A análise do plano da cidade permite definir as etapas de crescimento e os tipos de agentes que atuaram na

sua modelação; um caminho para entender o modo como passado e presente se fundem, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. Através das formas, é possível apreender a dialética da continuidade/descontinuidade. O espaço urbano é resultado de uma articulação dialética de formas e funções, portanto é dotado de historicidade. Não é apenas produto das relações sociais, mas também condicionador.

Para Corrêa (2011, p.43) a produção do espaço, seja na escala da rede urbana, seja na escala intraurbana é resultado da ação de “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Esses agentes sociais estão inseridos temporal e espacialmente em cada formação socioespacial. O Estado representa múltiplos papéis em relação à produção do espaço, pois atua diretamente como produtor industrial, consumidor de espaço, proprietário fundiário e promotor imobiliário e, agente de regulação do uso do solo; através de leis, regras e normas. Segundo o autor, os múltiplos papéis que o Estado desempenha, se efetivam também na escala da rede urbana, pois “estabelecem-se relações com outros agentes sociais, como empresas industriais e de consultoria, bancos, empreiteiras, universidades e proprietários de terra” (CORRÊA, 2011, p.46).

Por consequência, o espaço contém, enquanto produto histórico, o processo de acumulação técnica cultural que guarda as características e determinações da sociedade que a produziu. O homem adquire um papel fundamental como sujeito do processo. As formas espaciais traduzirão as relações existentes na sociedade, dos homens que a produziram, sendo possível compreendê-las através dos movimentos históricos concretos.

Atualmente, as cidades fogem do antigo arranjo de um centro único e de uma nítida separação entre cidade e campo. Aparentemente, poderíamos pensar num processo de urbanização homogêneo, com a diminuição das diferenças formais entre esses espaços. Por outro lado, observa-se uma fragmentação no território, com a produção e apropriação desigual do espaço. Hoje, o que definimos como cidade, como urbano, deve ser pensado de forma diferente. O momento atual é de redefinição da cidade, da sua explosão, da extensão do urbano, da construção de um novo espaço. O meio urbano deixa de ser apenas o espaço da cidade para se transformar no espaço social total, com a extensão do tecido urbano ao campo, ocasionado pelas novas relações sociais introduzidas no período atual. A associação entre a morfologia e a função social torna-se mais flexível, de modo que o desenvolvimento das novas tecnologias e a necessária reorganização do trabalho e do

tempo de trabalho irão, sem dúvida alguma, colocar em outros termos a relação com o espaço e a relação entre a cidade e o campo. A cidade como forma e o urbano como conteúdo colocam-se como objeto da reflexão geográfica. O processo de produção do espaço é desigual (uso do solo) e decorre do acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada e da(s) estratégia(s) de ocupação do espaço urbano.

Segundo Lefebvre (1971) a cidade projeta sobre o terreno uma sociedade, uma totalidade social ou uma sociedade considerada como totalidade, compreendida a sua cultura, instituições, ética, valores, em resumo, suas superestruturas, incluindo sua base econômica e as relações sociais que constituem sua estrutura propriamente dita. Esta totalidade não deve fazer esquecer que a parte e o elemento têm também uma existência diferenciada.

Na sequência, buscamos caracterizar como esses processos materializam-se na escala intraurbana, no espaço da cidade. Partimos da ideia de pensar as cidades, o espaço urbano, não apenas por meio das suas formas, mas como um processo em construção.

3.1 A CIDADE DE SANTO ÂNGELO

Emancipado do município de Cruz Alta em 1873, Santo Ângelo foi o segundo município a constituir-se no noroeste gaúcho. De acordo com Costa (2007) a formação do espaço urbano de Santo Ângelo ocorreu sobre o que era a antiga redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, fundada em 12 de agosto de 1706; totalmente destruída com exceção da Igreja Matriz, reconstruída no mesmo local.

O mapa da redução, bastante utilizado atualmente, delimita o núcleo do patrimônio arqueológico da cidade, servindo de base às escavações arqueológicas ali realizadas. Na sobreposição das plantas urbanas da cidade atual e da época da redução jesuítica, percebe-se que não há concordância entre ruas ou quadras. Somente coincide a localização da igreja, que, juntamente com a praça, são os atuais marcos de formação da cidade (COSTA, 2007, p.48).

A praça Pinheiro Machado, teve e tem papel central na organização do espaço urbano. Aproximadamente em 1911, a vila (ainda não configurava cidade) foi formada com base na redução jesuítica existente anteriormente no mesmo local. Destaca-se, portanto, como elemento central, com a Catedral e os prédios mais importantes no seu entorno, elemento principal de existência e, durante o período inicial, centro de todas as funções urbanas.

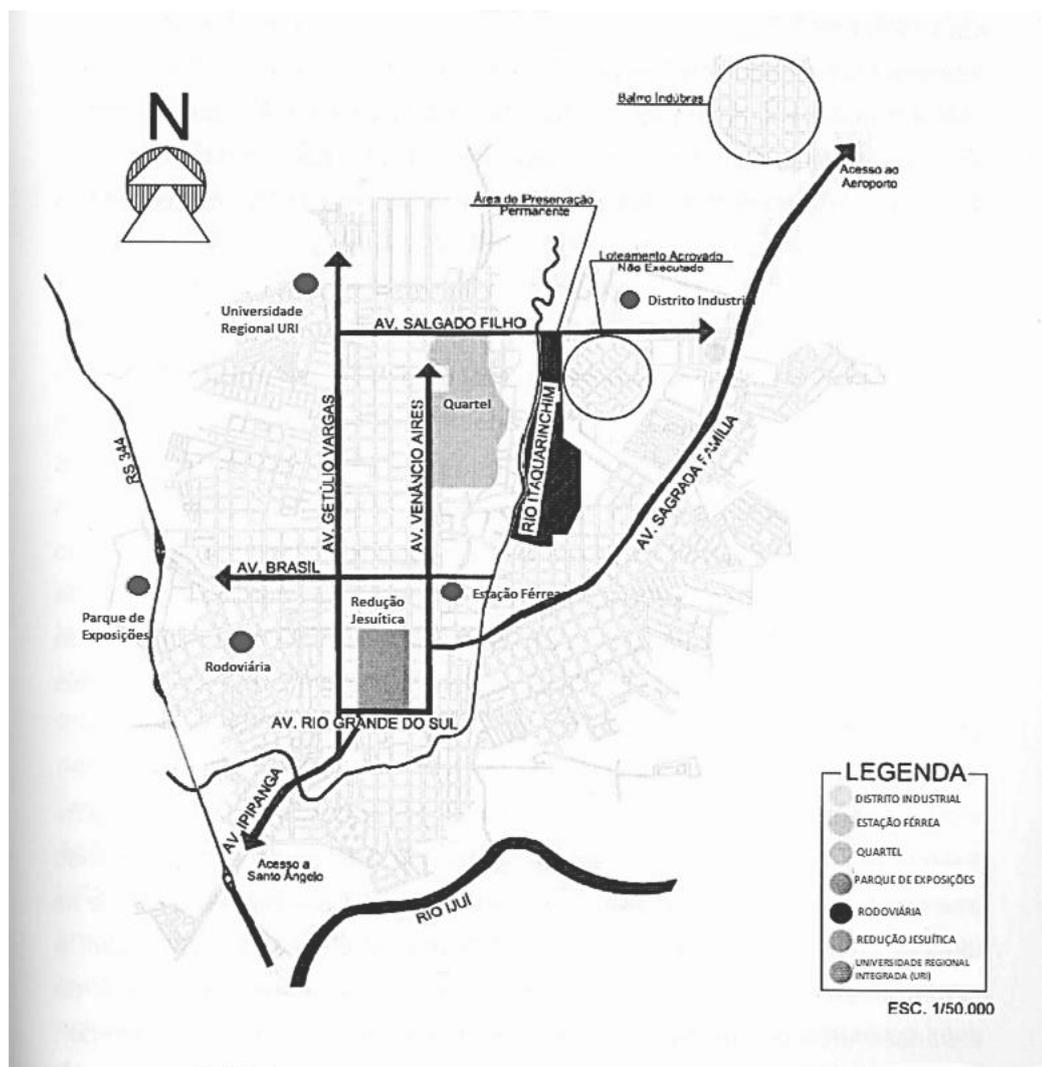
A organização territorial jesuítica influenciou na determinação da estrutura de Santo Ângelo em seus aspectos urbanos. O padrão urbano jesuítico serviu de

base, não apenas na ocupação do traçado, mas na idéia de espacialização das principais edificações, da conformação do tecido urbano de Santo Ângelo em diferentes épocas. É perceptível a reprodução do espaço urbano influenciado pelo anterior e suas sucessivas sobreposições. Na determinação da localização das sedes dos poderes: religioso, político-administrativo, contíguos entre si. Estes ocupavam um lado da antiga praça jesuítica, ficando as demais edificações destinadas às habitações localizadas no perímetro da praça, espaço público e elemento principal na ordenação do conjunto. A localização da sede da intendência, depois da prefeitura, e das sucessivas igrejas, tem uma importância representativa pelo seu posicionamento, pela imponência física e pelas atividades diferenciadas, das demais habitações. (KERBER, 2008, p.85/86)

Nas palavras de Costa (2007), a formação da cidade e os principais acontecimentos ocorreram de forma efetiva no início do século XX. Em 1906, Santo Ângelo tornou-se sede militar da região, com a chegada do 4º Regimento da Cavalaria e o 31º de Infantaria. Em 1909 foi inaugurada a ponte sobre o rio Ijuí, atualmente ainda o único acesso à BR 285. Em 1915 é inaugurada a primeira estação da Estrada de Ferro no município, lugar denominado Rio Branco (hoje município de Catuípe), distante 27 quilômetros da sede municipal. Em 1918 foi fundado o primeiro banco (Banco Pelotense), que propiciou através do crédito, incentivos para diferentes ramos de atividades econômicas. É, portanto, no início da década de 1920, que tem início, de forma mais intensa, a transformação urbana em Santo Ângelo, caracterizada por maior crescimento econômico, maior importância geopolítica e o desenvolvimento de uma sociedade mais urbana (COSTA, 2007; KERBER, 2008).

De acordo com Costa (2007), os elementos que estruturam a formação do espaço urbano da cidade são: a Praça Pinheiro Machado (praça central), que exerce papel central na organização do espaço; o prédio da Estação Férrea, inaugurado em 1921; o quartel, construído nos anos de 1922-1924; o distrito industrial, o Parque de Exposições Siegfried Ritter, a Estação Rodoviária e a Universidade Regional URI, como pode ser observado na Figura 20.

Figura 18 - Elementos e condicionantes estruturadores da cidade de Santo Ângelo



Fonte: COSTA, 2007, p. 129

Como pode ser observado na Figura 20 e, segundo Costa (2007), a cidade cresce a partir de dois eixos: um em direção ao norte pela Avenida Venâncio Aires, em função possivelmente dos quartéis, além de se tratar da antiga estrada que ligava Santo Ângelo a cidades vizinhas como Santa Rosa, e outro em direção leste, pela Avenida Sagrada Família, por ser a antiga estrada que ligava a cidade à Ijuí, Santa Maria e Porto Alegre. A construção da estrada de ferro e da estação ferroviária, nas primeiras décadas do século XX, impulsionaram o crescimento econômico da cidade.

Nas palavras de Kerber (2008), Santo Ângelo teve um papel importante enquanto localidade mais antiga, na medida que o Estado definia a colonização das terras. Enquanto vila constituída político e administrativamente, era ponto de convergência pela existência

da única estação ferroviária da região, após finalização da linha férrea no ano de 1921³⁹. Estabelecia uma posição vantajosa, em relação às outras colônias (Guarani, Giruá, Santa Rosa). Coube, portanto, a Santo Ângelo, o papel de integração daquelas colônias ao restante do Estado.

Segundo o autor,

O caráter urbano da cidade tornou-se símbolo de modernidade na qual o centro teve destaque, como meio promotor de consumo, não apenas dos próprios cidadãos locais mas daqueles que vinham pela curiosidade às missões e podiam se hospedar em um hotel de referência na região [...] A cidade tornou-se um espaço capaz de absorver diversas atividades, representadas por edificações de uso coletivo, públicas e privadas [...] Instituiu-se um evento para propagar seus principais produtos, provenientes da sua grande extensão territorial: a agricultura e a valorização de um sítio arqueológico. Assim, a promoção e venda da urbe e de suas potencialidades, oriundas do trabalho no solo ou das ruínas jesuíticas, ficaram representadas em Santo Ângelo a partir da terceira edição da *Festa Nacional do Milho, de 1954*, um marco festivo da dinâmica que a cidade vivenciara nos anos anteriores na região (KERBER, 2008, p.65/67).

No ano de 1982 o município tinha 3.727 km² e, atualmente a área de unidade territorial é de 679,34 km² (IBGE Cidades@), uma redução de cinco vezes em termos de extensão territorial, consequência das emancipações dos distritos de Vitória das Missões, São Miguel das Missões, Eugênio de Castro e Entre-Ijuís. Segundo Costa (2007), o município que era potência agropecuária em anos anteriores, passou a ser basicamente de serviços.

Nesse sentido, outros fatores fortalecem a sua característica de centralidade na região, de polo regional, concentrando em seu perímetro urbano a prestação de serviços como: educação, saúde, as instituições públicas, além das indústrias, para os demais municípios da região.

Em 1963 a FADISA-Faculdade de Direito de Santo Ângelo (atual IESA-Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo) iniciou suas atividades, sendo o primeiro curso superior criado e mantido no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1968 surgiu a FUNDAMES-Fundação Missioneira do Ensino Superior, atual URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Os primeiros eixos criados, ao longo dos quais ocorreu o crescimento urbano da cidade, foram as Avenidas Venâncio Aires e Sagrada Família, que eram vias de acesso a outros municípios. Em direção norte, a atual Avenida Venâncio Aires era a estrada que levava a Giruá e Santa Rosa. A atual Avenida Sagrada Família era o acesso às cidades de

³⁹ A linha férrea chega a Giruá em 1934-1936 e, em Santa Rosa em 1940.

Ijuí, Santa Maria e Porto Alegre. Posteriormente, quando surge a RS 344 e a BR 285, “estas vias tornaram-se eminentemente urbanas, porém, já haviam impulsionado o crescimento nas direções descritas, pelo fluxo de carros, pedestres e localização de pequenos comércios” (COSTA, 2007 p.93/94).

Os acessos rodoviários são pela ERS 344, BR 392, ERS 472 (Santa Rosa) e BR 285 (Entre-Ijuís e demais cidades do RS). A Avenida Ipiranga, via de acesso ao centro da cidade, é utilizada por carros e caminhões. Ao longo desta avenida se desenvolveu comércio de carros, pneus, oficinas, lojas agropecuárias, material de construção, lojas de implementos agrícolas como o exemplo da Terragrícola (venda de sementes e fertilizantes), ou seja, equipamentos que caracterizam a relação da cidade com as áreas agrícolas modernizadas do município e municípios do entorno. Outros acessos à cidade são pela Rua Sete de Setembro, com trânsito de ônibus intermunicipais e interestaduais para a Rodoviária; pela Avenida Brasil, via existente desde a construção da via férrea e pela Rua Tiradentes. Há ainda as Avenidas Getúlio Vargas (que leva à Universidade e ao complexo residencial que se construiu ao redor desta), Rio Grande do Sul (uma das vias de ligação entre as maiores, no sentido longitudinal da cidade) e Salgado Filho, que liga a Avenida Getúlio Vargas e Sagrada Família, facilitando o acesso ao distrito industrial e ao aeroporto (COSTA, 2007).

O núcleo urbano organiza-se, portanto, a partir dos principais acessos rodoviários, que funcionam também como um limitante para a expansão urbana além da ERS 344. A cidade é atravessada por grandes avenidas que interligam todos os bairros: Avenida Sagrada Família, Avenida Brasil, Avenida Getúlio Vargas e Avenida Venâncio Aires (Figura 20). Conforme informações disponíveis na página da Prefeitura Municipal, a cidade possui mais de 70 bairros na área urbana que totaliza 60 km² da área territorial do município. A figura abaixo traz uma vista parcial da cidade, com destaque para a Catedral Angelopolitana e a Praça Pinheiro Machado, dois elementos centrais na organização do espaço urbano.

Figura 19 - Vista parcial da cidade de Santo Ângelo



Disponível em: <https://jornalnoroeste.com.br/noticia/saude/santo-angelo-e-regiao-fecham-o-comercio-por-duas-semanas>

A característica de centralidade do centro histórico permanece na atualidade. O centro comercial constitui um prolongamento do núcleo histórico, entre as ruas Marquês do Herval e a rua Marechal Floriano Peixoto. Na área central estão concentradas as atividades de comércio varejista da cidade; concentração do comércio de roupas, eletrodomésticos e serviços como padarias, bares e restaurantes. No restante dos bairros da cidade, as atividades econômicas são representadas por empresas de micro e pequeno porte. São os mercados de abastecimento diário, algumas lojas de vestuário e móveis, bares, padarias; oficinas mecânicas, entre outros.

3.2 A CIDADE DE IJUÍ

Criada em 19 de outubro de 1890 pelo Governo Estadual, a Colônia de Ijuhy deveria ser ocupada por alemães, italianos, poloneses e russos. Os primeiros moradores da região, anterior à fundação da Colônia, eram caboclos, mestiços ou luso-brasileiros, que viviam da coleta da erva-mate e de pequenas lavouras, os “nacionais” em oposição aos colonos estrangeiros. A Colônia foi organizada pelo engenheiro José Manoel de Siqueira Couto que, depois de demarcá-la, distribuiu 22 lotes urbanos e cerca de 100 lotes rurais aos agricultores que chegavam (IBGE, 1959). Houve, conforme Marques (2002,

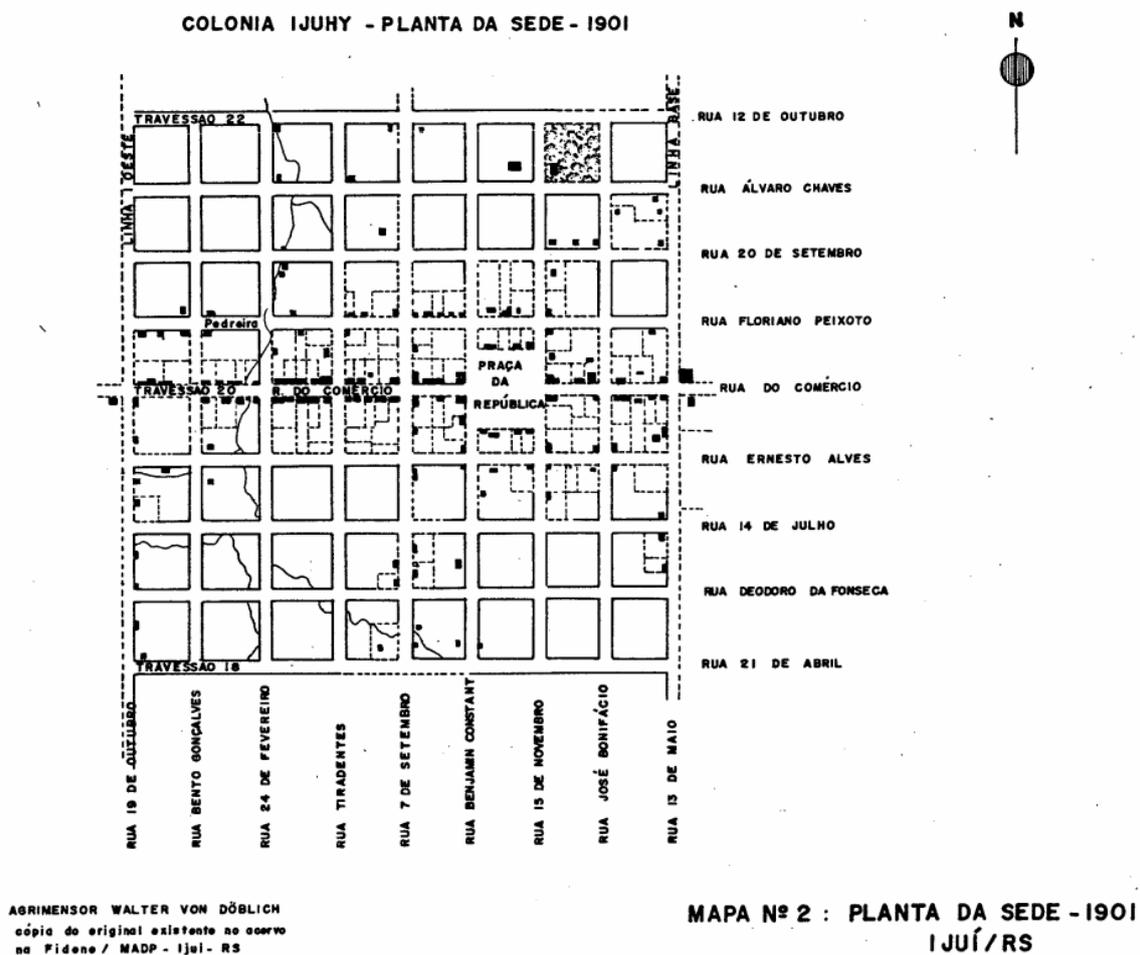
p.31), uma “importância estratégica e econômica dessa ocupação com o objetivo de encurtar a distância em torno de 60km, entre a então Vila de Cruz Alta e a sede de seu distrito de Santo Ângelo”.

Segundo Azambuja (1991) na planta da Sede, datada de 1901, é possível observar a posição norte-sul e leste-oeste do núcleo urbano, a uniformidade das quadras e ruas projetadas (Figura 22).

O núcleo é delimitado ao norte pela Rua 12 de Outubro - Travessão 22 -, ao sul pela Av. 21 de Abril - Travessão 18 -, ao leste pela Rua 13 de Maio - Linha Base - e a oeste pela Rua 19 de Outubro - Linha 1 Oeste. As expressões “linha” e “travessão” refletem a perfeita sintonia em que se encontra o plano do núcleo urbano, com o planejado para a totalidade da Colônia. No loteamento da Colônia a divisão de terras é feita em lotes de 25 ha., que são delimitados por linhas e travessões. A partir da Linha Base (Rua 13 de Maio) são traçadas as linhas (norte-sul) cortadas perpendicularmente pelos travessões (leste-oeste). É desse modo que se implanta o desenho em tabuleiro, caracterizado na área rural por propriedades retangulares, em fileira, de frente às linhas. Nas linhas e travessões são abertas as picadas e após são construídas as estradas vicinais, isto é, os elos de ligação entre os lotes rurais e destes com o centro urbano (AZAMBUJA, 1991, p.54).

A planta do núcleo urbano é separada pela atual Rua do Comércio/Avenida Coronel Dico (Figura 22) e na área central situa-se a Praça da República. De frente para a praça, serão construídas a igreja Evangélica (lado norte) e a Igreja Católica (lado sul). No entorno da praça, serão edificados o prédio da Divisão de Terras e Colonização (após Intendência Municipal), o primeiro clube da cidade, o primeiro cinema, casas de negócio e moradias, ou seja, elementos centrais de formação do núcleo urbano (Figura 23).

Figura 20 - Planta da sede – Colônia Ijuhy (1901)



Fonte: Azambuja, 1991, p.55

A Colônia apresenta um rápido desenvolvimento quando comparado às colônias velhas. O ano de 1899 marca a fundação de diversos estabelecimentos comerciais, bem como, de alguns industriais. O povoado merece a criação de agência de correios, telégrafo, coletoria e cartório (IBGE, 1959). Em 1911 é inaugurada a estação ferroviária que trouxe trabalhadores e colonos, acarretando um aumento do valor das terras e da produção e exportação. No ano de 1912 a Colônia de Ijuí é emancipada de Cruz Alta. Com aproximadamente 25 mil habitantes, é elevada à categoria de município, e o povoado à de vila, dando-se tal a 31 de janeiro de 1912, pelo Decreto nº 1814, sendo o 68º município do Rio Grande do Sul (IBGE, 1959).

Instituída a comarca de Ijuí, em 1934, o núcleo urbano é elevado à categoria de cidade e comarca do judiciário, o que expressa, segundo Azambuja (1991), o processo de polarização urbana que então ocorria.

Aprofunda-se a estrutura produtiva e complexifica-se a divisão social do trabalho urbano pautadas pela dinâmica da pequena produção mercantil e pela força de Ijuí como praça comercial (...) No decorrer da primeira metade do Século XX, Ijuí é uma cidade com forte comércio atacadista orientado principalmente para as novas colônias. A ele interligado e por ele muitas vezes possibilitado, amplia-se a gama de produtos industrializados, com o processo industrial internalizado na cidade. No entanto, as iniciativas industriais na cidade de Ijuí não têm como agentes somente os comerciantes. Há inúmeros imigrantes que ali se instalam, desde o início, como artesãos e pequenos industriais. Importa referir a ligação das atividades de artesanato, manufatura e pequena indústria ao mundo colonial no Noroeste gaúcho (AZAMBUJA, 1991, p.20).

Figura 21 - Praça da República centro da cidade de Ijuí



Fonte: IBGE, 1959, p.271

De acordo com Weber (1987), ainda na década de 1930 há a constituição de um pequeno parque industrial, constituído por produtos que são complementos da economia colonial em que se situa o município - suíno-indústria (porco, laticínios, milho, banha).

Cabe salientar a ligação entre a industrialização ijuiense e o universo colonial, ou seja, a industrialização ocorre em um momento em que já existe um mercado consumidor regional e nacional para os produtos que escoavam através da ferrovia e do sistema rodoviário em lenta construção (WEBER, 1987; MARQUES, 2002). Não há, portanto, neste momento, uma dependência da indústria com relação ao setor agropecuário. Os primeiros estabelecimentos industriais têm sua origem na transformação de produtos alimentares de origem animal e não no beneficiamento dos produtos agrícolas. “Paralela à atividade comercial, no decurso da agropecuária colonial, a cidade de Ijuí verá surgir seu processo de industrialização (1920-50) que vai conferir nova dinâmica ao urbano” (AZAMBUJA, 1991, p.9).

Segundo Azambuja (1991), o comerciante será figura destacada e fundamental no desenvolvimento de Ijuí. Durante várias décadas vai controlar o destino da agropecuária colonial, dando à cidade sua característica comercial. No decurso do processo sua importância política será tanto maior, quanto maior for sua força econômica.

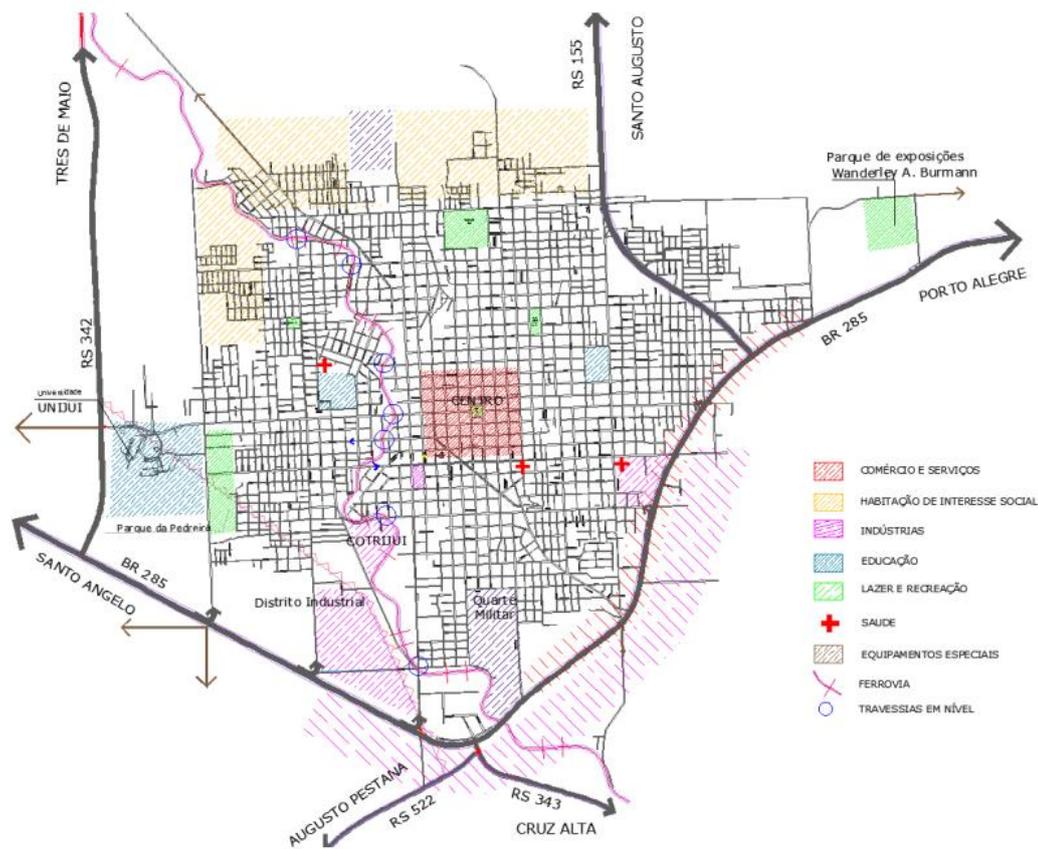
Desse modo estão postas as condições necessárias para a implantação e sucesso da colonização, no caso da *Colônia de Ijuhy*. Constitui-se o colono, enquanto proprietário, com financiamento estatal para a efetivação de seu estatuto – pequena propriedade, policultura alimentar e força de trabalho familiar. Constitui-se o comerciante, enquanto agente dos mecanismos de expropriação do trabalho excedente realizado no lote colonial, através da circulação das mercadorias da colônia e para ela. Configuram-se relações complementares e antagônicas entre colono e comerciante, na expropriação do trabalho de um e na acumulação dos frutos do trabalho alheio nas mãos do outro (AZAMBUJA, 1991, p.17).

A partir da década de 1950, têm início profundas alterações no agrário regional, que propiciam a inserção direta do Noroeste gaúcho ao mercado internacional como já discutido no Capítulo 1. Emergem as cooperativas de comercialização trigo-soja, localmente representadas pela COTRIJUÍ, o que trará mudanças no urbano. “Essa dinâmica vai auxiliar as mudanças que passam a ocorrer no espaço urbano ijuiense, com a extinção das firmas exportadoras-importadoras tradicionais, com a seleção de empresas industriais e surgimento de novas atividades comerciais” (AZAMBUJA, 1991, p.22).

Após a década de 1970, com a manutenção e surgimento de novas empresas industriais, o urbano local apresenta feições de terciarização das atividades. De acordo com Azambuja (1991), essa reestruturação urbana deve ser avaliada sob três vertentes interligadas entre si: a modernização do agrário regional; a reorganização da estrutura produtiva e comercial, até então assentada na agropecuária colonial e na pequena produção mercantil; e a terciarização das atividades.

O principal eixo de crescimento da cidade desde a sua fundação é a Rua do Comércio-Avenida Coronel Dico, que se constitui em via central do núcleo urbano. Por muito tempo é na porção mais central dessa via que estará localizada grande parte das atividades comerciais, de serviço e mesmo algumas indústrias (AZAMBUJA, 1991). Sua importância é reforçada pela proximidade da ferrovia e porque é nela que vão desembocar as estradas de ligação da cidade com a região e para além da região (Figura 24).

Figura 22 - Uso e ocupação do solo em Ijuí



Fonte: Relatório de Redes de Mobilidade Urbana, PREFEITURA DE IJUÍ, 2011

A cidade de Ijuí exerce, no decurso do tempo, uma polarização regional em relação ao agrário e às pequenas cidades do Noroeste gaúcho. Essa polarização é ampliada, na atualidade, pela terciarização presente na cidade e, detectada pela variedade de atividades comerciais e de serviços especializados existentes.

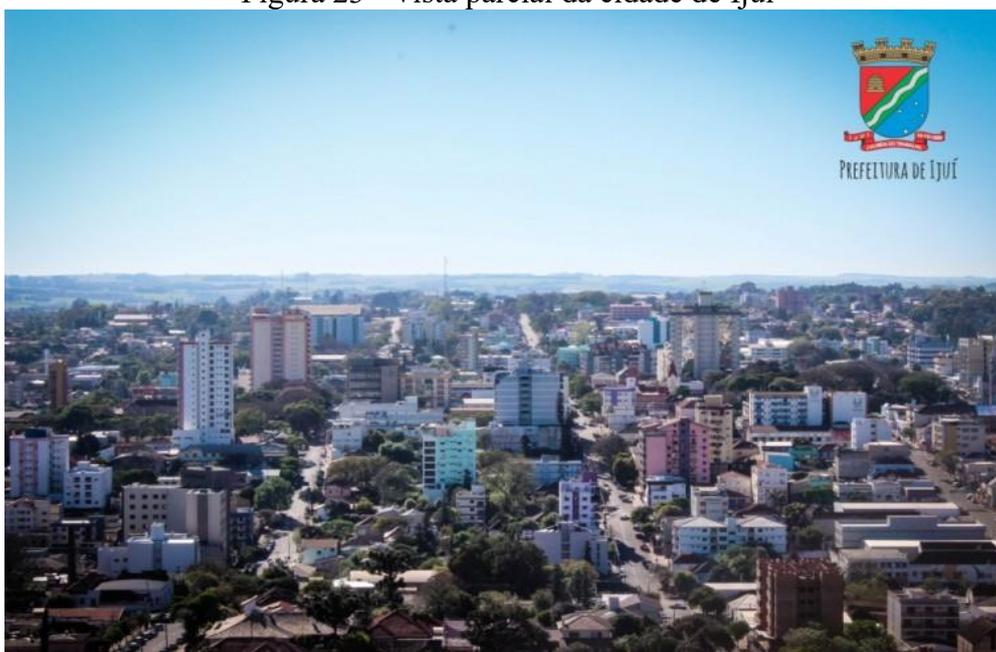
Concordamos com Azambuja (1991), quando afirma que a cidade se reorganiza em atividades para prover as condições gerais à nova produção agrícola. Essas condições materializam-se na cidade, através da presença de representantes da indústria na comercialização de grãos, de insumos, maquinários e equipamentos agrícolas, da sede da COTRIJUÍ e, da representação, via agências, do capital bancário.

Concomitante, consolida-se o ensino superior através da UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e, do mesmo modo, ocorre a ampliação dos serviços médicos e de saúde, representados por hospitais, laboratórios, clínicas especializadas e profissionais liberais de diversas áreas. A cidade conta,

atualmente, com três hospitais: o Hospital de Caridade, fundado em 1935⁴⁰; o Hospital Bom Pastor, fundado em 1981 pela COTRIJUÍ (Cooperativa Regional Tríticola Serrana Ltda), para atender associados e produtores rurais de sua área de atuação⁴¹; e o Hospital Unimed Noroeste/RS, inaugurado em 2005, como a terceira estrutura hospitalar do Sistema Unimed no Estado.

Assim como na cidade de Santo Ângelo, a característica de centralidade do centro histórico permanece na atualidade. Na área central estão concentradas as atividades de comércio e serviços e, é a área privilegiada pelos investimentos públicos na questão de infraestrutura, equipamentos e serviços (Figura 25). No restante dos bairros da cidade, as atividades econômicas são representadas por empresas de micro e pequeno porte: os mercados de abastecimento diário, lojas de vestuário, algumas lojas de móveis e eletroeletrônicos, bares, padarias e pequenos prestadores de serviços.

Figura 23 - Vista parcial da cidade de Ijuí



Disponível em: <https://www.radioprogresso.com.br/ijui-mais-programa-completa-um-ano-e-trabalha-na-criacao-de-uma-agencia-de-desenvolvimento/>

⁴⁰ Em 1935 foi fundada a Associação Hospital de Caridade de Ijuí e, em 1940 foi inaugurado o 1º Bloco da Instituição. Hoje, o HCI é um hospital macrorregional. Atende aproximadamente 1,5 milhão de pessoas de 120 municípios e tem 75% de sua capacidade destinada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais convênios. Disponível em: <https://www.hci.org.br/>

⁴¹ Em 1988, passou a ser administrado pela comunidade com a criação da Sociedade Hospitalar Beneficente Ijuí, que em janeiro de 2005 passou a ser chamada de Associação Hospital Bom Pastor de Ijuí. De abrangência microrregional, é uma entidade sem fins lucrativos e de caráter filantrópico. Atende cerca de 50 municípios da região. Disponível em: <https://www.bompastorijui.com.br/>

3.3 A CIDADE DE SANTA ROSA

No ano de 1876, o município de Santo Ângelo foi subdividido e criado o 2º distrito de Santa Rosa. Entretanto, o distrito de Santa Rosa não tinha características de importância demográfica ou econômica até 1915, ano em que é criada a Colônia.

Santa Rosa surgiu a partir dos interesses das autoridades da região e do Estado cuja motivação principal era assentar os nacionais (caboclos)⁴² em terras públicas da região. Assim, quando da criação da *Colônia 14 de Julho*, em 1915 (hoje município de Santa Rosa), um dos objetivos principais do governo era regularizar e apoiar os nacionais no acesso à terra. Para tal empreitada, a Comissão de Colonização de Terras pretendia nos moldes de antigas colônias europeias fundadas em várias regiões do Estado, organizar um sistema de distribuição e financiamento de pequenos lotes de terras públicas a esse grupo.

Entretanto, o projeto inicial de atender as necessidades em relação aos nacionais foi suprimida pela transferência de inúmeras famílias de diversos grupos étnicos europeus (alemães, poloneses, italianos, entre outros) das chamadas Colônias Velhas de imigração do Estado, como Ijuí e Guarani das Missões, para Santa Rosa. Em 1916 foi realizada a medição de 1233 lotes de terra para uma população de 873 famílias perfazendo um total de 4340 habitantes.

O núcleo urbano de Santa Rosa surgiu inicialmente a partir da venda (casa de comércio), da capela, da escola e do poder municipal que foram os elementos fundamentais na vida da comunidade santa-rosense. No entorno da Praça José Bonifácio (atual Praça da Independência) estavam presentes algumas estruturas de poder como o prédio da Comissão de Terras e Colonização e a sede da subprefeitura (Figura 26). O núcleo urbano tornou-se rapidamente o ponto de convergência dos interesses políticos, comerciais e religioso da vila/cidade que se formava.

No ano de 1931, Santa Rosa é elevada à categoria de município, o 82º do RS (IBGE, 1959). No ano de 1937 ocorreu a construção da linha férrea de Giruá até o Bairro Cruzeiro, o que possibilitou o desenvolvimento do comércio. A chegada do trem dinamizaria ainda mais os setores produtivos, facilitando a movimentação de pessoas e produtos e, sobretudo, alavancando o escoamento da produção do recém-criado

⁴² A partir, sobretudo, da publicação da Lei de Terras (1850), que determinou que a ocupação de terras públicas somente poderia se processar através de títulos de compra, os nacionais (caboclos) passaram a ocupar áreas de florestas do Planalto, utilizando pequenos lotes de terra para a prática da agricultura de subsistência. Destaca-se ainda, que o conceito de caboclo carregava socialmente uma carga conceitual bastante pejorativa.

município de Santa Rosa (Decreto N°4823 de 1º de julho de 1931). As melhorias no acesso à colônia Santa Rosa que se encontrava distante dos principais centros produtivos do Estado – região da Serra, Grande Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, entre outras, através da construção da linha férrea e, em seguida de ligações rodoviárias, alavancou todos os setores da economia do município. Nas décadas que se seguiram a cidade vivenciou um intenso processo de fortalecimento agrícola, pastoril, comercial, industrial e de serviços tornando-se um polo econômico regional.

Figura 24 - Sede da Prefeitura Municipal e Praça da Bandeira – Santa Rosa (1972)



Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/historico>

A década de 1940 constituiu o momento da consolidação do núcleo urbano, com a chegada da ferrovia. Santa Rosa contou com a construção de duas estações ferroviárias: a primeira em Cruzeiro, em 1937, e a segunda na Avenida Rio Branco, em 1940.

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada em 1959 pelo IBGE, obra de referência sobre os municípios do país, destaca as seguintes informações econômicas, urbanas e sanitárias do núcleo urbano de Santa Rosa, Ijuí e Santo Ângelo (Quadro 12).

Quadro 12 - Aspectos econômicos e urbanos de Santa Rosa, Ijuí e Santo Ângelo (IBGE, 1959)

	Santa Rosa	Ijuí	Santo Ângelo
Estimativa populacional (01/01/1956)	52.260	56.850	72.140
Número de habitantes			
Habitantes na sede municipal	7.220	12.110	16.180
Estabelecimentos industriais (1955)	543	532	337
Média mensal de operários	1.446	2.271	1.308
Casas comerciais na sede municipal	137	110	186
Total prédios	1.398	2.463	3.702
Prédios na zona urbana	1.134	1.290	2.468
Agências Bancárias	4	6	6
Hospitais	6	3	6
Leitos hospitalares	325	165	328

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959).

De acordo com Rotta (2007), a consolidação do modelo de organização da sociedade regional baseado na modernização da agricultura se efetivou entre o final da década de 1950 e meados da década de 1980. Esse modelo caracterizava-se por uma nova concepção da atividade agrícola, na agroindustrialização: setor de máquinas e implementos agrícolas e alimentos; na criação de um amplo setor de serviços que dava suporte e sustentação ao processo, na concepção moderna de trabalho e na expansão do modo de vida urbano. O processo de urbanização e industrialização de Santa Rosa é associado, portanto, à mecanização e modernização da agropecuária. A consolidação da produção de soja nas décadas de 1960/1970 define-se como uma das principais atividades agrícolas da região e, demonstra sua articulação com o processo global, numa situação de região produtora de alimentos (carne suína e bovina, leite e derivados) e produtos agrícolas destinados à exportação (soja). Há, portanto, uma relação de interdependência entre as cidades e o campo.

Santa Rosa destaca-se ainda pela indústria metalmeccânica voltada para a agricultura, fabricando peças, máquinas e implementos agrícolas, das quais são exemplos a AGCO, indústria multinacional de colheitadeiras e, a JOHN DEERE, indústria multinacional de implementos agrícolas, instalada no município de Horizontina e que movimenta várias empresas no município de Santa Rosa, como já mencionado.

Segundo o Plano Diretor de Santa Rosa⁴³, as áreas urbanas do município compreendem o perímetro englobado pela zona urbana da sede municipal, Vila Sete de Setembro, Vila Bela União e Vila Cascata, na parte que apresentam ou são destinadas à ocupação e aos usos compatíveis com a realidade urbana. O perímetro urbano da sede de Santa Rosa tem área total de 68,58 km². A área total da unidade territorial é de 489,38 km² (IBGE Cidades@).

A área central da cidade, da mesma forma que nas cidades de Ijuí e Santo Ângelo, configura-se como uma área de ocupação intensiva, destinada a múltiplos usos, incluindo o residencial e as atividades econômicas de comércio e de prestação de serviços (Figura 27). A Avenida Rio Branco, principal rua comercial da cidade, e entorno concentram a maior parte das lojas de vestuário, eletroeletrônicos, as lojas de redes como Becker, Quero-quero, Benoit, Deltasul, entre outras. A avenida Expedicionário Weber liga o centro da cidade ao Bairro Cruzeiro, ao longo deste trecho encontramos lojas especializadas no comércio de veículos, peças, pneus, supermercados e o Parque Horizontal da cidade. Na via de acesso ao centro da cidade, assim como nas outras cidades já destacadas, encontramos oficinas, postos de gasolina, as lojas agropecuárias, que materializam essa relação cidade-campo.

⁴³ Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável de Santa Rosa. Lei Complementar nº 118, de 28/08/2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-santa-rosa-rs>. Acesso em 02/08/2021

Figura 25 - Vista parcial da cidade de Santa Rosa -Praça da Bandeira e Praça 10 de Agosto



Disponível em: <https://jornalnoeste.com.br/noticia/geral/santa-rosa-90-anos>

3.4 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DAS CIDADES

Conforme Corrêa (1989) a área central constitui o foco principal da cidade e da sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais e de serviços mais especializados, como a educação superior, os serviços de saúde de média e alta complexidade; as atividades de gestão pública e privada e os terminais de transportes interurbanos e intraurbanos. Em razão das vantagens que esta área oferece, o preço da terra e dos imóveis é bem mais elevado, levando a uma seleção das atividades aí localizadas. Localizam-se na área central aquelas atividades que podem transformar os custos locacionais elevados em lucros maximizados: as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou que abrange toda a cidade (CORRÊA, 1989).

De acordo com Lefebvre (2004) não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. No centro da cidade estão sedimentados elementos da cultura, da política, do imaginário, do cotidiano, da história social traduzida nos valores preservados nas formas concretas e objetivas da paisagem. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, pois exige um conteúdo, é algo “construído”: a função não define que determinados locais

sejam frequentados ou não. A centralidade não é resultado de opções puramente utilitárias, nela se mesclam sentimentos e simbolismos. Existem formas, espaços, estruturas diferentes desta centralidade, sendo necessário distinguir entre centralidade urbana, urbanismo e centralidade abstrata, ou seja, do poder e da hierarquia.

Nas palavras de Whitacker (2017, p.149) o centro da cidade constitui “uma forma espacial com conteúdos que se expressam em dimensões e níveis diversos”; local de encontros e confluências, que tornam o centro um espaço de apropriação e representação. O autor faz uma diferenciação entre o centro da cidade e a centralidade intraurbana. “A centralidade é expressão da dinâmica de definição/redefinição das áreas centrais e se distingue como atributo, conteúdo e qualidade, enquanto o centro, por sua vez, constitui a forma espacial daquele processo e fenômeno” (WHITACKER, 2017, p.171).

Para o autor, a centralidade deve ser compreendida de maneira relacional, pois está inserida em diferentes escalas:

A centralidade é cambiante, na medida em que não se define pela localização, mas pelo movimento e pela articulação das diferentes localizações [...] não só é dinâmica e definida no tecido urbano pelos fluxos, mas é também pensada na escala da rede, podendo estas duas escalas se sobrepor, conforme características e tempos (WHITACKER, 2017, p.170).

Em Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, aqui analisadas, o centro comercial coincide com o núcleo histórico das cidades. Elas (cidades) crescem a partir desse núcleo inicial, que ainda se mantém como o principal local de compras e serviços. Nessa área localizam-se as lojas de comércio, caracterizando um uso mais intensivo do solo, com uma maior concentração das atividades econômicas, principalmente serviços. Definem-se, portanto, enquanto espaços de consumo. A área em torno da rua principal, ou rua comercial, vai caracterizar-se por apresentar atividades semelhantes, com supermercados, lojas, escritórios, bares, restaurantes, postos de gasolina, entre outras atividades.

Ao observarmos o centro das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, as especificidades não são tão visíveis na paisagem. Nas três cidades constatamos a presença das redes de varejo no comércio local, a exemplo das Lojas Becker, Quero-quero, Benoit, Colombo, Deltasul; com filiais em vários municípios do RS e que atendem o mercado da casa e construção, como pode ser observado na composição de imagens a seguir (Figuras 28, 29 e 30).

Figura 26 – Centro da cidade de Ijuí: Rua do Comércio/Avenida Coronel Dico



Fonte: Arquivo pessoal (2021-2022).

Figura 27 – Centro da cidade de Santo Ângelo: Ruas Marechal Floriano, Antunes Ribas e Marquês do Herval



Fonte: Arquivo pessoal (2021-2022).

Figura 28 – Centro da cidade de Santa Rosa: Avenida Expedicionário Weber, Rio Branco e Rua Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal (2021-2022) e Jornal Noroeste⁴⁴

Na figura 28 observamos a Rua do Comércio e, sua continuação, a Avenida Coronel Dico em Ijuí, via central do núcleo urbano. Em sentido horário, imagens das redes de varejo Lojas Becker, Americanas, Benoit, Magazine Luiza e Quero-quero. Na sequência a figura 29, traz imagens do centro de Santo Ângelo. Em sentido horário, Lojas Renner, Colombo, Benoit e Americanas na Rua Marechal Floriano, Lojas Quero-quero na Rua Antunes Ribas e, a Esquina Democrática no cruzamento da Avenida Brasil com a Rua Marquês do Herval. Na figura 30, imagens do centro da cidade de Santa Rosa. Em sentido horário: Avenida Expedicionário Weber, esquina das Avenidas Rio Branco e América, Rua Buenos Aires (Lojas Becker), Avenida Rio Branco (Lojas Benoit e Farmácia São João), e Rua Buenos Aires, esquina com Avenida América (Lojas Quero-quero).

Algumas dessas redes de varejo têm origem na Região Noroeste, como as Lojas Becker (1952) fundada em Salvador das Missões, na época distrito de Cerro Largo; Lojas

⁴⁴ Disponível em: <https://jornalnoroste.com.br/noticia/geral/avenida-rio-branco-e-o-metro-quadrado-mais-valorizado>; <https://jornalnoroste.com.br/noticia/saude/santa-rosa-deve-fechar-tudo-a-partir-das-20h-desta-terca-feira> Acesso em: 14/03/2022

Quero-quero (1967) na cidade de Santo Cristo; e a loja DeltaSul (1952), com origem em Três Passos.

O comércio representado aqui pelas redes de varejo, confirma o papel que Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa exercem para a região. Há uma oferta de artigos e lojas nessas cidades, com itens que não são encontrados nos municípios do entorno. O comércio agrupa, além desses artigos, os serviços urbanos mais especializados: educação superior (formação de conhecimento e mão de obra especializada), serviços médico-hospitalares, comércio de veículos, a venda de insumos, implementos e maquinários agrícolas. Essas cidades concentram ainda o maior número de empregos, com destaque para o comércio e serviços (setor terciário), como já demonstrado ao longo do Capítulo 2.

Outro ponto comum às três cidades são as atividades espacialmente coesas, localizadas em alguns setores da cidade. Para Corrêa (1989), o processo de coesão define-se como o movimento que leva as atividades a se localizarem próximas, gerando economias externas de aglomeração. As ruas especializadas em lojas de roupas, móveis, artigos para festa, eletroeletrônicos, mesmo que não mantenham ligações entre si, formam um conjunto funcional que atrai consumidores, que têm assim a possibilidade de escolha entre vários tipos, marcas e preços.

As lojas varejistas especializadas em autopeças, revenda de carros, lojas de insumos agropecuários localizam-se em ruas especializadas. Nas três cidades, as lojas de venda de insumos e implementos agrícolas, maquinários localizam-se nas vias de acesso ao centro das cidades, equipamentos que caracterizam a ligação da cidade com as atividades agrícolas modernizadas da região.

Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, articulam-se em torno de determinadas atividades e constituem núcleos estratégicos na rede urbana, para as pequenas cidades localizadas na região, para o entorno rural e, também, com os centros maiores e mais importantes hierarquicamente, assunto que iremos abordar no próximo capítulo.

4 EIXO IJUÍ-SANTO ÂNGELO-SANTA ROSA: REDE DE CIDADES OU CIDADES (ORGANIZADAS) EM REDE?

Neste capítulo, para demonstrarmos a policentralidade das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, além do percurso teórico já mencionado, utilizamos dados secundários do Censo Demográfico 2010, os dados disponibilizados pela pesquisa *REGIC 2018* (IBGE, 2020) e, o estudo *Gestão do Território* (IBGE, 2014), que analisa os fluxos de gestão do território através de duas abordagens: a gestão pública e a gestão empresarial; além de dados sobre a movimentação de passageiros e linhas do transporte intermunicipal, fornecidos pelo DAER RS-Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (anos de 2010 e 2019). Utilizamos também dados sobre atividades econômicas e serviços que sustentam a centralidade regional dessas cidades, através das seguintes atividades: número de agências e crédito bancário; número e localização das Instituições de Ensino Superior, bem como, o número de matrículas em cursos técnicos em Instituições públicas e privadas, visto que essas cidades concentram a maior parte das vagas de ensino e, geram um deslocamento diário ou semanal para estudo; além do número de leitos/equipamentos em hospitais públicos e privados. Esses elementos definem os fixos enquanto fator de centralidade que, segundo Milton Santos (1997), geram os fluxos.

4.1 SOBRE POLICENTRISMO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO POLICÊNTRICA

Inicialmente, o policentrismo refere-se a regiões nas quais existem vários centros urbanos inter-relacionados funcionalmente por meio da competição ou cooperação. Entretanto, o conceito aborda um significado amplo e complexo, que varia de acordo com a perspectiva espacial, social e econômica. Há diferentes interpretações, pois, a definição dependerá do contexto inserido e/ou das escalas urbanas.

Davoudi (2003) alerta para a ambiguidade do termo e seus múltiplos significados, pois há uma variedade de modelos de policentrismo, que representa tanto a riqueza da própria ideia quanto o que a autora denomina de sua debilidade, do caos conceitual. Adquire, assim, diferentes significados quando se refere a escalas espaciais diferentes. Segundo a autora, a conceitualização da policentralidade está em um estágio inicial de

desenvolvimento e, portanto, é caracterizada por uma falta de definição clara do conceito, apesar do fato de que estudos de regiões urbanas funcionais podem ser vistos desde o início da década de 1970, quando as atenções se afastam de uma preocupação com a forma urbana em si e concentram-se nos processos sociais e nas funções urbanas.

No início do século XXI o conceito ganhou relevância a partir dos estudos realizados pelo Observatório Europeu de Ordenamento do Território *ESPON (European Observation Network for Territorial Development and Cohesion)*, programa de cooperação territorial europeia, que utiliza o policentrismo enquanto estratégia de planejamento, como um modelo para a resolução dos desequilíbrios regionais na política pública de desenvolvimento territorial europeia. O policentrismo é utilizado no planejamento urbano e regional e no ordenamento do território na escala regional da União Europeia.

Nas palavras de Davoudi (2003), nos anos 1970 ficou claro que as cidades do futuro se tornariam menos nodais e passariam para o desenvolvimento de uma estrutura urbana de polinúcleos. Fatores como a descentralização das atividades econômicas, a maior mobilidade do transporte tornou o modelo monocêntrico incompatível para a realidade do padrão de crescimento urbano. A cidade do final do século XX foi caracterizada pela descentralização das atividades econômicas, mobilidade aumentada, deslocamento pendular complexo e distribuição fragmentada de atividades. Há ainda as mudanças nas relações econômicas entre e dentro das empresas, com crescente significado das economias de aglomeração e, agrupamento de atividades na definição dos padrões de desenvolvimento espacial.

Na escala interurbana Davoudi (2003) traz o conceito de PUR - *polycentric urban region*, “definida como uma região com três ou mais cidades que estão historicamente e politicamente separadas, não apresentam uma classificação hierárquica, são próximas entre si e, demonstram um grau elevado de interconexões funcionais e complementaridades⁴⁵”.

De acordo com Davoudi (2003), uma das principais referências ao desenvolvimento da policentralidade em escala interurbana vem de Fawcett (1932) sobre a expansão simultânea do número de cidades vizinhas que cresceram uma em direção à

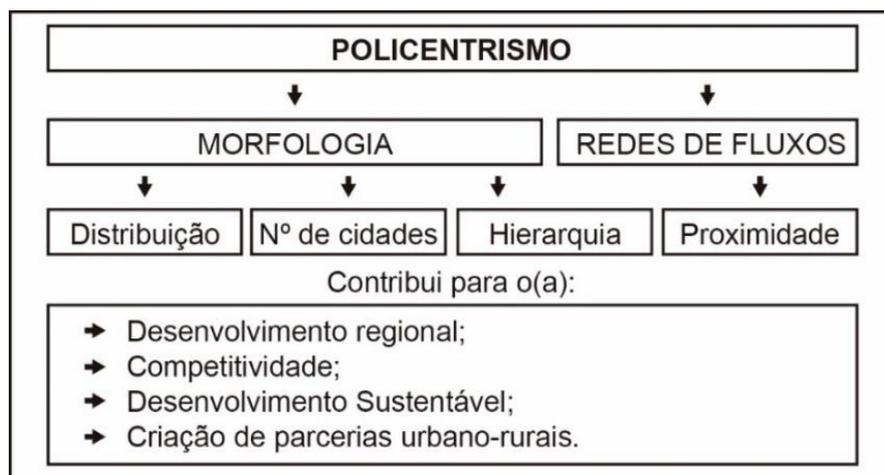
⁴⁵ PUR – defined as a region with three or more cities that are historically and politically separate, have no hierarchical ranking, are in reasonable proximity from each other, and demonstrate a high degree of functional interconnections and complementarities (DAVOUDI, 2003, p.66).

outra. Os estudos de Davoudi referem-se à escala inter-regional da realidade europeia, a autora chama a atenção para a ambiguidade e polissemia do termo, que resulta num conceito de complexidade e confusão. No nível regional, a conceitualização de policentralidade está ainda numa etapa de desenvolvimento. Nas palavras da autora, sua definição é problemática ao menos em dois pontos: o primeiro ponto é qual a proximidade razoável, devido à ambiguidade do termo *proximidade* e o que é considerado uma razoável distância pendular? O segundo ponto é o nível de interação ou interdependência entre os centros e os critérios e limites para sua medição, ou seja, como medir a conexão funcional? O critério mais utilizado são os deslocamentos pendulares (viagem-trabalho), no entanto, ignora outras atividades geradoras de viagens como compras e ócio, apesar da dificuldade em mensurá-los.

Ainda segundo Davoudi (2003) o conceito se converteu em um discurso político para promover a competitividade econômica e a equidade espacial, a ideia de coesão territorial da União Europeia. Surge, portanto, como um modelo de “desenvolvimento ideal”, apesar da falta de uma definição comum e evidência empírica sobre sua eficácia. A autora alerta ainda para o fato de se utilizar a policentralidade não como uma ferramenta analítica, mas sim enquanto agenda normativa: como um modelo de desenvolvimento equilibrado (ideal), apesar da falta de uma definição comum e evidência empírica sobre sua conveniência.

No âmbito dos trabalhos realizados pelo Observatório Europeu (ESPON, 2005) tem ganhado relevância o conceito de policentrismo funcional que associa dois aspectos complementares ao conceito tradicional de policentrismo: a morfologia do espaço, referente ao número e hierarquia de cidades e, as relações funcionais entre áreas urbanas, através das redes, fluxos e cooperação (NUNES et al, 2012), como demonstrado na Figura 31.

Figura 29 - As dimensões do conceito de Policentrismo



Fonte: SILVEIRA, et all (2017, p.188), a partir de Medeiros (2005)

É a partir desse percurso, que associa a análise morfológica às relações funcionais, que propomos analisar a Região Intermediária de Ijuí, nosso recorte territorial de pesquisa. Ou seja, utilizamos do policentrismo funcional para explicar os fixos (equipamentos) e os fluxos no recorte territorial definido.

Boix; Trullén (2012) citam a origem da ideia de policentrismo na obra de Christaller (1933) que expõe uma ordenação hierárquica do espaço, onde adjacente ao centro principal de maior nível aparecem pela primeira vez os subcentros, os centros secundários. Nas palavras dos autores, uma cidade policêntrica se define como uma cidade com mais de um centro, entretanto, a observação do que é um centro ou um subcentro é mais complexa e depende da representação do espaço utilizada (BOIX; TRULLÉN 2012, p.29). Os autores estabelecem uma diferenciação entre policentrismo estático ou morfológico e o policentrismo dinâmico.

O policentrismo estático ou morfológico, segundo os autores, deriva de um espaço concebido como contínuo, sem limites facilmente reconhecíveis (cidades dispersas), no qual a distância possui um papel central na organização do espaço. Os subcentros são delimitados por aquelas características que o destacam do entorno, sendo o mais usual mostrar uma maior densidade de atividades e empregos que o entorno, ou algum tipo de especialização não funcional.

O policentrismo dinâmico, em oposição ao estático, se caracteriza por uma concepção do espaço a partir de nós e fluxos. Ao se diferenciar os nós e estabelecer as relações entre eles, chegamos à definição de um sistema. Sistema e estrutura são, portanto, os conceitos predominantes, da interação das cidades em sistemas com relações

estruturadas de forma hierárquica e não hierárquica; que os autores denominam de *policentrismo desequilibrado*.

Nesse sentido, a *cidade policêntrica*, em uma escala interurbana, é aquela em que os diversos nós, ou seja, as cidades possuem a capacidade de concentrar, intermediar ou gestionar os fluxos entre cidades. Segundo os autores, para a identificação de centros/subcentros há diferentes métodos: procedimentos baseados em definições estáticas (taxa de ocupação, densidade de população ou atividades) e procedimentos baseados em definições dinâmicas, que podem se dividir em dois grandes blocos:

1º) identificação das funções – os centros de maior ordem de um sistema urbano provêm os bens e serviços de maior nível e realizam as funções mais centrais na hierarquia urbana; 2º) identificação dos fluxos – a identificação de centros/subcentros se realiza mediante a análise dos fluxos de entrada e saída de cada nó (Boix; Trullén 2012, p.37).

Os centros de maior ordem de um sistema urbano proveem os bens e serviços de maior nível e realizam as funções mais centrais na hierarquia urbana. Destacam o papel das relações de rede entre centros de mesma ordem hierárquica (relações horizontais). As cidades realizam múltiplas funções e apresentam múltiplos perfis simultaneamente e a interação das cidades em sistemas gera economias de escala na forma de sinergias e complementaridades (CAMAGNI, 2005).

Entendemos que o conceito de policentrismo aborda um significado amplo e complexo, que varia de acordo com a perspectiva espacial, social e econômica. Atrai-se a uma multiescalaridade dos processos, ou seja, na escala intraurbana, com vários centros em vez de um centro; e na escala interurbana, entre diferentes cidades (relações de complementaridade e/ou concorrência), na escala regional em relação a região ou rede urbana. Há diferentes interpretações de policentrismo pois a definição dependerá do contexto inserido e/ou das escalas urbanas. “O conceito de policentrismo adquire vários significados, tantos quantos as escalas em que se pode materializar” (GONÇALVES, 2016, p.31).

Ao pensarmos o conceito para a realidade brasileira e, na escala interurbana, entre cidades, na perspectiva da rede urbana, citamos os trabalhos de Silveira *et al* (2017), Pessoa (2011), Ferreira (2018), os estudos do IBGE, como a REGIC (2007, 2020) e, mais recentemente, CAMPOS *et al* (2021).

A policentralidade relaciona-se à “existência de um conjunto de centros urbanos com diferentes funções econômicas e de gestão, com distintas capacidades e condições de centralidade urbana, que se inter-relacionam num determinado espaço regional”

(SILVEIRA *et al*, 2017, p.185). Nas palavras dos autores o policentrismo constitui um recurso metodológico para compreender a dinâmica territorial na escala regional. No sistema urbano policêntrico, essas centralidades ocorrem em vários pontos do território e possuem um conteúdo funcional e especializado, constituindo redes de centralidades urbanas (SILVEIRA *et al*, 2017). As centralidades ocorrem, portanto, em pontos diversos do território e caracterizam-se por relações de interdependências, mobilidade, complementaridade e conectividade.

Com os devidos ajustes à realidade brasileira e, às particularidades da região noroeste do RS, utilizamo-nos do conceito de policentralidade para compreensão da centralidade na região, de novas áreas centrais e da complexificação da estrutura espacial. Corrêa (2015) destaca a importância de compreender as singularidades de cada uma das redes urbanas nacionais ou regionais, enquanto estudos de caso que contribuem para compreendermos a totalidade social. O quadro 12 traz as variáveis a serem consideradas na análise de estruturas espaciais policêntricas, na centralidade urbana e nas interações espaciais existentes:

Quadro 13 - Variáveis das dimensões do policentrismo funcional

Dimensão Morfológica	Dimensão Relacional ou Funcional
Estrutura hierárquica da rede urbana	Divisão Territorial do Trabalho
População	Fluxos de deslocamento para trabalho e estudo
Urbanização	Ligações intermunicipais de transporte de passageiros
Distribuição espacial da população	Fluxos de Gestão Federal
Conectividade e Infraestrutura viária regional	Centralidade dos Serviços de Gestão Estadual
Conectividade e Infraestrutura informacional	Fluxos de Gestão Privada
Estrutura fundiária	Centralidade da Educação Superior e Técnica
Localização espacial das cidades	Centralidade Informacional
Tempo de deslocamento entre cidades	

Elaborado por Rogério Silveira (2020)

As variáveis que compõem a dimensão morfológica auxiliam-nos a entender a estrutura da rede regional, a distribuição da população, as taxas de urbanização e a constituição e hierarquia da rede urbana. Com relação às variáveis da dimensão relacional ou funcional, elas contribuem para a compreensão do movimento, dos fluxos (pessoas, mercadorias, serviços), ou seja, da dinâmica econômica regional, dos diferentes níveis de especialização econômica, entre as cidades que compõem a Região, como também em outras escalas (MARASCHIN, *et al*, 2021, p.34).

Nesse contexto, situamos a ideia de centralidade relacionada às redes urbanas. A centralidade é aqui entendida como um centro urbano estrategicamente vinculado à rede urbana, sendo ele concentrador de funções, serviços e postos de trabalho que atendem ao contexto regional. Dessa forma, nesse nível de análise, a rede urbana passa a assumir um caráter diferencial, podendo ser constituída de um ou mais centros, como pontos de convergência dos fluxos, investimentos e interesses na rede em que se encontra(m) inserido(s) (MARASCHIN, et al, 2021, p.21).

A partir dessas considerações, que traçamos sobre o policentrismo, nosso propósito é utilizar o conceito enquanto recurso metodológico (SILVEIRA *et al.*, 2017) para explicar a reorganização da rede urbana e do espaço urbano no noroeste do estado do RS, a partir de centros urbanos, que adquirem relevância em virtude de novas demandas sociais e econômicas, ou seja, produto de dinâmicas de centralização e concentração do capital, o que leva a novas divisões territoriais do trabalho, que implicam mudanças nos papéis desses centros urbanos em redes e aglomerações urbanas (FERREIRA, 2018).

Heloísa Ferreira (2018) chama a atenção para três características importantes do policentrismo: a primeira característica é a maior relevância de centros urbanos anteriormente secundários, em virtude de novas demandas sociais e sobretudo, econômicas; a segunda característica refere-se às relações de complementaridade e concorrência entre centros urbanos e, como terceira característica, a complexificação de hierarquias, que não representam superações de configurações pretéritas.

De início, frisamos que o policentrismo é produto de dinâmicas de centralização e concentração do capital, acompanhadas por desconcentração espacial e, portanto, novas divisões territoriais do trabalho, que implicam mudanças nos papéis de centros urbanos em redes e aglomerações urbanas (...) Em síntese, podemos apontar que o policentrismo, seja o que se realiza na escala regional, seja aquele relativo à metropolitana, corresponde a processo que implica incremento de papéis de centros anteriormente secundários na estrutura espacial, na combinação de relações de complementaridade e concorrência e, portanto, como resultado, em complexificação de hierarquia da centralidade, numa amálgama entre transformações e permanências (FERREIRA, 2018, p.5).

Para compreender essas transformações nas cidades médias, é necessária a associação entre as mudanças resultantes de processos multiescalares na rede urbana e nos espaços intraurbanos dessas cidades, uma vez que novos papéis e funções que estas adquirem, enquanto centros urbanos, implicam, de modo imanente, importantes transformações de seus espaços intraurbanos (FERREIRA, 2018).

De acordo com Pessoa (2011) a emergência de estruturas urbanas policêntricas é uma tendência no Brasil. Grupos de aglomerações urbanas, articuladas por uma rede de transporte e comunicação e ligadas por relações socioeconômicas, foram aparecendo ao longo do território brasileiro em diferentes formas, caracterizando arranjos urbano-regionais. A autora sistematiza esses arranjos urbanos em 3 tipos: *região de cidades médias* (contexto que mais se aproxima do Noroeste do Estado do RS), *região metropolitana* e *região intermetropolitana*; argumenta ainda que as aglomerações urbanas e regionais brasileiras devem ser tratadas como entidades híbridas, assimétricas, em movimento e ocupadas e geridas por diferentes atores.

Igualmente, a geógrafa Rosa Moura (2012, 2014) define os *arranjos urbanos regionais* como

unidades concentradoras de população, com relevância econômico-social e infraestrutura científico-tecnológica, com elevada densidade urbana, forte articulação regional e extrema complexidade, devido à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior, participando de modo mais integrado, nos âmbitos estadual, nacional e internacional, como principais elos de inserção nos estágios mais avançados da divisão social do trabalho. Caracterizam-se, fundamentalmente, pela multiplicidade escalar, que é elemento ao mesmo tempo potencial e complexo para o desempenho de ações articuladas, práticas de cooperação e união na busca do desenvolvimento e da solução de problemas comuns (MOURA, 2012, p.12).

Morfologicamente, estes arranjos podem ser unidades espaciais contínuas ou descontínuas, contendo centros urbanos e seu entorno urbano e rural, estreitando relações e compartilhando funções com outras aglomerações, alcançando uma escala urbana mais complexa e uma importância regional (MOURA, 2012). Constituem, um complexo fenômeno urbano-regional que foram aparecendo ao longo do território brasileiro, em diferentes formas: grupos de aglomerações urbanas articuladas por uma rede de transporte e comunicação e, ligadas por relações socioeconômicas.

Nesse contexto é que estabelecemos essa relação entre policentrismo e esses novos arranjos urbanos regionais, do qual o Noroeste do RS constitui um exemplo. Configura-se, assim, uma região policêntrica emergente no Noroeste do Rio Grande do Sul, pois as três cidades objeto desta pesquisa, exercem essa centralidade através dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, através da oferta e concentração das atividades econômicas e serviços e, demonstram uma importância na dinâmica regional.

Para Camagni (2005), a velocidade das mudanças na sociedade atual leva à configuração de um novo paradigma de interpretação, modificando a estrutura hexagonal hierárquica das cidades, por uma estrutura reticular de relações horizontais, que orienta

uma organização de relações em rede, que interprete de maneira mais coerente as novas realidades emergentes. O autor denomina esse novo paradigma como rede de cidades:

las redes de ciudades son conjuntos de relaciones horizontales y no jerárquicas, entre centros complementários o similares, relaciones que realizan la formación de las economías o externalidades de, respectivamente, especialización/división de trabajo y de sinergia/cooperación/innovación (CAMAGNI, 2005, p.125).

As redes de cidades consistem, em um conjunto de relações e correspondentes fluxos, que tendem a ser horizontais, portanto não hierárquicos, entre cidades que em um “modelo tradicional” de hierarquia urbana, não deveriam estabelecer relações. As redes de cidades constituem, portanto, um modelo de organização territorial complementar ao tradicional modelo hierárquico.

Nas palavras do autor, essas relações podem unir entre si cidades diferentemente especializadas e complementárias ou cidades similares, com uma mesma especialização; no primeiro caso teremos redes de complementaridades, no segundo caso teremos redes de sinergia. As redes de sinergia correspondem a funções similares, a uma integração horizontal entre cidades. As redes de complementaridade correspondem a funções diferentes entre as cidades, a uma integração vertical. Segundo o autor, a cidade é, nesse sentido, nó de relações que operam em grandes distâncias, em relações verticais e não somente um elemento de organização da sua hinterlândia, de relações horizontais (CAMAGNI, 2005).

Embora Camagni (2005, p.121) refira-se à realidade europeia, do desenvolvimento de cidades de “dimension intermedia - 40-200 mil habitantes”, algumas proposições explicam as novas realidades territoriais que surgem no território brasileiro, esses novos arranjos urbanos. Ao modelo hierárquico soma-se um princípio de organização em rede, fundamentado sobre relações seletivas, tendencialmente não hierárquicas entre centros dispostos de forma não sistemática sobre o território.

4.2 POLICENTRISMO DINÂMICO – FLUXOS

Para demonstrar essa policentralidade na Região Intermediária de Ijuí, nesta seção a análise realiza-se através da mobilidade espacial da população, ou seja, a partir dos fluxos de deslocamento para trabalho e estudo entre as cidades que compõem a região. Esta análise sobre os deslocamentos pendulares, bem como, os mapas gerados sobre o tema, foram publicados no artigo *Policentrismo, cidades médias e rede urbana na Região*

*Funcional de Planejamento 07-RS*⁴⁶; desenvolvida no âmbito da pesquisa *Policentrismo, rede urbana e desenvolvimento regional* no RS, como já citado.

No Quadro 13 e na Figura 32, destacamos os fluxos de deslocamento pendular para trabalho e estudo entre os municípios da Região Intermediária de Ijuí, baseados nos dados do Censo 2010. Optamos por delimitar o percentual mínimo de 4% da PEA (População Economicamente Ativa), percentual bem abaixo do parâmetro utilizado pelo IBGE (10%) em seu estudo sobre os *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas* (IBGE, 2015). O percentual de 4% nos pareceu mais apropriado, devido à característica de municípios rurais que compõem a região. Segundo os dados populacionais de 2010, somente 12 dos 77 municípios que compõem a região possuem taxa de urbanização acima de 75%.

⁴⁶ SILVEIRA, R. L. L. *et al.* Policentrismo, cidades médias e rede urbana na Região Funcional de Planejamento 07 – RS in: CAMPOS, H. A. C.; MARASCHIN, C.; SILVEIRA, R. L. L. [Orgs.] **Policentrismo, Rede Urbana e Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p.271-294. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/site/policentrismo-rede-urbana-e-aglomeracoes-urbanas-no-rio-grande-do-sul/>

Quadro 14 - Região Intermediária de Ijuí - Percentual dos deslocamentos para trabalho e estudo em relação à PEA 2010

Municípios de origem	PEA	Municípios de Destino									
		Ijuí	Santo Ângelo	Santa Rosa	Panambi	Três de Maio	Horizontina	Humaitá	Três Passos	Miraguaí	Cerro Largo
AJURICABA	4604	7,1%									
AUGUSTO PESTANA	4330	9,31%									
BOM PROGRESSO	988								9,72		
BOZANO	1695	9,97%									
CÂNDIDO GODÓI	4484			3,61%							
CATUÍPE	5290	8,71%									
CHIAPETTA	1992	4,37%									
CONDOR	3738				9,82%						
CORONEL BARROS	1653	7,5%									
DOCTOR MAURÍCIO CARDOSO	3249						7,48%				
ENTRE-IJUÍ	4853		15,87%								
ESPERANÇA DO SUL	2152								5,58%		
EUGÊNIO DE CASTRO	1462		4,51%								
GUARANI DAS MISSÕES	4734		3,51%								
HORIZONTINA	11207					3,88%					
INDEPENDÊNCIA	3947					8,34%					
JÓIA	4496	3,56%									
NOVA RAMADA	1499	5,00%									
NOVO MACHADO	2432			4,24%							
PANAMBI	21376	3,75%									
PEJUÇARA	2185	5,03%			5,08%						
PORTO MAUÁ	1616			7,49%							
REDENTORA	3939									5,41%	
SALVADOR DAS MISSÕES	1655										4,65%
SANTO CRISTO	9686			7,02%							
SÃO JOSÉ DO INHACORÁ	1519					6,06%					
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	4066		4,65%								
SEDE NOVA	1744							6,42%			
SETE DE SETEMBRO	1183		3,80%								
TUCUNDUVA	3511			7,21%							
TUCUNDUVA	3511						6,1%				
TUPARENDI	4583			17,54%							

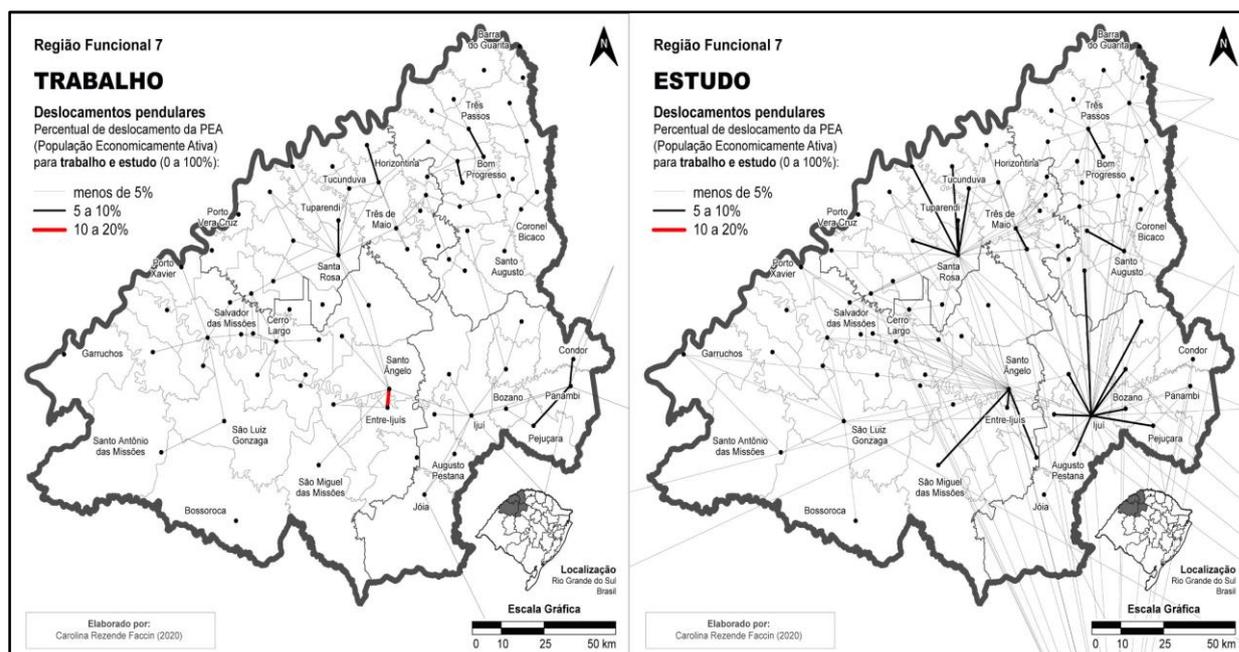
Fonte: IBGE, 2010.

Ao analisarmos os fluxos pendulares para trabalho e estudo acima de 4%, destacamos aqueles originados nos municípios de Bozano (9,97%), Augusto Pestana (9,31%), Catuípe (8,71%), Coronel Barros (7,5%), Ajuricaba (7,1%), Pejuçara (5,03%), Nova Ramada (5%), Chiapetta (4,37%) e Panambi (3,75%) com destino à cidade de Ijuí; os fluxos originados no município de Entre-Ijuís (15,87%), São Miguel das Missões

(4,65%) e Eugênio de Castro (4,51%) com destino à cidade de Santo Ângelo; os fluxos originados nos municípios de Tuparendi (17,54%), Porto Mauá (7,49%), Tucunduva (7,21%), Santo Cristo (7,02%) e Novo Machado (4,24%) com destino à cidade de Santa Rosa. Destacamos também, por possuírem um percentual acima de 4%, os fluxos pendulares de Condor (9,82%) e Pejuçara (5,08%) com destino a Panambi; de Independência (8,34%) e São José do Inhacorá (6,06%) com destino a Três de Maio; de Doutor Maurício Cardoso (7,48%) e Tucunduva (6,1%) com destino a Horizontina; os fluxos de Bom Progresso (9,72%) e Esperança do Sul (5,58%) com destino a Três Passos; de Sede Nova (6,42%) com destino a Humaitá; Redentora (5,41%) com destino a Miraguá e, Salvador das Missões (4,65%) com destino a Cerro Largo (IBGE, 2010).

Os maiores fluxos pendulares (acima de 10%) são dos municípios de Tuparendi (17,54%) com destino a Santa Rosa e de Entre-Ijuís (15,87%) com destino a Santo Ângelo. Em terceiro lugar, os fluxos originados de Bozano (9,97%) com destino a Ijuí.

Figura 30 - Percentual dos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo em relação à PEA (2010)



Fonte: SILVEIRA, et al. (2021, p.282)

Os fluxos pendulares para trabalho e estudo são baixos na região, particularidade de áreas com características agrícolas e com um número grande de trabalhadores que não se deslocam. Ao analisarmos os dados de pessoas ocupadas (Censo 2010), que tem o município de residência como local do trabalho principal, esse valor é acima de 85% em todos os municípios da região. Outra característica é a alta porcentagem de pessoas

empregadas na agricultura nos municípios de pequeno porte que compõem a região. Segundo informações do Censo, no ano de 2010, a Região apresentava 413.110 pessoas ocupadas, destas, o maior número encontra-se na seção de Agricultura, 141.778 (34,32%), seguido do Comércio, reparação de veículos automotores (59.532); e da Indústria de transformação (42.448). Essas posições são mantidas ao analisarmos o total de pessoas que tem no município de residência o trabalho principal, pois são 385.190 pessoas (93,24%) nessa condição. A agricultura é a que apresenta o maior número de pessoas ocupadas (137.718), seguida do Comércio (55.769) e da Indústria de transformação (38.271); 20.627 pessoas possuem outro município como local do trabalho principal: destas, 3.708 na Indústria de transformação, 3.498 na Agricultura e 2.442 na Administração pública. Na tabela abaixo demonstramos a população ocupada e a porcentagem de população ocupada na agricultura, por representar a seção que, no ano de 2010, possuía o maior número de pessoas ocupadas.

Tabela 5 - Região Intermediária de Ijuí: população ocupada e população ocupada na agricultura –2010

Regiões Imediatas e municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Porcentagem de População ocupada na agricultura
<i>Região de Ijuí</i>	165.947	56.917	34,3%
Ijuí	40.754	5.509	13,5%
Panambi	20.355	2.346	11,5%
Demais municípios	104.838	49.062	46,8%
<i>Região de Santa Rosa</i>	118.079	41.591	35,2%
Santa Rosa	36.644	4.258	11,6%
Horizontina	10.796	2.273	21,1%
Três de Maio	13.496	3.535	26,2%
Demais municípios	57.143	31.525	55,2%
<i>Região das Missões</i>	129.084	43.270	33,5%
Santo Ângelo	38.372	4.098	10,7%
São Luiz Gonzaga	16.089	3.020	18,8%
Cerro Largo	7.619	2.024	26,6%
Demais municípios	67.004	34.128	50,9%
<i>Região Intermediária de Ijuí</i>	413.110	141.778	34,3%
Rio Grande do Sul	5.533.116	910.794	16,5%

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Ao analisarmos os dados por Regiões Imediatas (ou sub-regiões), para a Região Imediata de Santa Rosa (20 municípios) os municípios que possuem taxa de urbanização acima de 75% são: Santa Rosa 88%, Horizontina 79% e Três de Maio 80%. São também os municípios que apresentam as menores taxas de pessoas ocupadas na agricultura:

11,62%, 21,05% e 26,2%, respectivamente. Na Região das Missões (25 municípios) as maiores taxas de urbanização (acima de 75%) são: Santo Ângelo 94%, São Luiz Gonzaga 88%, Cerro Largo 80% e Giruá 76%. A porcentagem de população ocupada na Agricultura é: 10,68%, 18,77% e 26,57% respectivamente; nos demais municípios a porcentagem de pessoas ocupadas na agricultura é de 50,93%. Para a Região Imediata de Ijuí, destacam-se os municípios de Ijuí e Panambi com taxa de urbanização de 91%, e a população ocupada na agricultura é: Ijuí 13,52% e Panambi 11,53%. Há uma correspondência entre as maiores taxas de urbanização e a menor porcentagem de pessoas ocupadas na agricultura.

Apenas pelo critério de deslocamento pendular, não é possível afirmar que a região noroeste se caracteriza como uma região policêntrica. Considerando os dados de deslocamento pendular para trabalho e estudo, a Região de Ijuí não caracteriza um policentrismo em termos funcionais, visto que os percentuais de deslocamento são baixos na maioria das cidades. Entretanto, é possível observar a centralidade dessas cidades através da oferta de serviços a partir dos equipamentos públicos (fixos) como: educação superior, serviços de saúde (alta complexidade), do número de agências bancárias, na concentração do número de empregos e na divisão territorial dos empregos, como já demonstrado no Capítulo 2. Essas cidades, como já mencionado, correspondem a centralidades urbanas nesse contexto, de uma região de características agrárias.

Outro elemento que utilizamos para destacar a centralidade e as funções que as três cidades exercem, enquanto cidades de intermediação é o fluxo de passageiros através das linhas de transporte intermunicipal, fornecidos pelo DAER RS – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem⁴⁷. Conforme informações disponibilizadas pelo DAER, no ano de 2010, ocorreram 1,08 milhão de viagens e, 32,3 milhões de passageiros foram transportados através do sistema regular de linhas de longo percurso, ou seja, através de viagens intermunicipais. Em 2019, esse número foi de 33 milhões de passageiros transportados através de viagens intermunicipais⁴⁸. Na região constam 28

⁴⁷ Autarquia estadual criada pela Lei nº750/1937, responsável pela gestão do transporte rodoviário no estado. É o órgão gestor do sistema estadual de transporte intermunicipal de passageiros do RS e, responsável também pela autorização e licenciamento de empresas que realizam transporte coletivo, assim como a fiscalização do serviço. Disponível em: <https://www.daer.rs.gov.br/inicial>

⁴⁸ Segundo informações do DAER, no ano de 2020 foram transportados 13 milhões de passageiros. Estima-se que a pandemia provocou uma queda de 50% a 80% na demanda das empresas de transporte do setor, seja municipal ou interestadual. E, as novas plataformas de transporte estreitaram a disputa por passageiros. Muitas pessoas acabaram optando por outros meios não regulamentados, como os aplicativos e as caronas. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/08/com-movimento->

estações rodoviárias ativas, conforme informações do DAER RS. As estações rodoviárias são divididas em seis categorias de acordo com a receita bruta média mensal⁴⁹. Destas 28 estações ativas na região, apenas 4 são classificadas como de 1ª categoria: Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga.

Conforme informações disponibilizadas no site do DAER, há 241 empresas cadastradas e autorizadas no estado, que realizam o transporte coletivo de passageiros. Destas, 20 empresas atuam na região, conforme demonstrado no Quadro 14. Utilizamos como filtro as linhas intermunicipais originadas nas cidades que compõem a Região. Uma mesma linha atende diversas localidades (cidades) e efetua diversas paradas ao longo desse itinerário. O quantitativo de passageiros transportados apresenta a totalidade do itinerário, ou seja, não é possível especificar o número exato de passageiros entre duas localidades apenas.

Quadro 15 - Empresas atuantes, viagens e passageiros transportados na Região Intermediária de Ijuí – anos 2010 e 2019

Empresa	Total viagens ano 2010			Total viagens ano 2019		
	Total viagens	Total Km rodados	Passageiros	Total viagens	Total Km rodados	Passageiros
Auto Viação Panambiense Ltda	5.752	80.528	141.370	6.400	89.600	182.960
Empresa Cerro Largo Transportes Coletivos Ltda	4.255	292.517	89.483	4.198	361.122	53.084
Empresa de Transportes Inhacorá Ltda	11.306	355.629	151.082			
Faleiro & Soares Transporte de passageiros Ltda ME	251	12.550	5.868	8.531	254.398	8.767
Gerson Moises Schadeck Transportes Coletivos e Turismo	10.611	74.277	67.991			
Ricardo Stadler	5.520	287.970	137.518			
Sul Serra Transporte e Turismo Ltda.	20.132	1.808.369	948.168	27.941	2.702.285	453.439
Tapejara Transportes Rodoviários Ltda	4.032	246.424	61.950	3.234	203.367	29.385
Transporte Coletivo Ijuicense S/A	5.245	377.234	228.590	7.919	657.307	198.341
Transporte Coletivo Santos Ltda	2.416	136.504	7.820			
Transporte Coletivo São João	1.271	54.262	14.717			

[reduzido-a-10-durante-a-pandemia-ainda-e-lenta-a-recuperacao-do-transporte-de-passageiros-cksg75qnx003s013b9y563gy4.html](https://www.daer.rs.gov.br/transporte-de-passageiros-reduzido-a-10-durante-a-pandemia-ainda-e-lenta-a-recuperacao-do-transporte-de-passageiros-cksg75qnx003s013b9y563gy4.html)

⁴⁹ Esses valores são determinados pela Resolução do Conselho de Tráfego nº6.677/2018. Para classificação como Primeira Categoria, deve possuir uma receita bruta acima de R\$32.945,07. Disponível em: <https://www.daer.rs.gov.br/transporte-de-passageiros>

Batista Ltda						
Transporte Coletivo Vitória Ltda.	511	29.638	2.673			
Transportes Brisas do Sul Ltda	1.095	48.180	36.703	3.883	163.536	88.627
Transportes Carpenedo Ltda	1.460	153.300	68.695	1.484	154.260	42.119
Transportes Passo de Ijuis Ltda-ME	4.909	68.726	35.005	5.558	81.556	45.306
Turismo Antonello Ltda	2.116	178.012	50.681	3.340	214.258	33.748
Unigal Transporte e Turismo Ltda	5.819	319.935	181.897	8.006	492.083	274.867
Total de viagens originadas na Região	86.701	4.524.055	2.230.211	80.494	5.373.772	1.433.073
Viação Ouro e Prata S/A	4.278	2.177.249	157.440	16.929	8.684.985	360.159
Total (Região + viagens Ouro e Prata)	90.979	6.701.304	2.387.651	97.423	14.058.757	1.793.232
Total de viagens: origem em Ijuí	13.965	1.065.363	556.189	14.963	1.379.714	290.468
Total de viagens: origem Santa Rosa	11.573	849.255	441.726	23.655	1.338.988	411.393
Total de viagens: origem Sto. Ângelo	13.367	992.415	472.121	23.959	1.143.724	215.242

Fonte: Relatório DAER 2010 e 2019. Dados organizados pela autora.

Conforme o Quadro 14, no ano de 2010 foram realizadas 86.701 viagens e transportados 2,23 milhões de passageiros na região, considerando apenas as viagens entre as cidades da Região Intermediária de Ijuí. As empresas que movimentam o maior número de passageiros na região são, em ordem decrescente: Sul Serra Transporte e Turismo Ltda, com 948.168 passageiros transportados em 2010; Transporte Coletivo Ijuicense S/A, com 228.590 passageiros transportados; Unigal Transporte e Turismo Ltda (181.897 passageiros); Viação Ouro e Prata S/A (157.440 passageiros), Empresa de Transportes Inhacorá Ltda (151.082 passageiros) e, a empresa Ricardo Stadler, com 137.518 passageiros transportados em 2010. A empresa Viação Ouro e Prata S/A possui 2 linhas que iniciam na localidade de Santa Rosa, com viagens sazonais e movimentação apenas nos meses do verão (dezembro, janeiro, fevereiro). Entretanto, optamos por demonstrar também o número de viagens e passageiros no percurso Porto Alegre para as cidades da região, pelo quantitativo representado.

Ainda segundo dados do DAER, 27 linhas iniciam na localidade de Ijuí; 37 linhas iniciam em Santa Rosa e 31 linhas iniciam na localidade de Santo Ângelo. Em 2010, partindo da localidade de Ijuí, foram 13.965 viagens e 556.189 passageiros transportados. Considerando as viagens iniciadas na localidade de Santa Rosa, os números para 2010

são de 11.573 viagens e 441.726 passageiros transportados. Em relação às linhas que iniciam na localidade de Santo Ângelo, em 2010, foram 13.367 viagens e 472.121 passageiros transportados nessas linhas. As cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo respondem por 44,87% das viagens e 65,9% do total de passageiros da região.

No ano de 2019, foram 80.494 viagens na região e 1,43 milhão de passageiros transportados. Há um decréscimo de 7,16% no número de viagens e de 35,74% no número de passageiros em relação ao ano de 2010. No quadro percebemos que seis das empresas atuantes em 2010 não realizaram viagens em 2019. As empresas que, em 2019, transportaram o maior número de passageiros, são (em ordem decrescente): Sul Serra Transporte e Turismo Ltda (453.439 passageiros transportados); Viação Ouro e Prata S/A (360.159); Unigal Transporte e Turismo Ltda (274.867); Transporte Coletivo Ijuicense S/A (198.341) e Auto Viação Panambiense Ltda (182.960). Partindo da localidade de Ijuí, foram 14.963 viagens e 290.468 passageiros transportados em 2019. Com origem na cidade de Santa Rosa, foram 23.655 viagens e 411.393 passageiros transportados no ano de 2019. Partindo da localidade de Santo Ângelo, foram 23.959 viagens e 215.242 passageiros transportados em 2019. As três cidades respondem por 77,74% desse total e 64% do número de passageiros transportados, respectivamente.

A mobilidade espacial da população entre as principais cidades da região, demonstrados a partir do número de viagens e passageiros transportados, evidenciam a existência de importantes fluxos de deslocamento para trabalho, estudo e de serviços. Os fluxos populacionais comprovam a distribuição espacial das atividades produtivas e dos serviços e confirma também, as articulações entre essas cidades bem como o papel de centros regionais.

4.2.1 Fluxos na busca de bens e serviços na Região Noroeste do RS – REGIC 2018

Com base na pesquisa *Regiões de Influência das Cidades 2018* (IBGE, 2020), corroboramos a centralidade das cidades já citadas. A base de dados REGIC 2018 (IBGE, 2020), considerou as ligações entre municípios na busca de bens e serviços, como a compra de vestuário, eletrodomésticos, bem como, serviços de saúde e ensino superior. A pesquisa foi aplicada em 5.503 municípios (ano de 2018) excluindo-se aqueles que apresentam alto nível de centralidade de gestão do território ou população superior a 300.000 habitantes, tendo em vista que estes mais geram deslocamentos por atração da população de outros municípios, em busca de bens e serviços, do que enviam sua própria

população para os demais. Em cada município, foram coletadas respostas de três informantes previamente estabelecidos, sobre quais eram os Municípios mais procurados pela população daquela localidade em busca de nove produtos e serviços selecionados (IBGE, 2020). Os temas foram: compras de vestuário e calçados; compra de móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais; atividades esportivas; uso de aeroporto; e a origem dos jornais que circulam no Município. A escolha dos temas questionados remonta às pesquisas de rede urbana historicamente realizadas pelo IBGE, selecionadas pela representatividade que possuem quanto à polarização de Cidades.

A partir do resultado apresentado pelos três informantes, foi criada a lista de todos os destinos e calculada a média simples dos respectivos percentuais de cada tema. E, para estabelecer o destino principal do Município, considerou-se a média simples do resultado de cada um dos 10 temas (os nove constantes do questionário e os destinos adaptados das ligações rodoviárias e hidroviárias), selecionando o destino com maior percentual. Segundo o questionário, 86% das Cidades apresentaram apenas um destino principal, 12% tiveram dois destinos e 2%, três ou mais. Esse percentual indicado através dos questionários foi a base para a construção do *Índice de Atração* do destino sobre o total de deslocamentos dos moradores do município de origem, para busca de bens e serviços em outros municípios; calculado a partir da população residente nos municípios entrevistados e o percentual dos destinos.

De acordo com a REGIC 2018, esse valor, que define o Índice de Atração Geral, não corresponde ao número de pessoas que efetivamente se deslocam à cidade A ou B, mas oferece um parâmetro comparativo da atração entre diferentes cidades (IBGE, 2020). Corresponde, portanto, a um indicador que foi utilizado para a classificação da hierarquia urbana e na análise das redes temáticas.

A pesquisa traz o mapeamento dos resultados de cada tema do questionário, indicando não apenas as ligações para os principais destinos (identificados no mapa como ligações de primeira ordem de frequência), mas também ligações de menor intensidade. Também está representada a centralidade de cada Cidade para o tema apresentado, calculada de modo idêntico ao Índice de Atração (IA), mas considerando apenas as respostas fornecidas para a questão analisada. Foram realizadas comparações entre o Índice de Atração (IA) das Cidades, obtido pelo desempenho médio em todas as questões, e o Índice de Atração Temático (IAT) para cada questão, com o objetivo de identificar Cidades de destaque e dinâmicas características para cada temática. O conjunto de resultados do questionário traduz as relações de proximidade da rede urbana, o componente de *town-ness*, a ser integrado com as relações de longa distância e o componente de *city-ness*, para compor a rede urbana final (IBGE, 2020, p.73)

A tabela 6 traz a classificação das dez primeiras posições para as Cidades do estado do Rio Grande do Sul e, na sequência, as cidades que integram a Região Intermediária de Ijuí, com destaque para Ijuí, Santo Ângelo (definido como Arranjo Populacional) e Santa Rosa:

Tabela 6 - REGIC 2018 – Índice de Atração Geral e Índice de Atração Temática (IAT) – Rio Grande do Sul

Posição no Estado RS	CIDADE	Índice de Atração Geral	IAT para compra de vestuário e calçados	IAT para compra de móveis e eletroeletrônicos	IAT para saúde de baixa e média complexidades	IAT para saúde de alta complexidade	IAT para ensino superior
1	AP de Porto Alegre	2.766.031	1.477.311	1.866.415	1.775.201	3.096.729	1.722.140
2	Passo Fundo	425.762	464.838	468.366	751.879	1.007.712	581.764
3	AP de Santa Maria	393.355	509.367	420.049	517.524	455.242	873.309
4	AP de Pelotas	295.090	393.734	370.078	361.424	286.333	571.300
5	AP de Caxias do Sul	277.705	667.380	320.064	341.651	315.376	220.784
6	AP de Santa Cruz do Sul	154.811	172.057	184.407	165.969	149.294	247.803
7	Ijuí	148.484	129.678	179.133	265.487	324.909	194.886
8	AP de Lajeado	115.453	141.650	126.981	150.630	119.978	213.074
9	AP de Santo Ângelo	103.824	100.603	122.455	119.689	67.090	125.259
10	Santa Rosa	84.017	115.877	138.441	91.335	80.699	91.370
25	Três Passos	24.012	54.227	45.165	35.823	2.970	13.117
31	São Luiz Gonzaga	20.115	25.302	25.853	20.665	4.331	23.355
33	Três de Maio	19.275	29.507	25.698	42.224	9.893	31.321
35	Tenente Portela	18.391	11.360	13.045	98.163	30.303	192
49	Panambi	11.446	44.271	44.334	2.284	899	544
56	AP de Cerro Largo	10.013	11.262	10.979	3.096	606	30.055
68	Santo Augusto	6.897	7.612	8.252	9.970	1.732	9.520
83	Horizontina	4.669	5.951	7.984	3.777	1.065	6.826

Fonte: REGIC 2018 (IBGE, 2020).

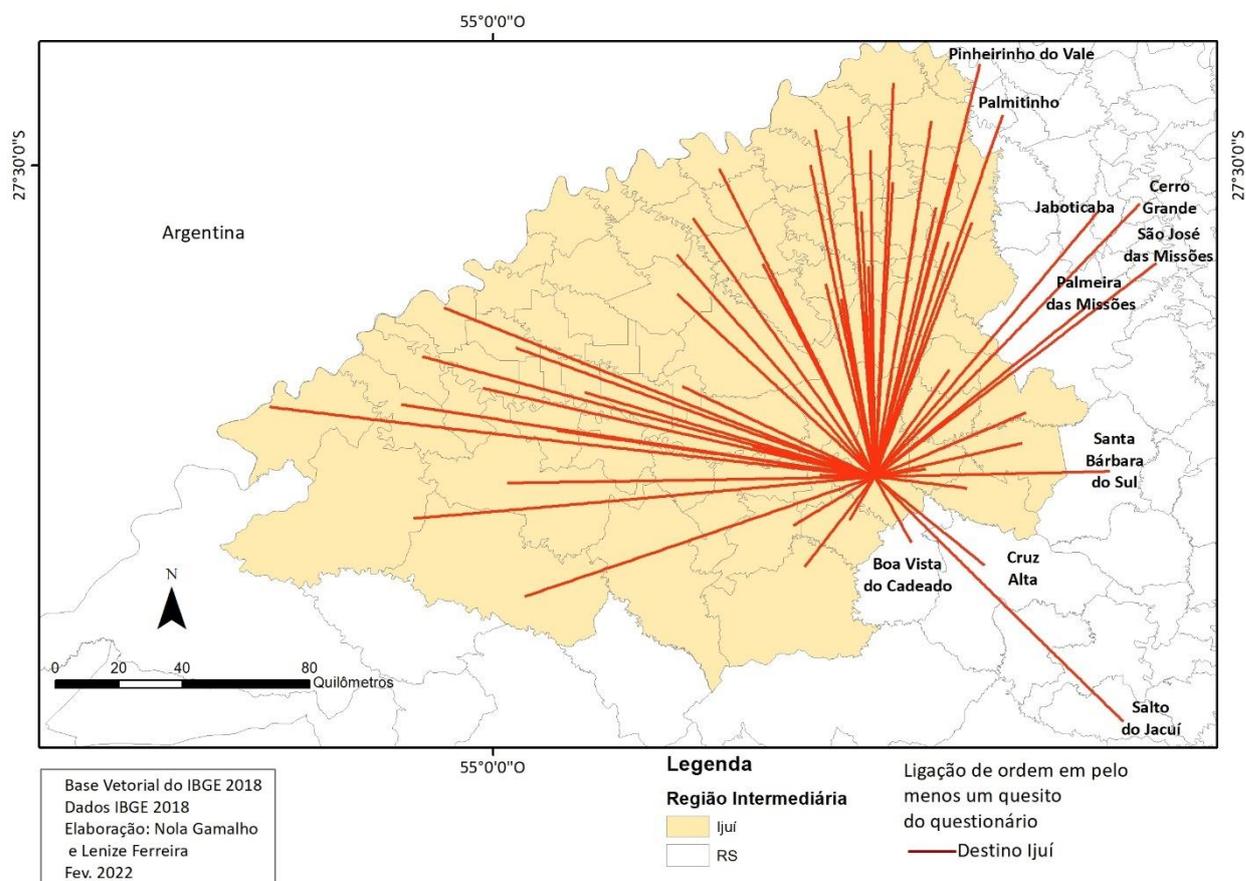
Segundo a pesquisa, no estado do RS são 109 polos⁵⁰ de comércio de vestuário e calçados, 21,9% dos municípios e, 117 polos de comércio de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informática, 23,5% dos municípios. Na classificação estadual, Porto Alegre ocupa o 1º lugar no Índice de Atração Geral, seguido de Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Ijuí, Lajeado, Santo Ângelo e Santa Rosa. A cidade de Ijuí ocupa a 7ª posição na classificação estadual e a 1ª posição na região, seguida de Santo Ângelo, 2ª na região e 9ª no estado; e Santa Rosa, 3ª posição na região e 10ª no estado. Importa destacar a diferença do Índice de atração geral das 3 principais

⁵⁰ De acordo com a classificação de Cidades da REGIC 2018, polos são Municípios ou núcleos de Arranjos Populacionais que foram mencionados como destino principal para o tema de comércio em questão (IBGE, 2020).

centralidades da região e as cidades de Três Passos (25ª posição no estado), São Luiz Gonzaga (31ª posição no estado) e Três de Maio (33ª posição), que caracterizam centralidades secundárias na região noroeste.

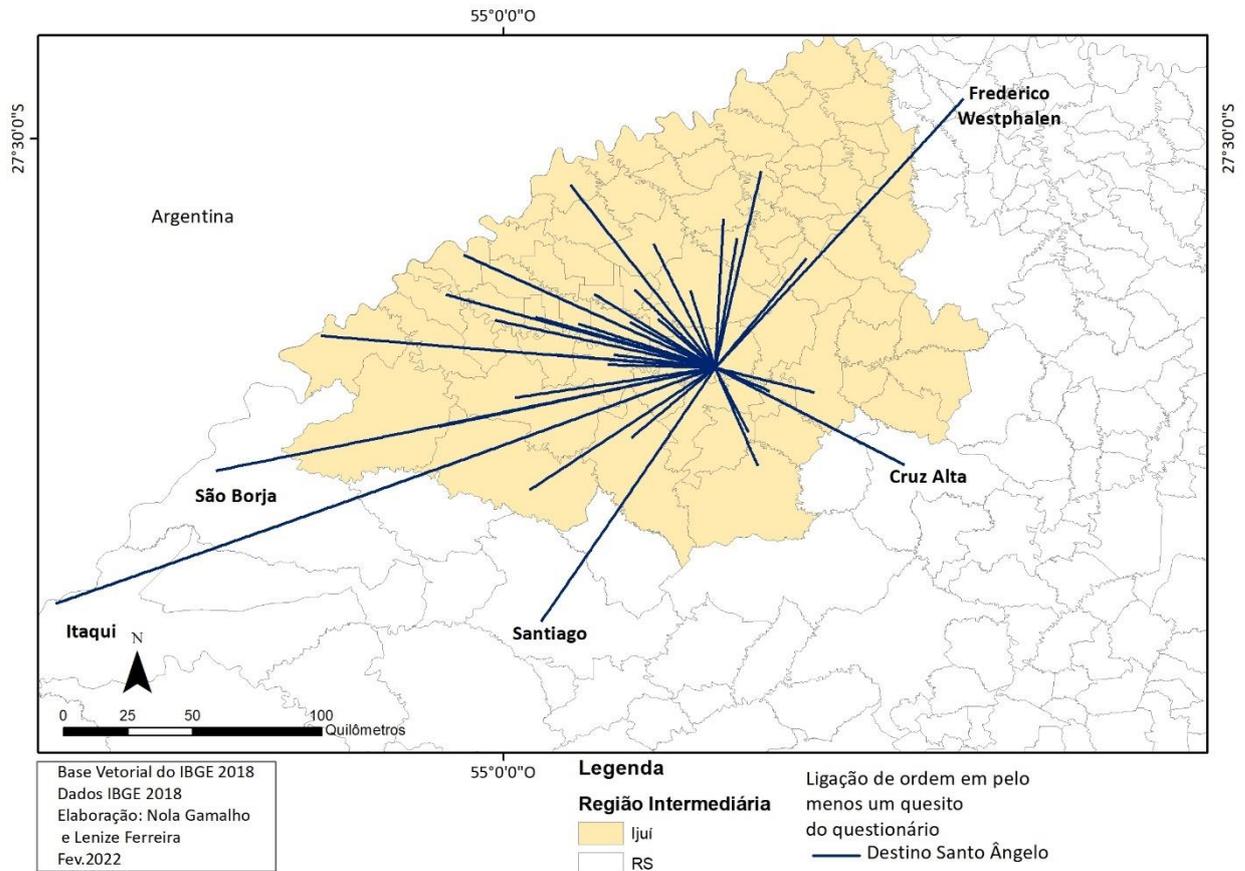
Nas Figuras 33 a 36 e, no Quadro 15 (Anexo) é possível observar os municípios que estabelecem ligações com destino às cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, respectivamente; em pelo menos um dos quesitos do questionário aplicado através da pesquisa REGIC 2018.

Figura 31 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Ijuí



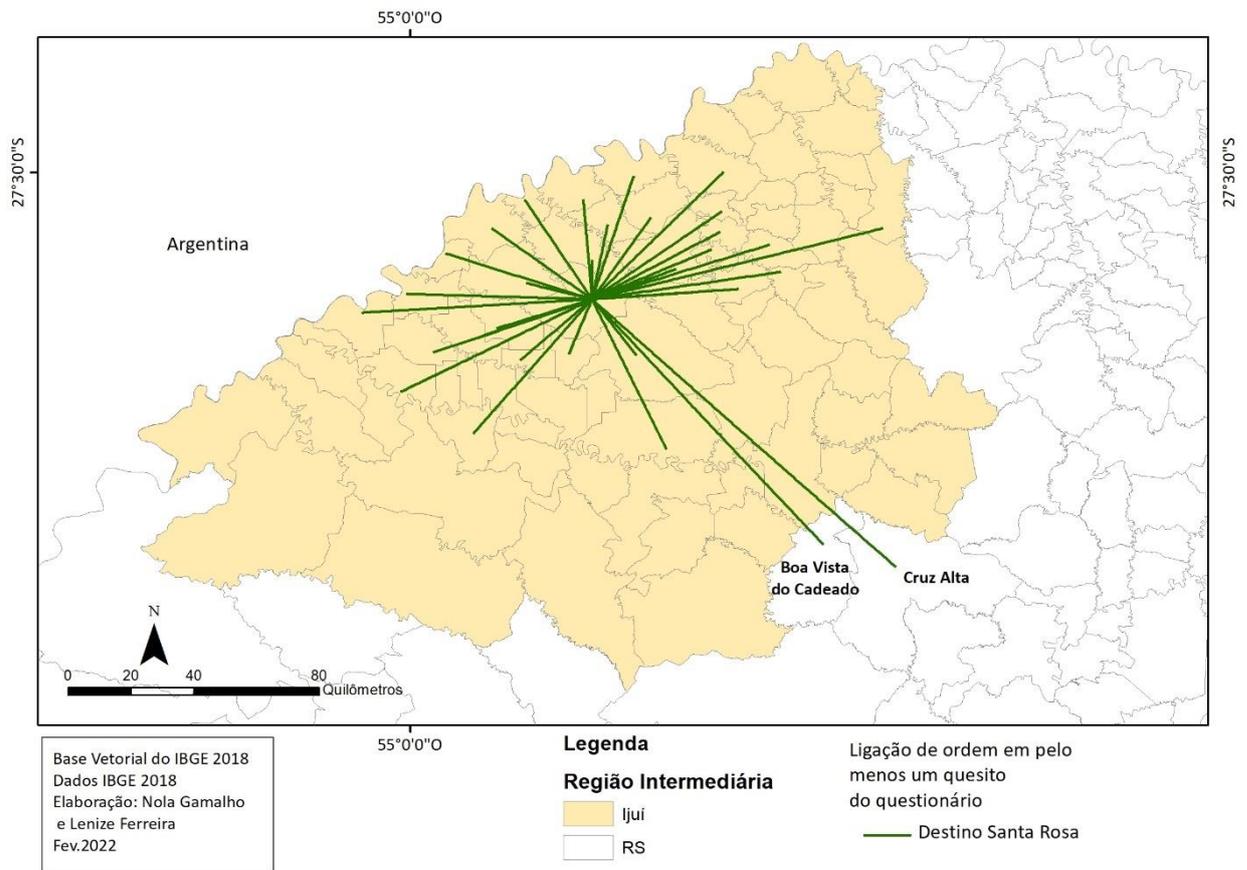
Ijuí estabelece ligações com 61 municípios. Além de estabelecer ligações com 51 municípios da Região Intermediária de Ijuí, destacam-se também as ligações com municípios que extrapolam a região, que são: Boa Vista do Cadeado, Cruz Alta, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Palmeira das Missões, São José das Missões, Cerro Grande, Jaboticaba, Palmitinho e Pinheirinho do Vale, como demonstrado na Figura acima. As ligações entre cidades, com destino à cidade de Ijuí abrangem municípios de toda a Região Intermediária.

Figura 32 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Santo Ângelo



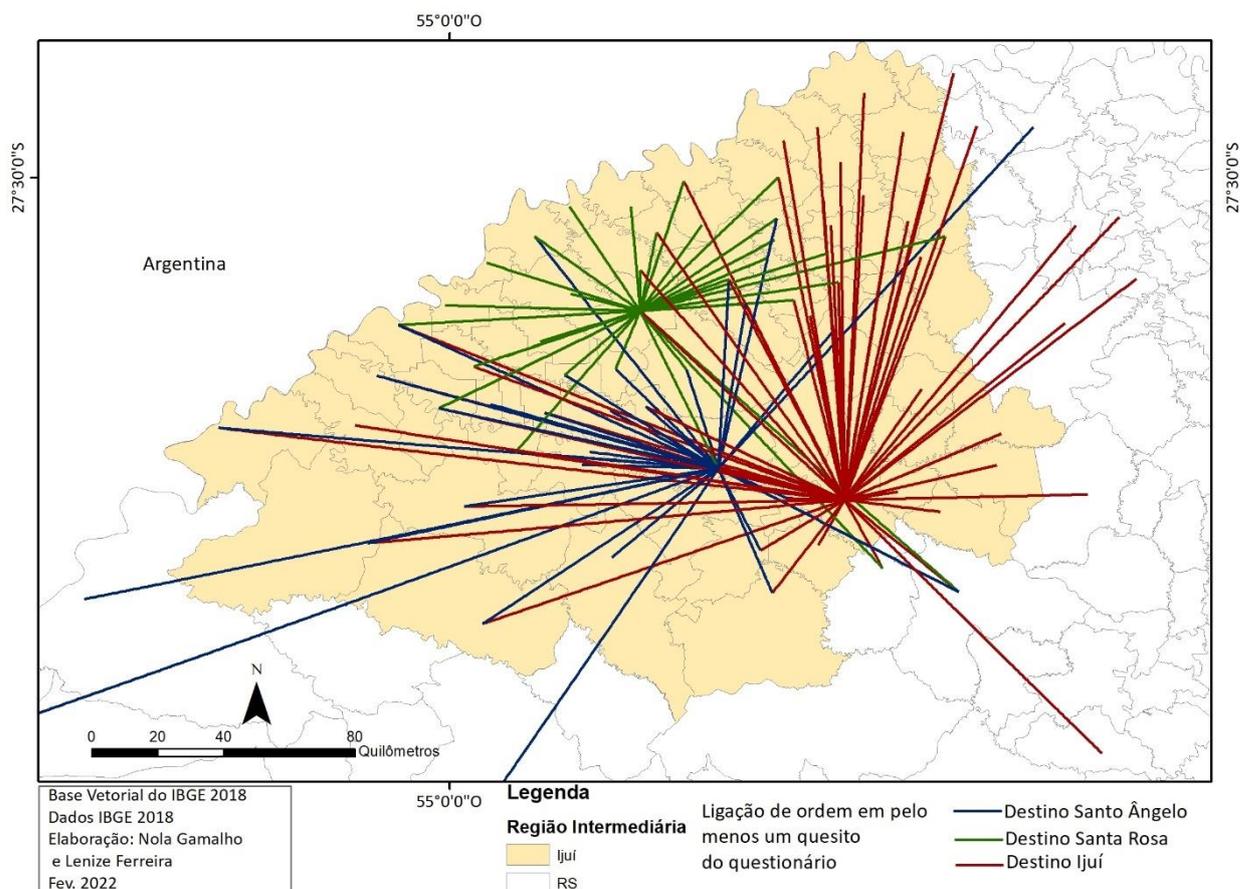
Santo Ângelo também estabelece ligações com municípios para além da sua Região Imediata, estabelecendo ligações com 29 municípios da Região Intermediária. Através da Figura 34 verificamos ligações com São Borja, Itaquí, Santiago, Cruz Alta e Frederico Westphalen, além dos municípios integrantes da Região, totalizando 34 municípios.

Figura 33 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Santa Rosa



Santa Rosa estabelece ligações com 33 municípios, destes, apenas dois municípios de fora da Região: Boa Vista do Cadeado e Cruz Alta. Na sequência, a Figura 36 traz as ligações com as três cidades.

Figura 34 - Ligações entre municípios com destino à cidade de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa



As três cidades estabelecem relações para além das respectivas Regiões Imediatas, englobando a Região Intermediária e municípios do entorno. Ijuí corresponde ao principal destino da Região, pois estabelece relações com um número maior de municípios. Dos 77 municípios que integram a Região Intermediária, 29 municípios estabelecem ligações ao menos com duas das principais centralidades (Quadro 15).

4.3 POLICENTRISMO MORFOLÓGICO: FIXOS ENQUANTO FATOR DE CENTRALIDADE

Nesta seção, a análise versa sobre os equipamentos e, por conseguinte atividades e serviços que corroborem a centralidade das cidades já citadas. Destacamos os municípios que possuem Instituições de Ensino Superior (fixos), visto que se define como um fator de centralidade pois gera deslocamentos (fluxos) para estudo e trabalho; bem como, os municípios que possuem Instituições que ofertam cursos técnicos, a exemplo

do Instituto Federal Farroupilha, devido a sua importância na região noroeste do RS. Salientamos também o número de agências de crédito bancário, além do número de leitos/equipamentos em hospitais públicos e privados, bem como, os deslocamentos gerados através desses serviços.

4.3.1 Centralidade da Educação Superior e Técnica

O Estado do RS possui uma rede bastante interiorizada com grande número de instituições em vários municípios, como pode ser observado na Figura 37. O estado conta com 122 Instituições de Educação Superior (IES), 10 públicas e 112 privadas; 37 na Capital e 85 no Interior. Conforme o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior⁵¹, atualmente são 21 Universidades (4 na capital e 17 no Interior), 8 Centros Universitários (3 na Capital e 5 no Interior), 90 Faculdades (30 na Capital e 60 no Interior) e 3 Institutos Federais (unidades presenciais e polos localizados em 56 municípios). Ainda de acordo com o Censo da Educação, o Rio Grande do Sul contou com 863 polos nos Cursos de Graduação à Distância, em EAD (Educação a Distância) em 2018⁵².

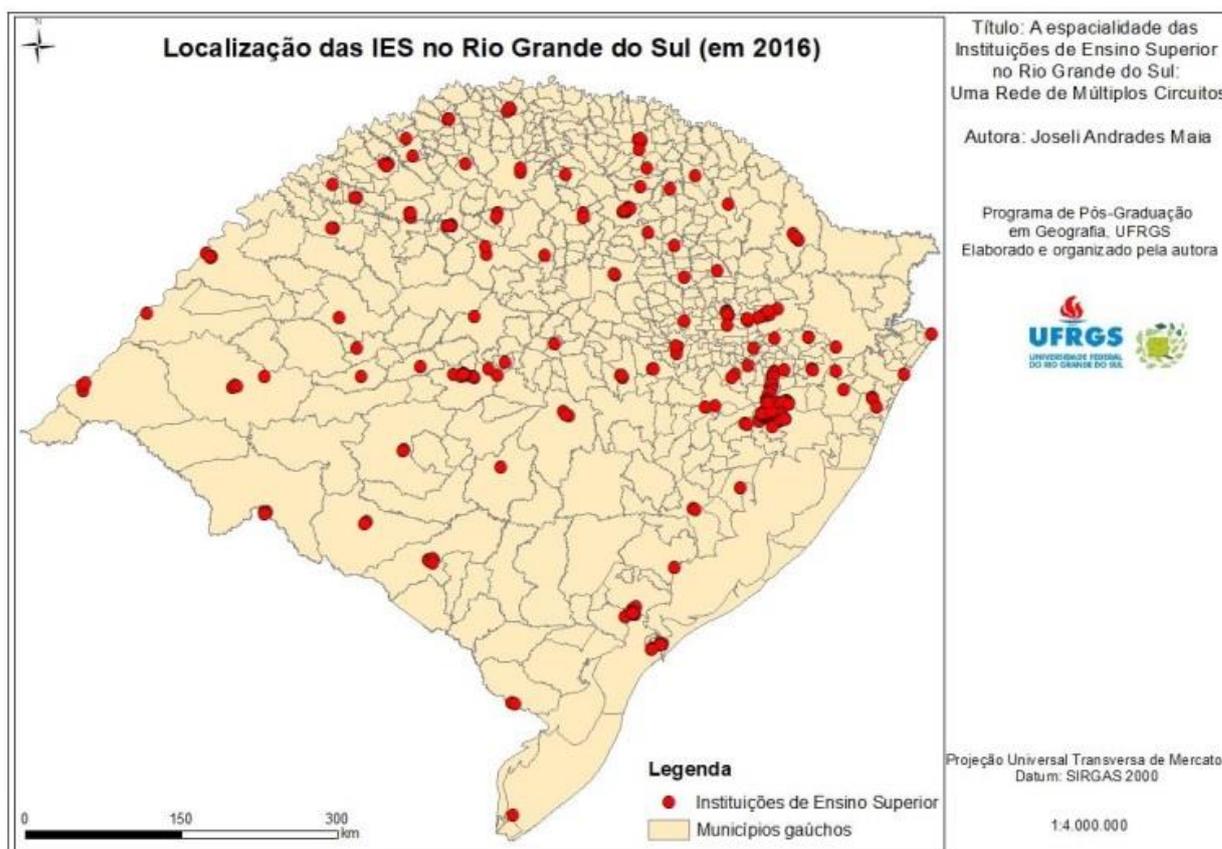
De acordo com MAIA (2020), as IES influenciam na formação de centralidades no interior do estado. Para a autora, atuam enquanto agentes de produção espacial, ou seja, agentes que promovem o desenvolvimento regional, pois contribuem na geração de centralidades, na aglomeração de economias e no direcionamento de novas atividades.

Portanto, considerou-se que a IES atua também como um motor do desenvolvimento econômico local e regional, valorizando o seu entorno por meio da promoção econômica e cultural, observado pela presença e práticas de estudantes universitários, professores e funcionários, e do desenvolvimento regional, impulsionando a ligação com municípios em sua região de influência, especialmente aqueles que não oferecem esse tipo de atividade educacional (MAIA, 2020, p.32)

⁵¹ Dados <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em 30/07/2020

⁵² <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/educacao-superior>

Figura 35 - Localização das Instituições de Ensino Superior no RS – 2016



Fonte: MAIA (2020, p.82)

Na Região Intermediária de Ijuí são 22 IES com unidades presenciais em 11 municípios, além de 20 municípios da região possuírem unidades (polos) de Educação a Distância (EAD) cadastradas. Segundo informações disponibilizadas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, Ijuí conta com 12 IES cadastradas (3 presenciais e 11 a distância); Santo Ângelo possui 17 IES cadastradas (4 presenciais e 13 a distância); Santa Rosa possui 13 IES cadastradas (3 presenciais e 12 a distância); Panambi possui 12 IES cadastradas (2 presenciais e 12 a distância) e Três Passos 12 IES (2 presenciais e 12 a distância).

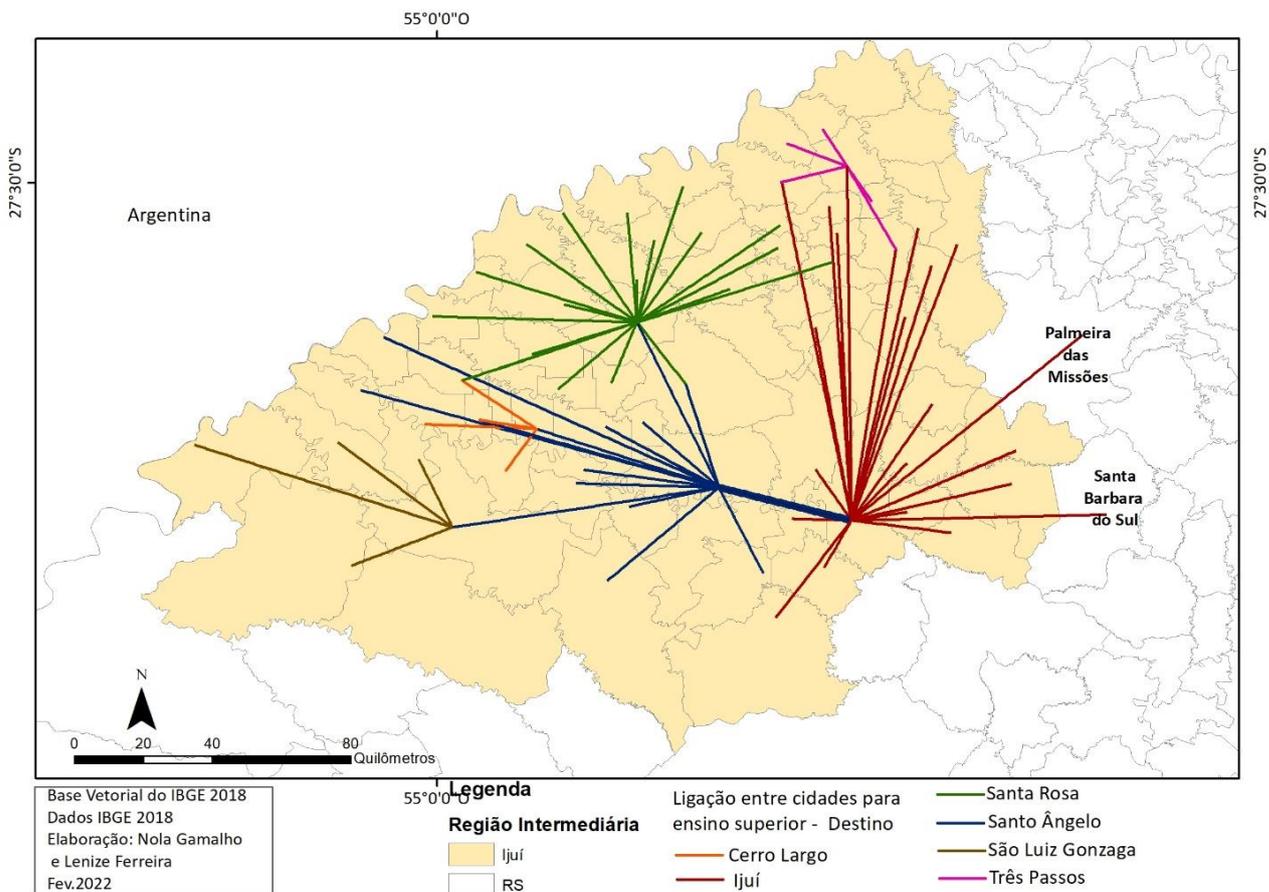
No final da década de 1970 e início da década de 1980, havia cinco IES na região: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí-FAFI, atual UNIJUÍ (criada em 1956) e a Faculdade Batista Pioneira-FBP (criada em 1967), em Ijuí; o Instituto Cenequista de Ensino Superior-IESA, criada em 1963, em Santo Ângelo; a Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, criada em 1969, na cidade de Santa Rosa; e a Faculdade Sociedade Educacional Três de Maio-SETREM, criada em 1973 na cidade de Três de Maio. Na década de 1990, foram criadas mais seis IES (comunitárias e privadas) na

região: *Campi* de Santa Rosa, Panambi e Três Passos da UNIJUI; e os *Campi* de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo da URI -Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Nas palavras de Maia (2020, p.52), a expansão do ensino superior (privado e comunitário) no estado, é “resultado da crescente demanda por mão de obra qualificada e das mudanças socioeconômicas ocorridas no país e, em especial no estado gaúcho”. Resulta da necessidade de formação de mão de obra voltada ao mercado de trabalho, principalmente nos ramos industriais e de gestão de serviços. Salientamos ainda, “a inserção de IES em municípios de pequeno e médio porte, e com características econômicas voltadas à agroindústria e ao agrocomércio” (MAIA, 2020, p.69); características da região Noroeste do estado.

Ao analisarmos o índice de atração para o Ensino Superior, de acordo com os dados da REGIC 2018, conforme Tabela 6, a cidade de Ijuí ocupa o 1º lugar na região, seguida de Santo Ângelo e Santa Rosa. Ijuí ocupa a 8ª posição no Estado, seguida de Santo Ângelo, 9ª posição no estado e 2ª na região; Santa Rosa classifica-se em 15ª posição no estado e em 3º na região. Na sequência, a Figura 38 demonstra a centralidade do ensino superior para a Região Intermediária de Ijuí:

Figura 36 - Região Intermediária de Ijuí - Ligações entre cidades para o ensino superior 2018



Além dos municípios já citados, que possuem o maior número de instituições e, conseqüentemente exercem as maiores centralidades, salientamos também os municípios que possuem IES cadastradas na Região, com unidades presenciais: Cerro Largo e São Luiz Gonzaga com 2 IES presenciais cada, além dos municípios de Horizontina, Santo Augusto, São Paulo das Missões e Três de Maio que possuem 1 IES cada. Dois municípios da região possuem 2 unidades EAD: Porto Xavier e Tenente Portela e, 9 municípios da região possuem ao menos 1 polo Institucional de Ensino a distância: Campo Novo, Crissiumal, Giruá, Redentora, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Miguel das Missões e São Paulo das Missões.

Ao todo, a Região Intermediária de Ijuí conta com seis IES públicas: o *Campus* Três Passos da UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; o *Campus* Cerro Largo da UFFS-Universidade Federal da Fronteira Sul e, quatro unidades do Instituto Federal Farroupilha nas cidades de Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo e Santo Augusto, que ofertam cursos técnicos, cursos de graduação e pós-graduação. Salientamos a

importância dos Institutos Federais enquanto fator de centralidade nas cidades, como podemos comprovar através do número de matrículas nos cursos técnicos (Tabela 7).

Tabela 7 - Número de Matrículas da Educação Profissional Região Intermediária de Ijuí (2019)

Município	Número de Matrículas da Educação Profissional																
	Etapa de Ensino e Dependência Administrativa																
	Total	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)				Ensino Médio Normal/Magistério			Curso Técnico - Concomitante			Curso Técnico - Subsequente				Curso Técnico (Ensino Médio) Integrada à EJA	
Total		Federal	Estadual	Privada	Total	Estadual	Privada	Total	Estadual	Privada	Total	Federal	Estadual	Privada	Total	Federal	
Região Intermediária de Ijuí	9.984	2.668	1.151	1.387	130	1.345	1.323	22	909	358	551	4.913	505	1.751	2.657	149	149
Ijuí	1.558	40	-	40	-	58	58	-	398	262	136	1.062	-	434	628	-	-
Santa Rosa	2.345	417	175	242	-	317	317	-	240	-	240	1.320	228	237	855	51	51
Santo Ângelo	1.046	335	287	48	-	170	170	-	62	53	9	420	84	267	69	59	59
São Luiz Gonzaga	984	282	-	282	-	113	113	-	-	-	-	589	-	74	515	-	-
Panambi	818	410	280	-	130	-	-	-	91	-	91	278	131	-	147	39	39
Santo Augusto	575	409	409	-	-	-	-	-	-	-	-	166	62	104	-	-	-
Três de Maio	489	-	-	-	-	97	97	-	75	-	75	317	-	46	271	-	-
Demais municípios	2.169	775	-	775	-	590	568	22	43	43	-	761	-	589	172	-	-

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 07 out. 2020.

Segundo informações disponibilizadas no Portal INEP⁵³, no ano de 2019, foram 9.984 matrículas na educação profissional técnica de nível médio na Região: Santa Rosa ocupa a 1ª posição, com 2.345 matrículas (23,5%), seguido de Ijuí, com 1.558 matrículas (15,6%) e Santo Ângelo 1.046 (10,48%). As três cidades totalizaram 4.949 matrículas na Educação Profissional, 45,57% da região. Destaque também para os municípios de São Luiz Gonzaga (984 matrículas), Panambi (818), Santo Augusto (575) e Três de Maio (489). Os sete municípios destacados na tabela representam 78,3% do total de matrículas

⁵³ INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em 07/10/2020

na região, de um total de 25 municípios que apresentam Matrículas da Educação Profissional Regular em 2019.

4.3.2 Centralidade dos Serviços de Saúde

Da mesma forma, os dados relativos aos equipamentos de saúde ratificam a centralidade das três cidades, conforme já destacamos. Segundo informações disponíveis no site do DataViva⁵⁴, os três municípios concentravam em 2015, 30,2% dos leitos da região, 40% dos profissionais, 50,3% dos equipamentos e 41,2% dos estabelecimentos, como demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 - Equipamentos de saúde Região Intermediária de Ijuí (2015)

	Leitos	Profissionais	Equipamentos	Estabelecimentos
Ijuí	379	2.580	1.040	262
Santa Rosa	238	1.510	719	186
Santo Ângelo	252	1.870	1.020	383
Demais municípios	2.012	8.934	2.745	1.186
Região Intermediária de Ijuí	2.881	14.894	5.524	2.017
Rio Grande do Sul	34.400	207.000	83.800	22.600

FONTE: DataViva 12/02/2020

Ijuí concentra o maior número de leitos, profissionais e equipamentos, em comparação com Santa Rosa e Santo Ângelo. Há uma grande diferença no número de profissionais de saúde no município de Ijuí com relação a Santa Rosa, 41,5% a mais no número de profissionais e, Santo Ângelo, 27,52% a mais no número de profissionais.

De acordo com os dados da REGIC 2018 (IBGE, 2020), o índice de atração temática para saúde de alta complexidade em Ijuí é de 324.909,15; Santa Rosa é de 80.698,62 e Santo Ângelo é de 67.089,70. Os dados referem-se à questão de número 4 do questionário aplicado pela pesquisa: “Quais são os municípios mais procurados pela população para utilização de serviços de saúde de alta complexidade (internações, cirurgias, ressonância magnética, tomografia, tratamento de câncer etc.)?” A resposta

⁵⁴ Dados do DataViva, que constituiu uma plataforma aberta de pesquisa, que disponibiliza dados oficiais socioeconômicos sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <http://dataviva.info/pt/about/> Acesso em 12/02/2020.

inclui as instituições públicas e particulares e não estão incluídas instituições médicas no próprio município. Nos serviços de saúde de baixa e média complexidade, estão incluídos: consultas médicas e odontológicas, raio x, colocação de gesso, entre outros e, corresponde à questão de número 3 da pesquisa (IBGE, 2020).

Ijuí apresenta um destaque maior na Região, comparado a Santa Rosa e Santo Ângelo, como já demonstrado nas Tabelas 6 e 8 e, nas Figuras abaixo (39, 40 e 41). Na busca de serviços de saúde de alta complexidade, Ijuí ocupa a 4ª posição no estado, abaixo apenas de Porto Alegre (capital), Passo Fundo e Santa Maria. Há uma diferença de posição de Ijuí, para Santa Rosa e Santo Ângelo, 10ª e 11ª posições respectivamente, o que corrobora a centralidade dos serviços de saúde que a cidade de Ijuí representa na região, bem como, a diferença das 3 cidades para as demais.

Figura 37 - Deslocamentos para serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade: destino Ijuí – 2018

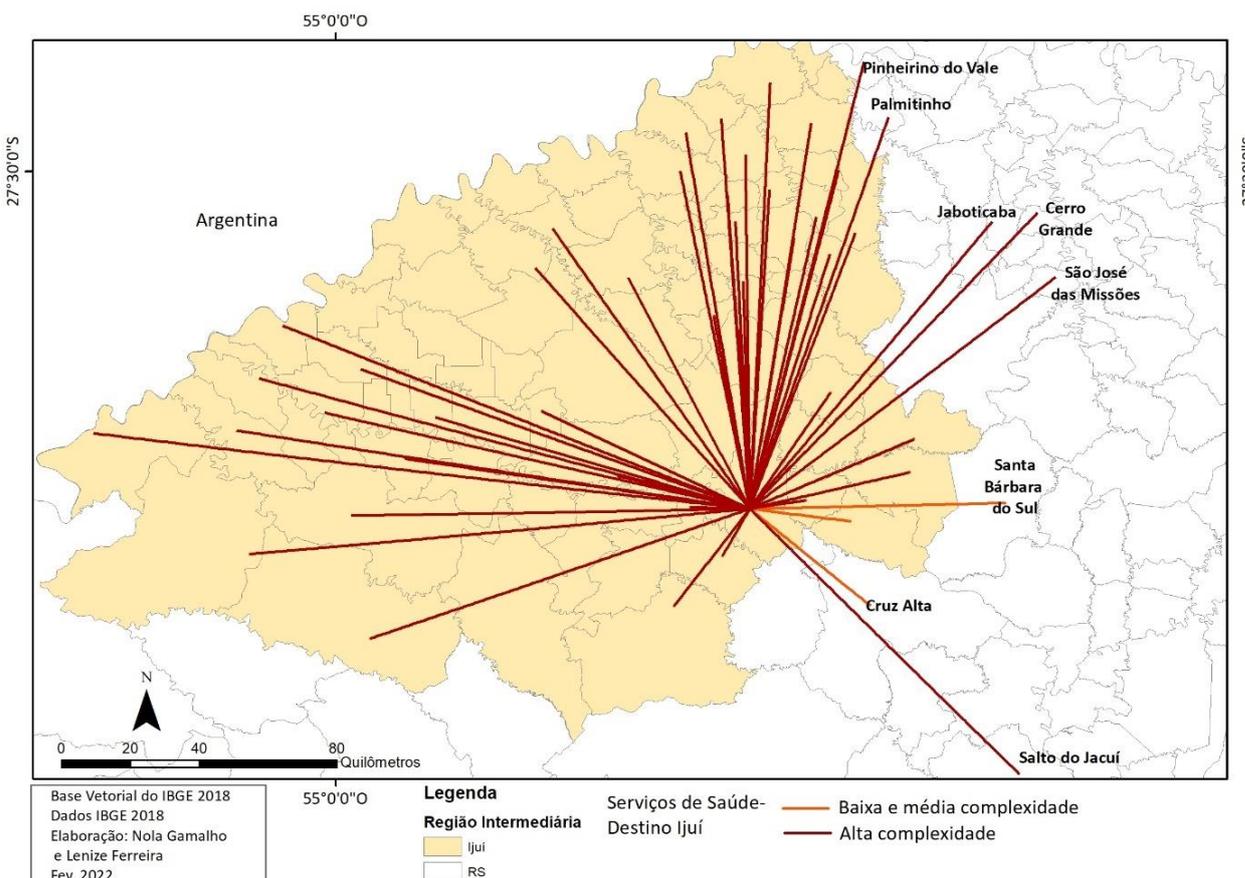


Figura 38 - Deslocamentos para serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade: destino Santa Rosa – 2018

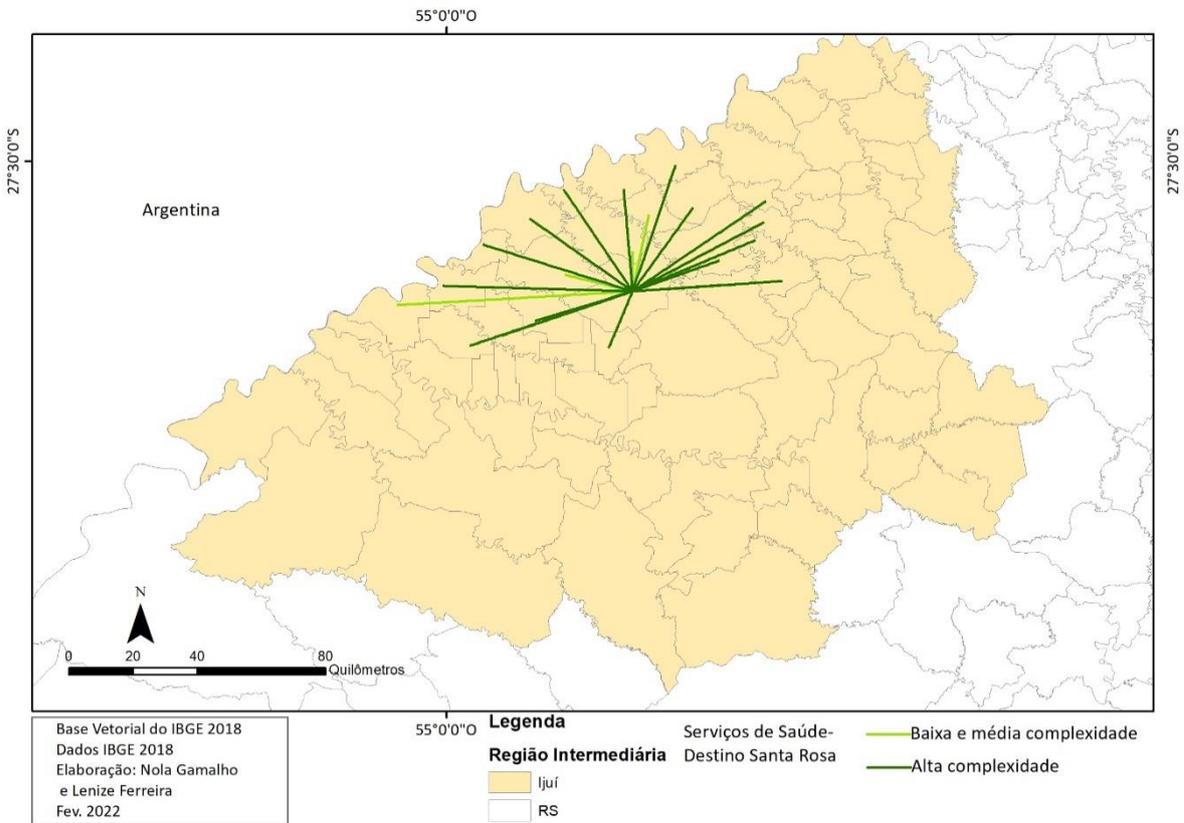


Figura 39 - Deslocamentos para serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade:
destino Santo Ângelo – 2018

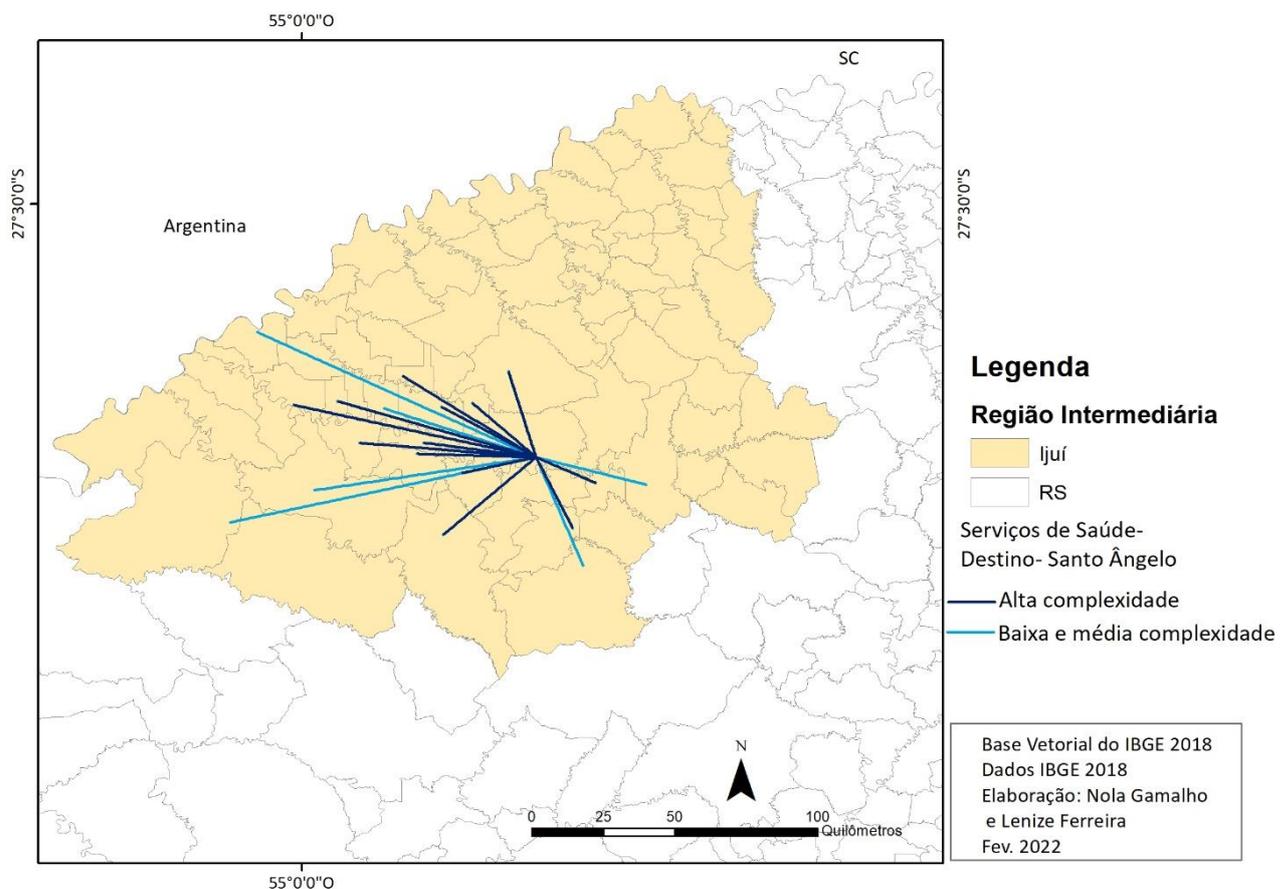
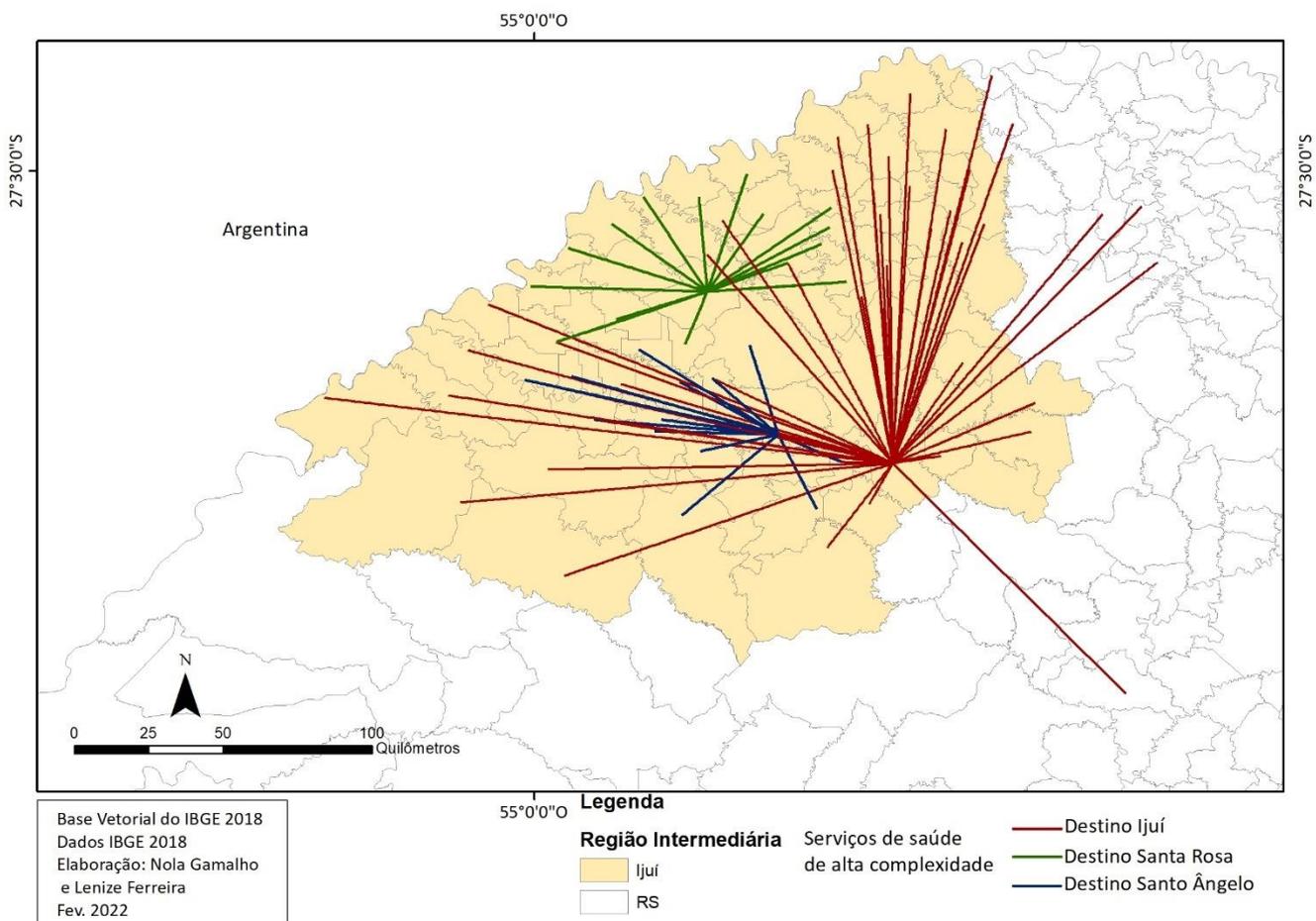


Figura 40 - Região Intermediária de Ijuí - Ligações entre cidades para saúde de alta complexidade



Como pode ser observado na Figura 42, há um maior número de municípios que estabelecem ligações com Ijuí, como destino para serviços de alta complexidade. Ijuí se constitui como destino para 44 municípios da Região, além de outros que extrapolam a Região Intermediária. Santa Rosa estabelece ligações com 17 municípios da região, que procuram a cidade para serviços de saúde de alta complexidade e, Santo Ângelo estabelece ligações com 13 municípios da região.

4.3.3 Agências Bancárias

Outro elemento que corrobora a centralidade das cidades já destacadas é o número de agências bancárias existentes em cada cidade. Segundo dados disponíveis na página

do IBGE e na página da FEBRABAN⁵⁵, referente às instituições financeiras, o município de Ijuí possui 10 agências bancárias, Santa Rosa 9, Santo Ângelo 8 e, Panambi 5 agências. São os municípios que concentram o maior número de agências e postos de atendimento na região, como demonstrado no Quadro 16.

Quadro 16 - Agências Bancárias e Postos de Atendimento: Região Intermediária de Ijuí (2021)

Municípios	Agências Bancárias	Postos de Atendimento	Total Unidades (agências + postos)
Ijuí	10	35	45
Santa Rosa	9	30	39
Santo Ângelo	8	29	37
Panambi	5	18	23
Horizontina	4	11	15

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE e FEBRABAN (2021)

Seis municípios da região possuem 4 agências: Cerro Largo, Horizontina, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Três Passos; 4 municípios possuem 3 agências bancárias; 22 municípios possuem 2 agências; 15 municípios da região possuem apenas 1 agência bancária e 26 municípios da região não possuem agência. Em relação aos postos de atendimento, quatorze municípios da região apresentam de 5 a 8 postos de atendimento; 24 municípios possuem de 3 a 4 postos de atendimento, 34 municípios possuem de 2 a 1 posto de atendimento. Ao somarmos os municípios com maior número de agências e/ou postos de atendimento, ratifica a centralidade já demonstrada no Quadro 16 de Ijuí (45 unidades), Santa Rosa (39), Santo Ângelo (37), Panambi (23) e Horizontina (15) unidades. Seis municípios da região possuem de 10 a 12 unidades; 19 municípios possuem de 5 a 9 unidades e 47 municípios possuem menos que 5 agências e/ou postos de atendimento. O Banco do Brasil está presente em 42 municípios da região, o Banco Banrisul em 71, a Caixa Econômica Federal em 14 municípios, o Banco Bradesco em 24 municípios, o Banco CRESOL em 34 municípios e o Banco SICREDI está presente em todos os 77 municípios da região. A presença do Banco CRESOL e do Banco SICREDI, presente em todos os municípios, salienta a importância das Cooperativas de Crédito na região, como já mencionado no Capítulo 1.

⁵⁵ IBGECidades@ e FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos. Disponível em: - <https://cidades.ibge.gov.br/> e <https://www.buscabanco.org.br/Estatisticas/AgenciasCidades> Acesso em 15/08/2021

4.4 FLUXOS (E FIXOS) DE GESTÃO DO TERRITÓRIO⁵⁶.

Também de maneira a complementar a análise e, baseado na publicação *Gestão do Território*, publicado pelo IBGE em 2014, examinamos as centralidades exercidas por essas cidades e as funções que desempenham no funcionamento da rede urbana regional, a partir dos fluxos de gestão do território. A publicação *Gestão do Território* objetivava analisar os fluxos de gestão do território, através de duas abordagens: a gestão pública e a gestão empresarial, pois o espaço é organizado tanto pelo Estado quanto pelas firmas que atuam em seu território. Para isso, foram definidas nove classes de centralidade. Cabe destacar que apenas municípios comuns às duas bases de dados foram classificados como centros de gestão, compondo 2.204 centros, o que corresponde a 39,6% dos municípios brasileiros. Portanto, o nível mais elementar (Nível 9) já é um indicador de certa importância de centralidade. No estado do RS, Porto Alegre classifica-se em 3º nível, que corresponde às maiores capitais estaduais não classificadas nos dois níveis anteriores; sete cidades gaúchas estão classificadas no 5º nível e dezessete cidades integram o 6º nível⁵⁷, dentre as quais Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí. Na Região Intermediária de Ijuí, além das três cidades já citadas (Nível 6), temos as cidades de Cerro Largo e Três Passos classificadas no Nível 7, seis cidades classificadas no Nível 8: Giruá, Horizontina, Panambi, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga e Três de Maio; e oito cidades classificadas no Nível 9, que corresponde ao nível mais elementar; são elas: Augusto Pestana, Campina das Missões, Coronel Bicaco, Crissiumal, Porto Lucena, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto e Tenente Portela.

Segundo Corrêa (1996, p.23), a gestão do território “é a dimensão espacial do processo geral de gestão, confinando-se ao espaço sob controle de um Estado, grupo social, instituição ou empresa”. A gestão do território ocorre nos centros urbanos, constituindo, portanto, os *centros de gestão do território*, que exercem um papel de controle das atividades na sua hinterlândia. “Controlam assim a organização espacial de um dado espaço, influenciando a gênese e a dinâmica produtiva, o nível de empregos

⁵⁶ Parte deste texto foi publicado no artigo FERREIRA, L. R.; SILVEIRA, R. L. L.; FACCIN, C. R. NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: DINÂMICA REGIONAL E OS FLUXOS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIÃO FUNCIONAL 7. *Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/21147> . Acesso em: 5 fev. 2022.

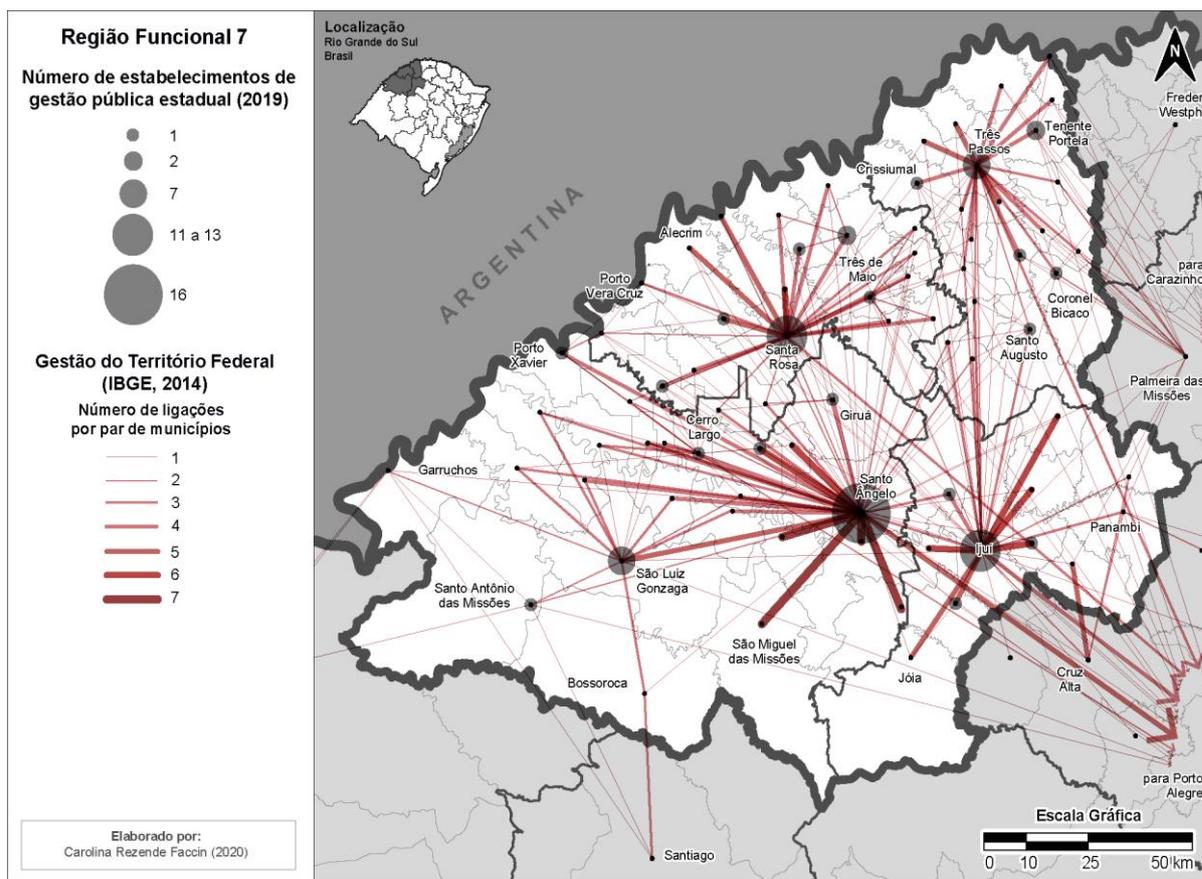
⁵⁷ As cidades que se classificam no 5º Nível são: Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Santa Maria. No 6º Nível classificam-se as cidades de Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Carazinho, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Gravataí, Ijuí, Lageado, Rio Grande, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Leopoldo, Uruguaiana e Viamão (IBGE, 2014).

diretos e indiretos e o modo de inserção das cidades na rede urbana sob seu controle” (CORRÊA, 1996, p.25).

Nesse sentido, a gestão do território, constitui o conjunto de práticas que, no plano imediato, visa a criação e controle de uma determinada organização espacial, suas funções e sua distribuição no espaço. Para Corrêa (1996), no período atual do capitalismo, as grandes corporações e o Estado constituem os principais agentes da gestão do território.

Na Gestão Pública foram selecionadas instituições públicas mediadoras da gestão do Estado, analisadas a partir das relações entre agências e unidades de atendimento. De acordo com a publicação, optou-se por aquelas que possuísem um âmbito nacional e atuação descentralizada, ou seja, unidades localizadas em diversas cidades. São elas: Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, a Secretaria da Receita Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais do Trabalho e o IBGE. Reflete, portanto, a forma como o Estado gerencia o território. A distribuição espacial dessas entidades é um fator gerador de centralidade urbana, pois atrai a população que necessita utilizar esses serviços e “essas entidades funcionam como núcleos de tomada de decisão, acumulando poder sobre uma porção do território” (IBGE, 2014, p.25), como pode ser observado na Figura 43.

Figura 41 - Estabelecimentos de gestão pública federal e estadual – 2019



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2014) e IEDE (2019).

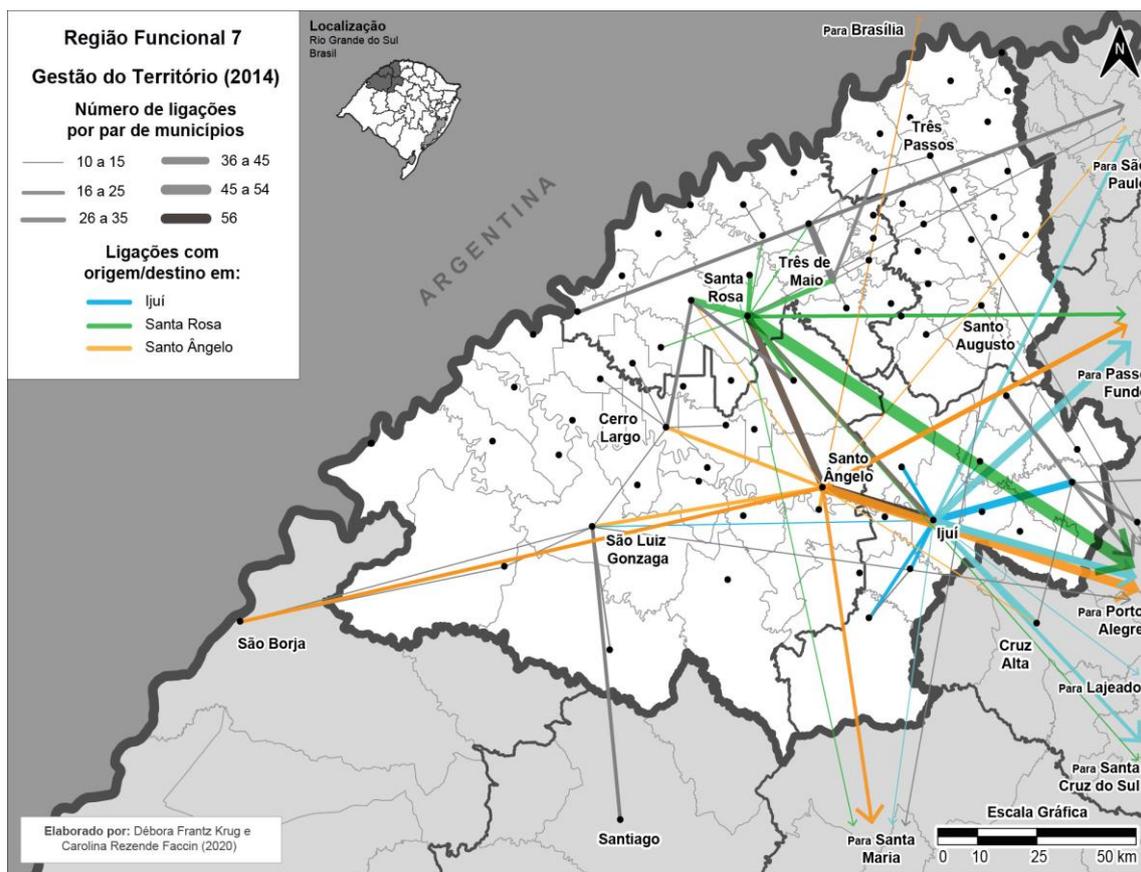
Os três municípios possuem agência de coleta de dados do IBGE, agência da Previdência Social (INSS), vara do trabalho do TRT e zona eleitoral do TRE; entidades classificadas como Nível 1, de acordo com o estudo. Santa Rosa e Ijuí possuem agência da Receita Federal (nível mais básico de atendimento) e Santa Rosa conta com uma agência do MTE. Ijuí possui cinco entidades de Nível 1, Santa Rosa possui seis e Santo Ângelo conta com quatro entidades. Em relação às entidades classificadas como Nível 2, Ijuí possui duas unidades (IBGE e MTE), Santa Rosa possui uma (Justiça Federal) e Santo Ângelo conta com duas entidades (Justiça Federal e Delegacia Receita Federal). Cabe destacar que Ijuí e Santo Ângelo são sedes de Gerências Regionais do MTE, que articulam redes regionais, ou seja, articulam suas próprias redes de Agências Regionais e municípios subordinados.

Em relação à gestão pública estadual, realizada por instituições mais especializadas do Governo do Estado do RS, como sedes regionais da Segurança e Defesa Civil; Órgãos de Infraestrutura; Secretarias Estaduais; Sedes Regionais da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; da Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental); do IPE (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul);

da JUCERGS (Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul); da Procuradoria Geral do Estado; observa-se também a centralidade exercida pelas cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, que concentram 54,1% dos estabelecimentos da região. Segundo dados da IEDE 2019 (Infraestrutura estadual de dados espaciais), há 74 estabelecimentos (sedes estaduais) na Região: Santo Ângelo possui 16 sedes, Ijuí possui 11 sedes estaduais e Santa Rosa 13 sedes estaduais. Salientamos ainda os municípios de Três Passos e São Luiz Gonzaga, que apresentam 7 sedes estaduais. Para o restante dos municípios que compõem a Região: 16 municípios possuem 1 estabelecimento e 54 municípios não possuem sedes estaduais.

Para a Gestão Empresarial foram utilizados dados das relações entre sedes e filiais de companhias privadas, utilizando dados do Cadastro Central de Empresas/CEMPRE, do IBGE. A intensidade de ligações representa o somatório das interações entre sedes e filiais de empresas, considerando cada município em sua possibilidade de “abrigar estabelecimentos-sedes locais que se articulam com sucursais externas ao seu território e, ao mesmo tempo, levando em conta a presença de filiais atraídas aos seus domínios, sendo estas geridas por matrizes instaladas fora dos seus limites” (IBGE, 2014, p.74). Em relação a Gestão Empresarial (Figura 44), Ijuí possui ligações com os municípios de Cruz Alta (29), Augusto Pestana (22) e Catuípe (16). Santo Ângelo, possui ligações expressivas com Porto Alegre (54), Ijuí (47), Santa Rosa (43) e Passo Fundo (35), dentre outros. Santa Rosa estabelece ligações expressivas com Porto Alegre (56), Ijuí (30), Giruá (24) e Passo Fundo (17).

Figura 42 - Fluxos de gestão empresarial 2014



Elaborado por Débora Krug e Carolina Faccin, a partir de IBGE (2014).

A seguir, na Tabela 9 demonstramos o número de empresas controladoras, municípios controlados, a distância média das interações e o número de assalariados externos comandados:

Tabela 9 - Gestão territorial empresarial na Região Intermediária de Ijuí (2014):
 Empresas controladoras, filiais e municípios controlados selecionados

Município	Empresas controladoras	Municípios controlados	Estabelecimentos filiais controlados	Distância média das interações entre o município e seus congêneres (km)	Assalariados externos comandados pelo município (pessoas)
Ijuí	84	65	179	344	2457
Santa Rosa	57	59	189	283	2143
Santo Ângelo	54	44	124	403	687
Panambi	47	42	95	371	1219
São Luiz Gonzaga	30	20	48	248	214

Três de Maio	29	35	113	230	777
Horizontina	29	35	57	462	2040
Giruá	22	21	29	263	54
Três Passos	20	67	85	285	801
Santo Cristo	20	21	47	173	189
Cerro Largo	17	163	257	203	2957

Fonte: Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2014).

Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo somam 195 empresas controladoras (sediadas no município), representando 30,8% das empresas controladoras com sede na região, de um total de 633 empresas. Essas 195 empresas controlavam, em 2014, 492 estabelecimentos filiais distribuídos em 168 municípios e, estabelecem relações de trabalho com 5.287 trabalhadores externos. Ao incluirmos o município de Panambi, totaliza 242 empresas controladoras; 587 estabelecimentos filiais distribuídos em 210 municípios e 6506 trabalhadores externos. Salientamos a centralidade econômica que Cerro Largo exerce na região, com 257 estabelecimentos filiais controlados em 163 municípios e 2957 assalariados externos. Cerro Largo apresenta o maior número de municípios e estabelecimentos filiais controlados, bem como o maior número de assalariados externos comandados pelo município. Em relação ao número de assalariados externos, destacam-se além do município de Cerro Largo, os municípios de Ijuí, Santa Rosa, Horizontina e Panambi. Os cinco municípios representam 71%, 10.816 pessoas, do total de assalariados externos na região.

4.5 CIDADES ORGANIZADAS EM REDE

Ao longo deste capítulo demonstramos que o conceito de policentrismo envolve um significado amplo e complexo, variando de acordo com a perspectiva espacial, social e econômica. A escala utilizada também leva a diferentes interpretações. Segundo Heloísa Ferreira (2018), o policentrismo representa novos arranjos em função da combinação entre relações de complementaridade e concorrência e, da complexificação de hierarquias, o que não significa a superação de configurações pretéritas. Constitui, portanto, o produto de novas dinâmicas de centralização e concentração do capital, o que leva a novas divisões territoriais do trabalho e implicam mudanças nos papéis de centros urbanos em redes e aglomerações.

Meijers (2005) define uma região urbana policêntrica (*polycentric urban region - PUR*), como um conjunto de cidades historicamente distintas e independentes administrativamente, localizadas próximas entre si, conectadas através da infraestrutura e, sem uma cidade que domine hierarquicamente em aspectos políticos, econômicos e culturais. Para Meijers (2005) regiões urbanas policêntricas, ou redes urbanas, são associadas a noção de sinergia ($1+1>2$), tornando toda a rede de cidades mais do que a soma de suas partes (MEIJERS, 2005). Em termos de relações intermunicipais, o modelo de rede enfatiza a presença de relações horizontais, portanto, entre cidades de tamanhos relativamente semelhantes, de natureza complementar e resultante da divisão funcional entre as cidades, associado às relações verticais (hierárquicas).

Destarte, a Região Intermediária de Ijuí configura-se como uma **região policêntrica emergente**, a partir das cidades que possuem uma importância na dinâmica regional e exercem essa centralidade através da gestão do território, da centralidade dos serviços como saúde e educação e dos fluxos gerados. Esses centros funcionam como provedores de serviços, mercado de trabalho e residência de mão de obra.

Ijuí se constitui no principal centro de serviços da região noroeste, quando analisamos os dados relacionados a serviços de saúde de média e alta complexidade. Entretanto, essa hierarquia não se estabelece de forma tão rígida na região, para outros setores, como procuramos demonstrar. Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo formam sub-regiões com centralidades medianas na região, além da capacidade de polarizar um número grande de municípios para atendimento de bens e serviços de maior complexidade. Concentram ainda, atividades de gestão pública e privada e articulam, na escala regional, órgãos e empresas privadas.

Retomando a organização da rede urbana de Porto Alegre (Figura 17, Capítulo 2), constatamos que essa organização de centros urbanos, próximos entre si, sem uma cidade ou arranjo populacional de maior hierarquia, é uma peculiaridade do noroeste do estado. Há, portanto, uma distribuição de centros urbanos e áreas de influência mais equilibrada do que no restante do território, caracterizando a policentralidade da região. Essas cidades demonstram essa relevância, enquanto conjunto, de caráter regional. A particularidade e relevância delas está justamente em pensá-las enquanto conjunto, organizadas, portanto, em rede.

Essa análise é ratificada ao analisarmos, os dados de população, Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Adicionado Bruto (VAB) para as cidades intermediárias do RS. Na tabela abaixo destacamos as cidades que se classificam enquanto centros urbanos

intermediários e, que ocupam as primeiras posições no valor do Produto Interno Bruto (PIB), do estado, referente ao ano de 2019.

Tabela 10 - Cidades intermediárias no RS: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Bruto (2019)

<i>Posição do PIB no Estado</i>	<i>Município</i>	<i>PIB 2019 (Mil reais)</i>	<i>Participação no PIB do Estado %</i>	<i>VAB 2019 (Mil reais)</i>	<i>Participação no VAB do Estado %</i>	<i>Estimativa Populacional 2020</i>
2°	Caxias do Sul	27.013.570	5,6	23.109.956	5,5	517.451
5°	Rio Grande	10.687.204	2,2	8.616.093	2,1	211.965
7°	Santa Cruz do Sul	9.831.718	2,1	7.102.260	1,7	131.365
8°	Passo Fundo	9.829.386	2,1	8.590.900	2,0	204.722
10°	Pelotas	9.445.913	2,0	8.548.742	2,0	343.132
11°	Santa Maria	8.766.855	1,8	7.922.544	1,9	283.677
21°	Ijuí	3.777.975	0,8	3.392.110	0,8	83.764
28°	Santa Rosa	3.191.248	0,7	2.816.227	0,7	73.575
33°	Santo Ângelo	2.828.429	0,6	2.567.099	0,6	77.568
	Ijuí + Santa Rosa + Santo Ângelo	9.797.652	2,1	8.775.436	2,1	234.907
	Rio Grande do Sul	482.464.177		420.148.101		11.422.973

Fonte: IBGE

Ao somarmos o valor do PIB de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, o resultado equivale a uma posição entre os 10 maiores PIBs do Estado. Da mesma forma, ao consideramos a população dos três municípios, equipara-se ao porte populacional individual das cidades intermediárias do Estado como Santa Maria, 283.677 habitantes, 5ª posição dentre os municípios mais populosos; Rio Grande, 211.965 habitantes, 10ª posição; ou Passo Fundo, 204.722 habitantes, 12ª posição em tamanho populacional.

Retomamos a ideia de sinergia, de acordo com Meijers (2005), de que 1 + 1 é maior que 2. Regiões urbanas policêntricas são associadas à noção de sinergia, partindo do pressuposto de que as cidades individuais, em uma rede de cidades distintas, mas localizadas proximamente, relacionam-se entre si em uma forma sinérgica e, tornando toda a rede de cidades, a região, mais que a soma das partes (MEIJERS, 2005).

Gonçalves (2016, p.27) afirma a necessidade de articular as noções de hierarquia, de rede, de policentrismo e de complexidade para compreendermos as recentes dinâmicas urbanas. O autor resume a interpretação dos sistemas urbanos através de três dicotomias: “hierarquia/rede; monocentrismo/policentrismo; fracionamento/complexidade”, bem como, a necessidade de avançar em diferentes articulações, como forma de melhor compreender as dinâmicas urbanas recentes. Segundo o autor, os sistemas urbanos devem ser entendidos enquanto organismos de relações complexas.

Para Gonçalves (2016) ao acompanharmos os padrões de urbanização recente, deparamos com o surgimento de novos modelos de urbanização, que não se encaixam nos rótulos existentes. Ao abordar as cidades intermediárias, o autor destaca que essas cidades podem “dilatar a sua influência funcional por vastas áreas de baixa densidade criando padrões de urbanização difusos, fragmentados, dispersos, com maior ou menor suburbanização, periurbanização, rurbanização” (GONÇALVES, 2016, p.27/28).

Nesse sentido, configura-se a coexistência de um modelo de cidades organizadas em rede com a hierarquia urbana (REGIC). Assim, avançamos no sentido de pensar não apenas em um sistema hierárquico, que continua a existir, mas também em relações que se organizam de forma horizontal, heterárquicas, dentro de uma estrutura, de um arranjo urbano-regional organizado em rede, complexo, que não apresenta continuidade territorial, mas sim uma continuidade espacial.

Articulando hierarquia-policentrismo-monocentrismo-policentrismo-fracionamento-complexidade amplifica-se a compreensão das dinâmicas urbanas recentes. Apesar de constituírem diferentes focos (que tanto podem ser vistos de modo isolado como através da sua interação dicotômica) sobre os dispositivos que captam as relações entre polos urbanos, quanto maior o esforço de integração entre as diferentes leituras, maior será a capacidade de interpretar e de potencializar a teia de fluxos que os configuram (GONÇALVES, 2016, p.33).

Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa constituem, portanto, um **caso especial de cidades intermediárias organizadas em rede** que desempenham a função de centros regionais, polarizando através dos fluxos de serviços e de gestão a região noroeste do estado. E se definem ainda enquanto **cidades de intermediação** para as atividades agrícolas modernizadas. Há, uma dupla articulação dessas cidades: com sua área de influência, sua hinterlândia e, com lugares distantes, resultado da divisão territorial do trabalho, como já demonstrado nos capítulos anteriores.

Determinam, portanto, novas centralidades urbanas e esboçam, atualmente, um novo polo de atração no noroeste do estado do RS. A análise dos dados permite verificar o acentuado papel de comando e de intermediação que essas cidades apresentam na gestão do território, no número de empregos e na busca de bens e serviços, como a oferta de serviços de saúde (alta complexidade) e ensino superior. Configura-se, assim, uma **região policêntrica emergente no noroeste gaúcho**, pois as três cidades, objeto deste texto, exercem essa centralidade através dos fixos e fluxos e demonstram uma importância na dinâmica regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tinha como premissa analisar as dinâmicas das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo na rede urbana regional. Localizadas no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em uma região de perdas populacionais, as três cidades caracterizam-se como polos de atração populacional, em um entorno que perde população; caracterizando novas centralidades urbanas e reestruturando a rede urbana gaúcha. O recorte territorial definido para a pesquisa correspondeu a Região Intermediária de Ijuí, proposta de regionalização publicada pelo IBGE no ano de 2017, que traz uma atualização da divisão regional da década de 1980, devido a maior heterogeneidade do território.

A Região Intermediária organiza o território, articulando as Regiões Imediatas por meio de um polo, que se diferencia a partir dos fluxos e de funções urbanas de maior complexidade. Assim, as Regiões Imediatas são referendadas a partir da rede urbana. Embora na classificação do IBGE, a cidade de Ijuí defina a principal hierarquia da região, ao longo do texto procuramos demonstrar que essa hierarquia não se estabelece de forma tão rígida, englobando também relações horizontais, heterárquicas, entre as três principais centralidades da Região Intermediária de Ijuí.

A especificidade da pesquisa consistiu em analisar essas transformações em centros urbanos que adquirem novos papéis, ocasionados por mudanças na agricultura. Propomos também um olhar interescalar para analisar as cidades e a região, ou seja, as relações entre as escalas da rede urbana. Compreendemos que, uma análise apenas na escala da cidade, ou da região não abarcaria as transformações recentes. Nesse sentido, buscamos trabalhar com três escalas de análise: escala intraurbana, da cidade; a escala da rede urbana e uma escala intermediária, concebida entre as duas já citadas (CÔRREA, 2018).

Utilizamos o conceito de eixo, enquanto espacialidade social (BARTHOLOMEU, 2021, 2017), definido como um espaço de ligação entre lugares, incorporando fluxos de capitais, mercadorias, pessoas, informações. Nesse sentido, o Eixo Ijuí-Santo Ângelo-Santa Rosa configura um espaço de ligação para compreendermos as relações estabelecidas entre espaço e circulação, ao longo desse eixo urbanizado.

Estabelecemos ainda como recorte temporal a década de 1970, pois baliza o processo de modernização da agricultura, que trouxe mudanças significativas para a região noroeste do estado. A constituição dos três municípios está relacionada ao processo de expansão da fronteira agrícola para o noroeste do Rio Grande do Sul. Eles (municípios)

surgem, portanto, da necessidade de ocupação do território (fronteira com a Argentina) e de abrir novas frentes de expansão. O Estado tem papel importante enquanto agente colonizador na constituição das Colônias Novas: Santo Ângelo em 1857, Ijuí em 1890 e Santa Rosa em 1915; constituindo-se em uma área de ocupação recente, do final do século XIX e início do século XX. Demonstramos que a rede urbana da Região Intermediária de Ijuí caracteriza-se por um predomínio de pequenas cidades (66 de 77) com até 10 mil habitantes em área urbana e, que as três cidades (Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo) crescem em detrimento da região, ao mesmo tempo em que comandam a região.

Como maneira de entender as transformações produzidas nessas cidades a partir do processo de modernização e, tecnificação da agricultura no Brasil, descrevemos o rural da Região Intermediária de Ijuí, rural que influencia o urbano, enquanto espaços complementares. Predominam na Região os estabelecimentos de pequeno porte e, da agricultura familiar com forte integração com as cadeias agroindustriais.

Buscamos ainda, analisar os papéis desempenhados por essas cidades no circuito da agricultura modernizada, através da atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes na região que exercem importante papel enquanto agentes de produção do espaço. As cooperativas agropecuárias surgem no final da década de 1950 no estado do RS, como alternativa para a situação de crise enfrentada naquele momento. Essas cooperativas constituem organizações que estabelecem o vínculo das atividades desenvolvidas no espaço rural e no urbano, geram postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico para a região.

Além das Cooperativas Agropecuárias, mencionamos as Cooperativas de Crédito presentes na região, como SICREDI e CRESOL, presentes nos 77 municípios que compõem a Região Intermediária de Ijuí. Como demonstrado ao longo do texto, as cooperativas de crédito atuam enquanto agentes financeiros locais e regionais para os municípios da região.

Essas Cooperativas, Agropecuárias e de Crédito, são consideradas, portanto, como agentes de modernização, pois sua atuação reestrutura o espaço rural e urbano, tornando as relações urbano-rural mais imbricadas. Identificamos a atuação desses agentes através dos serviços e equipamentos presentes nas cidades: supermercados, postos de gasolina, lojas agropecuárias, assistência técnica, empregos gerados direta e indiretamente e, como agentes financeiros.

Destarte, essas cidades definem-se enquanto cidades de intermediação para as atividades agrícolas modernizadas desenvolvidas no seu entorno (SOBARZO, 2015). E,

em estreita relação com a produção agropecuária desenvolve-se o setor industrial, com unidades orientadas à produção de alimentos, produção de máquinas e implementos agrícola.

Nessas cidades, de intermediação, as relações urbano-rural tornam-se, deste modo, mais interligadas. Essas relações, na região, são complexas e se complementam. As cidades da região crescem, são alteradas, tornam-se especializadas, a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e das novas atividades que surgem para atender ao rural modernizado, como procuramos demonstrar ao longo do texto.

A importância dessas cidades - Eixo Ijuí-Santo Ângelo-Santa Rosa - está relacionada, assim, com as novas funções que passam a desempenhar, **de intermediação**, ao se constituírem em nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária. Ocupam, portanto, um papel importante na escala regional, pelas funções por elas exercidas. Nesse sentido, constituem o ponto de intersecção entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1997).

Utilizamos ainda, como ferramenta, os estudos Região de Influência das Cidades (IBGE), para entender a evolução da rede urbana no noroeste do estado, ou seja, mudanças e permanências dessas cidades ao longo dos anos. Analisamos a (s) rede (s) da Região Intermediária de Ijuí através de suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação entre as cidades. Ao longo das cinco décadas de estudos publicados pelo IBGE (1967-2020), constatamos as alterações nas posições que as três cidades ocupavam e ocupam na rede urbana, bem como as relações estabelecidas de competição e complementaridade.

Em relação a divisão territorial do trabalho, o exame do número total de empregos para a região, demonstrados ao longo do texto, reflete a especialização de determinadas atividades e do comércio para atender diretamente ao processo de produção direcionado à produção de alimentos. A indústria possui vinculação com o setor primário, com a produção de máquinas e equipamentos para a agricultura. Ijuí constitui o principal centro de serviços da região noroeste do RS, que possui forte tradição nas atividades agropecuárias. Entretanto, essa hierarquia não se estabelece de forma tão rígida na região, como evidenciado. A rede urbana do Noroeste do RS apresenta-se de forma mais equilibrada, não há um centro urbano que se destaque hierarquicamente dos demais.

Examinamos também as cidades por meio dos serviços e atividades localizadas no centro das cidades, ou seja, na escala intraurbana. Consideramos as cidades através dos fatores que levaram ao seu crescimento, e os processos que as definiram enquanto centralidades na região. Buscamos apreendê-las como um meio, condição e produto da sociedade; enquanto construção humana, trabalho materializado e acumulado ao longo do tempo. Analisamos esses processos, bem como as transformações processadas nesse eixo urbanizado através dos fatores que induziram ao crescimento das cidades. A ideia era pensar as cidades, o espaço urbano, não apenas por meio de suas formas, mas enquanto um processo em construção.

Observando o centro das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, as especificidades não são tão latentes assim na paisagem. Nas três cidades o centro histórico coincide com o centro comercial, verificamos a presença das redes de varejo no comércio local, como os exemplos citados ao longo do texto. O comércio representado pelas redes de varejo, ratifica o papel dessas cidades para a região, enquanto centralidades que provêm com bens e serviços mais especializados os municípios do entorno. Constituem-se, portanto, em núcleos estratégicos na rede urbana, enquanto cidades de intermediação.

Na sequência, trouxemos elementos que contribuem à discussão teórica sobre policentrismo e regiões urbanas policêntricas e, sua relação com a rede urbana; para compreender a policentralidade na região Noroeste do RS: do surgimento de novas áreas centrais e da complexificação da estrutura espacial. Para corroborar a (poli) centralidade das cidades já mencionadas, utilizamos dados secundários do Censo Demográfico 2010, dados da pesquisa Região de Influência das Cidades-REGIC, publicados pelo IBGE em 2008 e 2020, o estudo Gestão do Território (IBGE, 2014); além de dados sobre atividades econômicas e serviços que sustentam a centralidade regional dessas cidades.

Por fim, retomamos as duas questões que nortearam a pesquisa: *Quais os papéis que essas cidades cumprem na rede urbana? Esses papéis implicam numa diferente organização do espaço urbano?*

As cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa definem novas centralidades urbanas e esboçam, atualmente, um novo polo de atração regional no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Por meio dos subsídios demonstrados ao longo do texto, verificamos o acentuado papel de comando e de intermediação que essas cidades apresentam na gestão do território, no número de empregos e na oferta dos serviços de saúde e ensino.

A importância dessas cidades está relacionada, ainda, com as novas funções que passam a desempenhar, **de intermediação**, ao se constituírem em nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária. Ocupam, portanto, um papel importante na escala regional, pelas funções por elas exercidas. Nesse sentido, constituem o ponto de intersecção entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1997).

Nesse sentido, novas perspectivas se abrem em relação aos papéis delineados pelos exemplos aqui citados: Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí, não constituem uma aglomeração urbana contínua, mas exercem forte polarização sobre os núcleos do seu entorno. Isso leva a alterações na hierarquia urbana e, reorganiza a estrutura espacial no noroeste do Estado.

Como toda pesquisa, surgiram lacunas durante sua construção que não foram respondidas, devido a delimitação do tema e do objeto de estudo, que instigam a possibilidade de novas investigações:

- Essas cidades crescem em detrimento da região, o que nos leva a indagar como essa população é absorvida nas cidades? Contém essas cidades, possibilidades de receber e prover essa nova situação de residentes? O que se apresenta no restante dos bairros das cidades?
- Nesta pesquisa, demonstramos a importância das cooperativas agropecuárias e das cooperativas de crédito existentes nos municípios de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo. Sugere-se analisar as demais cooperativas existentes na região, visto a influência do cooperativismo na região noroeste e, no estado do RS.
- A formação de uma região policêntrica representa uma opção para uma região de perdas populacionais no Estado? Quais as alternativas que podem contribuir para o desenvolvimento da região?

Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, demonstram sua importância enquanto conjunto, organizadas em rede, enquanto um eixo urbanizado, como provedores de serviços e artigos, mercado de trabalho, residência de mão de obra. Desenha-se, assim, uma reorganização da estrutura espacial atual, com novos arranjos urbanos, dotados de maior complexidade, englobando novas relações entre os centros urbanos, com a inclusão de municípios que passam a ocupar *locus* privilegiado, pois apresentam novos aparatos técnicos, científicos e tecnológicos.

Configura-se, assim, uma região policêntrica emergente no noroeste gaúcho, pois as três cidades, objeto desta pesquisa, exercem essa centralidade através dos movimentos

pendulares para trabalho e estudo e demonstram uma importância na dinâmica regional. Desempenham, assim, a função de centros regionais, polarizando através dos fluxos de serviços e de gestão a região noroeste do estado.

Destarte, representam um novo processo, com a interiorização da urbanização, trazendo uma nova configuração e incorporando elementos para apreendermos a complexidade da rede urbana gaúcha.

REFERÊNCIAS

ALONSO, J. A. A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 2010.

AMORIM FILHO, O.B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.69-87.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 6. Ed. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>

ARAÚJO, A. S. DE. **Organização do espaço regional influenciado pelo circuito espacial produtivo da cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL)** Porto Alegre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/133199>>. Acesso em: 5 ago. 2021

BARTHOLOMEU, M. C. Em busca de uma construção conceitual mais ampla de “eixo”: compreendendo sua aplicação usual e suas potencialidades teórico-metodológicas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2017, Salvador. **Sobre a cidade e o urbano, contribuição da Geografia: que teorias para este século?** Anais [...]. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://simpurb2017.ufba.br/anais-do-xv-simpurb> Acesso em 14 out. 2021

BARTHOLOMEU, M. C. **O conceito de eixo enquanto espacialidade social:** compreendendo seus sentidos e sua historicidade. 2021, 309f. Tese - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Rio de Janeiro: 2021.

BELLET, C. Del concepto *ciudad media* al de *ciudad intermedia* en los tiempos de la globalización. In: BELLET, C. SPOSITO, M.E.B. **Las Ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado**. Lleida: Edicions de La Universitat de Lleida, 2009, p. 21-40.

BELLET, C.; LLOP, J.M. ¿Por qué reflexionar y analizar hoy las ciudades medias? In: SILVA, W. R. S.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Perspectivas da urbanização: Reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, 4-6.

BELLET, C., SPOSITO, M.E.B., MELAZZO, E.S., LLOP, J.M.A. **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

BELLET, C.; TORNÉ, J. M. L. Miradas a otros espacios urbanos: ciudades intermedias. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Scripta Nova**, n. 165, 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-165.htm>. Acesso em 28 jan. 2019.

BERNARDES, N. Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul, **Boletim Geográfico**, IBGE, nov-dez, 1962, ano 20, n.171.

BITOUN, J. *et al.*; Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros. In: MIRANDA, C. (Org.). **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA-Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017, Vol.22, p.39-238. Disponível em: <https://www.iica.int/pt/publications/tipologiaregionalizadadosespa%C3%A7osruraisbrasileirosimplica%C3%A7%C3%B5es-no-marco-jur%C3%ADdico-e>

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; MOURA, R. Cidades médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade, e inserção nos espaços rurais brasileiros. In: MATURANA, F. *et al.* **Sistemas urbanos y ciudades medias em IberoAmérica**. SERIE GEOlibros n°26, 2017, p.44-79.

BOIX, R.; TRULLÉN, J. Policentrismo y estructuración del espacio: una revisión crítica desde la perspectiva de los programas de investigación. ACE: Architecture, City and Environment, V.6, N° 18, Fev. 2012, P.27-54. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/11679> Acesso em: 20 jan. 2020

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedores de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, W. R. S.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Perspectivas da urbanização: Reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, 99-118.

BRASIL. Ministério do Trabalho. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. RAIS 2019. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/> Acesso em: 3 de março de 2021.

BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**. São Paulo, n.33, 2013, p.198-220. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp>. Acesso em 18 dez. 2018

BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de geografia**, p. 19–56, 1 jan. 1974.

CAMAGNI, R. **Economía urbana**. Barcelona: Antoni Bosch editor, 2005.

CAMPOS, H. Á.; MARASCHIN, C.; SILVEIRA, R. L. L. da [Orgs.] **Policentrismo, Rede Urbana e Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

CARGNIN, M. **A Territorialidade da Atividade Cooperativa e a Produção de Soja no Planalto Gaúcho**. 2017, 208f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre: 2017.

CARLOS, A.F.A. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A.F.A. Uma leitura sobre a cidade. In: _____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004, p.17-34.

CARLOS, A.F.A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico in: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 53-73.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). Cidades médias: produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 245-277.

CASTELLO BRANCO, M. L. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.89-111.

CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

CATELAN, M. J. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013

CONCEIÇÃO, O.A.C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-75**. Porto Alegre: FEE, 1984.

CORRÊA, R. L. Os estudos de redes urbanas no Brasil. In: **Revista Brasileira Geografia**. Rio de Janeiro, v.29, n. 4, p.93-116, 1967

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista TERRITÓRIO**, v. 1, n. 1, p.23-30, 1996.

CORRÊA, R. L. *Construindo o conceito de cidade média* in: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORRÊA, R. L. *Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão* in: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-51.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

CORRÊA, R. L. *Cidades médias e rede urbana* in: SILVA, W.R; SPOSITO, M.E.B.

Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p.29-38.

CORRÊA, R. L. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

DAVOUDI, S. Polycentricity in European Spatial Planning: From an Analytical Tool to a Normative Agenda. *European Planning Studies*, v. 11, n. 8, 2003, p. 979-999.

DAVOUDI, S. Polycentricity: Panacea or pipedream? In: CATTAN, N. (Org.) **Cities and networks in Europe**. A critical approach of polycentrism. Montrouge, France: John Libbey Eurotext, p.65-73, 2007.

DIAS, L. C. *Redes: emergência e organização* in: CASTRO, I.E., COSTA, P.C.C., CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 141-162.

DIAS, L. C. *Os sentidos da rede: notas para discussão* in: DIAS, L.C.; SILVEIRA, R.L.L (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p.11-28.

DIAS, L. C. *Territórios e redes – Perspectivas teórico-metodológicas no campo interdisciplinar do desenvolvimento regional* in: SILVEIRA, R.L.L.; FELIPPI, A.C.T. (Orgs.). **Território, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios**. Florianópolis: Insular, 2018, p.13-24.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-303.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.113-138

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 13, p. 153-170, nov. 2011.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *ACTA Geográfica*, V.1. Boa Vista: Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.13-32

ESPON. ESPON 111. Potentials for polycentric development in Europe. Project report. August 2004 revised version - March 2005. Disponível em: https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/fr-1.1.1_revised-full_0.pdf Acesso em: 27 ago. 2020

FERNANDES, A. C.; BITOUN, J.; ARAÚJO, T. B. **Tipologia das cidades brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

FERREIRA, H. M. Análise crítica da noção de policentrismo: uma contribuição ao estudo da centralidade em cidades médias. **GEOgraphia** Revista do Programa de Pós-

Graduação em Geografia da UFF, vol.20, nº 44, Niterói, set/dez de 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/14406>

FERREIRA, L. R. Reflexões sobre o planejamento territorial no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 34, p. 27-51, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4339>

GEIGER, P.P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GONÇALVES, C. Hierarquia, policentrismo e complexidade em sistemas urbanos. **e-metropolis Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, Nº 25, Ano 7, junho de 2016, p.26-34. Disponível em: <http://emetropolis.net/edicao/n25>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. V.33-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das cidades**: Revisão atualizada do estudo Divisão Funcional do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados/resumo.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Urbano Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Redes e Fluxos do Território. Gestão do Território 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: redes urbanas regionais: Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES, v.6 Brasília: IPEA, 2000.**

LAZZAROTTO, D. **História de Ijuí**. Ijuí: FIDENE-Museu Antropológico Diretor Pestana, 1977.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2004.

MAIA, J. A. **A espacialidade das Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul: Uma rede de Múltiplos Circuitos**. 2020, 347f. Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre: 2020.

MARQUES, M. O. **Ijuí (RS): Uma Cultura Diversificada**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

MATURANA, F.; SPOSITO, M.E; BELLET, C.; HENRIQUEZ, C.; ARENAS, F. **Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica**. Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017.

MEIJERS, E. Polycentric urban regions and the quest for synergy: Is a network of cities more than the sum of the parts? **Urban Studies**. Vol. 42, N°.4, April 2005

MONTE-MÓR, R. L. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, C. A. L. (Org.). **As cidades da Cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p.185-197.

MOTTA, D. M.; AJARA, C. Configuração da Rede Urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, Curitiba, n. 100, p 7-25, jan/jul.2001.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **EURE** (Santiago. Impresa), v. 38, p. 5-31, 2012.

MOURA, R. Transformaciones territoriales y en la red de ciudades. (Dossier Veinte años de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio). **Revista de Ciencias Sociales**, segunda época, v. 6, p. 69-94, 2014.

MOURA, R.; NAGAMINE, L.; FERREIRA, G. REGIC: Trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea, junho de 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10652> Acesso em: 16 dez. 2021.

MOURA, R.; OLIVEIRA, S.; PÊGO, B. Escalas da Urbanização Brasileira. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea, março de 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32768 Acesso em: 18 jan. 2019.

MOURA, R.; PÊGO, B. Aglomerações Urbanas no Brasil e na América do Sul: trajetórias e novas configurações. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea, junho de 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27959&Itemid=406 Acesso em: 18 jan. 2019.

MOURA, R.; WERNECK, D.Z. Rede, Hierarquia e Região de Influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, Curitiba, n.100, p.27-57, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/223/184>. Acesso em 03 set. 2016.

NEVES, G. R. Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico de Geografia**, Rio de Janeiro, N° 222, Ano 30, p.19-50, maio-junho 1971.

NEVES, G. R. A Rede Urbana e as Fronteiras: Notas Prévias. In: OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre: FEE. 1990, p.118-140.

NUNES, G.; MOTA, I.; CAMPOS, P. Policentrismo Funcional: Uma Avaliação dos Municípios Portugueses. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n. 29, 2012. p. 28-38.

O'NEILL, M. M. *Rede Urbana*. **Atlas Nacional do Brasil, Redes Geográficas**. IBGE, 2010, p 261-272.

PESSOA, R. P. P. Em busca de uma definição de policentrismo urbano para as metrópoles brasileiras. **Revista Paranaense do Desenvolvimento Econômico**. N° 120, Curitiba, jan./jun. de 2011. p.297-318. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/198>

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C. e RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, v. 45, nº 1, 1983. pp. 123-135.

REGIONALIZAÇÕES DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista Estudos de Planejamento**. Nº 11, Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2018. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudosplanejamento/article/view/4292>

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.

ROTTA, E. **Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. 2007, 338f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico. **Rumos 2015: estudo sobre o desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul /SCP-DEPLAN; DCAPEP**. Porto Alegre: SCP, 2006. 5v.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SILVEIRA, R. L. *et. al.* Policentrismo, Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) e Dinâmica Territorial: Um estudo exploratório desde a região do Vale do Rio Pardo-RS-Brasil. In: **Redes**. Santa Cruz do Sul: UNISC, v.22, n.1, janeiro-abril, 2017, p.184-217.

SOARES, P. R. R. *A urbanização no Rio Grande do Sul: as cidades médias e o território*. in PEREIRA, E. M. e DIAS, L. C. (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis, Editora Insular, 2011, p. 211-228.

SOARES, P. R. R.; UEDA, V. *Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul* in: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 379-411.

SOBARZO, O. A rede urbana da mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul: o papel das cidades nos circuitos da agricultura modernizada. **Revista GeoUECE** – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, V.4, Nº 7, P.36-63, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=geouece&page=article&op=view&path%5B%5D=1350>

Acesso em: 06 dez. 2019

SOJA, E. Lo macro, lo *mezzo*, lo micro. **Café de las Ciudades**. Año 3, número 22, agosto 2004. Disponível em: http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_22.htm Acesso em 10 jan.2019

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no Estado de São Paulo. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XI, Nº. 245 (69), 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24569.htm> Acesso em: 25 jun. 2019

SPOSITO, M.E.B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, v. 3, n. 5, p. 143–157, 2006.

SPOSITO, M.E.B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ ICSA/UFPA, 2009.

SPOSITO, M.E.B. *et al.* *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica* in: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 35-67.

SPOSITO, M.E.B.; CATELAN, M. J. Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 5, n. 2, p. 556-574, jul./dec. 2014

VAINER, C.B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Planejamento e Território**. Ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR-UFRJ; DP&A, 2001/02. p.13-32.

VEIGA, J.E. Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural. **Cadernos do CEAM**, ano V, n. 23, p.221-278, Janeiro 2006. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wpcontent/uploads/2012/06/Potencial_de_Cooperacao_e_Articulacao_no_Developolvimento_Rural.pdf

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

SITES

<https://app.ccgl.com.br/site/> CCGL – Cooperativa Central Gaúcha Ltda.

<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial> Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

<https://www.buscabanco.org.br/Estatisticas/AgenciasCidades> Federação Brasileira de Bancos.

<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> Dados e Síntese sobre o Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

<https://censo2010.ibge.gov.br/> Dados e Síntese sobre o Censo Demográfico 2010 (IBGE).

<https://cidades.ibge.gov.br/> Dados e sínteses das cidades e estados brasileiros. (IBGE)

<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html> Atividades econômicas da CNAE

<http://www.coopermil.com/> Coopermil – Cooperativa Mista São Luiz Ltda

<http://www.cotrijui.coop.br:8080/inicio.jsp#> COTRIJUI Cooperativa Agropecuária & Industrial

<https://cotrirosa.com/> Cotrirosa – Cooperativa Triticola Santa Rosa

<http://www.cotrisa.com.br/> Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo – Cotrisa

<https://cotripal.com.br/> Cotripal Agropecuária Cooperativa

<https://cresolsicoper.com.br/> Central Cresol Sicoper (Cooperativa Central de Crédito Rural)

<https://www.daer.rs.gov.br/inicial> DAER RS – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

<http://emec.mec.gov.br/> Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior

<https://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015> **Rumos 2015:** estudo sobre o desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul.

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

<http://www.recime.org/> Portal da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias

<https://www.sescoops.coop.br/> Sistema OCERGS SESCOOP/RS

<https://www.sicredi.com.br/home/> Sicredi Sistema de Crédito Cooperativo

ANEXO

ANEXO 1

Tabela 11 - Número de empregos formais por Seção CNAE 2019

Seção CNAE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	
	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	ELETRICIDADE E GÁS	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E	CONSTRUÇÃO	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE	EDUCAÇÃO	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	TOTAL
Região Imediata Ijuí/Três Passos																				
Total Região	2853	98	14551	448	239	2724	18866	2650	1498	722	1714	132	1359	1510	12215	1891	4509	234	1059	69273
RS-IJUI	247	0	2933	269	61	1535	6896	1361	786	283	600	77	566	1083	2362	1365	2526	149	436	23536
RS-PANAMBI	169	19	6385	69	28	641	2717	237	270	139	179	10		97	1591	221	276	48	91	13430
RS-TRES PASSOS	128	4	1541	48	41	105	1920	258	134	89	177	9	131	92	672	151	434	27	129	6090
Demais municípios	2309	75	3692	62	109	443	7333	794	308	211	758	36	419	238	7590	154	1273	10	403	26217
Região Imediata Santa Rosa/Três de Maio																				
Total Região	1318	41	12395	385	259	2814	13190	2256	1056	879	1533	77	1268	1535	6941	1724	2251	103	819	50845
RS-SANTA ROSA	548	8	5483	207	117	2398	5924	1062	570	290	590	61	729	1070	1940	899	1252	56	357	23562
RS-HORIZONTALINA	40	14	2220	5	47	103	1209	369	149	127	115	6	104	53	697	241	136	12	88	5735
RS-TRES DE MAIO	43	11	1310	163	21	101	2003	238	141	227	207	2	130	95	629	483	315	27	130	6276
Demais municípios	687	8	3382	10	74	212	4054	587	196	235	621	8	305	317	3675	101	548	8	244	15272
Região Imediata Cerro Largo/Santo Ângelo/São Luiz Gonzaga																				
Total Região	3106	59	6448	405	261	1827	13624	2226	1213	487	1157	115	904	813	8513	1405	2698	203	910	46374
RS-SANTO ANGELO	313	21	3863	118	152	1254	5425	627	598	264	462	97	473	648	1655	951	1608	149	451	19129

RS-SAO LUIZ GONZAGA	600	4	1079	16	31	93	2169	290	230	75	123	5	85	66	940	284	355	10	112	6567
Demais municípios	2193	34	1506	271	78	480	6030	1309	385	148	572	13	346	99	5918	170	735	44	347	20678
Total da Região	7277	198	33394	1238	759	7365	45680	7132	3767	2088	4404	324	3531	3858	27669	5020	9458	540	2788	166492
8 municípios	2088	81	24814	895	498	6230	28263	4442	2878	1494	2453	267	2461	3204	10486	4595	6902	478	1794	104325
Porcentagem dos 8 municípios	28,69	40,9	74,31	72,3	65,60	84,59	61,87	62,28	76,40	71,55	55,70	82,40	69,70	83,04	37,90	91,53	72,98	88,5	64,35	62,66
Porcentagem na Região	4,37	0,12	20,06	0,74	0,46	4,42	27,44	4,28	2,26	1,25	2,65	0,19	2,12	2,32	16,62	3,02	5,68	0,32	1,67	

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2019

ANEXO 2

Quadro 17 - Região Intermediária de Ijuí: ligações com destino às cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo - REGIC 2018

Municípios	Nome da Região Geográfica Imediata	Ligações destino IJUI	Ligações destino SANTA ROSA	Ligações destino SANTO ANGELO
Ajuricaba	Ijuí	X		
Alecrim	Santa Rosa		X	X
Alegria	Três de Maio	X	X	
Augusto Pestana	Ijuí	X		
Barra do Guarita	Três Passos			
Boa Vista do Buricá	Três de Maio		X	
Bom Progresso	Três Passos	X		
Bossoroca	São Luiz Gonzaga	X		X
Bozano	Ijuí	X		
Braga	Três Passos	X		
Caibaté	São Luiz Gonzaga			X
Campina das Missões	Santa Rosa		X	
Campo Novo	Três Passos	X		
Cândido Godói	Santa Rosa		X	
Catuípe	Ijuí	X		
Cerro Largo	Cerro Largo	X		X
Chiapetta	Ijuí	X		X
Condor	Ijuí	X		
Coronel Barros	Ijuí	X		X
Coronel Bicaco	Ijuí	X		
Crissiumal	Três Passos	X	X	
Derrubadas	Três Passos	X		
Dezesseis de Novembro	São Luiz Gonzaga			
Doutor Maurício Cardoso	Três de Maio	X	X	
Entre-Ijuís	Santo Ângelo	X	X	
Esperança do Sul	Três Passos	X		
Eugênio de Castro	Santo Ângelo	X		X
Garruchos	São Luiz Gonzaga	X		X
Giruá	Santo Ângelo		X	X
Guarani das Missões	Santo Ângelo			X
Horizontalina	Três de Maio		X	
Humaitá	Três Passos	X		
Ijuí	Ijuí			X
Independência	Três de Maio	X	X	X
Inhacorá	Ijuí	X		
Jóia	Ijuí	X		X

Mato Queimado	Cerro Largo			X
Miraguaí	Três Passos	X		
Nova Candelária	Três de Maio		X	X
Nova Ramada	Ijuí	X		
Novo Machado	Santa Rosa		X	
Panambi	Ijuí	X		
Pejuçara	Ijuí	X		
Pirapó	São Luiz Gonzaga	X		X
Porto Lucena	Santa Rosa		X	
Porto Mauá	Santa Rosa		X	
Porto Vera Cruz	Santa Rosa		X	
Porto Xavier	Cerro Largo	X	X	X
Redentora	Três Passos	X	X	
Rolador	São Luiz Gonzaga	X	X	X
Roque Gonzales	Cerro Largo	X	X	X
Salvador das Missões	Cerro Largo			
Santa Rosa	Santa Rosa	X		X
Santo Ângelo	Santo Ângelo	X	X	
Santo Antônio das Missões	São Luiz Gonzaga	X		X
Santo Augusto	Ijuí	X		
Santo Cristo	Santa Rosa		X	
São José do Inhacorá	Três de Maio		X	
São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga	X		X
São Martinho	Três Passos	X	X	
São Miguel das Missões	Santo Ângelo			X
São Nicolau	São Luiz Gonzaga	X		
São Paulo das Missões	Cerro Largo	X	X	
São Pedro do Butiá	Cerro Largo			X
São Valério do Sul	Ijuí	X	X	
Sede Nova	Três Passos	X		
Senador Salgado Filho	Santa Rosa		X	X
Sete de Setembro	Santo Ângelo	X		X
Tenente Portela	Três Passos	X		
Tiradentes do Sul	Três Passos	X		
Três de Maio	Três de Maio	X	X	X
Três Passos	Três Passos	X		
Tucunduva	Santa Rosa	X	X	
Tuparendi	Santa Rosa	X	X	
Ubiretama	Cerro Largo		X	X
Vista Gaúcha	Três Passos			
Vitória das Missões	Santo Ângelo			X

Fonte: REGIC 2018 (IBGE, 2020)